

||| GIL <
VICKENTE

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE EGAS MONIZ, 87 — GUIMARÃIS

COMPOSTO E IMPRESSO NA
TIPOGRAFIA MARQUES
RUA DE CAMÕES, 75 — PORTO

GUIMARÃES VICENTE

— REVISTA
— LITERÁRIA
DE CULTURA
NACIONALISTA

◆
SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO
~~~~~  
BIBLIOTECA

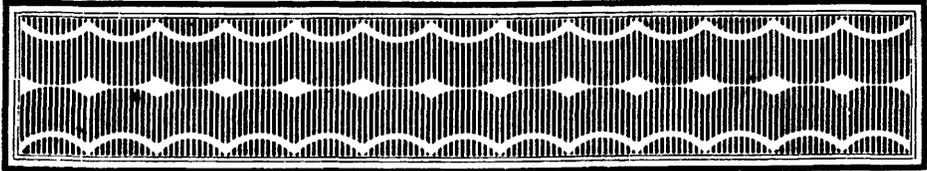
X VOLUME  
N.ºs 1 a 12

GUIMARÃIS  
1934

Directores: ==

D. José Ferrão  
Manuel Alves de Oliveira

JANEIRO



# Passado Corporativo

por RUY DE LORDELO

**É** OCASIÃO de dizer uma vez mais que a economia corporativa dos nossos dias tem forma e caracter diferente da que tinham as antigas corporações dos mestéres que, com raízes em tempos bem mais afastados, constituíram um traço saliente da economia medieval e da idade moderna.

O nexu comum dos conceitos antigo e moderno dêsse aspecto da ordem económica, que retomou com boas razões a mesma expressão verbal, reside sómente nos mesmos princípios de solidariedade e de equilíbrio exigidos pelo sistema da produção, para que na hierarquia do trabalho que a constitui haja disciplina e se satisfaçam os direitos sagrados de humanidade, ao mesmo tempo que se regulam as quantidades produtivas e o regime normal dos preços. A diferença está em que a economia antiga não tinha a extensão e as ramificações que caracterizam a de hoje. Entre uma e outra, desenvolveu-se um sistema, fundado em razões políticas, que, com o predomínio do industrialismo e da livre concorrência, demonstrou na experiência de um século o que valia, servindo de tema de comparação ideológica com a concepção antitética que substituiu e com a que as suas consequências vieram a determinar.

Mas não é da teoria corporativa que queremos ocupar-nos nem mesmo dos incipientes novos moldes do regime económico que ora esboça os primeiros passos.

Se o progresso das ciências no último século trouxe aos estudos históricos elementos novos para o conhecimento do passado, não é menos certo que um subjectivismo racionalista turbou o critério científico da investigação filosófico-histórica, fazendo-a aparecer à luz das idéas *actuais*, preocupado como estava de demonstrar a verdade nova com as experiências desenvolvidas sob um clima espiritual diferente.

Por honra da intelligência, o método histórico tornou-se objectivo e estamos a presenciar um esforço sério de rectificação da *verdade histórica*, desvirtuada na égide daquêle princípio.

A economia política, implicita nos sistemas das relações sociais de todos os tempos, só modernamente constitui uma ciência.

Êste facto explica que os antigos cronistas e mesmo muitos historiadores modernos não tenham considerado as instituições económicas no grau da sua interferência — motôra ou derivada — nos acontecimentos políticos que minuciosamente descrevem ou analisam. Essa deficiência agrava a dificuldade de se fazer luz sôbre o passado corporativo e, se pelos estudos realizados é possível marcar a posição e funções das instituições sociais que ordenaram as actividades económicas, não é facil, por enquanto, dar delas uma noção acessivel que as integre no conjunto dos factos históricos, já porque o pensamento político da época as considerava accessórias, já porque o espírito contemporâneo se encontra eivado de conceitos opostos a êsses princípios.

Nêstes termos, parece-nos útil recolher e salientar todos os elementos carregados por pacientes investigadores de entre o muito que dorme ainda na poeira dos arquivos.

Pena é que não esteja ainda bem radicada a idéa de que em matéria social e económica nem tudo no passado é morto. Que bem importante é conhecer detalhes da organização social de outros tempos, para não se persistir na falsa idéa de que somos hoje homens diferentes do que eram os que nos precederam. Para que se possa compreender o que há de permanente na condição humana através da diversidade dos fenómenos aparentes e acidentais.

Os estudos monográficos são raros entre nós. Demandam sabêr e paciência. Animá-los e auxiliá-los é um serviço relevante que se presta à cultura nacional.

Veio-nos à mão uma pequena recolha de factos históricos que assinalam a vida do antigo concelho da Ericeira. É seu autor o Sr. J. de Oliveira Lobo e Silva e intitula-se *«Anais da Vila da Ericeira»*. (1)

Trata-se, como exprime o título, de uma relação cronológica que começa no primeiro foral concedido àquela vila em 1229, por Dom Frei Fernão Rodrigues Monteiro, Grão Mestre da Ordem de Aviz, e alcança os nossos dias.

---

(1) Edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, 1933.

---

Bem merece o autor pelo seu beneditino trabalho.

Nas 126 páginas do livro perpassa a vida daquêle povo, na sua vigência secular, na importância da sua vida municipal, no exercício dos seus privilégios e prerrogativas, nos seus homens notáveis, nas suas instituições, nos seus fastos.

São tópicos de história, não desenvolvida, não comentada, mas que reflétem bem o character da vida nacional na sua diuturnidade.

Dêles destacamos, com a devida vénia, os que interessam directamente ao assunto que tratamos. São escassos os apontamentos que se podem colher e a êsse respeito dizem as considerações com que abrimos êste artigo.

## ANAIS DA VILA DA ERICEIRA

1645

«Foi azulejada, interiormente, a Ermida de Santo António, e para as respectivas despêsas concorreu uma devota com o preço de um anel de grande valôr. (Esta Ermida era, antigamente, da invocação da Senhora da Boa-Viagem, e séde da Corporação dos Homens do Mar, que nela faziam as suas reuniões)».

1678

«29 de Dezembro... Por escritura pública celebrada nesta data, foi fundada a Santa Casa da Misericórdia de Ericeira, por Francisco Lopes Franco, natural desta Vila, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Tesoureiro Geral dos Depósitos da Cidade de Lisboa, o qual dotou a mesma Misericórdia com os rendimentas necessários, cedendo a Câmara e o Povo a Ermida do Espírito Santo para nela se estabelecer a Santa Casa; e os Mestres dos barcos se comprometeram a levar, cada um em seu barco, uma rêde, cujo rendimento seria para as despêsas da Misericórdia.

Francisco Lopes Franco era natural da Ericeira, filho de Pedro Franco e de Ana Lopes».

1684

«2 de Dezembro... Carta do Conde (da Ericeira) à Corporação Maritima, ordenando que, até 15 de Janeiro próximo, faça aprontar 3 marinheiros para irém servir nas naus de guerra que iam para a Índia, e para as quais se havia mandado recrutar 100 marinheiros, cabendo à Ericeira fornecer 3.»

1693

«30 de Março... Perante a Câmara em sessão compareceram os Mestres dos barcos e declararam que queriam concorrer para as despesas das obras de reconstrução da Igreja de São Pedro; e assim, êles e os marinheiros dos seus barcos, por suas boas e livres vontades, se comprometiam a levar uma rêde em cada barco, e o produto dessas rêdes seria aplicado para as despêsas das ditas obras, até estarem concluidas.»

1797

«14 de Abril... Uma Portaria da Intendência Geral da Policia da Côrte e Reino, em cumprimento de um aviso Régio, ordena ao Corregedor da Comarca (Torres Vedras) que vá à Ericeira, faça reunir a Câmara e a Corporação Maritima, e, em nome da Rainha, agradeça a *generosa fidelidade* dos pescadores da Ericeira a Sua Magestade.

O Corregedor delegou no Juiz ordinário aquêle encargo; reunida a Câmara com a Corporação Maritima e muito Povo, o Juiz fez lêr aquêles dois diplomas e cumpriu a ordem da rainha. — Esta sessão solene realizou-se na Santa Casa da Misericórdia, pelo motivo de a Casa da Câmara estar arruinada.

Da respectiva acta, porém, não consta em que consistiu a *generosa fidelidade* dos pescadores à Rainha.»

1819

«14 de Junho... Na sessão da Câmara esteve presente o Desembargador Dr. João Gaudêncio Tôrres que havia sido nomeado Inspector da obra de reconstrução da muralha do Cais, comunicando que El-Rei havia concedido, a título de empréstimo, a quantia de 5 contos para aquella obra. Os dirigentes da Corporação Marítima assistiram à sessão e comprometeram-se a dar 200 mil reis anuais, até completo embolso, e a Câmara representou ao Rei, sugerindo vários alvites, para mais rápida extinção da dívida. Foi um barco a Lisboa carregar materiais vindos do Arsenal. Começaram os trabalhos, que, depois da Revolução do Pôrto, foram mandados suspender, pelo Govêrno.

Recomeçaram pouco depois, com novo donativo de 5 contos, sendo nomeado Inspector, a seu pedido, Bento Freire de Carvalho e Figueiredo, official da Armada, proprietário e residente na Ericeira, onde era Delegado do Superintendente Geral de Contrabando, casado com uma filha do

Dr. Manuel dos Santos da Mata, advogado da Casa da Suplicação, natural da Ericeira, onde foi Ouvidor.»

1823

«16 de Junho... Foi comunicado à Câmara que, visto ter abatido uma parte da muralha e calçada desta Vila, devia ser intimada a Corporação Marítima a mandar proceder à respectiva reconstrução.

(Esta obra havia sido mandada fazer pelo Rei, à custa de um subsídio de 5 contos, pagos pela Repartição do Terreiro Público, e a Corporação Marítima se havia, voluntariamente, obrigado a concorrer para ela com 200 mil reis anuais).»

«18 de Novembro... A Câmara pede ao Rei que queira considerar como obra pública a reconstrução da Muralha e Cais, visto a Corporação Marítima não poder pagar a quantia de 200 mil reis anuais que se tinha obrigado a pagar, devido não só aos seus encargos, como também à perda de 13 embarcações que o mar tinha levado na grande tempestade de 1821, durante a qual o mar chegou a sítios fora do comum.»

1835

«10 de Março... A Corporação Marítima apresenta à Câmara o seu compromisso e pede que fique registado e seja apresentado superiormente, para ser aprovado.»

1838

«28 de Fevereiro... Tendo o Mar destruído uma parte da Muralha do Cais, e achando-se dissolvida a Corporação Marítima, que costumava ter a seu cargo as reparações daquêle local, a Câmara convidou, por editais, todos os donos e mestres de barcos, a reunirem nos Paços do Concelho, para se deliberar acêrca do assunto...»

«3 de Março... Reúnem nos Paços do Concelho 43 proprietários e mestres de barcos tendo deliberado reorganizar a antiga Corporação Marítima, devendo esta concorrer, durante um ano, com um terço dos lucros dos seus associados, para, depois de satisfeitos os encargos de médico e botica, entregar o remanescente à Câmara com destino às obras da reparação do Cais. Em seguida se procedeu à eleição dos gerentes da referida Corporação, a quem o Presidente da Câmara deferiu o juramento e deu posse dos seus cargos.»

\* \* \*

O regime municipal, a autarquia do Concelho, funcionaria conforme a tradição com o seu Juiz e Procuradores do Povo e dos Mestéres. Não tratamos disso.

Na Ericeira, povoação de pescadores, em razão da sua situação geográfica, seria a pesca a sua principal industria.

É talvez por êsse motivo que nos *Anais* a nenhuma outra colectividade profissional se alude.

A primeira referência à Corporação dos Homens do Mar, ou Corporação Marítima, que em 1645 tinha a sua séde na Ermida de Santo António ou da Senhora da Boa Viagem, mostra que já existia anteriormente e assim deve sêr se se considerarem outras instituições da mesma natureza de que se encontram vestígios noutros pontos do País, e a própria tradição vinculada por romanos e árabes. O character religioso da Corporação, próprio da época, tem na profissão de pescador uma permanência que vem até hoje. Os que afrontam a todo o momento a fúria dos elementos, ficariam insenciveis ao materialismo do século.

Não se colhem elementos relativos ao funcionamento da Corporação.

Apenas dois traços característicos; o auxilio prestado para a fundação da Misericórdia, em 1678; e a obrigação assumida, em 1693, para provêr à reconstrução da Igreja de S. Pedro. Admirável espirito de solidariedade humana e cristã, que hoje não tem equivalente!

Na ordem administrativa, mostra-se o processo de recrutamento militar, em que a Corporação intervem; e o regime fiscal relativo às obras públicas, no caso, as obras do cais em que os membros da Corporação eram interessados.

A onda liberalista afunda as antigas instituições, abolindo, em 7 de Maio de 1834, as associações que tinham raízes seculares.

O facto não é assinalado nos *Anais*.

O que teriam perdido os homens do mar, aferrados à tradição, que tinham o seu *compromisso* sob os auspícios da Senhora da Boa Viagem? O que teriam ganho?

No sentimento rude que se albergava no coração forte dêsses fortes lutadores, para quem a dialectica do filosofismo seria incompativel com a sua concepção realista da vida, a dissociação apparecia incompreensivel, como um fenómeno extranho. Pouco poder teriam sôbre êles as leis racionalistas que contrariavam a natureza das cousas. A associação, para êles, seria tão natural como a que cada companha fazia para, em procura do sustento, no fatalismo mesológico, irem combater os elementos. Tão

natural como a que lhes impunha a solidariedade cristã de se auxiliarem mutuamente nas desgraças e nas enfermidades.

É assim que logo no ano imediato, 1835, a Corporação Marítima (extinta por disposição da lei) apresenta à Câmara o seu novo *compromisso* e pede que o faça aprovar superiormente. O regime da liberdade não lho consentiria, porque a associação era considerada como *um estôrvo à industria nacional que para medrar muito carece de liberdade, que a desenvolva, e protecção que a defenda.* (Dec. cit.) Suprema ironia!

Em 1838, a Corporação dissolvida já não podia tomar o encargo de reparar a muralha do Cais, que o mar destruíra. E a Câmara, mal compenetrada dos princípios que vigoravam, e que estabeleciam uma nova forma de justiça fiscal, convocava os donos e mestres dos barcos para que deliberassem sôbre o assunto. Resolveram então que se reorganizasse a Corporação Marítima e esta fixasse uma contribuição de um terço dos lucros dos seus associados, durante um ano, da qual saíriam, em primeiro lugar, os encargos da associação com a assistência sanitária, revertendo o restante para o Municipio, com o fim de custear as obras. A Câmara deu posse à Direcção, porventura ilegalmente.

Nada mais consta a êste respeito dos *Anais*.

Subsistiu ou não a Corporação Marítima? Chegaram ou não a ser aprovados os Estatutos e a executar-se a referida deliberação?

Qual teria sido daí em diante a forma legal ou extra-legal da associação dos pescadores? Parece-nos que até ha pouco nenhuma ali existia no extinto regime das associações de classe do Decreto de 1891. Os homens do mar não deviam oferecer campo fértil para a organização internacionalista dos adeptos de Marx.

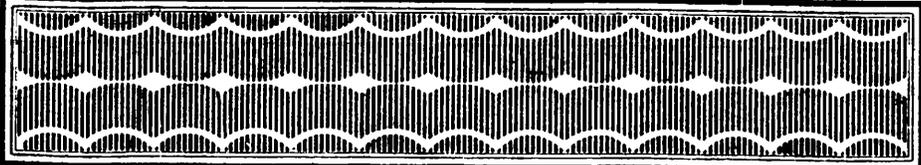
A Ericeira tinha ha alguns anos (em 1916), 74 embarcações com 269 homens. (4)

A vida e vicissitudes dessa categoria de trabalhadores, valentes e honrados, bem merece que se vá em seu auxílio para lhes mostrar que aquele espírito corporativo que animou os seus maiores, revive nos nossos dias.

·E ao distinto investigador senhor Lôbo e Silva aqui deixamos expresso o nosso desejo de que se dê ao sacrificio de procurar os elementos para uma monografia do que foi a Corporação Marítima da Ericeira, da sua vida e morte, do espírito que a animava e do que dêle perdura ainda na alma dos pescadores.

---

(4) Guia de Portugal, I volume. Ed. da Biblioteca Nacional de Lisboa, de 1924.



# Filosofia do Comunismo

(EXCERTO)

por JOÃO AMEAL

.....

**É** o momento, depois de ter focado o *evangelismo* perigoso de Toltoi, de focar, de relance, a estranha, fascinante e cruel personalidade de Lenine. Frio e metódico como um geometra — Vladimir Oulianov é o tipo do obstinado, do ambicioso visionário, paciente, calculista. A sua carreira é uma verdadeira obra-prima de astúcia, de dissimulação serena, de grandiosa tenacidade.

Dêsde os seus primeiros anos, marcados, duma forma decisiva, pela dor de perder o seu irmão Alexandre e pela firme resolução de o vingar, até aos seus anos de estudo no liceu de Simbirsk, cujo director (êsse director chamava-se Kerensky...), lhe fazia os maiores ilogios e lhe passava os mais lisongeiros certificados; desde o seu longo período de conspirador, de exilado, de implacável adversário dos velhos bonzos socialistas aos quais arrebatava, a pouco e pouco, todos os poderes directivos do partido, — até à sua tarefa sombria e cortante de ditador, talhando no seu gabinete negro de Kremlim, uma nova Rússia, — Lenine é a figura espantosa e terrível do homem que vence todos os obstáculos, derruba todas as correntes, abre em frente de si, através de lagos de sangue, de gemidos de vítimas, de escombros inúmeros, o caminho amplo duma nova era, e impõe, a ferro e a fogo, brutalmente, glacialmente, a sua vontade suprema. *Tzar Lenine* — chamou-lhe no feliz título de uma peça notável — François Porché. O mais despota de todos os despotas que dominaram, sob o seu jugo inclemente, a Slavia crucificada.

Um homem de aço, sem um arrepio de remorso, sem um clarão de escrupulo, sem um minuto de quebra ou de perplexidade. Avançando a

direito, na vida complexa e miserável, como um conquistador antigo a esmagar, com as rodas de bronze do seu carro de triunfo, a massa inerme dos vencidos.

Ninguém pode negar, ao transformador do maior país do mundo, uma admiração horrorizada. A admiração que merece um dos grandes monstros que a humanidade produziu. Antonelli falou, algures, do «misticismo obstinado e iluminado de Lenine». Sim. Um místico da destruição e da crueza — um iluminado do inferno. Mas, evidentemente, uma forte escultura de dominador e de chefe. Das gargulas mais fundas que ficarão suspensas da memória dos séculos.

Lenine quiz, como Pedro-o-Grande, forçar a História — definiu Sorel. E o paralelo é legítimo. Pedro-o-Grande quiz ocidentalizar a Rússia. Lenine quiz restituí-la ao Oriente, às suas raízes profundas. Serviu-se do marxismo para tentar separar a Rússia da civilização burguesa, isto é: europeia.

As suas três características essenciais são a insensibilidade moral, o espírito de sistema e a volúpia da violência.

**Insensibilidade moral** — Aliás confessava-o e fazia disso um motivo de orgulho. «Nem a honra, nem a consciência, nem a vida humana, exceptuando a sua, tem qualquer preço, qualquer interesse aos seus olhos» — escreve um biógrafo de Lenine. — «É um tipo perfeito daquilo que, em psiquiatria, se chama *moral insanity*, dessa atrofia do senso moral que é vizinha da loucura...

«... Se se perguntar qual a razão que leva êsse homem a prosseguir, com tanta tenacidade, as suas experiências sociais, quando o seu coração se fecha tanto às dôres e aos tormentos alheios, só uma explicação pode encontrar-se: a curiosidade, uma curiosidade gratuita de sábio que, fechado no laboratório, realiza crueis experiências sôbre infelizes cobaias palpitantes». Imagem verídica. A Rússia, sob o seu domínio, converteu-se num laboratório. Morticínios, campos talados, lares em ruínas, tesouros perdidos — tudo passava, como um filme indiferente, ante os seus olhos fixos de obcecado.

E lembrava o célebre alquimista de Durer — cujo único interesse na vida é expirar, na transparência branca das retortas, a formação dum cristal novo...

**Espírito de sistema** — Uma cabeça de revolucionário é, por definição, sistemática. Uma revolução consiste numa radical mudança social e política. Logo, na sua genese como no seu desenvolvimento, tem de

obedecer a um programa que abrace, sob o império duma só idéa, todas as questões políticas e sociais — isto é, a um sistema. Ninguém mais rectilíneo, mais rígido, que Lenine. O seu biógrafo que citei há pouco, dá-nos esta síntese impressionante: «não acreditava em Deus nem no Diabo; mas acreditava nos números».

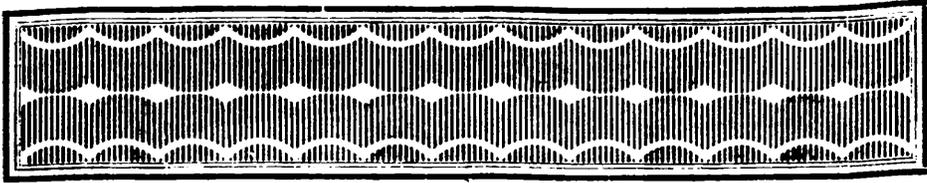
Ainda agora, nas colunas fantásticas de algarismos a que se reduziu a quimera-gigante do plano quinquenal, se encontrou o rastro da influência e da escola de Lenine: a realidade substituída pelas cifras, menos *real* do que as cifras...

Enfim... **volúpia da violência.** Será verdade o que afirma Jean Hérítier — que «na Rússia só pode haver ordem pela violência posta ao serviço duma imitação da razão»? O caso de Lenine parece confirmá-lo. Dir-se-á possesso duma alegria selvagem quando oprime, tritura e decapita a turba humana que se opõe aos seus ukases.

No fundo, talvez o invadissem aquele estranho sadismo intelectual do reformador que sabe impraticável o seu sonho, desumana a sua teoria — e que se compraz em torcer, em forçar, em demolir, para demonstrar a si próprio uma epilepsia egolátrica, a supremacia do seu génio sobre a natureza, da natureza que o seu génio modela, retorce, emenda, subjuga...

E a sua obra, por isso, foi uma caricatura hedionda e formidável da obra cristã — que devia no mais íntimo da sua inspiração, exarcebá-lo e humilhá-lo, e que procurou combater por uma empresa diametralmente inversa. «Plantou o gládio das discordias onde se devia erguer a cruz; e na guerra santa que proclamou, a bandeira vermelha é bem um lábaro» — da côr do sangue dos inocentes!...





# O MAL FRANCÊS

UM LIVRO RARO E POUCO CONHECIDO

por CARLOS DO ALVA

**A** PESAR de não ser um bibliógrafo nem um bibliómano, nem por isso deixo de sentir um prazer enormissimo e muito sincero de cada vez que a boa-fada da Fortuna coloca nas minhas mãos um livro raro e de autêntico valor.

Guloso de livros assim, eu dou louvores a Deus porque a minha gulodice não é conhecida ainda dos alfarrabistas, e eu posso, uma vez por outra, apanhá-los desprevenidos e... razoáveis.

Pois, no ano de 1929, tive a felicidade de ir desencantar na velha Livraria clássica do velho Mesquita, à Sé Velha, uma preciosidade de livro, que ninguém, nem o próprio Mesquita, suspeitava ali, naquele mare-magnum de papéis poeirentos e despresados.

Livro impresso em 1822, por abrir ainda e sem qualquer nome ou risco a macular-lhe a virgindade secular, tal foi a joia que tive a boa sorte de desenterrar do pó do esquecimento.

EXTRATOS  
DAS  
OBRAS POLITICAS  
E  
ECONOMICAS  
DO GRANDE  
EDMUND BURKE  
POR  
JOSÉ DA SILVA LISBOA  
(SEGUNDA EDIÇÃO MAIS CORRECTA)  
LISBOA  
Em a Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos  
ANNO DE 1822

Tal era a joia perdida no meio da poeirada velha.

E como se o título fôsse pouco sugestivo ainda para levar-me a comprá-lo, logo na página III (primeira do Prefácio) pude ler o seguinte :

«Edmund Burke,

havendo na Gram Bretanha adquirido celebridade, pelos escritos que deu á luz sôbre o *Sublime*, e a *Defensão da Sociedade Civil*; subindo depois á consideração política por eloquentes Falas no Parlamento sôbre assumptos da maior importância a seu Paiz, e com especialidade pela Proposta de Conciliação (que infelizmente então não foi atendido) para prevenir o infausto Scisma d'América do Norte; elevou-se em fim á immortal fama por vários discursos contra a Revolução de França, concorrendo muito a que o Govêrno Britânico entrasse, com as Potências Confederadas, na Guerra, que a Facção dos Gallos levantados provocou na Europa, com a escandalosa disseminação dos seus Dogmas.

Dotado de extraordinária óptica mental, viu as fatais consequências dêsse segundo, e ainda mais pestifero *Mal Francez*, com que ambiciosos, entusiastas, e sophistas, offerendo atraçoados presentes de amor, tinham feito a Declaração, e Propaganda dos *Falsos Direitos do Homem*, atacando na raiz os elementos da vida social, com promessas de regenerarem a Constituição da sua Pátria e produzirem a felicidade do Mundo.

Elle prognosticou, que o necessário effeito do delirio dos novadores era o perverterem-se as Leis fundamentais da Sociedade Civil, e enthronizar-se o mais feroz Despotismo Militar».

O que realmente surpreende nêste livro, é a já registada «*óptica mental*» de Edmund Burke e a seguir a êsse extraordinário poder de visão, ou acima dêle, a clareza e fôrça lógica dos argumentos apresentados para «*defensão*» da sua pátria, dos males e mentiras revolucionárias — do *Mal Francez*, no dizer sugestivo do Autor.

Indubitavelmente que nós, a quási século e meio da publicação da 1.<sup>a</sup> edição dêste livro, não aprendemos ainda melhores e mais bem urdidos raciocínios.

«Não sou inimigo de reformas — escreve Edmund Burke — mas em minha opinião, **reformatar**, não he fazer em pedaços a *architectura do Estado*: isso não só previne toda a real, e precisa reforma, mas até introduz males, de que depois em vão se pode achar emenda, e reforma

alguma. Penso que a Nação Franceza obrou sem sabedoria em destruir a sua Constituição. Isto, de que ella muito se preza, redundalhe em perpétua deshonra. Gloria-se de ter feito a revolução do próprio paiz, como se revoluções fossem em si coisas boas. Todos os horrores, e todos os crimes da anarchia, que conduzem á revolução de hum Estado, e que se augmentão com o seu progresso, se representão como nada aos amantes de revoluções.

.....  
Na sua Revolução não houve combate entre a Tyrania e a Liberdade. O sufragio que os demagogos, ou instigadores do povo fizeram da paz, e fama do seu paiz, não foi feito no Altar da Liberdade. Estabelecerão huma democracia, ou tumulto o mais desordenado de homens furiosos, para exercitarem (o que era necessaria consequencia dá sua precipitação e estulticie) o *despotismo da gentalha*, que he *a peor especie da tyrania*.

O seu real objecto foi o abaterem todas as legitimas instituições sociais, que regulão, e unem todas as classes da Commuidade em doirada Cadeia de subordinação. Elles fizeram rebellar os soldados contra os seus Officiaes; criados contra seus amos; artistas contra seus Mestres; rendeiros contra seus Senhorios; Curas contra seus Bispos; filhos contra seus Paes; vassallos contra o seu Soberano. A sua causa não foi inimiga da Servidão mas da Sociedade».

Pois não é verdade que é impossível dizer mais e melhor em tão poucas palavras? Mas prossigamos ainda na transcrição de alguns períodos, já que nos é vedado fazer a transcrição do livro inteiro, e analisêmos como Edmund Burke encara o problema religioso, e designadamente o dos Bens da Igreja, perante a entidade do Estado, e como êle julga os actos de espoliação do Govêrno da Revolução, contra as Congregações Religiosas francesas:

«A respeito do Clero de França, eu suspeito que o mal, que se disse contra elle, fôra fingido, ou exaggerado; pois os que fizeram a acusação, e condemnação, tinham em vista aproveitarem-se do confisco dos seus bens.

O inimigo sempre foi má testemunha, e o ladrão ainda he peor. Vicios e abusos havião de haver nesta ordem do Estado, bem como em outras ordens. Isto era inevitavel em Estabelecimentos velhos, e não revistos frequentemente. Mas não vejo que se provasse contra o Clero crimes, que merecessem o espólio de toda a sua substancia; e menos

ainda se mostrou, que os crueis insultos, e deshumanas perseguições a todo o Corpo, são bons substitutos em lugar de regulamentos, que o melhorassem».

E reportando-se à situação do Clero no Reino de Inglaterra e perante a Constituição do Estado, acrescenta :

«Estes principios transcendem por todo o systema da Policia Britanica. Elles não considerão os estabelecimentos da Igreja só como convenientes, mas como essenciaes ao Estado, e os tem por fundamento da sua Constituição — *Igreja*, e *Estado* são coisas inseparaveis nos seus espiritos. A sua educação he formada para confirmar, e fixar esta impressão. Por isso ella he, quasi totalmente, entregue ás mãos de Ecclesiasticos. Temos achado pela experiencia, que as antigas instituições (no total) são favoraveis á moralidade, e disciplina; e que são susceptiveis de maior pureza, e perfeição, sem se abalarem os alicerces; e que por este modo a mocidade pode receber todos os acrescimos, e melhoramentos de sciencias, e artes, que a Ordem da Providencia for sucessivamente produzindo. Com esta que alguns chamam *gotica*, e *monachal educação*, podemos reclamar mais ampla partilha de Sciencia, e Arte, que as outras Nações da Europa».

Mas não pára aqui a apologia que Edemund Burke faz do *ensino religioso*. Depois de ter deixado perceber que é nêle que reside «o segrêdo» da grandeza do Império Britânico — o que não evita que os nossos democratas de três ao vintem continuem chamando à Inglaterra o *País de Liberdade* na ância de fazerem passar-se por liberaes... à ingleza — Edemund Burke cai a fundo sôbre a apregoada *tolerância* jacobina e o não menos apregoado *livre-pensadorismo* jacobino.

«Os revolucionarios preferirão o atheismo a qualquer fórma de religião; e o *atheismo triumphante os destruiu*. Ainda os fanaticos de qualquer seita não se esquecem de todo, que justiça, e misericordia fazem partes substanciaes da religião. Os impios, para fazerem proselytos, jamais se recommendarão pelas iniquidades e cruezas, que praticarem no fim do seculo decimo oitavo contra os seus semelhantes, affetando chamallos livres, e eguaes, para os tratar como escravos e brutos.

He cousa espantosa vêr os novos *Mestres da razão* continuamente jactando-se do seu espirito de tolerância. Não ha nisso matéria de merecimento para as pessoas, que tolerão todas as opiniões relegiosas, em razão

de pensarem, que nenhuma é digna de estimação. Hum desprezo igual de todas as opiniões, e seitas não vem a ser huma candura imparcial. A espécie de benevolência, que nasce do desprezo, não he verdadeira caridade».

Ouçamo-lo agora argumentar contra a mais tôla e geral das acusações dirigidas contra os frades :

«Os frades (dizem) são inertes. Sejão. Supponha-se que não se occupão senão em cantar no côro.

Pelo menos são tão utilmente empregados como os que cantão no theatro.

Incomparavelmente peor he a occupação de milhares de individuos de condição servil, empregados pelos grandes ricos seculares em vis, e pestiferos ministerios.

A humanidade e a politica antes justificarão o livrar a êstes de seus máos e inuteis empregos, do que o perturbar o tranquillo repouso da morada monastica.

Ora quando as vantagens da posse estão *ao par*, não ha motivo para mudança de possuidores».

Nada melhor e mais claramente argumentado. E depois de estabelecer o paralelo entre os desprezos que os particulares fazem na sustentação dos seus gôsos e caprichos, e as despêsas feitas pelas ordens monásticas, e Clero, de uma maneira geral, na construção dos grandes edifícios destinados ao culto e na aquisição de coleções de manuscritos, medalhas, moedas «*que attestão, e explanão as leis, e costumes da anti-guidade*»; de pinturas, de estátuas, museus e de tudo quanto de uma maneira geral prestava serviço à Ciência, Edmund Burke, pergunta :

«Porventura o suor do pedreiro, e carpinteiro não corre tão apravel e salutiferamente na construção, e reparo dos majestosos edificios da religião, como no fabrico das casas de opera, officinas de jôgo e obras de phantasia, para nutrir o luxo e o orgulho como v. g. obeliscos no Campo de Marte, etc? O producto superfluo de vinho, e azeite do paiz será peor empregado na frugal sustentação de pessoas, a quem as ficções de piedosa phantasia darão a dignidade de estarem sempre em louvor, e serviço de Deos, do que em innumeravel multidão de criados, que são mantidos com desperdicios, só para nutrirem a soberba de seus amos?

Os ornatos dos templos serão despezas menos dignas de um homem

sabio do que as festas com laços nacionais, e innumeráveis fofices, com que a opulência dos seculares alardeia a enorme carga das suas superfluidades? »

Pois não é verdade, que à parte a forma ortográfica, qualquer de nós podia hoje, com justificado orgulho, subscrever estes períodos onde a clareza de argumentação e a beleza de forma correm parelhas?

E referindo-se de uma maneira geral ao espírito demolidor da Revolução, escreve, numa síntese de crítica :

« Não posso conceber como um homem chegue a subir a tal presumpção, que considere o seu paiz como nada mais que huma *carta branca*, para escrever nella, o que lhe der na vontade ».

Mas eu não posso, como seria desejo, transcrever na íntegra o precioso livro de Edmund Burke — e bastante abusei já da atenciosa paciência dos meus leitores.

O único fim que tive em vista, foi dar a todos os meus camaradas do Bom-Combate, a jubilosa novidade, de que mais um elemento de real valor temos à nossa disposição, para arremessarmos contra as trincheiras dos nossos inimigos, já desmoralizados.

O livro de Edmund Burke, é dos que ficam, como ficaram os *Lusiadas*, como ficou a *Eneida*, como ficou a *Menina e Moça* como ficaram alguns livros de Eça, como ficaram os de António Sardinha, e todos aqueles que como o de E. Burke e os citados, apresentem esta característica dos livros que não passam nunca : parecerem de todos os tempos — dos tempos em que a gente os lê.

E da divulgação que este livro poderia ter tido entre nós, pode aferir-se bem pelo facto de termos feito estas transcrições de uma *segunda edição*, com data de 1822, e a pouco tempo da publicação da primeira, necessariamente, o que é importantíssimo num tempo em que se lia pouco e raro era o livro que merecia as honras de ser reeditado ao cabo de tão curtos anos da sua publicação.

Não sabemos se este José da Silva Lisboa, será o mesmo José da Silva, Visconde de Cayru, nascido na Baía (Estado do Brasil), em 1756, formado em Coimbra em 1778, estadista, e « *o primeiro que em língua portuguesa escreveu sobre economia política* », segundo afirma Francisco de Almeida; mas tudo leva a crêr que sim.

E terminaremos este longo e pesado arrazoado, fazendo votos para que uma casa editora, reedite brevemente e novamente, o livro de Edmund Burke, no que tirará Honra e proveito certos.

# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1834

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Janeiro

**Dia 2** — Em Lamêgo, «os presos políticos constitucionais, arrombaram a cadeia, chegando a escapar-se trinta e tantos; porém acudindo tropa e povo mataram oito e feriram vinte e tantos, dos quais alguns morreram.» (P. L.) — Nota: Os presos que fugiram foram 67, sendo de Guimarães os seguintes: Joaquim José Coimbra e Manuel António Moreira, que à saída foram feridos e depois presos, António José Pereira, Francisco José de Freitas e Jerónimo Nunes.

**Dia 7** — Morre em Santarém, aonde estava com seu irmão Sr. D. Miguel, a Sr.<sup>a</sup> Infanta D. Maria da Assunção. (P. L.).

Por sentença do corregedor e em execução dos decretos de 29 de Novembro de 1830 e 28 de Junho de 1833, são extintos os coutos de Ronfe e S. Torcato e unidos a Guimarães.

**Dia 13** — Morre o subchante da Colegiada, Padre António Adjuto Mendes Ribeiro, da rua de Couros, ex-frade franciscano. Foi depositado no dia seguinte na capela dos 3.<sup>os</sup> e sepultado na igreja dos frades de S. Francisco. Foi substituído no subchantrado pelo Padre António José de Lima, da Lixa, que já era capelão do côro. (P. L.).

**Dia 16** — É extinto o couto de Cepães e unido a Guimarães. Passou para Fafe a 18 de Dezembro de 1835 ou 4 de Novembro de 1836.

**Dia 20** — Passam aqui alguns carros com granadas e munições de guerra pertencentes à arma de artilharia, os quais vinham de Lamego com destino a Valença. (P. L.).

**Dia 24** — Professa o hábito de religioso de S. Domingos, no convento de Guimarães, onde tinha feito o noviciado, José Luiz, da rua de Couros, ex-coreiro e credenciário da Colegiada. (P. L.).

Gaspar Leite, do Cano, mandou celebrar exéquias funebres na igreja de S. Francisco, pela alma de sua mãe, D. Leocádia, falecida em Alenquer, onde estava ha muitos anos na companhia de seu filho Gonçalo. Foram feitas com toda a grandeza, tendo boa armação e música, excedendo a tudo a eloquente oração recitada por frei Jerónimo (de Santa Teresa de Jesus Braga), franciscano, irmão do médico Basto. (P. L.).

**Dia 27** — Decreto nomeando coronel supranumerário para o regimento de caçadores do Minho o coronel de infantaria Visconde de Azenha.

Publica-se aqui uma amnistia concedida pelo Senhor D. Miguel aos constitucionais militares (até à patente de general, inclusivé), que abandonassem o senhor D. Pedro e se lhe apresentassem. (P. L.).

**Dia 31** — Andando 2 rapases à bulha no adro da igreja de S. Sebastião, fugiu um para dentro da igreja e o outro atirou com um martelo e fez-lhe uma contusão. Em razão d'êste insignificante acontecimento, o Padre Domingos José Barroso, (Tenisca), vigário da mesma igreja, dá-a por interdita, não consentindo que nesta se dissesse missa, indo ele no dia santo, 2 de Fevereiro, dizer missa *pro populo* na basilica de S. Pedro; participado êste caso para Braga, responderam que a igreja não estava interdita. (P. L.).

## Fevereiro

**Dia 1** — Passam vinte e tantas cargas de dinheiro que vinham do exército realista em observancia sobre o Porto e que estava em Santo Tirso. Foram no dia seguinte para Amarante. (P. L.).

**Dia 3** — Chegaram de Lamego e foram para Valença duas peças de artilharia de grosso calibre. (P. L.).

**Dia 4** — Nesta noite, 4 para 5, pegaram em armas as ordenanças desta vila, voluntários urbanos e alguns empregados, por ter chegado a Gonça uma guerrilha constitucional. (P. L.).

**Dia 7** — Chegam de Braga uns 100 guerrilhas e vão em seguimento da guerrilha constitucional que tinha aparecido em Gonça os dias passados. O resultado desta sortida foi a guerrilha realista ter dois feridos. (P. L.).

Tomou posse na I. e R. Colegiada, do arceidiagado de Sobradelo, dignidade da mesma, o provisor de Braga, José Firmino da Cunha Reis Mota Godinho, irmão do vigário capitular de Braga, Cunha Reis. Veio assistir ao acto o general da provincia, Raimundo José Pinheiro «e mais alguns figuros». (P. L.).

**Dia 12** — Morre o prior de S. Domingos desta vila, o qual era natural do Porto, e é sepultado no dia seguinte no seu convento. (P. L.). Chamava-se fr. João Pinto de Queiroz Pacheco.

**Dia 13** — Morreu, de maligna, José Martins Minotes, senhor da quinta do Salgueiral. Foi sepultado com grande pompa no dia seguinte na Igreja de S. Domingos. Morreu de 30 e tantos anos de idade. (P. L.).

**Dia 17** — Reabrem as obras da reforma da igreja da Colegiada, as quais tinham (princiado em 14 de Junho de 1830) parado em (12) de Julho de 1832 quando o sr. D. Pedro entrou no Porto com a sua divisão. Agora continuaram em virtude dum subsidio de tres mil cruzados que, para tal fim, ofereceu o tesoureiro-mor Tomé Luiz Felgueiras, em razão da Fábrica estar exaurida de dinheiros, porque os que possuía (5 : 719\$050 reis) foram por ordem do Sr. D. Miguel (entregues em Santarém a 16 de Dezembro de 1833) para a tesouraria do seu exercito. P. L. — N. B. Os parentesis são de J. L. de F.

Chegam aqui 30 officiaes espanhois que vinham de Vila Real para comprárem cavalos para o exército que o principe D. Carlos estava organizando naquela vila. (P. L.).

**Dia 22** — Aniversário da chegada de

S. M. o Sr. D. Miguel 1.º a Portugal. — Por ordem da Câmara houve luminárias, repiques, alguns foguetes, mas nem um só viva. (P. L.).

**Dia 23** — São avisados pela autoridade militar de Guimarães todos os oficiais reformados da 1.ª e 2.ª linha para se apresentarem em Braga ao general da província, para serem empregados em alguns corpos. Foram avisados alguns de 90 anos. (P. L.).

Passam-se ordens para se embargarem todos os cavalos e eguas, tanto de marca como sem ela, para irem para Braga para

se formar uma guerrilha realista a cavalo (P. L.).

Morre uma religiosa dominica, irmã do Freitas, de S. Damazo, e é sepultada no dia seguinte no seu convento. (P. L.). Era a madre Maria José.

**Dia 28** — Morreu Manuel Antonio de Carvalho, mercador e morador na rua dos Mercadores. Foi sepultado no dia seguinte, na igreja de S. Francisco. Tinha 80 e tantos anos. Estava escondido por constitucional ha perto de 6 anos. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*« Numa democracia a pátria é simplesmente a arca do tesouro publico, a dividir pelos partidos, e os seus maiores estadistas são aqueles que, mais habil e demoradamente, compensem os partidários, adiando a subida dos contrários ao poder por discursos palavrosos no parlamento, que é a feira franca dos negócios pessoais ».*

NUNO DE MONTEMÓR.

### CÂNTICO DE ESPERANÇA

**C**OM êste fasciculo entra a nossa revista no x ano de publicação. Nêste tempo decorrido tem-nos sido dado verificar a vitória, embora lenta, dos princípios que vimos defendendo. Nesta hora de incertezas em que o Mundo se agita, nós queremos entoar um cântico de esperança e de fé nos nossos destinos.

Vejamos o que se passa pelo mundo, vejamos o que se passa a dentro das nossas fronteiras e tiremos lições proveitosas e ensinamentos uteis.

Este ano tivemos já uma nova tentativa de revolução comunista, rápidamente sufocada pela força pública. Mais uma vez tiveram razão os *irrequietos*, aquêles que se tem levantado algumas vezes a defender aquêles princípios proclamados por Pio IX: « Não se espere muito dos meios repressivos. A experiência mostra-os debeis. A ideias oponham-se ideias; a sentimentos, sentimentos; a espírito público, espírito público: à abundância do mal, abundância do bem; à constância em dissolver, constância em unir; à tenacidade em transtornar, perseverança em organizar ».

Entrar-se ha agora num novo caminho de realizações, dentro dos princípios nacionalistas que tanto se tem apregoado e tam pouco se tem compreendido? Terá chegado, enfim, a hora de Portugal?

\* \* \*

O Caso Stavisky provocou em França uma reacção enérgica contra os desmandos da Democracia. A idéa monárquica vai alastrando no país que foi teatro da *Grande Revolução*.

Jorge Claude, um sábio autêntico, um intelectual na mais nobre acepção da palavra, deu, ha pouco tempo, a sua adesão às ideias monárquicas. Depois numa reunião realizada na Sala Bullier, em Paris, é Leão Nirman, professor assistente de ciências matemáticas, antigo director de Assistência e Higiene e antigo comissário da República em Metz, que dá a sua adesão à causa da realeza, justificando-a do seguinte modo :

« Eu sou dos républicanos a quem a grande guerra abriu os olhos. Até então, por motivo de rotina ou habilidade dialectica, havíamos sobreposto e por fim confundido, em nossas almas, as imagens da França e da República. Graças a esta confusão, a República enriqueceu-se, a nossos olhos, dum prestígio que a elevava acima de toda a discussão e lhe conferia como que um character sagrado ».

A seguir, numa grande reunião realizada nos salões do Luna Park, o almirante Schwrer, que era rodiado por algumas das personalidades mais distintas na vida francesa: general Gondrecourt, barão Pradines, professor Bartin, drs. Labey, Ravina e Hepp, coronel Corps, comandante Le Camus, e outras altas individualidades, afirmou entre aplausos:

« Nós compreendemos que o regime républicano mais não pode que despedaçar a França e conduzi-la à ruína e à morte, e que só o regresso a um poder estável, continuo, responsável, liberto de eleição, sobrepairando aos partidos — poder cujo interêsse pessoal se confunda com o interêsse nacional, o poder real, em suma — é capaz de nos salvar ».

Os tumultos que se deram em Paris e em vários pontos da França, de protesto contra o govêrno Daladier, são um bom pronuncio de que a verdade vai clareando em muitos espíritos levando-os à solução a que foram conduzidos Benoist, Georges Claude e Nirman.

Depois da hora de loucura que avassalou as almas, volta a raiar um sol novo de esperança e renovação.

Prova-se assim, como afirmava ha pouco o jornal inglês *Birmingham-Post* que « a ideia realista sobreviveu a todas as experiências — boas ou más — da Realeza hereditaria. Encontram-se ainda em todas as classes rapazes e raparigas impregnados do espirito de outrora, que se declaram prontos a morrer pelo Rei ».

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

## Dr. António Sardinha

Completaram-se, em 10 de Janeiro, nove anos sobre a morte do grande escritor e Mestre do nacionalismo português Dr. António Sardinha, talento privilegiado de poeta e prosador a quem se deve o início da contra-revolução em Portugal.

Nunca é demais afirmar, por culto à Verdade — e até para confusão dos que, agora, pressurosamente se enfeitam com penas de pavão — que é trabalho de António Sardinha e dos seus queridos companheiros do Integralismo Lusitano, o que de bom se vai realizando no chamado Estado Novo.

Rectificando a História Pátria e traçando o plano grandioso do nosso reaportuguesamento, o inolvidável Mestre tornou-se a figura máxima dos nossos dias, em cuja vasta e operosa bibliografia vão mergulhar raízes os planos de resurgimento nacional.

\*  
\* \* \*

No *Algarve*, nosso colega de Faro, publicou o sr. R. de Sousa Pinto um notável artigo apreciando a figura de António Sardinha. Dele transcrevemos os seguintes períodos:

«O grande sonho do Mestre, depois da transformação social por que tanto trabalhou, era refazer a

História de Portugal expurgando-a de todas as injustiças, de todas as mentiras que a deturpam e enodoam. Já tinha esboçado o plano e acumulado materiais.

Também Deus não permitiu a realização desse sonho, chamando a Si o grande escritor quando ele, na trajetória ascensional do seu espírito privilegiado, estava prestes a atingir o apogeu.

Mas nos ensaios admiráveis que nos deixou dispersos por jornais e revistas e publicados em volumes, uns ainda por ele, outros, já depois da sua morte, por aqueles que, tendo sido seus pares na sagrada campanha de redenção pátria, se instituíram seus testamentários espirituais, quantas lendas desfez, quantos erros corrigiu, a quantas figuras caluniadas restituiu a luz da verdade, quantos mediócras, guindados a desmedidas alturas, enterrou na vala comum do justiceiro esquecimento, sobre quantos criminosos, inculcados beneméritos, atraiu a reprovação e o desprezo!

Quem, depois de lêr os livros de António Sardinha, teimará, por exemplo, em ver em D. Fernando I apenas «o grande amador de mulheres», o «fraco rei», como Camões injustamente lhe chamou, e em esquecer a notável política de fomento do seu reinado, a sua protecção à agricultura e à marinha, a «Lei das Sesmarias», as obras de fortificação de Lisboa e outras cidades do Reino?

Quem não reabilitará D. Manuel I das acusações que sobre ele lançou «uma história de paixão, em que só a anedota intervem e o ponto de vista nacional se perde por completo» — como António Sardinha com tanta verdade escreveu?

Quem não fará justiça a D. João III lembrando a colonização do Brasil, a reforma da Universidade, os esforços para pôr um freio à orgia da Índia, a vinda para Portugal dos mais afamados humanistas, a instituição lá fora das *bolsas de estudo* por cujas expensas os nossos sobresaíram bem alto no festim erudito da Renascença?

Quem continuará a alcunhar de louco a D. Sebastião conhecendo «o espirito profundamente nacionalista do seu reinado»?

Quem diminuirá ainda a figura de D. João IV, «o Procurador dos descaminhos do Reino», o diplomata habilíssimo a quem se deve a organização interna e externa que, mais do que as armas, contribuiu para conservar a independência ganha no dia 1.º de Dezembro?

Quem amesquinhará D. João V, o grande protector das artes e das ciências cuja «admirável envergadura política se obscurece por inteiro no sarcasmo e no azedume com que, em vez de um retrato, lhe tracejaram uma caricatura» — sempre no dizer de Sardinha?

Quem não quererá vêr à sua verdadeira luz o reinado de

D. Maria I que, «tendo presidido, talvez por reacção contra os geometrismos despoticos do Marquês, a uma verdadeira revivescência nacionalista de que são principais elementos os eruditos da Academia», tão sacrificada foi à auréola exagerada de que quizeram circundar o valido de seu pai?

Quem continuará a chamar «fuga» à retirada habilíssima de D. João VI para o Brasil?

Quem negará a legitimidade incontestável de D. Miguel I e continuará a caluniar vilmente a memória do grande e honrado Português que a imposição da Quadrupla Aliança obrigou a capitular em Évora Monte?

Quem continuará a falar das execuções legais das justiças miguelinas lançando na sombra os assassinatos a sangue frio que, depois de 1834, se lhe seguiram e os excederam em número e em terror?

Quem insultará ainda D. Carlota Joaquina, fazendo vêr nela uma desgrenhada megera, uma impudica Messalina, só porque não lhe perdoam que ela, com a sua vivíssima inteligência, tivesse visto o abismo em que Portugal ia cair e quizesse evitar a queda?

Quem glorificará os 7.500 bravos do Mindelo, «mercenarios, com pequenas excepções, arrebanhados, a tanto por cabeça, nas tabernas mais imundas de Londres» e que, «caindo sôbre Portugal como o pior dos flagelos, conseguiram à

custa da traição interna e da influência inglesa, sobretudo, substituir as nossas instituições tradicionais pela mentira política» de que só a Ditadura nos veio salvar?

Quem não verá ainda quanto foi «económica e socialmente prejudicial para a Nação» a torva ditadura do sinistro Pombal?

Quem persistirá em chamar herói ao vil traidor Gomes Freire?

Quem elogiará a obra anti-nacional dos «maçons» de 1820?

Quem continuará a julgar os factos e os homens pelo que dêles disseram presumidos historiadores e fechará os olhos à luz intensa que Sardinha lançou a jorros sobre tantas páginas, por êles denegridas, da nossa História?

Não; a História de Portugal vai-se refazendo, lentamente é certo, mas a verdade e glória de têr iniciado essa grande obra de revisão cabe inteira a António Sardinha.

Outros, antes dele, tinham tentado fazer vêr a verdade, mas os seus depoimentos tinham sido propositamente abafados pela onda de calunia e de mentira. Foi António Sardinha quem os desenterrou dos arquivos e os tornou conhecidos.

Basta isto e a sua admirável influência na formação da mentalidade da actual geração para que hoje, decorridos nove anos depois da sua morte prematura, lembremos com saúde, com gratidão e com justiça o nome gloriosissimo do Mestre.

Quem estas linhas escreve espera poder publicar em breve 22 cartas que Sardinha lhe escreveu. São simples cartas de amigo para amigo. Mas que grandes lições elas encerram! Que extraordinário poder de visão elas revelam! A sua publicação, útil para todos, será uma homenagem de quem, na leitura delas muitas vezes tem retemperado o espírito e procurado iluminar a inteligência».

### Resposta de um português

Na *Action Française*, de 26 de Dezembro do ano findo, referiu-se Maurras à integração de Portugal na amalgama peninsular.

O distinto escritor e nosso prezado colaborador Sr. Conde de Monsaraz dirigiu a Maurras uma carta em que formula brilhantemente o seu patriótico protesto contra tão deplorável erro.

Reproduzimos, com o nosso aplauso e absoluta concordância, aquela carta.

«*Caro Mestre*:—Leio na «*Action Française*» de 26 de Dezembro, firmados por V. a propósito, ao que parece, da morte do coronel Maciá, os períodos seguintes que transcrevo:

«Por outras palavras a Monarquia Afonsista fôra consolidada e singularmente rejuvenescida por judiciosos apropriamentos do pro-

grama carlista *um Cesar com furores*... O poder ganharia com isso; as liberdades catalãs (as bascas e outras também). Não ha regime mais flexivel, nem, possivelmente, mais conquistador; porque, emfim (escrevo-o tremendo mas escrevo-o no entanto) quem sabe se os enormes obstaculos opostos (e que se podem opôr) a uma união ibérica, englobando Porto e Lisboa, não seriam aplanados por esta síntese do princípio monárquico com o princípio federativo?"

Esta suposição é de tal modo inconcebivel, que V. julgou necessário fazê-la seguir dum ponto de interrogação e interpolar-lhe, prudentemente, uma espécie de escusa entre parentesis:

*" escrevo-o tremendo, mas escrevo-o no entanto ".*

Era talvez preferivel não o haver escrito, para que não acontecesse ter de tremer.

Não ignora, caro Mestre, que existem, entre os habitantes da Costa Atlantica — ia escrever atlantida — da Península e as outras Raças que a povoam, diferenças substanciais tão profundas, sob o triplo aspecto da sensibilidade, da psicologia e do caracter, que custa a crer que simples influencias mesológicas delas sejam causa e possam reduzi-las.

Os Romanos, Senhores da Ibéria e antepassados dos espanhois, cho-

caram-se contra essas populações estranhas, que pareciam nascidas do Oceano e que durante anos e anos os combateram e os bateram sempre em toda a parte, graças a uma estrategia, a uma tática, original e superior, que os espantava. A Galia foi submetida em 7 anos; a Lusitania resistiu durante mais de meio século. Só depois de rudes esforços e dalgumas habeis traições, é que Roma conseguiu por fim dominar, sem lograr, contudo, assimilá-la inteiramente.

E é inutil lembrar-lhe que muito antes dos Reis Católicos, unificadores da Espanha, já o meu país tinha tomado, ao abrigo das fronteiras actuais, a expressão nacional, geográfica e política, que conserva ha mais de 700 anos. Voltado ao Occidente, ao Atlantico, berço da sua raça, Portugal, lusitano e celta, nada tem de comum com os descendentes, castelhanos e catalães, dos germano-latinos que dominaram o centro e a costa oriental da Peninsula até à conquista árabe.

O destino histórico tanto assim o entendeu que separou e apartou sempre os dois povos, na sua missão providencial. A Espanha mediterranea, fremente de côr e crueldade, não conseguiu nunca, ao longo dos séculos, deixar de olhar para a Europa e para êsse Mar Latino que embalou a infância da sua civilização. Portugal, pelo contrário, não pensou nunca em desempenhar qualquer papel europeu.

Nasceu das ondas e as ondas apoderaram-se do seu destino, da sua vida colectiva, de toda a sua alma lírica e sonhadora, para o arrastarem, longe da Europa clássica, à descoberta de países novos e de novas constelações.

Filipe II não passou dum pesadelo. Já se esqueceu de o recordar. Jámais um federador real da Espanha — que não soube conservar o seu vasto Imperio — jámais um *Cesar*, distribuidor de *fueros*, esse mesmo que pensasse em reunir o Russilhão ao Condado de Barcelona, ousaria encarar sequer esta hipótese insensata: que a sua magnificencia e a sua munificencia madrilenas pudessem vir a seduzir algum dia a capital do Oceano, o coração deste pequeno grande povo, cujo sangue circula ainda nas cinco partes do mundo.

Acha V., porventura, admissível que qualquer *Cesar Germanico*, sonhando com uma *Mittel-Europa* imaginária, possa atentar a sério, apesar da sua loucura nativa, na viabilidade de anexar a França, restaurando o Imperio de Carlos Magno? Então...

Não se agaste, caro Mestre, com esta doce reprimenda.

O orgulho nacional, este nobre sentimento, que o amor da Historia e a clara radiação do seu Pensamento, souberam enraizar-me tão profundamente na alma, é que hoje me obrigam a sublinhar, com magoa, o que é forçoso que eu tenha

de considerar, da sua parte, (escreve-o tremendo, mas escreve-o no entanto), como uma falha de critério.

Com toda a minha admiração e o meu mais profundo respeito

ALBERTO DE MONSARAZ "

### Dr. Bento Caldas

Foi nomiado delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social, no distrito de Leiria, o nosso querido amigo e bom camarada Dr. Bento Caldas.

Espirito combativo e inteligente, Bento Caldas afirmou-se sempre um nacionalista fervoroso e consciente.

É pois com a mais viva satisfação que registamos este acto de justiça feito às admiráveis qualidades de Bento Caldas, a quem abraçamos muito sinceramente.

### Uma simpática iniciativa do Sr. Conde de Vilas Boas

O Sr. Conde de Vilas Boas, marinheiro distintissimo e nacionalista fervoroso, companheiro de Mousinho nas lutas de Africa, está a organizar uma grande parada da Província de Entre-Douro e Minho, que se realizará no Porto, em Junho, num dos dias da Exposição Colonial.

Sabemos que essa grande e admirável manifestação das actividades da mais linda Província portuguesa, berço da nacionalidade, constituirá a nossa homenagem ao esforço do Império. Os trabalhos de organização já principiaram e tem sido coroados do melhor exito.

O Sr. Conde de Vilas Boas conta com a cooperação das autoridades dos três distritos — Porto, Braga e Viana — e com a de outras pessoas de merecimento.

### Fernando Campos

Para a nova secção de História da Associação dos Arqueologos Portugueses a que preside o Sr. Conde de Tovar e de que é vice-presidente o Sr. Gastão de Melo e Matos, foi eleito secretário, tendo já tomado posse, o nosso prezado amigo e distinto colaborador Fernando Campos, a quem, por êsse motivo, felicitamos sinceramente.

---

### Dr. Campos Monteiro

Quando, ainda há bem pouco tempo, nas páginas desta revista, nos referimos ao último livro do Dr. Campos Monteiro, bem longe

estavamos de supôr, que a Morte no-lo roubaria dentro em breve!

A nossa imaginação tenta, por vezes, lutar contra a realidade. Sentimo-lo ainda junto de nós, — o mesmo amigo, o mesmo camarada mais velho, o conselheiro paciente de todos os novos...

Mas a dura, a cruel realidade impõe-se. O Dr. Campos Monteiro morreu; o amigo, o camarada bondoso já não existe!

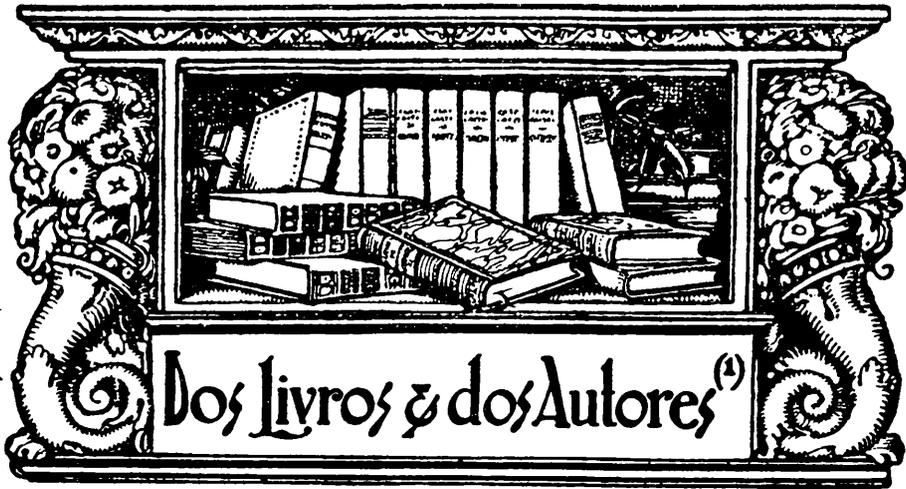
E só Deus sabe a sinceridade da nossa dôr, a profunda amargura que sentimos, ao repetir, baixinho, num murmúrio triste, esta desolada frase: o Dr. Campos Monteiro morreu!

Mas a sua memória viverá na saúde e na gratidão de todos os novos que êle acarinhou, que êle protegeu, que êle aconselhou, e o seu nome honrado e grande de escritor ficará, há de perdurar, nas letras portuguesas, entre os maiores.

O nome do poeta delicado dos *Versos fóra da moda* e *Raio Verde*; do enternecido romancista da *Miss Esfinge* e *Camilo Alcoforado*; do saboroso ironista do *Saúde e Fraternidade*, — não pode desaparecer, desfazer-se em pó, como a fragilidade do seu corpo alto, magro, esguio, que a Morte nos levou...

H. C. G.

---



PEDRAS PARA O TEMPLO — por *Hipólito Raposo*. Livraria Civilização. Editora. Pôrto, 1933.

O snr. Dr. Hipólito Raposo, mestre reconhecido e considerado do Nacionalismo português, é, a par dum laborioso doutrinador de ideias construtivas, um escritor que, pela elegância do seu estilo e pureza de linguagem, há muito se afirmou e impoz nos meios intelectuais da nossa terra.

É já longa e valiosa a sua *bagagem* literária, desde a «Coimbra Doutora» a «Pedras para o Templo», — o seu mais recente trabalho, de que nos vamos ocupar. Constitue o precioso volume uma série de estudos inteligentemente coordenados pelo mesmo altíssimo e patriótico «pensamento de servir o interêsse do espirito português,» e a-pesar-de já publicados, em afastadas datas, em diversos jornais e revistas nacionalistas, não perderam o agradável sabor da oportunidade, nem a necessária unidade de doutrina, que fazem do livro um todo uniforme e coerente, com a frescura e vivacidade das coisas actuais.

«Pedras para o Templo» é igualmente um título feliz, porque os artigos que encerra, repartidos pelas duas partes do volume: — *Entre gente remota* e *Na Casa lusitana* —, são, na verdade, pedras úteis, pedras basilares, que o A., através dos anos e nessas preciosas *oficinas* de nacionalismo, que foram «A Monarquia», «Nação Portuguesa», etc., a pouco e pouco, pacientemente, com vagar e firmeza, ao lado de António Sardinha e outros mestres obreiros do nosso movimento, foi carreando e erguendo, para a reedificação do Templo sagrado, que já hoje começamos a divisar, «no meio desta Palmira moral, destas vastas ruínas da nacionalidade, amontuadas pelos furores das dissensões civis, pela morte do sentir e crer português», de que nos fala Herculano.

Vibrantes de indignação, reveladoras duma verdadeira e nobre consciência de português, essas páginas de *Jus de Branco*, *Injúria a Prêto* e *Memorial ao Ministro das Colonias*. Belas, modelares, essas outras páginas desde o *Elogio do Latim a Fialho Alentejano* e *Lusitanidade*.

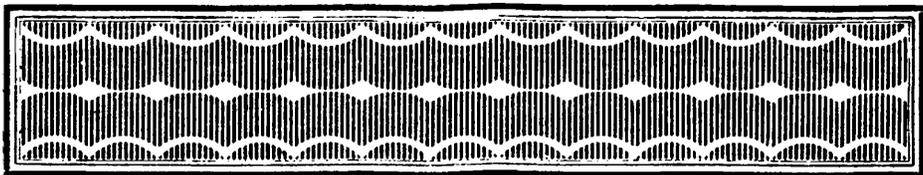
O snr. Dr. Hipólito Raposo deu-nos um livro que, simultaneamente, serviu as nossas letras e o movimento nacionalista português.

A capa, moderna e interessante, é das oficinas *Ars*. do Pôrto.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.



## DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA

# Ao Governo e ao Povo Português (\*)

## PROTESTO

**E** u, D. Duarte, Duque de Bragança, tomando conhecimento do decreto-lei n.º 23.240, de 21 de Novembro de 1933, que deu aplicação e novo proprietário aos bens vinculados da Casa de Bragança, formulo perante o governo português e perante a Nação o meu protesto contra tal disposição, ofensiva das antigas leis nacionais, e dos mais elementares princípios de Justiça.

Não me move qualquer impulso de ambição.

Nascido e criado em um lar proscrito, aprendi no destêrro, com a recordação e pelo exemplo de El-Rei D. Miguel, meu augusto Avô, e nos conselhos e lições de Meu Pai, a amar e a servir Portugal na pobreza e com o desinterêsse de que um e outro, em toda a sua vida, deram prova; fiel, como Eles, às leis da honra, e pronto ao sacrificio da própria vida pelo bem do País.

Importa-me, porém, defender e assegurar a função histórica de uma Casa que foi durante séculos verdadeira Instituição Nacional, garantida pela posse da Minha Família, e por leis que não foram legitimamente revogadas.

Importa-me recordar os altos serviços prestados à Pátria pelos Duques de Bragança, meus Antepassados; pelo fundador da Casa, o

---

(\*) Os documentos aqui transcritos foram, em nome de El-Rei, entregues ao Sr. Presidente do Conselho, pelos Senhores Conde de Almada e Conselheiro João de Azevedo Coutinho.

Santo Condestável; por El-Rei D. João IV, como Ele salvador da Independência Nacional, e por todos os Senhores Reis, que se lhe seguiram em legítima sucessão, acrescentando todos êles o poder Real com a força e a tradição da sua Casa.

Importa-me lembrar que, pela expressa vontade dos instituidores do vínculo e pelas leis seculares que informam a posse e a sucessão na Casa de Bragança, esta constitui uma propriedade particular de natureza especial, não partilhável nem susceptível de disposição testamentária; propriedade cuja guarda e conservação me pertence hoje a Mim, pela própria legitimidade da minha herança dinástica, cumprindo-me transmiti-la intacta aos Meus sucessores, em memória e respeito de um passado, que é ao mesmo tempo da Minha Família e da Nação; e êsse direito de propriedade, embora de natureza especial, não se compadece com a disposição de confisco, contida no Decreto 23.240, negando-se existência e vida à Família de Bragança, que, mercê de Deus, não se extinguiu.

Os institutos de interesse público criados pelo decreto, embora dignos da Minha atenção, não justificam êsse acto do governo que interpôs em um assunto de character patrimonial, uma decisão de fôrça, que não cabe nas considerações que lhe servem de fundamento.

Contra êsse acto do governo formulo o meu protesto, porque o meu silêncio poderia ser levado à conta de assentimento tácito à flagrante, injusta e por todos os títulos bem inesperada violação de direitos, que são meus e dos meus sucessores; direitos aos quais não renuncio nem me é dado renunciar, porque pertencerão no futuro, como hoje, ao Chefe da Casa de Bragança, à qual cumpre continuar na história da Pátria as gloriosas tradições do seu passado.

a) D. DUARTE DE BRAGANÇA.

### PARECER:

A Casa de Bragança é, histórica e juridicamente, desde há séculos, um conjunto de bens de natureza especial.

Teve origem nos morgados instituídos pelo Duque de Bragança D. Teodosio I, em 23 de Setembro de 1540, e confirmado a 8 de Novembro seguinte (Chancelaria de D. João III, fls. 236 v.º) e pelo Duque D. Teodosio II, em 16 de Novembro de 1593, confirmado em 4 de Novembro de 1594 (documentos transcritos por D. Antonio Caetano de

Sousa «Provas da História Genealógica da Casa Real» tomo IV, pág. 139 e 463).

Mas foi profundamente remodelada pela carta patente de 27 de Outubro de 1645, promulgada por D. João IV ao receber deste Monarca, restituído Portugal à sua antiga liberdade, o encargo de assegurar pelas respectivas rendas, a dotação compatível com a dignidade que vinha a ser requerida no sucessor à Corôa.

Tendo em atenção o costume das outras nações, a falta de providência nacional a este respeito, o desejo de conservar a memória da Casa de Bragança, agora chamada por tôda a Nação ao dever do Trono para sustentáculo do Reino e a falta de possibilidades do tesouro da Corôa, D. João IV, VIII Duque, concede então ao príncipe seu filho e aos mais primogénitos dos reis seus sucessores «todas as terras, jurisdições, rendas e datas» que pertenciam ao ducado de Bragança, segundo a maneira, forma e teor das doações porque êle, como Duque, as possuía ao tempo da sua aclamação, para que por si administrassem toda a antiga Casa de Bragança, devendo administrá-la os Reis, enquanto faltasse príncipe sucessor, mas salvando sempre a «divisão de ministros», ou seja com perfeita autonomia.

Pela referida carta patente, destinaram-se, pois, em apanágio perpétuo todos os bens da Casa de Bragança a uma função política, a sustentação do estado do príncipe real sucessor da Corôa, fundando-se com as jurisdições que lhe pertenciam uma instituição de direito público, ao mesmo tempo que se conservava outra, puramente de direito privado, afectando embora os seus bens de natureza vincular a um destino de direito público. De facto, essa affectação não lhes fez perder, como é evidente, a sua própria natureza.

Verifica-se e pode dizer-se em síntese que, quanto a êsses bens, se remodelaram os primitivos morgados, regulando-se-lhes a sucessão por modo especialíssimo, pois que ela passava a determinar-se segundo uma ordem de direito público — a dos príncipes reais sucessores à Corôa.

Dêste diploma proveio à Casa de Bragança um traço fundamental, a impossibilidade de ser administrada por quem não pudesse suceder na Corôa, o que se dava com os estrangeiros.

Na verdade, a Patente de 12 de Setembro de 1642, dando satisfação aos Três Estados que nas Cortes de 1641 ratificáram as chamadas Côrtes de Lamego, expressamente incorpora os seus capítulos e respostas mandando que tudo se observe como lei. E é bem sabido que tanto aí como na Acta de Lamego se dispõe que nunca estrangeiro pudesse cingir a Corôa Portuguesa.

O desenvolvimento histórico da instituição, mais avivou e salientou os seus caracteres originários. De facto, por um lado, aos morgados primitivos veio acrescentar-se o instituído pela Duquesa D. Catarina, em seu testamento aprovado em 2 de Setembro de 1609; mas só confirmado por Alvará de 20 de Junho de 1657 (Chancelaria de D. Afonso vi, livro 19 fls. 77 v., como se vê em Sousa, «Provas da História Genealógica da Casa Real» tomo iv pág. 388 e 399), mas por outro a Lei de 19 de Julho de 1790 aboliu a jurisdição dos donatários, incluindo a Casa de Bragança (§ 2.º). Caiu deste modo a instituição do direito público fundada pela Carta patente de 1645 e ficou a Casa de Bragança constituída desde então apenas por bens e direito privados, e, embora assim diminuída, nunca se lhe alterou a forma substancial de administração.

Já no período moderno, a Lei de 30 de Junho de 1860 que ordenou o registo dos morgados e preparou a sua extinção, expressamente dispôs no artigo 24:

«Os morgados da Casa de Bragança continuam a regular-se pela mesma ordem de sucessão e pelas mesmas condições até aqui estabelecidas.»

E, logo depois, a Lei de 19 de Maio de 1863 que os aboliu, dispôs no artigo 13:

«O apanágio do príncipe real sucessor à Corôa constituído em bens da Casa de Bragança, pela carta patente de 27 de Outubro de 1645, continuará a substituir com as condições especiais estabelecidas na mesma carta patente.»

E enquanto a instituição volta assim à primitiva natureza de património puramente privado, mais se afirma e esclarece, pela aplicação do citado princípio político definido na acta de Lamego e nas Côrtes de 1641, a incapacidade de os estrangeiros poderem administrá-la.

O artigo 143 da Constituição de 1822, o artigo 89 da Carta Constitucional de 1826, e o artigo 100 da Constituição de 1838, confirmaram o princípio de que nenhum estrangeiro podia suceder na Corôa Portuguesa, o que, na forma da Carta Constitucional, vigorou desde 1842 até à implantação do regime republicano.

Resumindo: em 5 de Outubro de 1910, a Casa de Bragança, reduzida desde 1790 aos bens de natureza privada, constituía um vínculo que se regia pela carta patente de 1645.

Segundo êsse diploma, era administrada pelo príncipe real sucessor da Corôa, ou, na sua falta, pelo próprio Rei; e por força da Patente de 1642, nunca poderia vir a ser administrada por estrangeiros.

A revolução de 1910 que impôs à Nação a suspensão da forma tradicional do governo, veio repercutir-se na Casa de Bragança. As

entidades Rei e Príncipe Real sucessor à Corôa deixaram de existir na legalidade nova de Portugal. Em que medida porém foram afectados os direitos relativos à Casa de Bragança? ... Teria "ipso facto" caducado o vínculo secular?

É evidente que não.

Os vínculos como instituições de direito privado, só podem ser abolidos por via legislativa. Assim, a Lei de 3 de Agosto de 1770 extinguiu grande número dêles, por não preencherem certas condições exigidas a partir de então, e a Lei de 19 de Maio de 1863 aboliu todos os restantes, justamente com excepção dos que constituíam a Casa de Bragança.

E como, depois dêste, nenhum outro preceito legal lhe aludiu, sequer, é forçoso concluir que, apesar da mudança de instituições políticas, «o vínculo em si» continuou a subsistir.

Pensar o contrário equivaleria a esquecer a origem e natureza privada dos bens e fazer depender a existência do instituto de uma circunstância accidental — a forma especial da sua transmissão. Sem nenhuma razão nem fundamento, isso seria uma violência a todos os princípios e à vontade cuidadosamente expressa dos fundadores.

Assim, o vínculo continuou a manter-se, a vigorar, não só porque, embora não reconhecida a existência do príncipe real sucessor à Corôa, a sucessão do vínculo enquanto por lei não fôr extinto, deve realizar-se nas pessoas que teriam de assumir aquelas funções, se o regime monárquico prevalecesse, mas também porque, sob o puro aspecto de direito privado, a ordem da sucessão para o vínculo é a mesma que a ordem das sucessões à Corôa. E não é de estranhar que assim seja, porque, precisamente, a regra da sucessão vincular se moldou sempre pela da sucessão dinástica.

O que pode é afirmar-se que a afectação pela Carta patente de 1645 dos bens vinculados, a um destino político, caducou. Desafectada dêle a sucessão da Casa de Bragança terá de regular-se, desde a morte do último Administrador, D. Manuel II, pela norma antiga, pelo direito comum dos morgados.

Poderia alguém supôr, inadvertidamente, que êsse direito está revogado. Mas não é assim. A lei de 1863 aboliu os morgados, não revogou a lei que lhes regulava a sucessão; e ressaltou o morgado da Casa de Bragança com a sua sucessão especial.

Por este modo, a legislação geral sôbre a sucessão dos morgados deixou de aplicar-se apenas por falta de objecto, por falta de morgados.

E nem depois essa legislação caducou.

A Carta de Lei de 1 de Julho de 1867 que aprovou o Código

Civil, revogou no artigo 5.º toda a legislação que recaísse sobre as matérias reguladas no Código. E como o Código Civil de tal assunto não trata, é evidente que toda a legislação sobre a sucessão dos morgados vigente em 1867, não foi revogada.

A mudança de instituições importou o não reconhecimento, dentro da nova legalidade, das entidades de direito público Rei e Príncipe Real. A ordem de sucessão dos morgados de Bragança, baseada nelas não pôde portanto manter-se. Qual a consequência deste facto?

A consequência — já que a legislação normal, comum, sobre a sucessão dos morgados, não chegou a ser revogada — foi o regresso dos morgados de Bragança à esfera da sua aplicação, donde a Carta patente de 1645 os desviara, salva apenas a incapacidade de sucessão dos estrangeiros, que nenhum português ousará negar, e em nada foi atingida pela mudança de instituições políticas.

A lei é clara.

A Ordenação, L.º iv tit. 100, regula a transmissão normal dos morgados, mandando suceder ao administrador o seu primogénito, ou o primogénito deste, se aquele falecer em vida do pai, e depois dispõe:

“1.º — E concorrendo na sucessão do morgado irmãos varão e fêmea, ordenamos que sempre o irmão varão suceda no morgado e bens vinculados, e preceda a sua irmã posto que seja mais velha, e o mesmo será nos outros parentes em igual grau mais chegado ao último possuidor, porque sempre o varão precederá na sucessão á fêmea, posto que ela seja mais velha.

2.º — E nos morgados e bens vinculados de qualquer qualidade que sejam, sucederá o parente mais chegado ao último possuidor, sendo do sangue do instituidor”.

O § 3.º, ressaltando qualquer disposição do instituidor sobre esta matéria, foi revogado pelo § 26 da Carta da Lei de 3 de Agosto de 1770 que diz:

“Porquanto foi até agora extraordinário a notória variedade de julgar sobre a representação na sucessão dos morgados, ordeno que daqui em diante, nos morgados instituídos por ascendentes se julgue a representação “in infinitum” nas linhas dos descendentes; e nos instituídos por transversais se julgue a representação sómente entre irmãos e filhos de irmãos, sem embargo de quaisquer clausulas ou vocações expressas dos instituidores, que disponham o contrário; e isto ou se trate de morgados instituídos depois da publicação desta lei, ou se trate dos já instituídos sobre os quais não tiver havido sentença judicial que passasse em julgado”.

Resta aplicar os princípios, seguindo qualquer táboa genealógica.

Os morgados foram instituídos pelos Duques D. Teodosio I e D. Teodosio II, e pela Duquesa D. Catarina, todos ascendentes do último administrador, e por isso segundo a lei de 1770, a representação aplica-se «in infinitum» nas linhas dos seus descendentes.

D. Manuel II não tinha irmãos com sucessão, nem tampouco os teve D. Carlos. A linha de D. Luís extinguiu-se, pois.

Entre os príncipes seus irmãos só deixaram descendência as Infantas D. Maria Ana e D. Maria Antónia. Casou a primeira com o príncipe e depois Rei Jorge de Saxe, mas no seu contracto matrimonial, de 30 de Janeiro de 1859, confirmado por Carta de ratificação de 10 de Março seguinte, publicada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, renunciou por si e seus descendentes, a todos os bens e direitos da Casa de Bragança. Casou a segunda com o príncipe Leopoldo de Hohenzollern; e pelo contracto matrimonial de 6 de Junho de 1861, aprovado por Lei de 4 de Julho imediato, fez igual renúncia.

Mas mesmo que não tivessem renunciado, os seus descendentes são inábeis para a sucessão, pois ambas as Infantas perderam pelo casamento a nacionalidade portuguesa, e são estrangeiros todos os seus descendentes. A linha sucessível de D. Maria II está assim também inteiramente extinta.

De entre os seus irmãos só deixaram descendência as princesas D. Januária e D. Maria Francisca e o príncipe D. Pedro. Todos os três foram brasileiros e o último até Imperador do Brasil, e deles só resta descendência estrangeira. E por isso, excluída, extinguiu-se por tanto a linha sucessível de D. Pedro IV.

Teve êle um só irmão varão, em cuja descendência, visto o § 1.º do tit. 100 da Ordenação cabe, sem necessidade de mais minúcia, procurar a sucessão. Foi êle D. Miguel I que, por sua vez, só teve um filho varão, o príncipe D. Miguel II, hoje representado na linha varonil pelo Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança.

Concluindo:

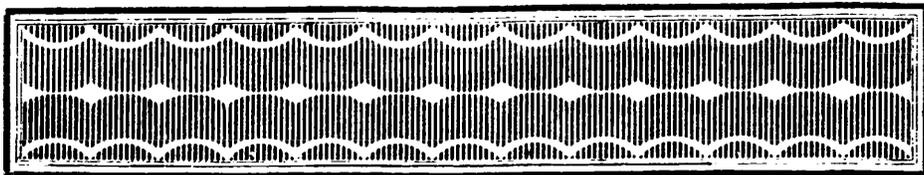
É a êste Senhor que compete a administração da Casa de Bragança.  
4 de Janeiro de 1934.

OS ADVOGADOS:

aa) *José Augusto de Queiroz Ribeiro Vaz Pinto.*  
*Luís Carlos de Lima de Almeida Braga.*  
*Simeão Pinto de Mesquita.*

Concordo: *António Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães.*

Concordo: *Domingos Pinto Coelho.*



# Meditações

A António Corrêa d'Oliveira

## I

*Cerro meus olhos. Fecho bem as portas  
dos meus sentidos. Entro na minha alma.  
Cá dentro, a paz, a grande paz se espalma,  
com um silencio longo, de horas mortas...*

*Quero-me só, como, no espaço imenso,  
lá, entre mar e céu, um nauta voga...  
Prendo-me, então, qual náufrago que roga  
o salvamento, à minha ideia... Penso...*

*Penso na origem desta vida toda  
que rola, ha séculos, no espaço infindo;  
e vejo o Nada de que foi saindo  
a vida em festa, que me gira em roda;*

*o Nada,—a negação' de Ser... Estudo  
o que seria... e a mente se me embrenha,  
no Nada Universal, em que despenha,  
a um e um, os sois, a terra e tudo...*

*Suspendo-me no vácuo; e, num sem fundo  
abismo, nêle aberto, lá se somem,  
em turbilhões, os céus, a terra, o homem,  
meu corpo, o espaço, o tempo, a luz... o mundo.*

*Está meu pensamento só na treva,  
no vácuo gélido, — Absoluto Nada...  
Medito: — ¿ a Vida é do Não-Ser tirada?...  
¿ Como é que o Nada à Vida então se eleva?...  
|*

*Se o Nada nada pode e nada gera,  
Se o Nada nega a Vida e nega o Ser;  
¿ quem fez luzir os céus? ¿ e aparecer,  
na terra, a vida, o pensamento, a fera?*

*Absôrto nesta ideia, absôrto e mudo  
perante o Nada, em si, em sua «essencia»,  
minha razão procura a Omnipotencia  
que, pra criar do Nada, — ha-de ser Tudo...*

23 — VI — 1924.

11

*O! ; quanta hipótese architecto em vão!  
; quantas imagens, quantos sonhos fúteis!...  
; Em vão! ; Tacanhos todos e inúteis  
para ver-Te, Infinito, — ó Perfeição!...*

*És todo Realidade, todo Ser;  
mas eu, para entender-Te, — como ao Nada, —  
tenho de aniquilar a limitada,  
visível perfeição — e não a ver...*

*Quando assim faço, um caos abro, imenso,  
caliginoso, atroz, em minha mente :  
pois se imagino, então, Teu Ser potente,  
passo que dê, no absurdo estou suspenso ...*

*Teu nome é negação — e afirmas Tudo...  
nega-me o que eu conheço, e, nêsse instante,  
afirma-mo tão alto e tão brilhante,  
que não te abrange a mente se Te estudo.*

*Ês o Infinito, o sem-limites : Ser  
imenso, eterno, — sem princípio ou fim...  
— ¡ Mas que tormento encerram, para mim,  
tais expressões verbais, por compreender!*

*! Sejas sem fim! — vida que advem depois...  
¿ Mas sem princípio? ... ¿ Hoje como dantes? ...  
¿ e como sempre? ... ¿ Sempre? ... ¡ Ó torturantes  
advérbios, que, sem tempo, nada sois! ...*

*¡ Sempre! — de antes de o tempo ser :— levada  
a mente para lá, por lá se alonga,  
no vácuo dessa Eternidade longa,  
que és Tu, e só parece... : um longo Nada...*

*Após o esgotamento que em mim causa  
o debroçar-me sobre a Eternidade,  
se já desisto, grita-me a Verdade  
— que existes, ÊS, — sem gerador nem causa.*

*E recrudesce o meu tormento atroz :  
— ¿ Como? ¿ como és então? ... ¿ De Ti sòmente  
¿ De Ti desentranhando eternamente  
Teu próprio Ser, — que absorves logo após? ...*

*Eterna Acção, fecunda Actividade  
que existes, pensas, amas, num só Acto...  
És sumo grau do Ser, sendo, de facto,  
de infinitesimal simplicidade...*

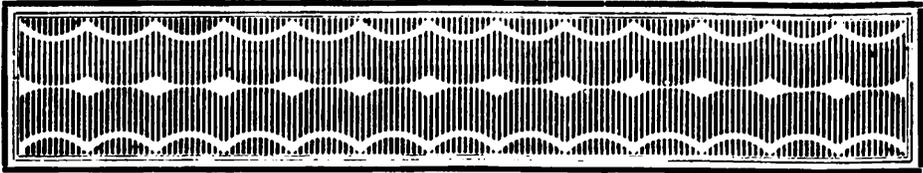
*Uno, indiviso, simples, — ¡ mas imenso!  
¡ És todo em Ti, — e esparso em toda a parte!...  
— ¡ Ó Enigma ¡ ! Ó Enigma ! Decifrar-te,  
é impossível, se eu sómente penso...*

*Pois, ante o insondável do mistério  
¿ que vale o Pensamento limitado?  
... Um vaga-lume, quando o sol é nado,  
para dar luz ao céu dum hemisfério...*

*Inanes as hipóteses que eu têço  
para entender-Te e reduzir-Te a lei,  
— Creio em Ti, — porque sinto, e vejo, e sei  
que és Fim de tudo e fôste o seu Comêço...*

12 — X — 1924.

J. PRETO PACHECO.



# PALAVRAS

do CONDE DE AURORA

destinadas a uma sessão de propaganda nacionalista, promovida pelas Juntas de Freguesia de Leiria, que não pôde realizar-se por motivos imprevistos.

EXMO. GOVERNADOR,  
SENHORAS E SENHORES:

**F**OI-ME honroso sobremaneira o lisongeiro convite da mui nobre Cidade de Leiria.

Leiria!... Eu vim aqui, ainda escolar de leis coimbrão, capa negra esburacada de ilusões e esperanças: claro polvilhado céu de Junho...

Ainda me lembro. Havia, recortado no azul como castelo de nuvens em doirado poente — epopeia de lenda! — um castelo alcandorado no azul. Miragem ancestral da raça: lá está ainda. No Jardim Público passeava um funcionalismo coevo do velho Eça — e eu vi, entré lindas mulheres (são lindas as mulheres de Leiria!) — a que me pareceu a mais linda de todas.

Leiria!... Madeiro das Descobertas — baptistino precursor da Índia, Brazil, Malaca, Ormuz, Guiné, Etiópia — pinhal de Leiria!

Aljubarrota! — onde um Avô nosso — meu e vosso — selou a Independência.

E passados séculos, Santa Maria da Vitória surge de novo — e é nos arrabaldes de Leiria que na nova idade média de Portugal, em anunciação, milagrosamente aparece a Senhora de Fátima!

SENHORAS E SENHORES :

Serei breve. Quando aqui me chamaram, fui avisado: «*lever de rideau*, hein!? Coisa sólida mas curta. A *pièce montée* é o Dr. Angelo Cesar».

Para ele vão as minhas homenagens. Sei o que vale e o que o país espera dele.

Pode ser — e Deus queira que seja! — um homem de amanhã.

Deu-lhe a Providência a bagagem necessária — mais que necessária. Ora Deus queira...

Mas então, se o notável orador e conferencista, glória do fóro português, vai falar do Estado Corporativo — eu então, modestamente, eu?!...

SENHORAS E SENHORES :

Não conheço muito de pontes ou da sua construção.

Sei porém que há uma a construir aqui bem perto, sôbre o velho Liz, o vosso lindo rio.

De pontes sei apenas as de granito, patinado de negro, florido de heras, pontes romanas da minha Ribeira Lima.

Conheço também aquelas pontes aereas, redes de aço torraifélicas, lançadas no azul, prodígios da arquitetura actual.

Mas sei — sabemo-lo todos nós, meus Senhores! — que a primeira coisa a fazer, ao lançar uma ponte — é *estudar o terreno onde vai assentar*.

(Eu andei uma noite toda — e comigo o comboio todo onde eu dormia! — descendo, embarcado, um rio da América, porque em nenhuma das margens se podéra jámais assentar um pégão)!

Deixo pois ao outro orador o estudo do aracnídeo traçado da ponte do Estado Novo, ponte do Passado-Ontem para o tradicional Hoje-Amanhã, viaduto da Mentira para a Verdade! Deixo a descrição da obra ao ilustre causídico — e reservo-me, aqui à puridade, num «*aperitivo-hors-d'oeuvre-lever-de-rideau*», para conversar duas palavras sôbre as fundações.

Ora Portugal, minhas Senhoras e meus Senhores — não estará como o leito do vosso velho Liz — onde serão precisas oito, dez, dezas-seis, quantas braças de aliterce, onde os engenheiros do Governo calculavam a banal meia duzia da praxe?

A fundação, o terreno, o alicerce: é a Família. Sem Família — élo primeiro da corrente — como chegar à Nação?

Quando muito, leva à grande cidade-babilónia-bordel do mundo novo.

E o que quer dizer Família? Ah! Aí é que a maior parte dos engenheiros se engana — e julga que basta aquela pequena caixa de cimento ou alvenaria...

Família? Aquelas pessoas que nos conheceram em meninos, e disso abusam pela vida fóra — como disse certo autor americano?

Família? Reunião dansante de jovens casadoiras onde se marca nos convites: P B I — "*Pas de bagage inutile*" — "Não tragam as mamãs"?

Família? Quadro sec. XIX de serão burguês, à meza da sala de jantar, sob o circulo luminoso do candeeiro de suspensão?

Ah! Senhores! O que nós ignoramos da Família, e quantas noções erradas nos trazem a leitura, e a traição da Família.

Sim, porque a Família traíu, também.

Família — é o elo, o anel da cadeia concêntrica da Nação, e ainda o que vem de trás — ligação aos mortos, aos nossos mortos! — e o que vai para diante, aos vindouros.

A Família é uma instituição sagrada, de ordem divina — se assim se não compreender, deixa de ser Família. Póde ter qualquer dos alcu-nhas que os legisladores modernos lhe queiram dar, desde o *Birth Control* ao *Mariage-Compagnonage* — mas não é Família!

É que a base da instituição sagrada da Família é de ordem espiri-tual — é de natureza moral o problema todo — até à última amarra da construção da ponte — de aço, cimento ou diamante seja ela, arquitetos!

(É o proprio decano da Faculdade de Direito de Lille, quem, fa-lando do *problema económico* e da *economia dirigida*, exclama: "Mas di-rigida por quem e para onde? Nada é possível se a *economia* não começar por ser uma *economia humana*").

Ah! que se a caixa de alvenaria e cimento assentar em terra de aluvião, melhor tempera e liga e laminagem tenha o metal — a construção está condenada — não há engenheiros, não há arquitetos, financeiros, professores, padres-mestres que ergam a ponte.

Ah! mas a Família traíu. Faltou aos seus compromissos, deixou de acreditar em si mesma, perdeu a pouco e pouco a autoridade moral, a coesão — e assim temos hoje, ao lançar a caixa de alvenaria e cascalho, de ir a oito, a dezoito, a não sei quantas braças de profundidade.

Ora o sector maior do circulo espectral da Família — é o da Educação.

Temos que reatar o fio tradicional — há quanto tempo se partiu o nó cego em que o enlaçaram?

Confundiu-se *Educação* com *Instrução*. E de tantos não poderíamos nós repetir o que Schopenhauer dizia de Fichte: «É de uma ignorância completa. De tanto ensinar não teve tempo de aprender coisa alguma»?

No fundo, o problema mundial — e muito especialmente o da crise portuguesa — é de ordem espiritual, de educação primordialmente.

Chega um messias — e diz: «Verdade, sómente a Verdade, Verdade para com nós próprios» — e diz-nos verdades.

Educado, — porque além de instruído foi educado — educado por uma Mãe (no seio da qual todos nos creamos e esperamos morrer) que lhe ensinou: «*beati pauperes*».

Passados poucos anos — e estamos no princípio, queiram cre-lo! — já hoje tive de pensar nele quando lia o gradual da missa:

«*As Nações temerão o Vosso Nome, Senhor; e todos os reis da terra contemplarão a Vossa Glória. Pois o Senhor reedificou Sião.*»

De Portugal — lar pátrio, berço familiar de todos nós — não poderá exclamar-se o mesmo — Senhoras e Senhores — graças a esse nome glorioso que é o de Oliveira Salazar?!

E porque? Porque nos deu estradas, economia, trigo, orçamentos, colónias, melhoramentos rurais, marinha, portos, glória internacional, boas contas?

*Não!* — Porque nos deu, mais que tudo isso, acima de tudo isso, bem mais e bem mais acima e bem melhor: *uma fé, uma doutrina, uma crença!*

\*  
\*   \*  
\*

Mulheres de Portugal!

Tendes na vossa mão os destinos da Pátria!

Vós, bem o sei, nunca traístes — única chama do lar que o vento da insanía moderna não apagou de vez — sei bem.

De Vós, Mulheres, tem de partir nóvamente o gesto heroico.

Mulheres de Portugal, mãis piedosas e martires! Vós que nunca o respeito humano ou o desfalecimento atacou — Vós, para quem o *espiritual* teve sempre mais alta cotação que o *material!* Mulheres de Portugal que a idade do *jazz* e da *cóca*, da banca e do oiro, do gasto e da usura, deixou sem mácula — Mulheres de Portugal!

Relíquias naufragadas dessa burguezia liberal politiqueira, capitalista e materialona, de cem anos de estrangeirismo judaico-maçónico!

Salvados de naufrágio — épicas figuras de proa do galeão desarvorado — *Vós nos ides salvar!*

E lembrai-vos: das escolas, dos liceus, das universidades — regressa em breve a geração de amanhã. Aqueles filhos que saíram de casa — e para longes terras abalaram cantando, como dizia a balada Coimbra.

Que educação lhes deram nessas escolas, nesses liceus, nessas universidades? Nenhuma! Ao contrário: ministraram-lhes só instrução, coisa de livros e de compêndios, teorias e problemas — e sopraram constantemente, sem parança, durante mezes e anos, sobre aquela chama divina que eles levavam de casa de seus pais — e que é mais luminosa e acalentadora que toda a instrução de tantas bibliotecas: *uma crença, uma fé, uma doutrina!*

Reanimai de novo a chama, Mulheres de Portugal! Vós, última luz que se apaga no sombrio e esquecido coração do homem. Quando não há fé, ainda se tem fé na mulher. Equando até da mulher se desespera — ainda se crê, ainda há fé e esperança naquela que é Mãe!

Mulheres de Portugal! Cremos em Vós. Salazar espera em Vós. Mas... a propósito.

Burguezia, capitalistas, aristocratas, conservadores, républica, parlamento, caciquismo, economia liberal — não soaria já a hora da Revolução, a hora dos Extremismos?

Soou! E já de novo o relógio de Moscou está atrasado.

Hora mundial, hora cristã — mas nacional, mas respeitando Deus, Pátria e Família!

Nós, revolucionários, somos a flecha avançada — e se na agulha dos rails bifurcamos com a onda deanteira das selvagens hordas comunistas — para traz, eles! Para diante, nós: pelo Direito e pela Violência!

E lembremo-nos piedosamente — ao embaíñar a espada tingida de rubro — que eles são vítimas como nós dos mesmos males — esse parlamentarismo, essa liberdade no singular e com L grande que a uns e outros lançou na senda da revolução vingadora. *Adeante!*

E não temer.

É o poço negro e fundo de que nos falava Nun'Alvares. Temos de o saltar!

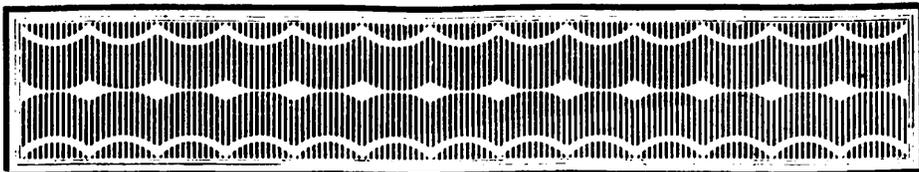
Pontével! Nun'Alvares! S. Nuno! Ávante!

Com Deus — e por Deus!

Mulheres e trabalhadores de Leiria, cidade de Portugal — Deus Vos salve! — e a todos ajude!

Senhora de Fátima!

---



# As “Águias” de Francisco de Hollanda

por GUIDO BATTELLI

**N**o fim do seu livro *Da Pintura Antigua*, Francisco de Hollanda oferece-nos o elenco das «águias» das artes plásticas, quer dizer, «dos mais claros homens que na Europa floresceram, no seu tempo, na pintura, na escultura e na arquitectura.»

Não teve a pretensão de formar um juízo definitivo e irrevogável, antes, pelo contrário, escreveu: «Porque eu conheço o grande perigo de repartir honras e lugares, peço a quem melhor entender que, se sabe doutros mestres mais famosos, os ponha em seus lugares e emende o que eu não soube melhor eleger e acertar.» É para louvar esta modéstia...

A primeira impressão que temos, lendo a «taboa» de Hollanda, é que ele se esqueceu dalguns grandes mestres, que bem teriam o seu lugar entre as «águias». Cito Brunelleschi e Alberti, entre os architectos; Corregio, Veronese e Giorgione, entre os pintores; Ghiberti e Sansovino, entre os escultores. Entretanto não deixa Hollanda de se referir a artistas mediocres, como Perin del Vaga, Polidoro de Caravaggio, Francesco Penni, três fracos imitadores de Rafael, e põe perto de Miguel Angelo, Baccio Bandinelli que tentou imitar o mestre, mas alcançou o mesmo resultado da rã da fábula quando quiz imitar o boi e rebentou.

Certamente Francisco de Hollanda quiz apenas arquivar o juízo dos seus contemporâneos, que a posteridade não confirmou. Mas a «taboa» do escritor português tem algumas indicações que, até hoje, se podem

dizer misteriosas. Quem será «Jacome, italiano, pintor del Rey D. João de boa memória?» Temos noticia dum pintor italiano que trabalhou em Portugal no reinado de D. João I, mas este chamava-se Antonio Florentino e não Jacome. E' o autor da *Virgem da Rosa*, da Sé do Porto, e do retrato do Santo Condestavel Nun'Alvares Pereira. No reinado de D. João II não ha noticia alguma de pintores italianos que estivessem em Portugal a trabalhar na Corte.

Igualmente deficeis de identificar são os «entalhadores de láminas em cobre», que Hollanda designa por uma ou outra gravura: «o que fez o Noé; o que entalhou o Juizo (de Miguel Angelo); o que fez o Laocoon; o que entalhou Nossa Senhora com Tobía».

Vários gravadores reproduziram o Juizo Final de Miguel Angelo na Capela Sistina; vários, também, retrataram a célebre estátua do Laocoon que, recém-descoberta, tanto entusiasmo despertou no meio artistico romano do seculo XVI.

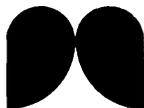
Entre os mais famosos «iluminadores», Hollanda faz referencia a um «que illuminou uns livros que El Rey D. Manuel, que santa gloria haja, deu a Belem, vindos de Italia». O venerando Mestre Joaquim de Vasconcelos, no seu comentário, julga que seja o célebre iluminador florentino Attavante, e está na verdade, porque no Arquivo de Florença encontra-se o contracto passado pelo representante do Rei D. João II com Attavante. Os livros seguiram mais tarde para Portugal, já no reinado de D. Manuel, e ficaram depositados no Mosteiro dos Jerónimos. Trata-se da famosa Biblia dos Jerónimos, que é um dos mais belos livros miniados do mundo.

Porém, a noticia mais curiosa que encontramos no livro de Hollanda é a que diz respeito às portas de bronze do Batistério de Florença. «Estas portas — afirma — foram feitas por Nino e foram roubadas a Pisa.» Nino póde ser Andrea Pisano, filho de Nino; mas onde encontrou Hollanda a noticia de que as portas foram roubadas a Pisa? Ninguém afirmou isso. Talvez confundisse com as colunas que estão ao lado das portas? Estas vieram realmente de Pisa; porém não foram roubadas mas sim oferecidas em testemunho de gratidão aos florentinos que auxiliarm Pisa na sua expedição militar à ilha de Mallorca.

Estas colunas, por serem partidas, para nada servem e estão dos lados da porta como simples ornamentos. Daí derivou o dizer-se: *Florentinos cegos, Pisanos traidores!*

Hollanda não se refere só a artistas italianos, mas lembra, também, artistas flamengos, alemães, espanhóis e holandeses. Entre os portugueses põe «o pintor que pintou o altar de S. Vicente de Lisboa» (Nuno Gonçalves), e seu pai Antonio de Hollanda, «que primeiro achou em Portugal a fazer suave de preto e branco, nas iluminuras, muito melhor que em outra parte do mundo». Temos dele o esplendido Livro de horas da rainha D. Leonor.

Francisco de Hollanda, chama-lhe o «derradeiro dos architectos». No seu livro da *Fabrica que falece à cidade de Lisboa*, tentou D. Sebastião dotar a capital com as grandes construções religiosas, civis e militares que lhe faltavam, mas os seus edificios não passaram dos projectos, o que, diz Joaquim de Vasconcelos, foi para ele uma bem dolorosa e forçada renuncia!



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1834

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Março

**Dia 1** — Esteve a vila em grande alarme por se ter visto na Penha alguns homens, os quais fizeram persuadir as autoridades e o povo que eram uns ladrões que, neste mesmo dia, tinham saído logo abaixo da Portela de Arões, roubando algumas pessoas. O corregedor e sua justiça chegaram a ir ao pé da Penha, averiguando que eram homens que andavam a roçar mato. (P. L.)

**Dia 2** — Domingo — Chegaram trinta e tantos espanhóis, soldados carlistas, em deligencia, para prenderem os galegos que achassem na vila e engajarem os portugueses para o seu exército, prometendo a cada um 4800 reis de engaje e 160 reis de soldo diário; foram mal sucedidos nesta diligencia, não só porque não prenderam galego algum, mas também porque nenhum português engajaram. Na noite deste dia alguns levaram muita bordoada, de sorte que marcharam logo para Braga, tendo ficado 2 ou 3 no hospital bem maçados. (P. L.)

**Dia 7** — Chega aqui uma escolta de espanhóis, que vinha de Vila Real e ia para Braga, para conduzir fardamentos para a gente que o infante D. Carlos de Espanha estava organizando na supradita Vila, para fazer tentativa sobre a coroa de Espanha que êle dizia pertencer-lhe. (P. L.)

**Dia 21** — O Cabido faz entrega de 24

camisas novas para o exército realista. (P. L.).

**Dia 23** — Indo 2 officiaes de milicias e o meirinho do corregedor desta vila a Vila Pouca para conduzirem ao quartel general de Braga o barão de Vila Pouca, debaixo de prisão, este evadiu-se tendo de prevenção retirado as parelhas de machos, cavalos, etc. Em vista desta fuga, foram alguns guerrilhas realistas procura-lo pelos sitios immediatos à sua casa, mas não o encontraram. Ele fôra reunir-se a uma guerrilha constitucional que se tinha armado em Vieira. (P. L.). (1)

**Dia 24** — Chegam vinte e tantos lanceiros e cem infantes realistas, vindos de Santo Tirso, os quais marcham de tarde para Quintela, com o fim de desfazer a guerrilha constitucional de Vieira, à testa da qual se achava o barão de Vila Pouca. (P. L.)

Vai Manuel Joaquim, da Caldeiroa, como juiz vereador desta vila, à casa de Vila Pouca para fazer sequestro aos bens do barão, por ter fugido para a guerrilha constitucional de Vieira (P. L.)

(1) Ver o que a respeito desta noticia, dei em efemeride mais desenvolvida no jornal «Independente» n.º 484, de 18 de Março de 1911, e lançada no dia 24.

Saiu a força que tinha vindo de Santo Tirso neste mesmo dia de manhã, e foi pernoitar a S. Torcato, recolhendo outra vez a esta vila no dia seguinte. (P. L.)

No concelho de Vieira foi proclamada a rainha D. Maria II pelo barão de Vila Pouca e vários subditos fieis da mesma senhora, a quem se tinha reunido extraordinário numero de desertores e paisanos.

**Dia 25** — Diz o *Pobres no Porto*: «Ha dias que sabiamos que o façanhudo Raimundo tinha mandado ordem ao governador militar de Guimarães para prender o barão de Vila Pouca, logo que se soubesse que nós tentavamos fazer aqui algum movimento, á qual, segundo nos foi asseverado por pessoas vindas daquela vila (Guimarães), o mencionado governador quiz dar ontem execução, mas não chegou a efectuar a prisão, porque o barão iludiu os officiaes agarrantes e safou-se, diz-se que para o concelho de Vieira a reunir-se á guerrilha que ali andava; o que causou muito abalo em Guimarães, onde depois daquele facto entrou alguma tropa de cavalaria rebelde, receando-se que a casa do barão soffresse algum estrago.»

Marcham outra vez daqui para Santo Tirso os lanceiros realistas que de lá tinham vindo no dia antecedente. De tarde saiu outra vez a força de infantaria, para as partes de S. Torcato em observação do barão de Vila Pouca e da força que elle comandava. (P. L.)

**Dia 26** — O barão do Pico do Celeiro, em officio do Campo, junto à Ponte de Caniços, comunica ao Perfeito da provincia

do Douro que os piquetes dos rebeldes debandaram, às 8 e meia horas da manhã, em perfeita retirada para o Minho.

**Quarta-feira de Trevas** — Vieram as tropas da snr.<sup>a</sup> D. Maria II, estacionadas no Porto, atacar as tropas realistas que estavam em Santo Tirso, e depois de haver algum fogo, retiraram estas em debandada para esta vila, trazendo um coronel francês gravemente ferido e mais alguns soldados. O resto desta força, tendo principiado a entrar nesta vila às 2 horas da tarde e tendo tomado algum descanso (e muitos dos milicianos abandonado o seu corpo) saiu na direcção de Pombeiro evacuando tudo até às 2 e meia da noite. As autoridades e os realistas retiraram ou alaparam. (P. L.)

**Dia 27** — Quinta-feira Santa — Pela uma hora da tarde principiou a entrar nesta vila a divisão constitucional do Porto, comandada pelo brigadeiro barão do Pico do Celeiro, a qual tinha atacado no dia antecedente a divisão realista que para aqui se tinha retirado no mesmo dia. A divisão constitucional era composta de 300 e tantos cavalos de cavalaria n.º 6 e Eternos (?), os regimentos de infantaria 10 e 18, o regimento da Rainha, e os batalhões do Minho e Traz-os-Montes, e vários batalhões organizados no Porto, e 8 peças de artilharia. Depois que formou toda a divisão no Campo do Toural, (estava todo cheio), o general deu os vivas à Rainha, Carta e a S. M. I. o Duque de Bragança. Logo na entrada das tropas da Rainha apresentou-se o governador militar realista o «Raivoso» e mais o capitão-mór de Montelongo, assim como alguns officiaes e soldados. A divisão seria de 4 a 5 mil homens. Neste dia não houve Endoenças e o convento de S. Domingos foi abandonado inteiramente pelos frades, por cujo motivo os soldados roubaram tudo que ainda lá existia, chegando

até a ir à igreja. Outros muitos roubos houve não só na vila como nas aldeias, obrigando a que o general desse ordens terminantes a este respeito. Com a divisão vinha um desembargador para fazer as justiças, e o Juiz de direito nomiado para esta vila, Joaquim Cardoso da Gama. A' noite houve iluminação geral. (P. L.)

A's 10 horas da noite faleceu o conego da prebenda n.º 9 da Colegiada, José Simões de Castro. Foi sepultado no dia seguinte, sexta-feira santa, no claustro, por 2 conegos e 2 padres coreiros, não assistindo o Cabido ao seu enterro porque quási todos os conegos andavam fugidos ou estavam alapados. (P. L.)

**Dia 28** — Sexta - feira Santa — No Paço do Concelho, sendo presentes o Barão do Pico do Celeiro, general comandante da divisão de operações ao norte do Douro; o chefe do estado maior general; o quartel mestre general; o ajudante do estado maior general e mais officiaes do mesmo estado maior; o desembargador José de Vasconcelos Ataíde e Meneses; o juiz de fóra eleito, Joaquim Cardoso de Carvalho e Gama; clero, nobreza e povo fiel desta vila, «se aclamou a Carta Constitucional e o Legítimo Governo da Rainha a Senhora Dona Maria Segunda reinte-grando-a de novo, aos seus inaufereiveis Direitos de que a mais infame e ferós usurpação a havia esbulhado. E logo, pelo Dezembargor, com os poderes de sub-delegado do Excelentissimo Prefeito da Provincia do Douro, passou a nomear os membros da Câmara Municipal que hão-de servir para prover inteiramente em todos os actos de economia e administração publica que lhe são competentes, e para isso foram nomeados Vereadores, com aprovação unânime de todos os assistentes que concorreram e este acto: António de Napoles, Joaquim Pinto Teixeira de Car-

valho (bacharel em medicina); António Joaquim Ferreira de Castro e Bento Leite Pereira da Costa (Bernardes) Procurador do Concelho, Custodio José Marques e Silva, os quais, sendo presentes, tomaram posse de seus lugares e prestaram o competente juramento; e logo pelo primeiro nomeado foram levantados Vivas á Carta Constitucional, á senhora D. Maria II, Nossa Legitima Rainha, a seu Augusto Pae, Regente do Reino o Senhor Duque de Bragança e ao brioso Exército Libertador; os quais foram correspondidos com o maior entusiasmo por todos os assistentes, que assignaram.» — O auto está publicado no jornal «Independente», n.º 140.

Tomou posse o Juiz de fóra, bacharel Joaquim Cardoso de Carvalho e Gama, nomeado por decreto de 19 de Agosto de 1833.

Sai daqui para Braga uma coluna da divisão constitucional que aqui tinha chegado no dia antecedente. Era composta de alguns 50 cavalos do 6, regimento 18, regimento da Rainha, batalhão do Minho e duas peças de artilharia. (P. L.)

Relato da correspondencia official neste dia 28: — «Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra — II.º e Ex.º Sr. Rogo a V. Ex.ª se sirva levar á Presença de S. M. I. o Sr. Duque de Bragança, Comandante em Chefe do Exército Libertador, que ontem 27 avancei para esta vila, aonde entrei ás 11 e meia da manhã sendo recebidos com o maior entusiasmo pelo povo, e outro tanto aconteceu durante toda a marcha, porque os povos das imediações da estrada que seguimos, se aproximavam das tropas, e deram vivas a S. M. F. a Sr.ª D. Maria II, a S. M. I. o sr.

D. Pedro, Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, e á Carta Constitucional.

Logo que cheguei a esta Vila fui informado que quasi toda a Nobresa e Autoridades Civis haviam fugido, e que os rebeldes que poderam reunir-se na tarde do dia 26 haviam principiado a sua retirada na direcção de Pombeiro ás (?) da noite do mesmo dia; mandei immediatamente um dos encarregados abservar o inimigo, e voltando esta manhã me informou que o inimigo seguia a estrada da Lixa, em direitura ao Tamega, e recebi outra participação em que se me dizia que o Raimundo José Pinheiro se tinha retirado de Braga, e que existia em Carvalho Deste, e vendo eu que não convinha avançar deixando o dito rebelde na possibilidade de voltar para Braga, mandei immediatamente que a 1.<sup>a</sup> columna da divisão do meu comando fosse ocupar aquella cidade, assim como mandei promover a revolução em Barcelos.

Já mandei dar principio á organização de dois batalhões de voluntários nesta vila, sendo um fixo e outro móvel: assim como já foi hoje aclamada nesta vila, pela nova Camara, S. M. F. a Snr.<sup>a</sup> D. Maria 11 e a Carta Constitucional.

Tem-se apresentado algumas praças de pret da primeira linha, um capitão de Milicias de Guimarães, e vinte e tantas praças de pret da mesma arma, e segundo sou informado continuarão a apresentar-se muitos pertencentes ao extinto regimento desta vila.

Ás 10 horas da manhã se me apresentou o sargento-mór das extintas ordenanças de Fafe, e me ofereceu toda a sua ordenança para ser empregada no serviço de S. M. F., e em consequencia lhe ordenei que fosse immediatamente aclamar a mesma Augusta Senhora na dita Vila de Fafe.

Apresentou-se-me hontem ás 5 horas da tarde o Governador Militar de Guimarães, Antonio Mateus de Sousa Raivoso, e esta manhã lhe mandei dar guia para se ir apresentar no Deposito Militar do Porto.

Posso ter a satisfação de dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, para que se sirva levá-lo á presença do mesmo Augusto Senhor, que em poucos dias se estabelecerá o governo de S. M. F. em todas as terras desta provincia.

O barão de Vila Pouca reuniu um grande numero de desertores do usurpador, e guerrilhas constitucionais; porém sendo muito perseguido pelo Raimundo José Pinheiro, retirou-se, e neste momento ainda não recebi noticia aonde existe.

Tenho trabalhado quanto me é possível para fazer estabelecer o governo de S. M. F. na provincia de Traz-os-Montes, e outro tanto tem praticado o Prefeito da provincia do Douro, pois para o mesmo fim tem posto todos os meios ao seu alcance; neste momento, que são 10 da noite, acaba de chegar uma nota vinda da Lixa, escrita por pessoas de toda a confiança, e datada de hoje, das 3 horas da tarde, na qual se lê o seguinte: O inimigo saiu daqui — será a sua força, entrando duas Brigadas de Baltar e Santo Tirso, 200 infantas e 180 a 200 cavalos, duas peças de montanha e um obuz. Acham-se bastante desanimados: as milicias debandaram quasi todas, e voluntarios. O capitão Monteiro com o seu destacamento, e as canhoneiras teu feito uma forte perseguição aos guerrilhas de Sousa. Deus guarde V. Ex.<sup>a</sup>. — Quartel General da Divisão do Norte em Guimarães em 28 de Março de 1834. II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. José Lucio Travassos Valdez. (P. S.) — Em consequencia das continuadas marchas não tem sido possível enviar a V. Ex.<sup>a</sup> a parte circunscianciada da gloriosa acção do dia 26 do corrente, o que conto fazer amanhã. — Barão do Pico do Celeiro, brigadeiro comandante da Divisão do Norte do Exército Libertador.»

**Dia 29** — A camara determinou enviar uma felicitação pela reintegração dos direitos de D. Maria 11 e mandar celebrar um *Te Deum*.

São convidados todos os individuos desta vila que estivessem nas circunstancias de pegar em armas para se alistarem nos dois corpos movel e fixo que se estava a organizar sendo de saragoça o uniforme do daquelle e com canhão e gola azul claro com vivos brancos, e igual mas sem vivos brancos o deste. O comandante do movel era o major Lobo, de Fafe, e o do fixo era o major de cavalaria José Joaquim de Sá. (P. L.)

Sabado de Aleluia — *Te Deum* em S. Pedro pela aclamação da Snr.<sup>a</sup> D. Maria II e da Carta Constitucional nesta vila, ao qual assistiu a Câmara, o Cabido, alguns frades das corporações religiosas, o general barão do Pico do Celeiro com seu estado maior, e várias pessoas de todas as classes. A' noite iluminação geral e alguns foguetes do ar. Neste dia apresentaram-se bastantes officiaes, soldados e pessoas particulares ao supradito general. (P. L.)

Diz o *Pobres no Porto* — Porto, — «Tendo o Ex.<sup>mo</sup> barão de Vila Pouca feito em Vieira no dia 24 do corrente a aclamação da rainha a snr.<sup>a</sup> D. Maria II, passou no dia 25 para os Pousadores afim de reunir gente que por aqueles sitios se acha disposta e combinada, e chegou com effeito a ajuntar uns 200 homens, todos armados e possuídos do melhor espirito; nêsse mesmo dia foram avisados de que nessa noite iam ser atacados por uma guerrilha que tinha chegado á Pova, mandada pelo Raimundo para esse fim, composta de uns 400 homens e alguma cavalaria e uma peça; então o barão vendo que a força rebelde era muito superior, e além disso que a sua não tinha munições, deu-lhe ordem para que dispersasse, e ele com 12 seus

companheiros na madrugada de 26 marcharam para a Galiza. Passando em Covide no mesmo dia, e sendo avistados pelo padre Manuel José de Freitas, da casa do Passadiço, acerrimo miguelista, que suposto os não conheceu logo supôs que eram constitucionais que iam fugindo, avisou o juiz para reunir gente, o que com effeito fez, e os seguiram uns 80 homens até dentro da Galiza, onde os prenderam, debaixo de fogo, no sitio de Esmoroar, defronte de Torneios. Na noite desse dia vieram dormir presos á Carvalheira, onde puderam comprar alguns dos guardas, e dali se escaparam 6; no dia 27 foram conduzidos por 30 guerrilhas armados para o lugar de Covas, acima de Caldelas, onde pernottaram. Porém sendo o barão e alguns dos seus 6 companheiros bem conhecidos naquele sitio, se reuniram alguns paisanos, e enquanto os guerrilhas estavam comendo, puderam surpreende-los, agarrar-lhes as armas e quebrar-lhas, o que deu lugar a que os presos se escapassem; e chegaram hontem á noite a esta cidade (do Porto). E porque a vinda do barão e de seus companheiros pode dar lugar aos que não estiverem ao facto do que se passou, a que a pintem com côres desagradaveis, por isso fizemos esta sucinta exposição relatada por um dos que vieram, para que o publico fique ao facto do que se passou. Entretanto podemos asseverar, que o mesmo barão e os seus companheiros vão partir com toda a brevidade para os mesmos sitios, levando daqui tudo quanto lhes fôr necessário para o armamento e municia-mento de todos os portuguezes fieis que por ali ha e que estão dispostos e prontos a defender a Legitima Causa de S. M. F. a snr.<sup>a</sup> D. Maria II. Esperamos que em breve estarão todos reunidos e ás mãos com o inimigo».

JOÃO LOPES DE FARIA.

# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Uma das insignes vantagens da monarquia é que nela os melhores sentimentos dum povo podem fixar-se e concentrar-se na pessoa do Rei, ao passo que doutra forma continuariam dispersos, vãos e nulos».*

*(Palavras do escritor francês ABEL BONNARD, da Academia Francesa, publicadas no «Figaro»).*

### Rei Alberto I

Vitima de um desastre de alpinismo, faleceu, em 17 de Fevereiro, o Rei Alberto I, o admirado Rei da Bélgica, que, pela virtude essencial da realeza, pôde ser sempre a personificação da unidade moral da sua Nação.

No periodo calamitoso da Guerra, Alberto I demonstrou as suas altas qualidades de Rei, resistindo à investida alemã e erguendo sempre o cetro que reunia à sua volta, na defeza da Nação, o povo belga que tantas provas de dedicação e heroísmo soube dar nessa hora trágica da invasão.

Rei soldado lhe chamaram. Mas soldados da Nação são todos os Reis, desde que saibam interpretar as altas virtudes da realeza e queiram dar expressão à missão nobilissima de Chefes.

A tarefa de, após o armistício, reconstruir uma nação dispersa e de consolidar a independência da própria Belgica, deve-se à Realeza, porque assegurou uma continuidade que só a forma monárquica pode dar.

A carreira e a acção de Alberto I assim o vem demonstrar. Ele personificou o interesse nacional, superior à luta dos partidos. Por isso pôde conquistar o amor do seu povo e contribuir para a prosperidade do seu país.

Sucede-lhe, no trono, seu filho, o jovem Rei Leopoldo III, que ha-de ser um digno sucessor dos três monarcas que o precederam e fizeram a Belgica. Descendente, por parte de sua Mãe a rainha viuva D. Isabel, do grande monarca português que foi El-Rei D. Miguel I, Leopoldo III defenderá a Belgica de todas as investidas, assegaran-

do-lhe a unidade moral que a diversidade de línguas e de raças poderão, por vezes, procurar dividir.

Fezemos votos para que, a bem da gloriosa Nação, Deus guarde o novo Rei e a Família Real da Belgica.

### Manuel Maria Murias

Em Carrazeda de Anciães, onde residia, faleceu o Sr. Manuel Maria Murias, pai do distinto escritor e director da revista *Nação Portuguesa*, Dr. Manuel Murias.

Escrivão notário aposentado, figura de nobilíssimo character e prestigio local, o extinto soube criar a sua família para elevados destinos.

A Manuel Murias, companheiro de luta, que muito estimamos e admiramos, dirigimos os nossos cumprimentos de condolências.

### Um quinto andar

Com este sugestivo titulo publicaram os nossos queridos amigos e brilhantes publicistas Claudio e António Corrêa d'Oliveira Guimaraes, no semanário lisboeta o *Fradique*, uma curiosa nota literária que transcrevemos na íntegra, visto referir-se a um interessante nucleo de artistas moços, do Porto, o grupo *Ars*, nacionalistas de alma e coração, que poderosamente teem afir-

mado já o seu talento em interesantísimas obras de character moderno, bem no ritmo da hora renovadora em que vivemos:

«Aqui a dois passos, num quinto andar da Avenida dos Aliados, quási rente ao céu, trabalha em fraternal colaboração, sob a expressiva rubrica de *Ars*, um grupo de Artistas portuenses:— os mais moços, bizzaros e audaciosos Artistas que conhecemos.

Há dias celebrou, em festa íntima, o seu quarto aniversário.

Três Arquitectos e um Pintor, presos ainda à casa dos vinte anos, uniram-se para uma tarefa comum: completaram-se, marcando o seu logar a golpes de audácia creadora, de seiva extravasante, de superioridade intelectual, de irreverência crítica.

Mestres na illustração de livros e na factura de cartazes, encontram a expressão gráfica que com maior actualidade interpreta uma ideia.

Temperamentos dessemelhantes, o élo que os une é o identico valor que atribuem à Arte, a mesma noção da sua finalidade.

As suas preferencias, em Architectura, vão todas para Corbusier, Mallet-Stevens, Roux-Sptiz, Frantz Jourdain; em Pintura, agradam-lhes principalmente Van Dogen, Fugita, Picasso. Isto, só por si, marca uma tendência, vale um programa da modernidade. (Seria perigoso reve-

lar as suas predilecções em relação aos Artistas nacionais: tememos sériamente as vaidades feridas, as apoplexias).

Como na redacção do *Inferno* — semanário literário que há muitos anos ensaiou, em Lisboa, a sua vida fugaz, servido por um grupo notável de escritores moços, — o lápis de um dos quatro, à semelhança do de Leal da Camara, poderia traçar sobre o soalho do cenáculo as caricaturas dos consagrados para que todos as calcassem aos pés.

Saibam os que nos lerem que estes moços Artistas se chamam: Fortunato Cabral, cabeça expressiva, niponica pelo contorno exterior, mas inteiramente portuguesa e latina pela formação intelectual, solidamente *seculovintescas*; Fernando Leão, espírito agudo, moderno como os seus poemas de arquitectura, todos feitos de linhas rectilíneas e de volumes sobrios; Moraes Soares, que pela singela comunicabilidade todos julgariam ainda uma creança, se alguns prematuros cabelos brancos, não revelassem nele a idade adulta de um Artista, verdadeiro Barbey d'Aurevilly do traço, pela finura e elegancia com que dezenha; Adalberto Sampaio que sob o cartaz ambulante (eximido ao imposto e ao fisco...) da sua indumentária bizarra — garridas blusas de seda ou excéntricos sobretudos de *feltron* adornados de charlateiras e dragonas de veludo — esconde um belo espírito e um formosíssimo talento,

pletórico de vigôr, de personalidade e de... preguiça!»

### General João de Almeida

O Sr. Ministro da Guerra sancionou a escolha feita pelo Conselho Superior de Promoções, que promoveu a General o distinto e brioso militar que é João de Almeida, valoroso herói dos Dembos e actual comandante da Escola Central de Officiais.

O acto de justiça agora praticado, já de ha muito era aguardado com o maior interêsse nos meios nacionalistas.

É que o novo General, que tão altos serviços tem prestado ao nosso País, reúne, às suas excepcionais qualidades de militar, uma invulgar cultura já revelada em diversos e valiosos trabalhos publicados.

Regosija-nos sobremodo êste justissimo acto, pelo qual endeçamos ao Sr. General João de Almeida as nossas saudações muito sinceras.

### «Prémio Dr. António Sardinha»

Na festa de 9 de Março, realizada na Sociedade Martins Sarmiento, foi contemplada com o «Prémio Dr. António Sardinha» criada pela nossa revista, a menina Maria da Conceição Oliveira Mota,

natural de Guimarães e aluna mais distinta do v ano do Liceu de Martins Sarmiento.

### **Carlos Bleck**

O audacioso piloto português, sonhou um dia ir à Índia, pelo ar, no seu pequeno avião, e assim o fez, voando com a maior precisão, poisando graciosamente nos pontos calculadamente marcados, levando cada vez mais longe o nome de Portugal.

Não foi uma aventura, como muitos poderiam julgar, vendo-o abalançar-se a tão longa viagem, milhas sem fim, dias e dias a voar, na ancia febril de atingir a méta, onde o esperavam os Portugueses, ávidos de sensação, alvoraçados de alegria, podendo abraçar em Bleck o coração de Portugal, levado nas azas brancas do avião, a poisar com arrogancia em terra portuguesa, mas longe, muito longe, na Índia, que a nossa imaginação idealisa num sonho de grandeza e originalidade.

O traçado da viagem à Índia foi meticulosamente estudado, com todos os pormenores científicos, não faltando a menor indicação para a precisão do vôo; e mais uma vez o espirito forte da Raça mostrou o seu grande valôr, a animação que o faz vibrar intensamente, de quanto é capaz, mesmo com o maior sacrificio e o maior despreendimento pela vida.

### **Padre Moreira das Neves**

Seguiu para Lisboa a fazer parte da redacção do diário católico *Novidades*, o nosso querido camarada e distinto colaborador, Padre Francisco Moreira das Neves.

Da sua boa camaradagem e amizade ficam-nos as mais sobejas provas. E se é com tristeza que o nosso coração de amigos o vê afastar-se, não deixamos de nos regosijar pela homenagem que acaba de sêr prestada ao seu valor.

Felicitémo-lo e desejamos-lhe todas as felicidades.

### **Dr. Hipólito Raposo**

Às conferências da iniciativa da Direcção do Grémio Literário, de Lisboa, ligaram já os seus nomes alguns dos vultos mais brilhantes no nosso meio intelectual.

Numa dessas conferências e sob o titulo "A força e a beleza", a que compareceu uma assistência ao mesmo tempo distinta e numerosa, tève oportunidade de manifestar, mais uma vez, o alto valor da sua personalidade de escritor, o nosso querido amigo e colaborador sr. dr. Hipólito Raposo, que proferiu uma brilhantíssima lição, cheia de oportunidade, equilibrio e sentido crítico, que deverá ser considerada, sem favor, como uma das mais notáveis que tem sido ouvidas naquella instituição cultural.

## Conde de Monsaraz

Nesta hora em que ambiciosos sem escrúpulos pretendem tecer à volta do nome honrado de Alberto de Monsaraz uma rede de intrigas e de infames insinuações, vimos prestar ao querido amigo e antigo companheiro de luta, as nossas mais sinceras homenagens, afirmando-lhe a nossa lealdade e boa camaradagem.

## O centenário do Padre Anchieta

Passou quasi desapercibido em Portugal o IV centenário do nascimento do Padre José Anchieta, ocorrido a 19 de Março deste ano.

O Padre Anchieta foi um valeroso poeta, revelando-se cedo, em Coimbra, onde formou o espirito.

*Canário*, apelidaram-no em Coimbra. *Gil Vicente do Brasil*, pelos seus autos e poesias pastoris, batizaram-no literatos de merecimento. Foi, também, historiador «da própria história que viveu e que ajudou a viver», como escreveu o distinto homem de letras do Brasil, Afrânio Peixoto.

Foi escritor e autor de compendios e de uma gramática no dialecto *tupi*. Foi naturalista, etnógrafo e moralista, e taumaturgo equiparado a S. Francisco Xavier: êle no Brasil o que Xavier foi na India.

## Frei Agnelo de Guimarães

No Sabado Santo, foi ordenado presbitero na Basilica de S. João de Latrão, o religioso capuchino português Frei Agnelo de Guimarães, no seculo Francisco Leite de Faria.

É filho do Dr. António Batista Leite de Faria e irmão do que foi nosso querido e desditoso poeta Guilherme de Faria, e dos srs. dr. António de Faria, actual secretário da legação em Bruxelas e dr. Miguel de Faria, que terminou ha pouco o curso de especialidade de dermatologia.

Conta 24 anos incompletos e tem mostrado sempre um grande amor à sua terra, que não vê ha 10 anos. Interessa-se por tudo que lhe diz respeito, mas principalmente pela sua expansão missionária. Ele mesmo espera partir, daqui a dois anos, quando concluir os seus estudos em Roma, para as nossas províncias ultramarinas propagar a palavra de Cristo.

A toda a sua família, exemplarmente cristã e portuguesa do melhor quilate, apresentamos as nossas felicitações por este facto tão jubiloso e grato ao seu coração.

## « Cartas aos Novos »

Em separata dos « Estudos » do C. A. D. C., de Coimbra, acaba de ser publicada uma colecção de

famosas «Cartas aos Novos», do Dr. Gonçalves Cerejeira. No meio da aluvião de livros que pululam aí com frequência, como ervas ruins ou inúteis, em grande número de casos, êste novo livro marca um lugar de distinção pela forma e pela ideia.

A apresentação gráfica é boa. A forma, cuidada, muito límpida, exactissima como a expressão do pensamento do Autor, e duma elegância fina até nas coisas de menor relevo. O pensamento, profundo e seguro.

#### «A Prol do Comum...»

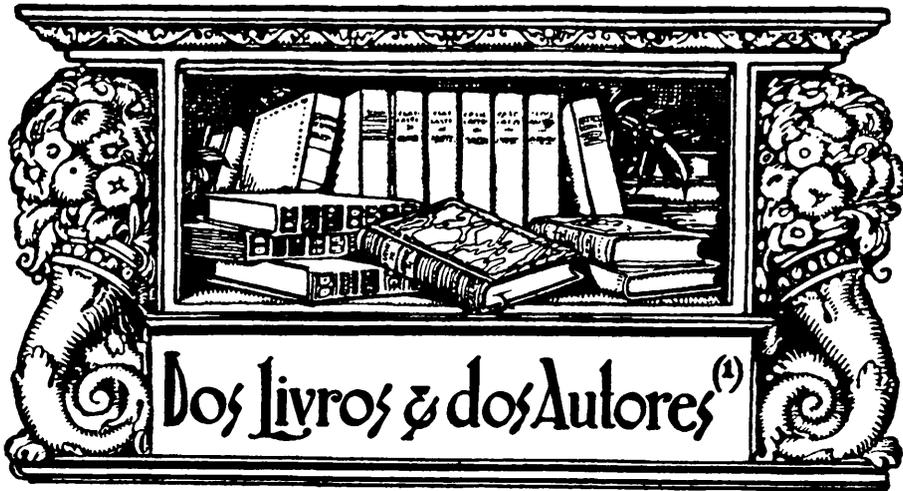
Editado pela Livraria Ferin, Editora, da Rua Nova do Almada, 74-Lisboa, foi já posto à venda este novo livro do saúdoso António Sardinha, que era aguardado com o mais vivo interêsse.

#### Uma publicação patriótica

O Sr. Dr. Trindade Coelho, ministro de Portugal junto da Santa Sé, e o grande amigo de Portugal, nosso distinto colaborador e ilustre professor de Florença Sr. Guido Battelli, acabam de publicar em livro alguns documentos inéditos de valor, para a história das relações entre o nosso país e a Itália durante a época do Renascimento.

Este livro intitula-se «Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e a Itália», e nele se publica o «Elogio do Rei Manuel, o Venturoso» de Poggii Florentini, em latim, que era um dos valiosos documentos inéditos.

Os dois ilustres homens de letras merecem os maiores agradecimentos de todos os bons portugueses.



«A PROL DO COMUM...» por *António Sardinha* Livraria Ferin, Editora. Rua Nova do Almada, 74. Lisboa, 1934

Mais um novo livro de António Sardinha, o saudável Mestre do nacionalismo português, acaba de surgir nos escaparates das livrarias.

Obra viril do pensamento de Sardinha, este livro precioso encerra páginas admiráveis de doutrina política e de rectificações históricas.

*O Testamento duma geração*, é bem o exemplo vivo e o estímulo forte de uma geração, heroica pelo sacrifício, que soube lutar contra a rotina democrática e preparar novos e altos destinos à nossa Pátria. *O Direito de Revolta* é um capítulo de justa homenagem ao comandante da Galiza, Henrique de Paiva Couceiro, e aos seus queridos, companheiros de luta. *A Epopeia Franciscana* é um hino de glória à figura excepcional de Santo António, que António Sardinha classifica de «S. Paulo da religião franciscana».

Este livro encerra, também, um capítulo célebre, que demonstram a coragem de Sardinha que não deixava intimidar pelas campanhas de ridículo. *Então porque fugiu?* — Assim se intitula esse capítulo que trata e justifica a retirada de D. João VI para o Brasil, evitando-se, com «esta retirada prudente, que se efectivasse o tratado de Fontainebleau» e que Portugal deixasse de ser uma Nação independente e una.

O pensamento monárquico é definido, neste volume, nos preciosos capítulos *Porque voltamos* e *Mais longe ainda*. *De Quem é a vitória?* é outro capítulo, igualmente célebre, em que ha uma previsão clara dos acontecimentos que se vem desenrolando nos nossos dias.

Por tudo quanto encerra, este novo trabalho de António Sardinha deve ser lido, meditado e compreendido por todos os portugueses, para que os «corações batam mais fortes e mais forte seja o drapejar, junto dos nossos rostos, das azas invisíveis da vitória.»

---

(\*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

D. MIGUEL NO TRONO (1828 — 1833), por *Oliveira Lima*.  
Imprensa da Universidade. Coimbra, 1933.

Este novo trabalho póstumo do diplomata e escritor distinto que foi o Dr. Oliveira Lima, surge no começo do ano em que se completa um século sobre a Convenção de Evora-Monte, assinada em 26 de Maio de 1834.

«História diplomática do governo de D. Miguel» — como lhe chama no Prefácio o escritor Fidelino de Figueiredo — tem, como antecedente, da qual depende, o trabalho publicado pelo historiador, em 1925, intitulado «*Dom Pedro e Dom Miguel, — a Querela da sucessão, 1826-1828*».

No estudo da história política do Brasil, encontrou o Dr. Oliveira Lima elementos que o habilitavam a fazer rectificações à História de Portugal, no periodo que se refere às chamadas *lutas liberais*. Não exitou, pois, em trazer o seu concurso àqueles que, em Portugal, seguindo a orientação e os conselhos de António Sardinha, se encontravam empenhados em fazer a reabilitação da figura nobilissima de português e de patriota que foi El-Rei D. Miguel I.

Os elementos que Oliveira Lima nos forneceu são valiosos e tem, sobretudo, o mérito de virem de uma pessoa que esteve completamente alheia à politica do nosso país e, portanto, isenta de parcialidade.

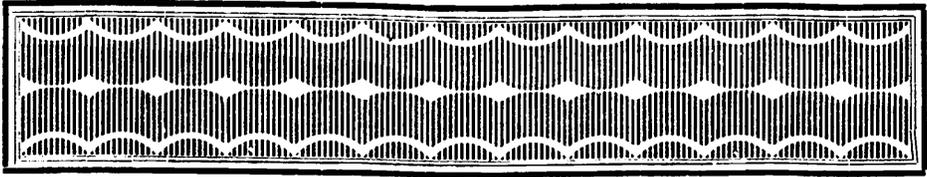
*D. Miguel no Trono* vem completar o estudo iniciado no *Dom Pedro e Dom Miguel*. Se bem que o titulo deste novo livro nos fizesse supor uma maior amplitude, não deixa de ser valioso pelas indicações que nos dá sobre documentos diplomáticos referentes a esse agitado periodo.

DEUX AMES VERS LES CIMES, por *G. Joannés*. Pierre  
Téqui, 82, Rue Bonaparte. Paris — VI.º, 1934.

G. Joannés, o admirado autor de várias e notáveis obras, em que avulta *Le Cardinal Mercier, docteur de la vie intérieure*, quiz distinguir-me, numa penhorante dedicatoria, com a oferta do seu novo livro *Deux Ames Vers Les Cimes*, estudo psicológico, moldado num género novo, de doutrina forte que encanta e prende.

Logo no 1º capitulo assistimos à evolução filosófica e religiosa de Jacques Dorval, condusido a Deus, depois de uma dolorosa crise de espírito e de inteligência. Todo o livro é cheio de interesse, urdido à volta da simpática figura de Mlle d' Annuntia, e impregnado de uma espiritualidade viva, benéfica e atraente.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



# José Acúrsio das Neves

---

por FERNANDO CAMPOS

**C**ONVIDADO pela Federação dos Estudantes Monárquicos de Portugal a proferir algumas palavras na séde da sua agremiação, pareceu-me oportuno recordar a figura de um precursor do nacionalismo, cujo centenário da morte passou ainda há poucos dias. Refiro-me a José Acúrsio das Neves, um dos autores que mais dignamente representaram o Pensamento político português no decurso do século XIX, e a quem as gerações anteriores, deslumbradas pelos astros do liberalismo, não souberam reconhecer o muito que êle havia contribuído para o engrandecimento moral e material da sua Pátria.

Seja-me pois permitido relembrar alguns passos biográficos dêsse escritor que tão nobremente encarnou o protesto da Inteligência contra as grosseiras superstições do doutrinário revolucionário, que soprava de além-fronteiras como vento assolador, ameaçando a integridade daquelas instituições seculares à sombra das quais se formara e consolidara a *terra-patrum*, a terra feita por aqueles de quem descendemos e a quem é dever nosso continuarmos.

\* \* \*

Nasceu José Acúrsio das Neves a 11 de Dezembro de 1766, no Casal de Cavaleiros, no distrito de Coimbra, e uma vez concluído com distinção o curso de Direito, enveredou pela carreira judicial, lendo no Desembargo do Paço em 1795, e vindo a ser despachado juiz de fora, na cidade de Angra, onde ficou a exercer o cargo de Corregedor, quando chegou a seu termo o prazo da comissão. Ali se manteve até fins de 1807, em que regressou ao Continente, recolhendo-se logo à

casa que herdara de seus pais, no lugar de Sarzedo, em consequência da primeira invasão francesa.

Restam desse período da sua estada em Lisboa, após a expulsão dos invasores, alguns opúsculos referentes à dominação napoleónica, em que o panfletário revelava o seu entranhado amor pátrio.

Em 1810, recaíam em José Acúrsio das Neves as nomeações de deputado da Real Junta do Comércio e de secretário do respectivo Tribunal, de deputado da Junta de liquidação dos fundos da extinta Companhia do Pará e Maranhão, de deputado da direcção da Real Fábrica das Sedas e Obras das Aguas Livres, continuando, porém, no lugar de deputado da Real Junta do Comércio, e sendo simultaneamente promovido a Desembargador da Relação do Pôrto, sem vencimento de ordenado.

Por se haver mostrado contrário às instituições liberais, proclamadas no dia 24 de Agosto de 1820, foi por êsse motivo demittido de todos os seus cargos e empregos, com excepção apenas do primeiro que enumerei.

Pouco depois, era José Acúrsio eleito deputado às Côrtes Ordinárias de 1822, o primeiro parlamento reunido em Portugal, e onde o seu nome se havia de notabilizar como ardoroso defensor da Rainha D. Carlota Joaquina, a quem o partido demagógico queria impôr o juramento da Constituição.

Nesse mesmo ano, publicou êle a primeira parte das *Cartas de hum portuguez aos seus concidadãos*, continuadas em 1823, depois da queda do regime liberal, provocada pelo pronunciamento militar de Vila Franca.

Em consequência dessa transformação política — classificada pelo Duque de Palmela numa circular dirigida aos nossos embaixadores no estrangeiro de «grande e feliz mudança que effectuou n'este reino o unanime e espontaneo movimento de todas as classes», viu-se José Acúrsio das Neves restituído a todos os seus empregos; mas, logo no ano seguinte, pelo movimento da *Abrilada*, em que aliás não se envolvera, esteve dezanove dias incomunicável, preso três meses no Limoeiro, e era em seguida expulso da capital.

Eleito procurador pela cidade de Lisboa às Côrtes de 1828, foi a José Acúrsio das Neves que coube o encargo de responder ao discurso de proposição do Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, revelando-se no decorrer da reunião dos Três Estados, «como sempre, zeloso partidario do sr. D. Miguel, em cujo serviço continuou activamente até á morte», conforme escreveu Inocêncio.

No exercício de seus cargos se manteve em Lisboa até 1833, donde só retirou quando a cidade foi assolada pela epidemia da *cólera mórbus*. Passou então o escritor às Caldas da Rainha, deu-se depois à redacção do boletim do exército miguelista, e acolheu-se por fim ao seu lar de Sarzedo, onde veio a terminar os seus dias, a 6 de Maio de 1834, em lamentáveis condições de miséria e abandono, mas sem ter experimentado a mágua de assistir à derrocada final de uma causa a que votara as melhores energias da sua vida.

Historiando os últimos momentos de José Acúrsio das Neves, conta o seu melhor biógrafo, José Inácio Cardoso, que pouco antes de falecer, «tinha elle sido chamado pelo governo de D. Miguel, então existente em Santarem, para ser empregado n'alguma das Secretarias d'Estado, ao que elle não annuiu, por isto acontecer nos ultimos paroxismos daquelle governo, a que já nenhum remedio se podia dar; e tambem, por se achar incommodado na sua saude, incommodo, que, foi crescendo até cair na cama gravemente enfermo.» E acrescenta: «Estando elle neste estado, começaram a apparecer guerrilhas nas vizinhanças da povoação, a que se havia acolhido, a cuja aproximação, receando ser por ellas apanhado e maltratado, se fez conduzir naquelle estado perigozo para um palheiro, existente ao fundo do dito logar do Sarzedo, aonde no dia 6 de Maio referido falleceu miseravelmente, e quasi em inteiro abandôno!»

Este depoimento de José Inácio Cardoso, encontramos-lo confirmado numa carta que Brito Aranha publicou na continuação do *Diccionario Bibliographico*, carta que possuia, que dizia ser de pessoa fidedigna e conterrânea do illustre portuguez, e onde se lia o seguinte:

«Posso dizer que foi encontrado morto ao abandono nas vizinhanças do Sarzedo, em um palheiro, que muitas vezes tenho visto, para onde de vez em quando se retirava ou refugiava, com receio da perseguição que na Beira foi desbragada em toda a extensão da palavra, desde 1834 até 1839, contra os que se haviam mostrado affectos á causa de D. Miguel.»

É mais um testemunho a juntar a tantos outros, comprovativo da longanimidade das hostes liberalistas.

Lembrarei ainda, ao terminar estes breves apontamentos, que o procurador às Côrtes de 28, a quem já se tem attribuído a coordenação e redacção do célebre *Assento dos Três Estados do Reino*, pelo qual D. Miguel foi declarado legítimo Rei de Portugal, pertenceu à Academia Real das Ciências de Lisboa, e com o grau de Cavaleiro, às Ordens de Cristo e de N. S. da Conceição.

\*  
\*   \*  
\*

É muito vasta e valiosa a bibliografia que José Acúrsio das Neves nos legou, achando-se o seu nome vinculado ao movimento cultural português por alguns dos mais notáveis trabalhos históricos, económicos e políticos que viram a luz da publicidade no decorrer do século passado.

Como historiador consciencioso e documentado se afirmou, principalmente, ao traçar o quadro das invasões francesas, de que fôra testemunha, numa obra por completar, a *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal, e da restauração d'este reino*, obra em que se encontram reunidos copiosos subsídios para o estudo dessa época tormentosa, e que ainda hoje se pode ler com proveito e aprazimento, por virtude da sua linguagem e abundância de pormenores.

Na Introdução aos cinco volumes publicados declarava o seu autor o seguinte:

«As leis da Historia, que por huma parte prohibem o silencio sobre os factos mais interessantes, e por outra exigem do historiador a verdade, e a imparcialidade, como o primeiro, e o mais essencial dos seus deveres, me obrigarão, bem a meu pezar, a referir alguns successos, ou circumstancias, que não poderão agradar a alguns dos meus compatriotas. Não o praticarei já mais, sem huma circumspecção tanto maior, e hum exame tanto mais apurado, quanto os factos forem mais importantes; não podendo porém jactar-me de ter conseguido, o que he impossivel, huma evidencia mathematica em objectos, que não tem outro fundamento, que a fé humana, peço a todos aquelles, que se julgarem offendidos pela minha pena, que em lugar de me acusarem de impostor, ou parcial, queirão fazer-me conhecer os erros, em que eu possa ter cahido; e pela minha docilidade em emendallos conhecerão elles, e conhecerá o mundo, que não sou dirigido por outros motivos, nem animado por outros desejos, que os de conservar, e transmittir á posteridade memorias fieis, e circumstanciadas do que se passou em Portugal nesta época memoravel da nossa Historia.»

Mas a declaração não aproveitou, pois os compatriotas do historiador que se julgaram agravados pelo relato dêsses successos que não lhes podiam agradar, preferiram a vingança à correcção. E assim, como escreveu Inácio Cardoso, a *Historia geral das invasões*, «se por uma parte lhe deu nome e grangeou elogios, por outra foi, talvez, a principal causa da cruel perseguição, que lhe foi movida em 1821, e annos seguintes, por ter nella feito como historiador imparcial, menção pouco

honrosa de individuos, que depois na citada epoca figuraram muito na scena politica, e que assim tiveram occasião de exercerem, sem reboço a sua vingança.”

Èle próprio o confessou desta forma, numa das *Cartas aos seus concidadãos*: “eu me occupava com a Historia Geral da invasão dos Francezes; (ah! Com a Historia, que foi a primeira origem de todas as minhas perseguições!).”

\*  
\*   \*  
\*

Deixemos porém o historiador, pois bem mais vincada se nos apresenta a sua personalidade de economista, sendo até José Acúrsio das Neves um dos autores que surgiram com maior empenho e autoridade a desbravar novos caminhos, num período em que os estudos da especialidade se encontravam ainda numa fase rudimentar.

Percorrendo as suas obras, como, por exemplo, as *Variedades, sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Politica*, a *Memoria sobre os meios de melhorar a industria portugueza* e as *Noções historicas, economicas, e administrativas sobre a produção, e manufactura das sedas em Portugal*, — obras a que ainda hoje não pode dispensar-se de recorrer quem pretenda informar-se convenientemente da evolução das doutrinas económicas entre nós — verificamos a sua constante preocupação de remediar o atraso em que êsses estudos se achavam, chamando para êle as atenções dos seus contemporâneos e esforçando-se por demonstrar a urgente necessidade que havia de dar maior desenvolvimento à cultura das ciências económicas.

Também a literatura colonial lhe deve um ensaio de valia, as *Considerações politicas, e commerciaes sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa, e na Asia*, e a cosmografia, um volume que não teve continuação, o primeiro tómo dos *Entretenimentos cosmologicos, geographicos e historicos*, publicado em 1826.

È curioso observar que no campo económico José Acúrsio das Neves foi um dos representantes da escola *individualista* ou *liberal*, cujos principios e modalidades tiveram apreciável influéncia em alguns illustres críticos e propagandistas no nosso país. Basta lembrar os nomes de José da Silva Lisboa, Francisco Solano Constâncio, José Ferreira Borges, Adrião Pereira Forjaz Sampaio e do Padre Manuel de Almeida, para recordarmos a repercussão que obtiveram em Portugal as doutrinas proclamadas por Adam Smith, João Baptista Say e por outros prece-

ptores da mesma escola, as quais, diga-se de passagem, perdiam muito da sua rigidez, ao serem adoptadas e divulgadas pelos nossos economistas.

O individualismo económico, tentando corrigir os exageros da *fisiocracia*, surgia ainda como uma reacção contra as teorias ferozmente intervencionistas do *mercantilismo*, proclamando, ao invés destas, as vantagens da liberdade económica e da iniciativa individual, pondo em evidência o carácter histórico e não natural da propriedade privada, e contraditando a teoria agrária dos fisiocratas, para quem a agricultura era a única fonte verdadeiramente produtiva.

Todas estas ideias, mais ou menos atenuadas, transparecem nos escritos de José Acúrsio das Neves, mas, nos seus pontos essenciais, com a necessária nitidez, para que o consideremos perfeitamente integrado na corrente individualista, como se infere, por exemplo, da sua opinião de que «A industria he sómente quem pôde salvar-nos, porque só ella dá a riqueza, base principal da força, e prosperidade dos povos.»

\*  
\*      \*

Resta-me falar do panfletário culto e audacioso que foi José Acúrsio das Neves, feição que nos deixou admiravelmente documentada nas *Cartas de hum portuguez aos seus concidadãos*, onde também encontramos uma crónica sugestiva dos primórdios do Liberalismo e das Côrtes Ordinárias de 1822, que êle conhecia como poucos, por se ter atrevido a provocar-lhes o facciosismo demagógico.

Por aí se vê bem que o Constitucionalismo, ao ensaiar entre nós os seus passos vacilantes, logo patenteou claramente os males ingénitos que o caracterizam, chegando a pôr em sério risco, como sabemos, a autonomia nacional, pois lembremo-nos de que já a imprensa do tempo acusava Fernandes Tomás de haver recebido de D. José Pando a soma de cinco milhões de reais, para levar a seu termo a revolução, executando depois o plano gisado pela famosa *Sociedade dos Regeneradores do Género Humano*, onde se estabelecia a divisão da Península em várias repúblicas confederadas.

Melhor do que ninguém, nos conta José Acúrsio como as coisas se passaram após o brado sedicioso do Campo de Santo Ovídio, nesse verão de 1820. O seu relato tem o duplo valor de ser o de uma testemunha fiel, que não aguardou o eclipse do terror liberalista para formular a sua condenação clara e vibrante. Escutêmo-lo com a devida atenção, e não daremos por perdido o nosso tempo.

Mas as *Cartas de hum portuguez aos seus concidadãos* não se impõem sòmente pelas páginas descritivas do terremoto *vintista*, dêsse "*grande terramoto constitucional que* — no dizer do próprio Eça — *tudo nivelou e achatou — typos, costumes e caracteres.*" Encerram elas também admiráveis conceitos doutrinários, e tão copiosos e proveitosos que os devemos justamente considerar como um dos melhores documentos da nossa literatura contra-revolucionária.

\* \* \*

Eis rápidamente esboçado o perfil de José Acúrsio das Neves, dêsse honrado português a cuja memória a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa prestou, há dois anos, merecida homenagem, conferindo o seu nome a uma das novas ruas da capital.

A historiografia de partido não conseguiu emaranhar na sua teia caluniosa o nome dêste homem bom que soube servir o seu país com invulgar desinterêsse, sacrificando a vida e os haveres à defesa da Monarquia legítima. É que na biografia de José Acúrsio das Neves nem os próprios adversários puderam registar qualquer acto que lhes servisse de pretexto às suas especulações habituais. A sua personalidade era inteiriça; êle foi o exemplar acabado daquele *homem de um só rosto*, celebrado nas estrofes do poeta quinhentista.

Nenhum dos críticos ou biógrafos do Desembargador deixou de lhe pôr em relêvo a firmeza do carácter e a solidez das convicções. As máximas e superstições democráticas que dominavam quando José Acúrsio despertava para a vida do Pensamento, não conseguiram perturbar-lhe a lucidez do espírito, nem desviar-lhe o passo de português leal à fé jurada e ao seu Rei, o que não sucedia, infelizmente, a muitos contemporâneos do escritor, cuja visão foi deformada pelo tumultuar das ideias e acontecimentos da época.

Não se atrevendo a abocanhar-lhe a memória, deu-se a historiografia oficial por satisfeita em lhe apagar o mais possível a importante acção política, persuadida de que dêsse modo viria a posteridade a ignorar o doutrinário ou a esquecer o propagandista de uma ideologia que ela supunha para sempre aniquilada.

Sejamos nós a quebrar êsse silêncio injusto, nesta hora do primeiro centenário da sua morte, nós que podemos orgulhar-nos de pertencer a uma geração que já se não curva perante os manipanços da liberdade, que já informou a sua inteligência à luz daquelas verdades

eternas que José Acúrsio das Neves defendeu como precursor glorioso que foi do nacionalismo integral, que é como quem diz, da Monarquia.

Prestemos a devida homenagem à memória de quem, ao longo de uma existência tempestuosa, plena de perseguições e desventuras, pôde orgulhar-se de afirmar que não tinha nódoas na sua vida; à memória de um publicista que a si próprio se retratava, ao inscrever no termo das suas *Cartas* esta nobilíssima confissão:

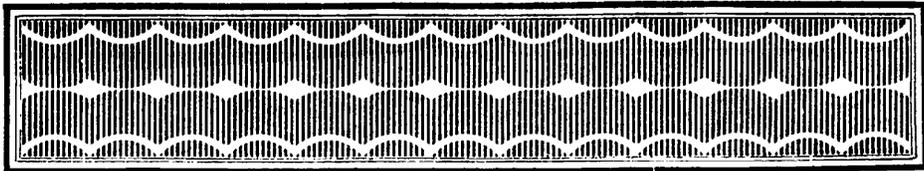
«Se na morte pôde haver doçura, quanto será doce a quem tem penetrado por entre tantas revoluções o poder pronunciar morrendo: *Sempre fui fiel a Deos, e ao Rei!* Sim, a carreira em que hei de acabar, será a mesma em que comecei, deixando por braço à minha posteridade: *Virum fortem vita potius deseret quam fides.*»

E é honrar-lhe ainda a memória, proclamar que as ideias e princípios por que êsse *vir bonus* combateu até ao fim, sem temor nem desfalecimento, não morreram. Parafraseando Marcel Sembat, *uma ideia só vai morrer quando deixa de entusiasmar os novos*, pois, como afirma Léon Daudet, «*la jeunesse c'est la clé de l'avenir, et quiconque la tient, par l'esprit, tient l'avenir.*»

Ora, que eu saiba, as ideias monárquicas não deixaram de entusiasmar a mocidade, antes as vemos irem-na conquistando, dia a dia, com segurança e persistência, o que nos leva, portanto, ao convencimento de que o futuro lhes pertence, de que lhes pertence até o presente, por se mostrarem triunfantes nos domínios da Inteligência. E como inquiria António Sardinha, às vésperas do seu desaparecimento, «*Não é já um prémio alto de Deus ter razão numa babel confusa em que ninguém mais a tem?*»

Que respondam os académicos agrupados na Federação dos Estudantes Monárquicos de Portugal, a quem sinceramente agradeço o haverem-me proporcionado o ensejo de formular êstes comentários.





# MATINAS

*Na curva do horizonte a luz voeja...  
Lá foge a sombra, em azas de luar...  
As pérolas do orvalho, ao sol que as belja,  
Lembram fervores de olhos a rezar.*

*Chilreiam avezinhas na deveza,  
E, em vôo, traçam o Sinal da Cruz.  
Desperta, estremunhada, a Natureza.  
O céu é um lago esplêndido de luz!*

*Argênteos sinos, a gritar, contentes,  
Cantam Trindades pelo azul do ar.  
Abrem-se olhos sonâmbulos, dormentes...  
É a hora matinal de levantar.*

*Então há mãos em gestos ogivais,  
E, num murmúrio carinhoso e brando,  
Que lembra beijos espirituais,  
Há lábios suavíssimos rezando:*

*«Bendito seja, oh Deus! do Teu poder  
«O celestial, divino talisman!  
«Bendito, porque me deixasTe ver  
«O sorriso de mais esta manhã!*

«*Louvem-Te os lábios meus, todo êste dia,*  
«*Mais puros do que pétalas de rosas!*  
«*E ogivem-se, num gesto de harmonia,*  
«*As minhas mãos, em preces fervorosas!*

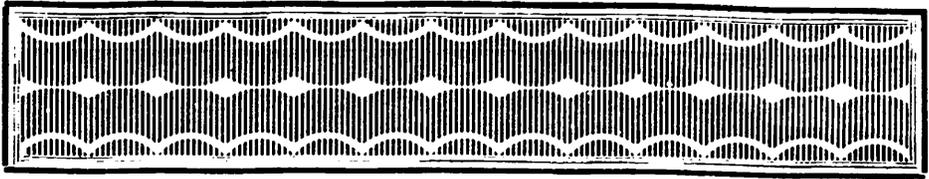
«*Desvia as pedras que há no meu destino,*  
«*P'ra que eu não caia, tropeçando nelas!*  
«*E os olhos meus, num êxtase divino,*  
«*Ergue-os bem alto, acima das estrelas!*

«*Senhor! Ao doentinho dá saúde,*  
«*Pão ao faminto, ao órfão um regaço,*  
«*Ao criminoso, o amor pela virtude,*  
«*Ao moribundo, o encôsto do Teu braço!*

«*Diante dos pèzinhos das crianças*  
«*Traça futuros próvidos, serenos!*  
«*E aos desgraçados, já sem esperanças,*  
«*Põe-lhes nos olhos lágrimas, ao menos...*

«*Senhor! Dá aos que sofrem e aos que pensam*  
«*A luz da Tua graça, vida àlém!*  
«*Dá a todos, Senhor, a Tua bênção,*  
«*E livra-nos de todo o mal. Amen.»*

Maria Augusta Nogueira.



# Direitos do Espírito

por Claudio e António  
Corrêa d'Oliveira Guimarães

**A** CABA a Sociedade de Belas Artes do Pôrto de prestar a sua homenagem a Mestre João Augusto Ribeiro, culto Artista e desenhador primoroso, realizando uma exposição de toda a sua obra, no Salão Silva Pôrto!

Sinceramente nos associamos a ela, pela mesma razão porque nos foi grato vêr homenageadas pelos Municipios de Lisboa e Pôrto as obras do *intelectual* Columbano, do *místico* António Carneiro e do *luminoso* Artur Loureiro, e grato nos será assistir, amanhã, à projectada consagração da actividade pictural de Malhõa, o grande *virtuose* da côr.

Outros Artistas há que insistentemente exigem identicas homenagens reparadoras. Destacando de uma maneira especial os que no Pôrto nasceram ou se fizeram, a nossa lembrança não pôde esquecer Silva Pôrto, Mestre dos Mestres paizagistas; Henrique Souzaõ que pela marcada originalidade da sua tecnica foi o Cesario Verde da pintura; Candido da Cunha, inegalavel interprete das horas crepusculares; António José da Costa, o poeta pictórico das flores a que o seu pincel, cheio de delicadeza, de finura de toque, de fluidez de tintas, sabia dár côr, perfume, vida.

Mas...

\* \* \*

Louvando por esta forma tudo quanto até hoje se fez nêsse sentido — o que é pouquissimo — e tudo quanto se venha, ainda, a

fazer — o que nunca será demais —, com bastante independencia nos sentimentos para salientar, aqui, uma grave injustiça da nossa Terra e do nosso tempo.

Referimo-nos à criminosa indiferença, senão ao visível desprezo, com que é visto entre nós o esforço dos homens de Letras.

Os Artistas plasticos, obtendo em vida rápida fama e relativos proventos, morrem, quasi sempre, na certeza de que a posteridade saberá dignificar a sua memória e exaltar os seus nomes.

Os *galerianos* dessa outra *Costa de Africa* que é a vida pela *pena*, passam, em Portugal, entre a desatenção de quasi toda a gente, sem que um sorriso de simpatia ou de fortuna lhes premeie os grandes sonhos de intelligência e os altos vôos de arte. Para além da morte, ninguém sabe ou repete os seus nomes! —; ninguém evoca ou relê as comovidas páginas que escreveram, transmudando a sua emoção em joias de peregrino lavôr. Pois é nélas — nas páginas imortais dos nossos imortais Poetas e Prosadores — mais do que na frieza do marmore, na policromia das tintas ou no ritmo da música, que melhor se exprime, exalta e perdura o Génio Português.

Só dois autores, entre nós, alcançaram a glória de uma estatua: Camões e Eça de Queiroz. Nas cidades, excepcionalmente se lhes levanta a homenagem simples de um busto ou se lhes dedica o nome de uma rua; quando tál acontece, como a Latino Coelho, por exemplo, logo a malária política se encarrega de lhe trocar o nome pelo de qualquer figurão matriculado na longa lista dos perturbadores civis.

A triste verdade é que o labôr literário não equivale, na nossa Terra, a uma profissão prestigiante e remuneradora: ela dá a quem a exerce o minimo necessário para morrer à fome!

Como não havia de sêr assim num país em que as próprias pessoas inteligentes — e são muitas — por uma falta assinalada de cultura, consideram enfadonho e inutil o habito de lêr?

Objetar-nos-hão, os que vivem numa boçal admiração por quanto é estrangeiro, que tal fenomeno não tem carecteristica nacional, pois lá fóra acontece o mesmo — no Brasil, na França, na Itália: em todo o mundo.

Completo engano!

No Brasil, por exemplo, tão grande é a consideração attribuída aos espiritos raros dos seus literatos que nenhum acontecimento mundano brilha sem a sua presença; em França, não é necessário sêr-se um Edmond Rostand ou um Anatole France para se conquistar um lugar na Academia e uma fortuna fabulosa; na Itália, não só Gabriel d'Annunzio e Marinetti merecem do Estado e do Povo honras de príncipes; na Espanha qualquer cronista como Fernandez Flores, mesmo que não seja

dos primeiros, um Salaverria, um Maeztu, um Unamuno, obtém com facilidade, mensalmente, por crônicas diárias, no *Abc, Debate* ou noutro grande quotidiano, alguns milhares de pesetas.

Qual dos nossos escritores, por exemplo, obteve já, à semelhança de Coelho Neto, a dádiva de uma casa, adquirida por subscrição pública na intenção simpática de assegurar a benção de um tecto à velhice e ao repouso bem merecido do Artista?

Entre nós, se um estudioso como Gama Barros, Alberto Sampaio, Alfredo Pimenta, Carolina Michaëlis, compõe uma obra de erudito, ninguém a lê por falta de cultura; se um romancista, como Malheiro Dias e Sousa Costa, escreve um romance, ninguém o lê por ausência de interesse; se uma poetisa, como D. Branca de Gonta, ou um poeta como Alberto de Monsaráz ou Mário Beirão, realisa uma pura obra emocional, ninguém a aprecia por carencia de gosto.

Os creadores de Poemas, os temperamentos mais requintados, são geralmente tidos e havidos como pessoas inabéis, que desaproveitam o seu tempo à busca de imagens, de temas, de rimas. Os jornalistas de verdade — tão raros! — esvaíem o cerebro numa vertiginosa e diária galopada de assuntos, de comentários, de impressões fugazes como um relampago de magnésio, reduzidos, quasi, ao papel subalterno de noticiaristas, para atingirem, invariavelmente, o termo da labuta, com a saúde derrancada, o estomago a dar horas e a algibeira vazia.

Entre todas as fórmulas conhecidas de suicidio, desde a bala libertadora ao arsénico corrosivo, a carreira das Letras, Thabôr moderno, é, sem duvida, entre todas as carreiras ingratas, a mais longa, a mais vitimaria, a mais dolorosa.

Sendo pobre, o escritor português é levado às mais torturantes abdições da sua personalidade; procura adaptar-se — e com que esforço! — a profissões mais rendosas e estáveis. Só assim se explica que algumas figuras das nossas Letras, possuindo na vida mental uma situação de relêvo, se sujeitem à subalternidade de funções que se não harmonisam, nem de leve, com a sua categoria intelectual. Para não ferir a susceptibilidade dos vivos, lembraremos, entre os mortos, Fialho de Almeida que foi, se não erramos, ajudante de farmacia, e D. João da Camara que ocupou um modesto lugar nos caminhos de ferro!

Dá-se, neste país, o fenómeno estranho dos autores escreverem só para si próprios, já que não podem deixar de obedecer a essa natural exigencia subjectiva. O publico não lhes pede nem compra as obras. Vive no delirio obsediante e boçal do *foot-ball*, na expectativa de novos *goals*, reverentemente se entrega à admiração pascácia das banalidades

cinematográficas, incensando, num culto mais sensual do que artistico, o fatalismo feminino de Marlene Dietrich e as voluptuosas linhas plasticas de Greta Garbo.

A crise de leitores implica a crise de editores. Um autor que encontra quem o edite, concorre para a falência de quem o edita. Um autor que se edita a si próprio, cava com esse gesto homérico a sua propria ruína.

As unicas obras que teem curso, as unicas que andam de mão em mão, avidamente procuradas e lidas, são as obras francesas. Com o soberano desprezo de Damaso Salcede pelas coisas nacionais, todos consideram isso mais *chic*, de melhor tom.

Contam-se a dedo, entre nós, as pessôas que escrevem, vestem e pensam à portuguesa. As ideias importam-se como os figurinos. O *Larousse* é, no dominio da cultura, o que a revista *Femina* é no dominio da indumentária: um catálogo de modelos. São franceses os autores que se aplaudem, as doutrinas que se citam, os textos que se transcrevem; francesas são, até, as páginas que se plagam.

Da literatura francesa, lê-se, ao menos, a mais profunda, a mais salutar? Nem isso! No numero dos romancistas, Bourget é menos conhecido do que Clement Vautel; Bernanos menos discutido do que Maurice Dekobra; Bordeaux e René Bazin não ofuscam Henri Ardel. Na galeria dos dramaturgos, Marguerite suplanta Ghéon e Claudel. Entre os historiadores, os filosofos, os doutrinários, os críticos, obras como as de Bainville, Maurras, Massis, Maritain, Gaxotte, Braudillart, conhecem-se superficialmente; os seus nomes citam-se amiude, não pelo conhecimento directo das obras que subscrevem, mas com o amparo de citações alheias.

Para se avaliar fácilmente da decadencia da nossa cultura, bastará averiguar qual o livro que mais se lê em nosso tempo. Durante muitos anos esteve na berlinda a *Rosa do Adro* que já passou, felizmente, de moda, cremos nós.

Tivemos, há meses, ocasião de visitar assiduamente uma biblioteca pública. Com espanto verificamos esta coisa surpreendente: a obra mais manuseada, disputada, constantemente absorvida pelos alunos de todas as idades de um Liceu próximo, era esta obra substancial, educativa, forte: — o *Texas Jack!*

\*  
\* \* \*

A desoladora indiferença que, de uma maneira geral, se verifica perante as altas criações da sensibilidade, desce em certas cidades, no Porto por exemplo, a um inconcebível grau de temperatura frígida. Teixeira Lopes passeará a cidade quasi de ponta a ponta, sem que uma duzia de pessoas logre identificar naquêlê homem de perfil caprino e longas barbas de apóstolo a sua personalidade inconfundível de Mestre escultor. Em Antero de Figueiredo, quando percorre as nossas ruas no seu passo lento de levandisca, ninguém vislumbrará o prosador riquíssimo do *«Jornadas em Portugal»*, o lavrante espiritualista do *«Senhora do Amparo»*. Quando todas as manhãs atrevesa o burgo, a caminho do Museu Municipal, que há muitos anos dirige, o olhar desatento do transeunte tripeiro não reconhecerá na figura grave e monastica de Julio Brandão um poeta de profunda emotividade, um dos maiores contistas da língua portuguesa.

Num meio, como o de Lisboa, de mais marcado relevo intelectual, já esta regra sofre modificação. Se muitos escritores passam despercebidos entre a turba-multa que povoa a *urbe* das muitas e desvairadas gentes, outros há que fortemente suscitam a atenção de um publico, que, quando lhes não conhece as obras, lhes conhece, pelo menos, o nome, a psicologia, os habitos, as predilecções políticas ou literárias, a côr do fato que usam, os cigarros que fumam, a forma do chapêu que trazem. Julio Dantas se passear na Baixa a sua elegancia de *academico* atraírá principalmente a curiosidade das mulheres, motivo favorito das suas crónicas. Gualdino Gomes será reconhecido e apontado a dedo em todas as tertulias dos cafés ou da rua pela sua barbicha irreverente de fauno voluntariamente exilado do convívio amavel dos deuses. Hipolito Raposo, que é um pedaço da Beira Baixa transplantado para Lisboa, destacará entre uma multidão de enfezados e raquiticos o seu largo arcaboço de bom serrano. Virginia Victorino prenderá a atenção da gente moça que melhor lhe conhece a obra... enamorada e mais fundo sabe apreender a comoção dos seus versos femininos. José de Almada Negreiros será acolhido em toda a parte pelos *«novos»* século XX, a quem não escandalisa a graça dos seus trocadilhos futuristas, as suas ousadias de lapis e de prosa que marcam, em Literatura como em Arte, uma *«d direcção unica»*.

O alheamento a que sempre se votaram os portugueses em relação

à vida espiritual do seu tempo, não é de hoje; já vem de longe. Sentiu-a duramente Alexandre Herculano, quando ainda não era o maioral reconhecido e amado dos historiadores pátrios, vivendo, quasi desconhecido, numa casa humilde da Rua de S. Sebastião. Compreendeu-a duramente Almeida Garrett, padre mestre do Nacionalismo Literário Português, ressuscitador do espírito ráxico obliterado, quando, atingida a redoirança da sua alta gloria, voltou ao berço natal para sêr combatido, algum tempo depois, na fortuita escaramuça de uma eleição de deputados. Refere-se-lhe em algumas páginas desalentadas a pena realenga de Camilo Castelo Branco, a que os seu contemporâneos, mais habituados a medir a *flaneta* e o *briche*, não mediram o soberano valor.

\* \* \*

Entre as desastrosas consequências que a Burguezia trouxe ao mundo, deve incluir-se como uma das mais trágicas, a do desaparecimento das *élites* pensantes, a do atrofiamento mortal da cultura. Ela não foi só, no domínio social, o triunfo dos fortes sobre os fracos, dos ricos sobre os pobres, dos desonestos sobre os honrados; foi também, no dominio da intelligência, a vitória dos medíocres. O oiro venceu o Espírito, — apagou brutalmente a sua flama redentora!

A Renascença com todo o seu esplendôr faustoso, o próprio fim da Meia Idade foram delicados canteiros de jardim onde brotaram em perfume e em flôr as hastes liriais dos génios. Então, como depois, como sempre, os Reis, a própria aristocracia, protegiam, entre nós, as Artes e as Letras, acarinhando Fernão Lopes, Camões, Gil Vicente, João de Barros, Jorge de Montemór.

Há cincoenta anos, ainda, toda uma burguezia sentimental romântica, menos insensível e dura do que a de hoje, admirava sinceramente os literatos da época, recitando João de Lemos, decorando Tomáz Ribeiro, ouvindo Pinheiro Chagas, familiarisando-se com Macedo Papança, recebendo nos seus salões, com honras só prestadas à primeira nobresa, os poetas e os prosadores mais em voga.

Os próprios «*Vencidos da Vida*», mestres consumados em vestir ideias com a elegância com que se vestiam, se existissem hoje não conseguiriam celebrisar-se como se celebrisaram numa epoca em que ainda era possivel reunir nas seroadas artisticas da Duqueza de Palmela ou na

fidalga casa de D. Maria Amalia Váz de Carvalho, verdadeira sucursal da Academia, que nada ficou devendo aos celebres salões das Senhoras Necker, Girardin e Ancelot, nomes gloriosos como os de António Candido, Condes de Arnoso, Sabugosa e Ficalho, Sousa Monteiro, Teixeira de Queiroz, José António de Freitas, Sousa Martins, Corrêa d'Oliveira, Cristovão Ayres.

Actualmente, apesar de tantos se guizalhar a necessidade de uma *“política do espirito”* não só os cidadãos mas até o próprio Estado se mostra nulo de todo o estímulo e de toda a solicitude para o triste operário da inteligência a que antes de qualquer outro importa conceder azas libertadoras.

Sabe-se lá quantas vocações se perdem e fanam ao contacto de um ambiente hostil a letras de forma, inteiramente propicio a letras de... cambio. Sabe-se lá avaliar a trágica ascensão daqueles raros estoicos que ao termo de porfiada luta conseguem marcar a fogo a *brand* de uma personalidade!

Quando o burguezão ignaro e o seu filho unigénito, o bacharel-loide, olham indiferentemente os livros expostos nas montras, pasmados como boi para palácio, não calculam, porque não pódem, a dôr da sua gestação, os cuidados da sua factura, a utilidade do seu esforço, a esperança de glória e renome que os autores entreteceram em todas as suas páginas.

\*  
\*   \*  
\*

Póde considerar-se um dos motivos essenciais da nossa decadência intelectual o condenável hábito que sistematicamente afasta dos logares que mais a caracter deveriam ocupar, quantos se entregam, no nosso país, à amarga profissão literária. As bibliotecas, os arquivos, os museus, as próprias repartições do Estado que se encontram em mais íntimo contacto com a vida mental e artistica dos portugueses, deveriam ser exclusivo logradouro dos que amorosamente cultivam, em espreiadas leiras ou em singelos hortos, as quási divinas coisas do Espírito. Com grave prejuizo para a cultura geral, tudo isso está gravido de uma multidão de funcionários incompetentes, burocratas incultos e broncos que Eça tipificou naquele Sousa Neto dos *Maias*, Director Geral do Ministério da Instrução Pública, para quem a Inglaterra não era um país de poetas!

Dos raros exemplos que, em contrário, se queiram aduzir, justo é salientar o da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, cujo quadro directivo se honrou com os nomes ilustres de Alexandre Herculano, Rocha Peixoto, Sampaio Bruno e João Grave e, ainda hoje, mantém, a orientá-la o superior espírito crítico, singularmente culto e claro, de Joaquim Costa, coadjuvado por Magalhães Basto, investigador inteligente e infatigável das velhas coisas tripeiras, e Narciso de Azevedo, o sonetista burilador do «*Ritmos da Hellada*».

De uma maneira geral, não basta, porém. Além dos cargos de direcção, ocupados já pelos que possuem a garantia de um nome feito, justo é que os lugares a crear sejam reservados aos proletários do Espirito. E dentro dêsse critério, estabeleça-se de uma vez para sempre, como regra, como *canon* a seguir, que as aptidões próprias se revelem, não numa banal carta de *bacharel* mas num trabalho literário autenticador de verdadeiro mérito.

O *bacharel* é o nosso grande mal. Tudo ambiciona, invade, aproveita. Só ele parece possuir direitos sérios de acomodação e aposentadoria. Vêmo-lo emiscuido em toda a parte, nos museus, nas bibliotecas, nos arquivos, nas próprias salas de «*redacção*», revelando o seu analfabetismo primário, num potencial de ignorância e estupidez que calafria.

\* \* \*

Ao longo das considerações amargas que a homenagem a João Augusto Ribeiro nos sugeriu, supera a revolta que sentimos pela indiferença em que agonisa, entre nós, todo o labor intelectual. Porque é que, à semelhança do que se está usando com os Artistas plásticos, se não promove a consagração dos homens de Letras, que, teem sido, até aqui, os maiores sacrificados, os eternos esquecidos?

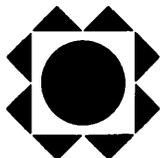
O Pôrto, que é por lamentavel sina, entre todas as cidades do País, a mais rebelde às exigências da sensibilidade e da inteligência, encontrou ensejo de se reabilitar e enobrecer, consagrando o nome daquêles altos espíritos que à sua sombra escreveram algumas páginas perfectas. Almeida Garrett e Arnaldo Gama, por exemplo, aguardam, ainda, a grande festa glorificadora que merecem; Oliveira Martins, que tantos anos viveu entre nós, no seu retiro claustral das *Aguas Ferreas*, Ramalho Ortigão e António Patricio teem direito absoluto a serem lem-

brados, já que inexplicavelmente os esqueceram. Camilo Castelo Branco que à vida portuense de há quarenta anos tanto traz ligada a sua memória, reclama alguma coisa mais de que um monumento inexpressivo e banal. O próprio António Nobre não poderá considerar-se completamente homenageado, enquanto o seu busto se encontrar no Jardim da Cordoaria, local que o Poeta, se fosse vivo, seria incapaz de frequentar, dada a sua instintiva repugnância pela multidão. Por isso, o seu busto deve ser levado para a calma repousante do Passeio Alegre ou de Carreiros, na Foz, onde nas tardes serenas e nas noites luarisadas a sua figura byroniana perpassou afagando ilusões, sonhando quimeras, compondo versos...

\*  
\*       \*  
\*

Quando tão insistentemente se fala em *«Política do Espírito»*, — será atrevimento pedir que, em seu louvor e em sua defeza, se faça, enfim, alguma coisa de positivo?

Pôrto, Abril de 1934.



# VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1834

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

## Março

**Dia 30** — *Domingo de Páscoa* — O brigadeiro Barão do Pico do Celeiro sai daqui com a outra coluna da divisão constitucional que aqui estava e vai acampar no monte da Forca, suburbios desta vila, tendo deixado de guarnição nesta uns cento e tantos voluntários do batalhão de Leça, e governador militar o major Fontelos. À meia noite d'êste mesmo dia chegou a outra coluna que no dia 28 d'êste mês tinha marchado sobre Braga, tendo marchado daí até Vieira em seguimento do general realista Raimundo e dos guerrilhas que este governava. Desta coluna que marchou sobre Braga, ficou lá o batalhão do Minho dando vários destacamentos para diferentes terras da província.

A Camara nomeou tesoureiro do almoxarifado do património real, Custódio José Marques, negociante, e, na ausencia d'êste, Domingos José Gonçalves Pereira; tesoureiro geral das décimas, José Martins da Costa Mendes; outros cargos de tesoureiros; tesoureiro da câmara, Francisco Ribeiro da Costa Sampaio, e almoxarife o bacharel José Joaquim Dias de Castro.

**Dia 31** — Chega aqui, vindo do Porto, para onde tinha fugido depois que tinha estado com a guerrilha constitucional de Vieira, o Barão de Vila Pouca. (P. L.)

No couto de S. Torcato é feita a aclamação da Senhora D. Maria II. A aclamação foi feita pelo Juiz José Pedro de Freitas Gomes Duarte e pelo procurador Manuel Joaquim da Costa.

No fim d'êste mês já se tinham apresentado às autoridades bastantes realistas desta vila. (P. L.)

## Abril

**Dia 1** — A's 3 horas da manhã saiu daqui, em direcção a Pombeiro, a coluna da divisão constitucional que nesta vila tinha entrado na noite do dia 30 do mês de Março passado. (P. L.)

A câmara e povo do Couto de Ronfe aclama a Rainha D. Maria II e a Carta Constitucional.

«O Periódico dos Pobres no Porto» n.º 64, diz: — «Porto, 1.º de Abril — Por officio do Ex.º General Barão do Pico do Celeiro, datado de 21 do passado, ao Ex.º Prefeito da Provincia do Douro, consta

que tendo mandado reunir em Guimarães parte da força que tinha ido para Braga, ia a marchar sobre a estrada de Pombeiro sobre Amarante. Tendo chegado hontem alguma força rebelde a Penafiel, chegando alguns a Baltar, sahio hoje d'aquí o Ex.<sup>mo</sup> General Canavarro com uma columna dirigindo-se pela estrada de Valongo para aquella cidade. O Ex.<sup>mo</sup> Barão de Vila Pouca, que tinha chegado aqui, segundo anunciamos no nosso numero 62, marchou hontem com os seus companheiros para Guimarães, por ordem do Ex.<sup>mo</sup> General Barão do Pico do Celeiro, para organizar ali os 2 batalhões, para cujo fim tinha sido pedido pela Comissão Municipal da mesma Villa.»

**Dia 2**— Uma correspondencia do Porto, desta data, no «Pobres no Porto», diz : — Os rebeldes (miguelistas) fogem de encontrar-se com os nossos bravos soldados, pois apesar de que José Cardoso (segundo nos asseveraram), tinha dito em Penafiel que ia queimar Guimarães, prometendo antes disso 3 dias de saque à sua cáfila, contudo não se atreveu a isso logo que soube que a nossa tropa lhe vinha sahir ao encontro, por isso largou immediatamente Barrosas, até onde tinha chegado, e retrocedeu sobre a Lixa onde se conservava ainda esta manhã.»

Ouviu-se muito fogo para as partes de Amarante. Foi em razão das colunas constitucionais da snr.<sup>a</sup> D. Maria II, que aqui tinham estado, terem atacado entre a Lixa e S. Gens as tropas realistas do snr. D. Miguel, as quais eram comandadas pelo general realista José Cardoso. A acção foi renhida de parte a parte, havendo muitos mortos e feridos, perdendo as tropas realistas o campo e alguma artilharia, retirando para Amarante e indo as tropas constitucionais em seu seguimento. (P. L.)

•

Nêste dia o vimaranense Valentim Brandão Moreira de Sá Sotto Maior, ajudante interino do Batalhão Nacional Movei da vila de Guimarães, com uma escolta de milicias e outros mais officiaes, fazem auto de aclamação da Rainha D. Maria II no concelho de S. João de Rei, da antiga comarca de Guimarães.

•

Ouviu-se nesta vila muito fogo de artilharia para as partes de Amarante. Foi de Amarante onde já estava a tropa constitucional para o Covêlo onde estava a tropa realista. (P. L.)

•

Desembarcou no Porto o Duque da Terceira e vários officiaes, entre eles alguns titulares, e o resto do batalhão de caçadores n.º 12; depois de alguns dias de descanso marchou para Amarante para comandar a divisão constitucional do norte, passando o Barão do Pico do Celeiro a comandar a força constitucional ao sul do Douro, junto ao Porto. (P. L.)

**Dia 4** — Por ser os anos de S. M. a snr.<sup>a</sup> D. Maria II, houve à aurora e meio dia fogo do ar e repique. De tarde saíu um Bando acompanhado pelas bandeiras dos officios, pelo qual a Câmara convidava a pôr luminárias à noite. (P. L.)

•

Alguns voluntários do batalhão movei desta vila foram para Basto para lá aclamarem a snr.<sup>a</sup> D. Maria II, que os frades e o povo daquêl concelho não quizeram reconhecer. (P. L.)

•

O ministro da guerra deu a S. M. Imperial a noticia official de Guimarães ter

reconhecido o governo constitucional em nome da rainha, apresentando-lhe o auto da Câmara Municipal.

**Dia 5** — Passam aqui os milicianos de Basto, que vinham de Valença onde tinham estado de guarnição até ao dia 30 do mês passado, dia em que entregaram, por capitulação, a supradita praça ao almirante da esquadra da snr.<sup>a</sup> D. Maria II, visconde do Cabo de S. Vicente.

**Dia 8** — Fizeram-se alguns sequestros em algumas casas desta vila por se não terem recolhido os donos delas, ou por terem acompanhado o exército realista. (P. L.)

Chegou aqui o batalhão constitucional de Leça, o qual vinha de Amarante e marchou no dia seguinte para Braga render o batalhão do Minho. (P. L.)

**Dia 9** — Mandou o Barão de Vila Pouca, governador militar desta vila, prender todos aqueles individuos que estavam nas circunstancias de se alistar nos corpos moveis e fixo que se estavam a organizar. (P. L.)

**Dia 10** — A câmara nomeia juizes almotacés o bacharel José Antonio Baia e Luiz Antonio Gonçalves, por os que eram terem abandonado a vila; e delibera representar ao prefeito da provincia a necessidade da nomeação dum corregedor interino.

Portaria do ministerio do reino, em nome do imperador regente; a quem tendo sido presente o auto de reconhecimento da Rainha e Carta feito no dia 28 de Março de 1834 pela Comissão Municipal de Guimarães, com aplauso de seus habitantes; manda participar à dita comissão, «para sua intelligencia e satisfação, que re-

cebeu com agrado este testemunho de lealdade, que tanto abona o caracter dos habitantes da villa de Guimarães, dos quais esperou sempre, que podendo subtrair-se ao detestavel jugo do Governo Usurpador, correriam, como acabam de fazer, a manifestar expontaneamente seus nobres sentimentos de lealdade a Legitimo Throno e ás Liberdades Patrias, consagradas pelas sabias Instituições Constitucionaes, que toda a Nação jurou, e que uma vez consolidadas hão-de produzir a prosperidade geral, merecida por tantos e tão repetidos sacrificios.»

**Dia 11** — Passa parte do batalhão do Minho, que tinha estado em Braga, seguindo para Amarante. (P. L.)

Romperam os tropas constitucionais em Amarante comandadas pelo marechal do exército, Duque da Terceira, e foram em seguimento da tropas realistas pela estrada de Vila Real. (P. L.)

Do «Correio do Porto» — Esta manhã entrou no Porto um vapor vindo de Lisboa, em que vieram o prefeito interino da provincia do Minho e governador do arcebispado de Braga, o corregedor e o juiz de fóra da mesma cidade e o sub-prefeito de Guimarães.

**Dia 14** — A câmara nomeou a comissão para liquidação de perdas e danos causados aos fieis subditos de D. Maria II, a saber: bacharel Agostinho Ferreira de Castro, bacharel Manuel José do Souto, José Joaquim Pereira e Antonio Ribeiro da Costa Sampaio.

Por motivos politicos, o corregedor ordenou ao Cabido mais não contassem o

conego Pedro de Moraes Correia de Sá e Castro, da casa do Arco, ficando expulso, e que contasse o coadjutor do mesmo, José de Abreu Cardoso Teixeira, o qual entrava de posse da conesia.

**Dia 18** — O padre Francisco José Fernandes Meireles, reitor de Santa Leocadia de Briteiros, deu entrada na cadeia, neste dia, preso à ordem do corregedor interino, por suspeita de que ele dizia aos milicianos não depositassem as armas. Por ordem do mesmo corregedor foi solto em 24 deste mês e ano. N. B. Foi neste ano expulso da reitoria.

Sairam cento e tantos homens dos dois batalhões constitucionais, movel e fixo, desta vila, os quais foram para Traz-os-Montes. (P. L.)

Chega o sub-prefeito desta comarca, José Fortunato Ferreira de Castro, trazendo a nomeação de vigário da comarca para seu irmão Agostinho Ferreira de Castro, feita pelo novo vigário capitular de Braga, Loureiro. (P. L.)

**Dia 19** — Foram alguns individuos a casa do Mendes, mercador, morador Atraz do Tanque (Lages), e lhe deram muitas espadadas e facadas, cortando-lhe até o nariz. Foi por ele ser testemunha contra alguns constitucionais na Devassa de 1828. (P. L.)

O conego José de Abreu Cardoso Teixeira apresentou-se no coro, como proprietario do canonicato que fôra do seu coadjuvado Pedro de Moraes Correia de Sá e Castro, que fôra expulso em 16 deste, mas principiou a residencia só no dia 26.

**Dia 23** — A câmara nomeou sindico do Municipio o bacharel José Antonio Baía.

Varsia, sargento de ordenanças da Cruz de Pedra, amotinou os povos de Sande.

**Dia 24** — O novo vigário geral desta comarca officia a todos os prelados e párcos das igrejas desta vila, para se não tocarem os sinos senão à missa, ao Senhor aos enfermos (sendo de dia com repiques), e às anunciações angélicas. (P. L.)

Provisão declarando ao corregedor interino desta comarca, em resposta à sua carta de 17 do mês corrente, que deve sumariar quanto antes os individuos que no seu distrito acabam de ser presos por factos cometidos contra o governo legitimo e remete-los à Relação competente, pois assim cumpre seguir-se nas terras onde ainda não estão estabelecidos os juizes de direito, na conformidade do Decreto de 16 de Maio de 1832.

**Dia 29** — Repiques ao romper da aurora a ao meio dia. A's 10 horas saíu um Bando da casa da câmara, da seguinte forma: bandeiras dos officios; Misteres da câmara com as bandeiras da vila, seguidas do progoeiro e de uma musica que ia a tocar o hino do snr. D. Pedro, indo atraz de tudo uma guarda de honra de soldados do batalhão fixo comandada por um official. A's 5 horas da tarde *Te Deum* em S. Pedro, assistindo o Cabido, Câmara, corporações religiosas, governador militar, Barão de Vila Pouca, todas as autoridades civis e militares, vários officiais, etc. A' noite, iluminação geral, estando nas janelas da câmara os retratos da snr.ª D. Maria II, seu pai e madrastra. (P. L.)

O «Periodico dos Pobres no Porto» deu neste dia a noticia de se terem apre-

sentado muitas pessoas no quartel general do Duque da Terceira, em Lamego, entre as quais, Augusto de Sousa que havia sido coronel de milicias em Guimarães, de que havia pedido a sua demissão. Entregou a bandeira do regimento.

\*

No fim deste mês tinha-se aclamado nas províncias do Minho e Traz-os-Montes a snr.<sup>a</sup> D. Maria II e a Carta, e dado principio à organização de batalhões

moveis e fixos em várias terras. O duque da Terceira estava na provincia da Beira Alta, tendo-se já feito a aclamação da rainha em algumas terras dela. Tambem por este tempo, tinham marchado para a Beira Alta 8 a 10 mil homens espanhois, para perseguirem o infante de Espanha, D. Carlos, por ordem do governo espanhol e com licença do governo da snr.<sup>a</sup> D. Maria II, de Portugal. (P. L.)

JOAO LOPES DE FARIA.



# PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

## DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Nenhum povo é já agora digno de viver se se não elevar no culto consciente de sua tradição nacional. Porque a tradição é o lar sagrado onde os povos têm de ir buscar agasalho e força com que partam depois mais fortes para o futuro. É este o patriotismo que, no nosso tempo, influe e anima os povos mais educados e, portanto, mais dignos de viver.»*

AFONSO LOPES VIEIRA.

### César de Oliveira

Pelo falecimento de sua esposa, encontra-se de luto o lar cristão e bem português de César de Oliveira.

Dedicado e lial companheiro na longa e áspera caminhada nacionalista, César de Oliveira, «sindicalista católico, com esplêndidas e vigorosas páginas de educação» — na justíssima definição de António Sardinha, — conta em todos nós um amigo dedicado.

Sentimos imenso a perda agora sofrida e acompanhamo-lo na grande dôr que o feriu.

### La Tour du Pin

Em 15 de Abril dêste ano, sem ruídos inúteis mas fervorosamente,

a França tradicionalista celebrou o centenário do nascimento de *La Tour du Pin*, o companheiro admirável de *Alberto de Mun*, e *Leão Harmel*, na fundação dos *Círculos Católicos de Operários*.

Resume-se a sua actividade na divisa magnífica dum livro seu: «*Terminei a minha vida em fidelidade*». De facto ele foi, nos 91 anos que durou a sua existência, o *fiel servidor de Deus*. Acompanhou de perto os lances arriscados da vida política e social. Esteve como oficial na Crimeia, na Itália, na Algéria, na Lorena, em 1870. E' feito prisioneiro com o Exército de Metz.

Sofre as convulsões dolorosas da Comuna, a agitação desta época tormentosa.

Mas a sua figura destaca-se luminosamente, como a de um pre-

cursor, na admirável doutrina social dos seus dois volumes: «*Aphorisme de politique sociale*,» e «*Vers un ordre social chrétien*.» As duas encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo ano* vieram sancionar-lhes a orientação.

A máxima que iluminou toda a sua vida foi esta palavra de seu pai — síntese prática da doutrina do Senhor:

«Lembra-te que não serás nunca senão o administrador desta terra para os seus habitantes.»

Belo resumo do pensamento do Senhor e da doutrina de Santo Tomás sobre a função social da propriedade!

### Leão XIII

No dia 14 de Maio ocorreu mais um aniversário sobre a publicação da admirável encíclica *Rerum Novarum*, na qual o grande Pontífice Leão XIII promulgou, com grande clareza e assombrosa firmeza, a doutrina da Igreja sobre a complexa questão social que espíritos desvairados querem hoje resolver à luz da labareda rubra da revolução bolchevista.

Como há vinte séculos, o Evangelho que se reflete naquela encíclica há de ser o orientador dos povos, libertando-os da tirania burguesa e demo-liberal dos nossos dias.

### Associação dos Arqueólogos Portugueses

Sob a presidência do sr. Conde de Tovar, secretariado pelo sr. Fernando Campos, reuniu-se a Secção de História desta colectividade científica, tendo o nosso amigo e distinto colaborador sr. Fernando Campos lembrado que passara no dia 6 de Maio o primeiro centenário da morte de José Acúrsio das Neves, um dos autores que mais dignificaram a Inteligência Portuguesa, no decurso do século XIX.

A propósito dessa data, recordou alguns traços biográficos desse escritor, encarando-o sob o aspecto de historiador, de economista e de precursor do nacionalismo português, lendo várias passagens das suas obras económicas, como as «*Variedades, sobre objectos relativos às artes, comércio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Política*» e a «*Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa*».

Referiu-se também à escola «individualista», ou «liberal», e terminou por afirmar que, tratando-se de um historiador e de um honrado português que tão bem soube servir a sua Pátria, e grandemente contribuiu para o seu engrandecimento moral e material, estava certo que aquela secção não julgaria inoportuno ou descabido o haver-lhe lembrado o nome glorioso, prestando homenagem à sua

memória, na hora em que se passava o centenário da morte.

### Évora-Monte

Passou, a 26 de Maio, o 1.º centenário da Convenção de Évora-Monte, pela qual El-Rei D. Miguel foi obrigado a abandonar o trono português à dinastia estrangeira de D. Pedro IV.

A data de 26 de Maio de 1834 representa uma profunda revolução na vida política portuguesa. Ela foi o início de uma era negra para Portugal. E se em Évora o admirável exército de D. Miguel cedeu, não foi à vontade dos portugueses, mas sim ante a avalanche dos estrangeiros que, para realizarem a letra do tratado da quádrupla aliança, invadiram o nosso país em socorro do liberalismo que a alma portuguesa repudiava. E assim, — como com sobeja razão escreveu o grande Mestre António Sardinha — «Évora-

-Monte representa o triunfo do internacionalismo revolucionário, meio disfarçado no sofisma da monarquia parlamentar».

### António Corrêa de Oliveira Guimarães

Pela dedicação e lealdade que sempre tem demonstrado na defesa dos sãos princípios nacionalistas, foi este nosso camarada e apreciado colaborador vítima de uma vilania que atingiu, também, outros nossos dedicados camaradas.

Lavrando o nosso indignado protesto, abraçamos muito sinceramente António Corrêa de Oliveira Guimarães e, neste nosso bom amigo, todos os liais nacionalistas que sabem honrar os seus juramentos e manter a dignidade do nacionalismo português, hoje tão falseado e adulterado por quem, desconhecendo-lhe a doutrina, só procura servir os seus interesses pessoais.



D. FRANCISCO MANUEL DE MELO — por *Edgar Prestage*  
(Trad. do Inglês por *António Alvaro Dória*). Coimbra. Im-  
prensa da Universidade. 1933.

Há muito já que eu devia ao meu talentoso camarada António Alvaro Dória duas palavras de agradecimento pela amável oferta da obra de Prestage, que êle com tanto esmêro traduziu, emprestando a esta versão o sabor elegante da sua pena de escritor. Aqui lhe envio, pois, com os meus sinceros agradecimentos, o pedido de desculpa por esta referência tardia.

António Dória prestou à Literatura portuguesa um excelente serviço, vertendo para a nossa lingua o notável trabalho do escritor inglês snr. Edgar Prestage, apaixonado lusófilo e erudito investigador das nossas obras clássicas. O seu estudo sobre *D. Francisco Manuel de Melo*, — um dos nossos melhores clássicos do século XVII, interessante figura de fidalgo português, polígrafo de grande valor e escritor distintíssimo —, é valioso e apreciável sob todos os pontos de vista. Magnífico subsidio para a interpretação da vida e obra do infeliz autor da «Carta de Guia de Casados», — *D. Francisco Manuel de Melo* é, através das suas cento e tal páginas e embora se trate dum livro de síntese, um trabalho muito curioso, crítico e biográfico, digno de ser lido e consultado por todos aqueles que aos assuntos de literatura se dedicam. A edição, boa e bem cuidada, é da Imprensa da Universidade de Coimbra.

---

(\*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

ÁGUA DE NEVE — Poema Pastoril— por *Nuno de Montemor*  
Lisboa, 1933.

Livro encantador, em todo o sentido — este novo trabalho de Nuno de Montemor, que Raquel Gameiro ilustrou com delicados e sugestivos desenhos, lindamente apropriados ao texto.

Verdadeiro temperamento de poeta, Nuno de Montemor volta a encontrar, em *Água de Neve*, a inspirada feição lírica do *Cântico da Dór e Amor de Deus e da Terra*. Poema pastoril, como bem lhe chama o A., escrito em versículos, à velha maneira dos cânticos da Bíblia, *Água de Neve* conta-nos a história de certa Princesa doente, que um dia subiu aos píncaros da serra da Estrêla, em busca de água de neve, o único remédio para o mal que a consumia e se lhe reflectia no rosto, — «pisado e vermelho, da cor da lua ao nascer» . . .

E ali, no alto daquela serra, «tão linda e forte como um império», a Princesa encontra um Pastor, — ingénuo lavrante de imagens — o único que se atreve a colher para ela, uma mão cheia de neve, no cimo duma «agulha afiada e azul que se perdia no céu». A Princesa bebe, cura-se. E quando ela parte, de regresso à Corte, *uma febre de sonho exalta e transfigura* o pobre Pastor, doente de saúde e de amor!

*Da Princesa que ali passou* só lhe resta a *cândida visão* que ele acordou no barro duma estátua, sobre a qual a neve cai, *miúdinha e branda, nos dias em que o céu, também piedoso, se faz peneira de seda alva* . . .

Poema de beleza, emotivo e inspirado, nele perpassam as rústicas fragrâncias da serra, todo o pastoril bucolismo duma égloga de Bernardim, o aroma lusitano dos feitos de Viriato, num éco rumorejante de esquecida lenda.

NUN'ALVARES — Conferência — pelo *Conde d'Aurora*. Lisboa. 1933.

Mais uma conferência, — *Nun'Alvares* — realizada pelo belo espirito de português e nacionalista, que é o Conde d'Aurora, no Salão Nobre da Sociedade Flaviense, em 27 de Fevereiro de 1932.

A figura do Condestável, como tema literário, embora sempre cheia de palpitante interesse, é, já hoje, por ter sido demasiadamente tratada, bem difícil de abordar. Porém, o Conde d'Aurora, alma vibrante de patriota, fidalgo à velha maneira portuguesa e escritor de profundas raízes nacionalistas, soube emprestar a tão ingrato assunto os melhores recursos da sua formação lusiada e embelezá-la com a originalidade da sua maneira de dizer, com o seu estilo nervoso, pitoresco, de inesperada rudeza, por vezes.

Acompanhando e revivendo os mais belos passos da vida do grande *Condestabre*, o A. liga-os, habilmente, à agitação política do presente. «Castelhanos de sempre, hoje acobertados, querem, como em Assumar, encher de esterco de alimárias, transformar em cavalariças, as nossas capelas, as nossas igrejas, os nossos altares e os nossos lares.»

E finalizando, ordena : «Temos de combater. Que todos se compenetrem disso. Estamos em pleno campo de batalha -- só a guerra é pior, talvez, mais inglória que a última, a das trincheiras . . . ».

É duro, rude, difícil, na verdade, o combate que travamos -- a peleja eu que nós todos, nacionalistas, nos vemos envolvidos.

Mas a figura do Condestável vela por nós. *Paciencia e Coragem!* Que a Virgem nos proteja . . . Que Ela nos guie os passos nesta sementeira de Fé e de doutrina, de que o Conde d'Aurora é um dos bons, dos melhores semeadores ! . . .

#### O PROBLEMA DA VINCULAÇÃO. O CASAL DE FAMÍLIA — por *Xavier Cordeiro*. (3.<sup>a</sup> edição). Lisboa, 1933.

A reedição destas duas obras do saudoso Presidente da Junta Central do Integralismo Lusitano, Dr. Adriano Xavier Cordeiro, é um alto serviço que às letras portuguesas e à Causa Nacionalista acabam de prestar os seus dedicados editores. Valorisa ainda a publicação destes trabalhos um interessante prefácio do ilustre escritor e devotado companheiro de Xavier Cordeiro, sr. Dr. Hipólito Raposo.

«O Problema da Vinculação» e «O Casal de Família» são os dois mais notáveis trabalhos jurídicos e históricos do malogrado escritor nacionalista, que, tal qual como António Sardinha, a morte tão cedo nos arrebatou. Estudos conscienciosos, reveladores duma cultura sólida e invulgar, em defeza dos sagrados direitos da família, que uma legislação deletéria, liberalista e maçónica, durante mais de cem anos procurou enfraquecer e anular.

Edição elegante, de excelente aspecto gráfico.

#### DIÁRIO DA EMIGRAÇÃO PARA A ITÁLIA — por *Dr. José da Gama e Castro*. (Prefácio de *Alfredo Serrão*). Lisboa, 1933.

Bem haja o Dr. Alfredo Serrão por ter dado à estampa o belo e precioso inédito do autor ilustre de «O Novo Príncipe» e grande Mestre do Nacionalismo português, Dr. José da Gama e Castro. Na sua vila de Cernancelhe, encontrou êle este fragmento do Diário da Emigração escrito pelo leal físico-mór dos Exércitos do Senhor Dom Miguel, e onde há páginas magníficas de história viva, flagrantes de realidade, reve-

iadoras do carácter, das convicções políticas e religiosas desse grande vulto da contra-revolução portuguesa. O *Diário da Emigração para a Itália*, como muito bem diz o seu inteligente prefaciador, «tem o valor dum documento descritivo de viagem e revelador da psicologia do seu autor. Sob o ponto de vista de apologética é notável pela forma que poderemos classificar de brilhante didáctica, como apresenta o problema da legitimidade.»

Obra cheia de interesse, faz-nos pena pensar que os outros cadernos, onde o dedicado partidário da causa miguelista anotára, certamente, as suas impressões por outras terras do exílio, não tenham aparecido. Excelente o prefácio do Dr. Alfredo Serrão, escrito com palavras vibrantes de fé nacionalista e comentando, com inteligência e lucidez, os factos que decorrem desde a época de desvairo liberalista, até à ressurreição do Espírito, em nossos dias. A edição, muito cuidada e de fino gosto, é do nosso camarada Valentino de Sá.

CARTAS AOS NOVOS — por *Doutor Gonçalves Cerejeira*  
— Edição dos «Estudos». Coimbra, 1934.

Constitue o presente volume uma série de *Cartas*, dirigidas aos *Novos*, os rapazes do C. A. D. C. de Coimbra, pelo Eminentíssimo Cardial Patriarca, Senhor Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, no tempo em que êle era, *apenas*, o Doutor Cerejeira, da Faculdade de Letras. Publicadas, primitivamente, nos «Estudos», de Setembro de 1925 a Maio de 1928, em boa hora se lembraram os dirigentes desta magnífica revista de darem à publicidade essas quinze cartas, que, além de uma lição magistral, são para a Mocidade portuguesa, na verdade, o *testamento espiritual* daquele que é hoje, pela graça de Deus, o Chefe da Igreja em Portugal.

Abordando diversos assuntos, e escritas naquela linguagem simples, pura, elegante e persuasiva, que é a mais bela característica do seu estilo, estas *Cartas* iustruem, educam e consolam o nosso espírito. Dirigidas aos Novos, elas destinam-se, porém, a tôdas as inteligências. E, como diz no seu prefácio a Redacção dos «Estudos», — *estas cartas trão certamente servir aos homens de todas as idades que queiram ser novos de espírito.*

PARA A ORDEM NOVA — por *Arlindo Veiga dos Santos*,  
— Edição Pátria-Nova — S. Paulo (Brazil), 1933.

Num interessante e bem apresentado volume de cento e tal páginas, reuniu o escritor brasileiro sr. Arlindo Veiga dos Santos, Chefe Geral da Acção Imperial Patriannovista; uma série de curiosos estudos em defeza da *Ordem Nova*. São palavras de fé e de cultura, reveladoras dum espírito religioso, perfeitamente integrado no

novo ritmo político e social da hora que passa, e duma inteligência bem apetrechada para a luta árdua das ideias. Estilo elegante, linguagem clara e convincente.

Arlindo Veiga dos Santos é alguém nas letras e no meio intelectual brasileiro, possuindo já, na sua bagagem de escritor, obras notáveis e de indiscutível valor. É um dos novos mestres do nacionalismo brasileiro e uma figura de relevo do simpático movimento político da Acção Imperial Patrianovista, congénere do Integralismo Lusitano.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES

UM REI FANÁTICO... — por *Horácio de Castro Guimarães*.  
Edição da Revista «Gil Vicente». Guimarães, 1934.

O caluniado Rei D. João III mereceu a Horácio de Castro Guimarães, espírito culto e um novo que se vem afirmando um belo escritor, estas excelentes páginas de reabilitação, escritas com vigor, numa linguagem sóbria e clara.

É o primeiro trabalho d'êste género que Horácio Guimarães publica. Devemos confessar, porém, que não desmerece dos seus anteriores trabalhos. Se até aqui Horácio Guimarães se tinha revelado um escritor de merecimento nas novelas publicadas, agora, surge-nos um historiador consciencioso e benemérito.

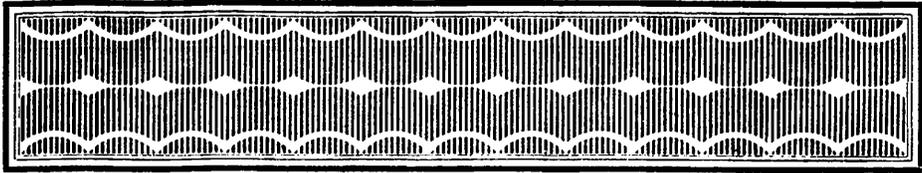
A obra nobilitante de «restaurar a *história* na Historia de Portugal» vai criando adeptos, reunindo elementos de marcaute valor intelectual que, corajosamente, vão desfazendo a lenda negra urdida à volta de algumas figuras da nossa história.

Horácio Guimarães, com êste prometedor ensaio, enfileira galhardamente ao lado dos que, seguindo os ensinamentos do alto e claro espírito de Sardinha, reagem contra a mentira e contra as falsidades históricas que o liberalismo preparou e praticou nesta boa terra portuguesa.

Bem haja Horácio Guimarães por ter publicado tão magnífico estudo sobre D. João III, dando-nos, ao mesmo tempo, uma síntese perfeita do ambiente e da época em que reinou o monarca Piedoso.

*Um Rei Fanático...* originalíssimo em muitos pontos, está cheio de fecundas idéas construtivas e demonstra-nos a acabada preparação nacionalista e cristã do seu autor, de quem é lícito esperar novos e valiosos trabalhos.

FR. ARSÉNIO DA PIEDADE.



# João Franco

---

por CARLOS DE SACADURA MASCARENHAS

**G**UIMARÃIS ergueu um monumento a João Franco, e quiz o acaso que esta homenagem coincidissem com a abertura da Exposição Colonial, onde brilha a espada de Mousinho, e se cantam as vitórias de África.

Um dia virá em que o país inteiro acompanhará o nobilíssimo preito vimaranense; e há-de lembrar-se, então, que talvez sem João Franco, sem a lucidez e a sinceridade do seu patriotismo, sem o seu raro poder de conhecer e escolher os homens, sem a sua vontade de ferro e tenacidade no combate, não teria sido sequer possível a ditadura de Mousinho — o seu grande amigo — nem a formação da *ala dos namorados*, em Moçambique, com devolução à Metropole dos velhos officiaes da Colónia.

João Franco saíu do Governo em Fevereiro de 1908, e logo Mousinho se viu forçado a abandonar Moçambique.

Contra êle se levantára agora no Terreiro do Paço a campanha dos interesses feridos, que só João Franco tivera fôrça para conter e vencer dentro do seu partido.

Hão-de lembrar-se êste e tantos outros grandes serviços feitos ao país pelo honradíssimo homem de Estado, pondo-se fim com inteira sinceridade aos restos de vaidades feridas, que ainda obstam a que lhe tenha sido feita a inteira justiça que merece a sua memória.

A não ser o Rei D. Miguel I, não conheço na nossa história lembrança de homens públicos mais vilmente caluniados do que o foram El-Rei D. Carlos e o seu último Presidente de Ministros.

A tudo se desceu para os difamar.

Deturparam-se factos, denegriram-se propósitos e intenções, mancharam-nos na própria vida particular.

A João Franco atiraram lama nas ruas.

Contra o Rei foi a baba venenosa das mais desavergonhadas campanhas, em uma imprensa que hoje ninguém lerá sem calafrios, tornada possível pela cumplicidade criminosa de quantos a recebiam em conchavados silêncios.

Por uma e outra maneira, exilado o Ministro e morto o Rei, muita gente ficou, cujas mãos se tingem ainda do sangue dos mártires.

A João Franco pode com verdade atribuir-se uma só falta, que ao mesmo tempo constitue a melhor prova da sua visão política.

Reconheceu primeiro que ninguém a necessidade de governar dentro de verdades, e de impôr a autoridade e a fôrça do Governo pelo exemplo honesto e leal; convenceu-se porém, erradamente, de que era possível conseguir esse ideal dentro de um regimen que por si mesmo se baseava em mentiras.

Dêsse êrro veio a resultar a sua queda; mas a semente ficou e frutificou, porque o germen corrosivo que minava a carcassa constitucional, a destruiu em menos de vinte anos, dando-lhe tempo a êle, a poucos dias da morte, para saudar a hora nova de redenção, de que fôra o precursor, gritando a Salazar: Sursum corda! Sursum corda!

Há de fazer-se inteira e completa justiça a João Franco.

Êle há de ser na história contemporânea o exemplo de estadista moderno, que não concebe o governo dos povos sem a autoridade da verdade em todos os movimentos do poder; do claro espírito, que alcançava e vencía rápido os mais complexos problemas do Estado, dotado de uma combatividade fulgurante e de uma palavra tão quente e sugestiva, que perante ela se vergavam quantos ousassem combatê-lo de frente.

Há de fazer-se justiça às suas virtudes pessoais e afectivas, que talvez o prejudicassem afinal, em atitudes de excessiva clemencia. Incapaz de ódios ou de qualquer outro sentimento indigno, incapaz de um acto de que pudesse resultar-lhe um remorso, na vida pública, no convívio social como no limitado círculo da família e dos amigos, João Franco impunha-se sempre, português de lei, beirão na sinceridade, homem de bem e profundamente homem de coração.

Esta era, com efeito, a sua feição predominante, bem ao contrário de quanto diziam dêle os seus inimigos; e foi precisamente na hora da desgraça, quando todos amontoavam amarguras para o ferirem, que ela

se manifestou mais alta e nobre, ninguém lhe ouvindo uma palavra de retaliação, ninguém podendo contar d'êle um só acto que represente desvio da linha austera e conformada, própria do homem bom, de consciência pura e mentalidade cristã.



O monumento a João Franco,  
em Guimarães

Trouxe-lhe o tempo, mais cedo ainda do que seria de esperar, o espectáculo de se afundarem um por um, à sua vista, em uma derrocada fantástica, todos os homens e todos os artificios que combatera.

Isto mesmo, porém, o viu sem recriminações nem outro prazer que não fôsse o de ver assegurado o ressurgimento da pátria, que muito amou.

A carta que segue, traduz a tranqüilidade do seu espírito e a fé viva na hora da justiça, que o animava quando os representantes do Douro lhe prestaram as suas homenagens.

Essa hora soou já na consciência de todos os bons portugueses; necessário é que haja a coragem moral necessária para que a tornemos pública, cortando de vez com uma hora do passado que é a vergonha de uma geração.

LISBOA — Rua de S. Francisco de Paula, 82.  
26 de Fevereiro de 1928.

Querido e bom amigo:

Muito obrigado por não esquecer o 14 de Fevereiro, e pelas congratulações, enternecidas e enternecedoras, que lhe inspiraram e mereceram essa data e a manifestação *hors mesure*, como diriam os franceses,

das gentes do Douro, que 20 anos passados sem esquecerem, merecem ser cognominados «os de boa memória».

Querido amigo: já cá estão os 73, e em verdade fazem bôa companhia.

Não falta quem se lamente de ser velho e não ficar môço e jôvem toda a vida.

Patetas, que não se lembram dos que vão ficando pelo caminho, em idênticas e escusadas lamentações.

Ser velho, muito velho! Eis a última e suprema aspiração da minha criação e circunstâncias. Por isso me adapto ao presente, lembrado e saudoso do passado.

Os do Douro foram generosos comigo; e deram uma proveitosa lição e salutar incitamento a quem caiba vir a governar êste nosso pobre e querido país — mostrando-lhe que a hora da justiça a ninguém falta, previsto que hajam sabido e querido cumprir o seu dever.

Eu fiquei feliz, julgando ver no facto uma antecipação da verdade histórica, com que sempre, no meio da minha desventura, contei.

Muito me penhora o estar pensando em mim, como me conta. Mas nisso nem é bom pensar.

Seria estragar uma coisa bôa. Uma espécie de raposa das uvas, voltando o focinho ao movimento e ruído da primeira folha caída.

Muitos cumprimentos nossos para todos V. Ex.<sup>as</sup>, e aceite saudosos abraços do Frederico e do

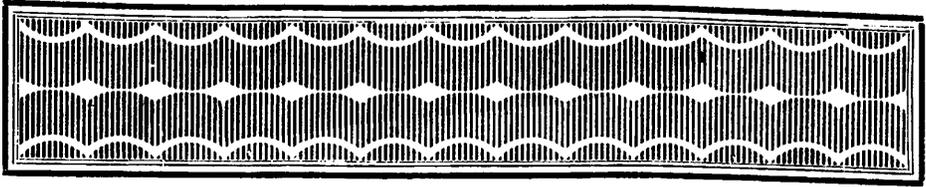
Todo seu do C.

JOÃO FRANCO.

.....

Louzã — Junho de 1934.

SOCIEDADE  
MARTINS SARMENTO  
~~~~~  
BIBLIOTECA



Dois sonetos do livro inédito

História de hum amor fingido

I

Teo amor he menor . . .

*Que exquisita que hes! Quando era estima
sòmente o que fazia a nossa uniaõ,
era taõ grande a nossa estimaçaõ,
que essa mentira, o amor, me desanima.*

*Passando a estima a amor, o coração
se te mudou, desceo de muito acima;
era hum gemma pura, e hoje se enlima . . .
Meo Deos! o amor he menos, como naõ?*

*Quando eras tu o amor, e estima eu era,
às vezes tu cantavas, e tu rias,
tocavas . . . Se eu soubera! Se eu soubera!*

*Eu deixarte hia sempre amando e rindo,
e eu, estimando sempre, ia sorrindo
por teo amor, teos risos e harmonias.*

II

Este amor que nós temos . . .

*Tu não sabes ao certo se eu te amo,
nem eu sei bem ao certo se me amas;
porém, tu crês que em meo olhar te chamo,
tal como eu creio em teo olhar me chamas.*

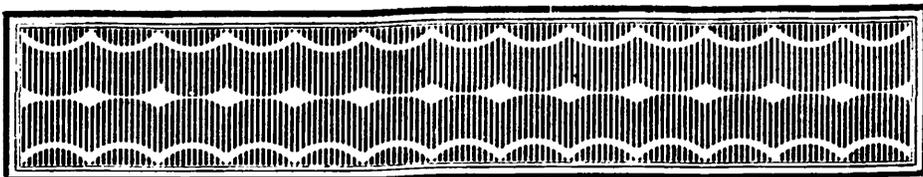
*Talvez que no teo peito amor inflammo,
porque eu sei que em meo peito amor inflammas;
talvez por isso amor eu te derramo
dos olhos, e dos meos tu me derramas.*

*Esse amor que tu tens, que ambos nós temos,
que palavras não tem, só tendo o oremus
das súplicas dos olhos duvidosos,*

*eu creio que, em vivendo assim fitando,
nesta mudez acabará chorando
na voz de mil soluços dolorosos.*

Cidade de S. Paulo, Brasil.

Arlindo Veiga dos Santos.



O inimigo invisível (*)

A GUERRA QUÍMICA

por MANUEL MARQUES DA MATA

MINHAS SENHORAS,
GIRLS GUIDES,
BOMBEIROS,
ESCOTEIROS,
MEUS SENHORES:

FEZ no Domingo, 22 de Abril, dezanove anos, precisamente que o inimigo invisível fez o seu aparecimento sobre o Front Belga, no sector de Bixchoote, cuja defeza estava confiada à primeira divisão Canadiana e 56ª Divisão Francesa. Foi em 1915; dezanove anos passaram já e todavia... bem nítidos nos nossos ouvidos estão ainda os ecos dessa tremenda convulsão bélica que agitou inicialmente a Europa e depois alastrou para outras partes do mundo. Mal extintas estão, também, as chamas dêsse incêndio formidável a que a minúscula Sérvia serviu de rastilho. Lavas dêsse Vulcão tremendo abundam em todos os Países que fizeram a guerra: os cegos, os mutilados, toda essa série formidável de estropiados que dolorosamente vão caminhando na vida com os torturantes madeiros que a Guerra lhes colocou aos ombros e sem esperança de chegar um dia ao cimo do calvário das compensações a que teem jus. Golfadas de sangue rubro de heroes vemo-las ainda nas mangas dos dol-

(*) Conferência realizada no Casino da Praia, em Cascais.

mans dos combatentes, que bichas de feridos ostentam. Salpicos das lamas das "trinchas" chegam até nós numa evocação da vida de toupeiras a que o homem se sujeitou para lutar pelo direito, pela liberdade e pela justiça!... Pungitivos clamores cortam o espaço em macabra sinfonia; o mar de prantos das mãis, esposas, noivas e irmãs, dos que por lá ficaram, para sempre, nos campos da batalha, teem ondulações de raiva, vagas de ódio, que o tempo não conseguiu amainar. Gritos desesperados ouvem-se, quási distintamente, daqueles a quem o cártiveiro arremessou para a ante camara da loucura. O tilintar das baionetas ainda parece horripilante, o estrealjar enervador das metralhadoras dir-se-ia que ainda não cessou, o éco do canhão troa e propaga-se, ainda, pelas quebradas do Mundo.

E, minhas senhoras e meus sonhores, como se todos esses horri-veis quadros de dôr, de sacrificio e de martirio não estivessem bem grava-dos nas nossas retinas, aventa-se já a hipotese, admite-se a possibilidade, supõe-se inevitavel, uma nova guerra.

Guerra para que não bastam as modernisações de que os exérci-tos foram susceptiveis: não basta a artilharia motorisada, a cavalaria condusida sobre auto-chenilles, não bastam os side-cars blindados, os carros de assaltos, os tanques ligeiros e pesados, os tanques anfibios, munidos de flutuadores, para transpôrem rios; não bastam as novas carabinas estudadas na Alemanha e outros países, cujas balas atravessam as chapas dos próprios tanques e cujo princípio está sendo estudado para a sua aplicação à artilharia. Não bastam as metralhadoras ceifando vidas em vertigem louca, as granadas de mão e os morteiros, não basta que a aviação regule o tiro de artilharia, fotografe as posições, faça reconhecimentos, lance bombas, quer sejam bombas de explosão retar-dada, fabricadas de modo a arrebutarem só depois da sua penetração no solo, quer sejam bombas incendiárias de elektron, de pequeno peso, em geral 2 kilos, mas cuja combustão produz temperaturas de 3.000°, não basta que entre na pugna a população válida e combativa, é necessário, é urgente, dizem-nos Izard, Cilleul e Kermarrec que "independentemente do seu fim puramente militar a aviação tenha por objectivo ir ao próprio coração do país inimigo lançar a desorganização, o pânico, e a morte, na esperança de destruir na população civil o elan de entusiasmo e confiança que constituem os factores morais e essenciais à vitória."

E porque processo?

Lançando sôbre as populações civis e indefezas, obuzes explosivos, bombas incendiárias e os *gazes tóxicos*," a arma humanitária por exce-lência... — *o inimigo invisível*.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

O «inimigo invisível» compreende todas as substâncias, quer sejam gases verdadeiros, quer sejam líquidos de tensão de vapor elevado, quer sejam sólidos, utilizados sobre a forma de poeiras muito ténues, ou dando o aspecto de nuvens, cujas propriedades irritantes e tóxicas sejam utilizadas com fins agressivos e como elementos de combate durante a guerra. Evidentemente que o que vos vou dizer acerca dêste assunto, diz respeito àqueles gases que durante a conflagração europeia foram utilizados como gases de combate. É lógico supôr que ao dar-se novo conflito bélico a «guerra química» apresente muitas e variadas surpresas.

Os laboratorios ainda não pararam nas suas pesquisas, os químicos ainda não terminaram as suas investigações, e a parte mais curiosa dêste estudo está no paralelismo absoluto que é necessário existir entre o desenvolvimento da fabricação dos gases em tempo de paz, para efeitos industriais, e o potencial de guerra que essa mesma fabricação representará quando, por pequenas modificações, êsses gases possam ser empregados como gases de combate. Um exemplo bem frisante do que vos exponho, é o seguinte: há na Alemanha um grande «trust» conhecido pelo nome de Interessen Gemeinschaft. (I. G.) que agrupa 84 fábricas onde é fabricado um produto chamado «monocloiridrina de glicol». Êste produto pode ser transformado em dois outros produtos:—um produto industrial da paz—que é o indigo sintético; outro produto de combate na guerra—que é a yperite ou gás mostarda, de que adiante vos falarei como um dos mais temíveis gases sufocantes.

Da memória de V. Exas. não se apagou por certo ainda, uma notícia que os jornais publicaram quási no fim do mês de Maio de 1928, referente a uma explosão numa fábrica alemã de produtos químicos de Hugo Stoltzenberg onde se efectuava a preparação do fogsénio—um outro gás bélico cuja apresentação dentro em pouco vos farei.

A seguir à explosão espalhou-se na atmosfera uma nuvem tóxica que causou mortes e acidentes graves na vizinhança e sobretudo nos pescadores que estavam pescando no rio, que, surpreendidos pelo tóxico, desmaiaram, caíram para a agua e morreram afogados. Ao fim de 2 dias, um grupo de excursionistas, que se encontrava a 18 quilómetros da cidade, foi apanhado pela nuvem e ficaram inanimados os seus componentes. Felizmente que dois elementos intervieram no sentido de diminuir o número das vítimas: o vento que afastou a nuvem para o mar e a chuva que destruiu em grande parte o fogsénio.

É necessário, portanto, conhecermos alguma coisa do que já foi utilizado, para com maior facilidade organizarmos a defesa para o que de futuro possa surgir.

O grande e eminente químico M. le Witta, muito conhecido pelos seus estudos sobre os gases, diz que «o melhor meio de nos prevenirmos dum perigo — de ordem técnica, por exemplo — é prever todas as suas conseqüências, mesmo as mais sinistras.» Em todos os países, sábios investigadores empenham todos os seus esforços para conseguir deter, por dispositivos científicos apropriados, a obra destruidora do material químico de guerra incessantemente aperfeiçoado. Saber é prever, e no combate moderno a «vitória pertencerá ao melhor organizado». Não obstante muitos produtos tóxicos serem susceptíveis de imitar quantidades maiores ou menores de vapores, o certo é que nem todos podem ser utilizados em arte militar como gases de combate.

Querem V. Exas. saber as condições que são necessárias para que um determinado gás possa ser etiquetado como um gás de combate? Então oiçam os fisiologistas: «pode ser considerado, como gás de combate, toda a substância que, espalhada no ar, na dose de 4 gramas por metro cúbico, crie uma atmosfera capaz de provocar lesões mortais no aparelho respiratório dum homem ou dum animal que nela fique exposto durante cinco minutos.»

Isto é, contudo, uma definição, apenas, dos fisiologistas na primeira infância da guerra pelos gases, porque hoje sabe-se que se podem obter aqueles efeitos com doses muito menores. Assim, basta meio grama de fósforo por m³ de ar, para que o homem sucumba, respirando apenas um minuto uma atmosfera desta natureza. É uma morte *à la minute*.

Alguns lacrimogénios na dose de trinta centigramas por m³ e certas arsínas na dose de meio milígrama por m³, também tornam a atmosfera insuportável.

Por esta amostra simples mas expressiva, poderão V. Exas. fazer uma pequena ideia dos acidentes graves que os gases poderão provocar nos indivíduos que os respirem, quer êstes façam parte do exército, já infligindo perdas, já reduzindo a eficiência das tropas, já tornando perigosa certas áreas de terreno — como soe dizer-se em táctica militar, quer pertençam à população civil indefeza, com o ar, com a água e com os elementos envenenados.

Contudo os gases, para serem considerados gases de combate, precisam, além das condições de actividade fisiológica que inunciei, de outras condições que os tornam susceptíveis de serem empregados em arte militar; mas estas interessam apenas aos químicos militares.

Muitos gases maus conhecidos não satisfazem a todos os requisitos e por isso muito difficilmente são usados como gases de guerra.

Mas, insisto, de futuro temos que contar com todos os artificios que podem ser descobertos para o seu lançamento, alguns dos quais são já hoje conhecidos, mas cuja descrição não tem cabimento aqui.

As classificações dos gases de guerra são hoje numerosas e bastante complexas. Algumas delas só são compreensíveis para quem possuir conhecimentos de física e química.

Para efeitos da luta anti-gás, tal como nós pensamos dar conhecimento, não são necessários grandes "raids" no capítulo das ciências físico-químicas.

Quais são os gases mais modernos?

Em primeiro lugar devemos citar os grandes sufocantes, cujo tipo é o cloro. São os gases que actuam sobre o aparelho pulmonar, provocam tosse, edema generalizado do pulmão, escarros de sangue e podem produzir a morte por asfixia. O cloro foi o primeiro gás empregado pelos alemães em 22 de Abril de 1915 sobre o front belga. Este baptismo do inimigo invisível foi verdadeiramente angustioso para a Infantaria que guarnecia o sector de Bixchoote: os soldados sentiram bruscamente uma necessidade violenta de respirar: sentiam as narinas alargarem-se-lhes, punham a cabeça para traz, para, em vão, procurarem o ar que lhes faltava. Uns tinham uma agitação geral em todo o corpo e outros verdadeiras convulsões. Desordenadamente levaram as mãos à garganta e precipitavam-se sobre as poças de água que encontravam. Mas a respiração diminuia progressivamente, e ao fim de algumas respirações profundas as pupilas dilatavam-se-lhes; a côr azulada reveladora da cianose cobria-lhes a face e tudo acabava porque a morte surgia célere para pôr termo a essa cena tumultuosa que os alemães aproveitavam, devidamente providos de máscaras, para fazerem o seu avanço sem incómodo de maior. No entanto, tornam-se necessárias grandes quantidades para produzir efeitos seguros. Na Champagne, por exemplo, num ataque efectuado em Janeiro de 1917 para actuar sobre uma distância de dezoito quilometros e meio, foram necessárias 18.500 garrafas de gás. Pouco a pouco o cloro foi posto de parte e substituído por outros gases de manejo muito mais fácil.

Outros sufocantes além do cloro são por exemplo: o bromo que além das propriedades cáusticas que caracterizam o cloro actua sobre o sistema nervoso provocando cefaleias intensas, dores de cabeça horríveis. Foi muito utilizado no carregamento de obuzes; os alemães utilizaram-no em lança bombas.

O mais empregado de todos os grandes sufocantes é o fogsénio

«cloreto de carbonilo» que é na hora actual um dos gases mais eficazes. Emprega-se sobre a forma líquida, encerrado em bombas. Êste produto é no dizer de Izard, Cilleuls e Kermarrec «um dos corpos mais activos do arsenal químico da guerra». Gosa de propriedades irritantes, sufocantes e tóxicas que o tornam 8 vezes superior, em nocividade, ao cloro. Foi muito utilizado em mistura, sobre o nome de «collongite», para carregamento de projecteis. Os franceses utilizaram-no na defeza de Verdun, em 21 de Fevereiro de 1916. Ê este um dos gases da paz porque é muito empregado em indústria de tinturaria, na preparação de matérias corantes e de derivados etérios; entre estes, foram largamente usados a «palite» e a «super-palite». Pode determinar a morte fulminante. Durante a guerra foram observados muitos casos deste género: os soldados morriam por não terem tido tempo de pôrem a mascara.

O fogsénio reconhece-se pelo cheiro que lhe é característico, e que nunca mais se esquece, desde que à pituitária uma vez apenas chegue. Existe mesmo uma reacção fisiológica muito interessante, conhecida pelo nome de «reacção do tabaco». Todo aquele que recebeu gás fogsénio, imediatamente sente, ao fumar um cigarro, o seu cheiro, muito embora o local onde se encontre não esteja contaminado pelo gás. Êste mesmo fenómeno é observável muitas horas depois do indivíduo ter respirado o fogsénio. Em tempo de paz, o fogsénio pode provir de diferentes origens. Uma das que mais interessa saber aos Srs. Bombeiros, é a sua proveniência, pela decomposição pelo calor, dum composto químico chamado tetracloreto de carbono. Como os Srs. sabem, o tetracloreto de carbono é utilizado como extintor e vendido no comércio com o nome de Puréne. As estatísticas dos envenenamentos no decurso de incêndios registam envenenamentos mortais pelo fogsénio, sobretudo quando êsses sinistros têm lugar em sítios confinados com minas, grandes construções, etc. e em que é utilizado como extintor o tetracloreto de carbono.

Na intoxicação pelo fogsénio, nota-se, primeiramente, uma impressão de sufocação, acompanhada de constrição torácica e de dôr no interior do peito. Depois vem a vertigem, o desmaio, e por vezes também a síncope. Se collocarmos o intoxicado pelo fogsénio fora da atmosfera tóxica, todos estes sintomas desaparecem rapidamente dentro de alguns minutos. Mas passadas umas cinco a seis horas começam a aparecer a tosse, a falta de ar, a expectoração espumosa e algumas vezes córada de sangue, cianose, prostração, ansiedade e agitação.

O capitão médico Camentron cita o caso dum prisioneiro alemão, que ao ser interrogado pelos officiais ingleses se ria dos gases que as tropas inglesas usavam. Durante o primeiro interrogatório sentiu-se ligei-

ramente incomodado, mas ao ser sujeito a um segundo interrogatório, morreu bruscamente. O foscênio é tão tóxico que misturado no ar e na proporção de 1 para 200.000 não há organismo humano que o tolere. Respirado na dose de 8 decimiligramas por litro de ar, é mortal. É o gás a que os ingleses chamam o gás dos vômitos "Vomiting gaz", em virtude de provocar náuseas muito fortes.

Uma segunda classe de gases, os "Vesicantes", são substâncias de reacção sobre a pele e sobre as mucosas, mesmo através do fato produzindo comichão, queimaduras e outros lesões graves.

O gás tipo desta categoria é a Yperite ou gás mostarda segundo, a designação inglesa, em virtude do cheiro picante que apresentava. O nome de Yperite proveio do seu emprêgo ter sido realizado pelos alemães, pela vez primeira, em 12 de Junho de 1917, sobre o sector do Ypres. É um cáustico muito violento que ataca não só as mucosas das vias respiratórias superiores, mas também os olhos, a pele da cara, do pescoço, da parede interior do tórax e especialmente as partes da pele susceptíveis de estarem húmidas, como os sovacos, a face interna das coxas, etc. Poupa quasi sempre as plantas dos pés, as palmas das mãos e o coiro cabeludo; ataca mais freqüentemente os loiros do que os morenos, e não entra com a pele dos negros. A pele humedecida também é mais facilmente lesada. Durante a guerra passou-se a este respeito uma cena bastante interessante: uma companhia de infantaria atravessou, debaixo de chuva e vento forte, uma quebrada onde havia yperite; passadas horas todos os soldados apresentavam queimaduras da face e todos do mesmo lado: aquela que recebeu o embate da chuva e foi fustigada pelo vento.

Com o próprio Dr. Camentron passou-se um caso curioso. Encontrando-se de serviço na trincheira, deitou-se a dormir dentro dum fosso. Quando acordou tinha perdido a fala por completo não podendo sequer articular uma só palavra. Procurando achar a causa de tão estranho sintoma, chegou à conclusão de que, sem seu conhecimento, tinham estado a dormir no abrigo dois soldados que tinham recebido yperite e bastou o contacto dos seus fardamentos com a terra para nela deixarem a yperite suficiente que lhe tirou a voz e o queimou em várias partes do corpo, como depois verificou. Foi o gás de combate por excelência durante a Grande Guerra. Embora empregado inicialmente pelos alemães, os franceses, graças a Moreu, conseguiram prepará-lo por forma trinta vezes mais rápida e menos dispendiosa que a preparação alemã. Este processo, porém, exigia o emprêgo de aparelhos em prata para a destilação. Em 1917 a França retirou da circulação as moedas de 5 e 10 francos (chamadas Napoleões coroados). Para quê? Para fazer

aparelhos de destilação a utilizar no preparo do gás mostarda. Todo o indivíduo que permanecer durante algum tempo numa atmosfera contendo um centigrama por m³ de yperite sofrerá de inflamação dos olhos e da laringe. Para V. Exas. poderem fazer uma ideia do poder d'êste tóxico basta dizer-lhes que caído sôbre os olhos destroi-os por completo. Uma gota apenas que caia sobre os olhos produz a cegueira. Os operários que o manipulam não podem subtraír-se a dois dos seus efeitos terríveis: a congestão dos olhos e o desaparecimento da fala.

Os objectos sôbre os quais cai, sofrem os seus efeitos durante bastante tempo e a sua actuação é precedida dum período de latência de 5 a 6 horas. Depois d'êste espaço de tempo, segundo refere Dautrebande, aparecem os fenómenos inflamatórios da mucose dos olhos, do nariz e das primeiras vias respiratórias. Os olhos inflamam-se e não podem ver a luz; as lágrimas sucedem-se abundantemente e, à medida que a intoxicação aumenta, as pálpebras incham. Actuando sôbre a mucose nasal produz também a sua inflamação com secreção abundante e espirros; actuando sôbre a laringe provoca náuseas, vômitos e tumefacção da mucose de que resulta a sensação de sede e queimaduras; actuando sôbre a laringe e as vias respiratórias superiores produz rouquidão e tosse, a tosse ora é sêca ora é por acessos como a tosse convulsa, sendo tão fatigante como esta. O que aumenta o seu poder traiçoeiro é estas lesões serem de início indolores e pouco incômodas.

Nos casos em que a toxicação seja mais séria juntam-se aos sintomas locais os sintomas de intoxicação geral incidindo sôbre o sistema nervoso e o coração. O yperitado cai então em prostração, tem sonolência, e o seu pulso é freqüente e hipotenso. Quando o pulso dum ferido pela yperite apresenta um aumento precoce das pulsações — 120 por minuto — o prognóstico é, segundo P. Nalf, muito mau: o doente morre com certeza. As pessoas que tem que lidar com a yperite sofrem uma singular modificação no olfato: em vez de lhes cheirar a mostarda, que é o cheiro habitual d'êste gás, cheira-lhes a estrume bafiento.

É o gás mais usado pela sua permanência. Há casos comprovativos interessantes. Entre êles cita-se, por exemplo, a intoxicação de alguns oficiais por se terem deitado em lençóis que tinham sido trazidos duma aldeia bombardeada 24 horas antes com obuzes contendo yperite. Há também um outro caso que não é menos curioso: trata-se duma fábrica que tinha sido utilizada para a fabricação de yperite. Esteve abandonada durante três anos e quando no fim d'êste tempo os operários revolveram a terra sôbre a qual tinham sido lançadas as águas residuais, foram vítimas de sérios acidentes.

(Continua).

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1834

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Maio

Dia 1— Faz-se a eleição dos officiaes do corpo dos empregados publicos desta vila, saindo a pluridade de votos, os seguintes: Capitão: o sub-prefeito, José Fortunato Ferreira de Castro; tenente: o juiz de direito (servindo neste tempo de corregedor interino), Joaquim Cardoso da Gama; alferes: o procurador e sub-delegado da policia, Manuel de Freitas Costa, e o vereador mais velho, António de Napoles; 1.º sargento: o escrivão, Domingos Ribeiro; 2.ºs sargentos: o vereador Joaquim Pinto Bezerra e o escrivão António de Sousa Bravo; furriel: o escrivão Manuel António da Silva. Distribuiram-se armas por todos os empregados, inclusivé da policia, e fardamentos, sendo o uniforme como o do batalhão fixo, só com a differença de ter uma estrelinha na gola da farda. A nomeação dos officiaes dos empregados foi substituida por outra que se fez, sendo nomeado para capitão o vereador mais velho, António de Napoles; para tenente o bacharel Francisco Leite Pereira da Costa Bernardes e para alferes o bacharel Pedro de Freitas Costa. (P. L.).

Dia 2 — Portaria do ministro da justiça declarando ao corregedor interino da comarca de Guimarães, em resposta à carta deste, de 17 de Abril, que deveria summariar quanto antes os individuos que no seu distrito acabavam de ser presos por

factos cometidos contra o Governo Legítimo, e remetê-los à Relação competente, pois que assim cumpria seguir-se nas terras onde ainda não estavam estabelecidos os juizes de direito na conformidade do decreto de 16 de Maio de 1832.

Dia 4 — Chega aqui a noticia official do governo da rainha de Espanha ter reconhecido a sr.ª D. Maria 2.ª, Rainha de Portugal. Ha repiques em todas as torres da vila, e sai um Bando da Câmara, pelo qual esta manda que à noite haja luminárias. (P. L.).

Dia 7 — Decreto extinguindo os lugares de juiz e procuradores do Povo, Mes-teres, Casa dos 24, e os grêmios dos ditos officios.

Dia 10 — Mudam-se a feira do gado, que era no terreiro de S. Francisco, para o terreiro do Cano, e a do pão, que era defronte da igreja de S. Sebastião, para o terreiro de S. Francisco. (P. L.).

Dia 15 — Officio do Secretário do sub-prefeito de Guimarães, com ordem do prefeito da provincia, mandando que a câmara arranque dos seus livros as páginas em que se achem os autos de reconhecimento e aclamação de D. Miguel. (P. L.).

Dia 19 — Foi suspenso o vigário de S. Paio, Manuel Lopes Martins de Macedo, desta vila, por ser realista, e foi nomeado

para o substituir o P.^e Manuel Francisco Moreira que tinha sido capelão de Santa Clara e tinha estado prêso por constitucional. Outros muitos parocos foram suspensos nesta ocasião e pelo mesmo motivo, sendo substituídos por eclesiásticos, tanto seculares como regulares.

Dia 20 — Chega a noticia de ter havido no dia 16 dêste mês uma grande acção na Assiceira, a 4 léguas de Santarém, dada pela divisão constitucional do duque da Terceira às tropas realistas, que das provincias do Minho, Traz-os-Montes, Beiras Alta e Baixa tinham retirado sôbre Santarém, perdendo estas 1:400 prisioneiros, inclusivé 60 officiais, 200 aprensentados, 10 peças de artilharia, 2 obuzes e 4 bandeiras, não falando nos mortos e feridos que foram bastantes de parte a parte. Por esta noticia houve repiques em todas as torres da vila e à noite luminárias, as quais não foram gerais porque alguns realistas não as poseram. (P. L.).

Oficio do sub-prefeito, a requerimento dos marchantes, declarando à Câmara que seria do agrado de S. Mag. de que se suspenda a cobrança de 1 real sôbre arrátel de carnes, concedido por provisão de 23 de Junho de 1832.

Dia 22 — Foi exonerado o commissário de Ronfe e extintos os cargos de juiz e procuradores do povo.

Chega a noticia oficial de terem abandonado Santarém, no dia 18 dêste mês, o sr. D. Miguel e as tropas realistas, tendo lá entrado o conde de Saldanha com o

exército constitucional e mais o sr. D. Pedro; por isto mandou o sub-prefeito desta vila tocar repiques. À noite houve iluminação geral andando uma música a tocar o hino constitucional por todas as ruas e muito povo cantando hinos e dando vivas à sr.^a D. Maria 2.^a, a S. M. I. o sr. D. Pedro, duque de Bragança e regente, e à Carta. (P. L.).

Dia 24 — Publicam-se aqui os decretos da abolição dos dizimos e foros reguengos e da Coroa.

O Barão de Vila Pouca, coronel comandante do 1.^o distrito militar do Minho, officia, em circular, a José Leite de Araujo, para que lhe remeta ao seu quartel em Guimarães o livro de registo da 1.^a companhia de granadeiros das extintas Milicias de Guimarães, de que foi capitão, e um mapa demonstrativo das freguesias em que recrutava a mesma 1.^a companhia. Iguais circulares êste Araujo enviou para outros que também vinham mencionados.

Dia 25 — Grande trovoadá nesta vila, ficando 2 homens assombrados por uma fâisca que caiu no Cano e que maltratou algumas pessoas. (P. L.).

Dia 28 — No hospital da Misericórdia faleceu «Teresa solteira, não disse freguezia nem naturalidade, vinda do exército».

Dia 29 — *Corpus Cristi* — Saiu a procissão, conforme o seu antigo costume, só com a diferença que iam quási todos os párcos e padres de distância de duas léguas, por uma circular que lhes mandou o vigário geral da comarca; ia também o batalhão fixo desta vila, todo bem fardado, assim como parte dos soldados da bomba, também fardados. (P. L.).

Dia 30 — Chega a noticia oficial de ter o sr. D. Miguel aceitado em Évora Monte, onde estava no dia 27 dêste mez, as propostas que seu irmão o sr. D. Pedro, regente em nome da rainha, lhe havia feito de embarcar em Sines ou em algum outro pôrto do Algarve, ficando o seu exército à discrição; houve repiques e luminárias, andando grupos de gente a cantar hinos constitucionais e a fingir que choravam. (P. L.).

Dia 31 — São intimados os frades da Costa, S. Francisco, S. Domingos e Capuchos para deixarem os seus conventos, no espaço de alguns dias, entregando as chaves das igrejas e sacristias aos párocos das suas frêguesias, e as das casas e oficinas ao corregedor da comarca. (P. L.).

*

Neste mês e no de Junho, poucos foram os dias em que não houve desordens, cacetadas, facadas e tiros nos realistas. (P. L.).

Junho

Dia 1 — Chega aqui a noticia duma amnistia, dada pelo sr. D. Pedro, perdoando a todos os realistas sem excepção e mandando-lhes levantar os sequestros até à reunião das côrtes, soltar os presos, etc. Esta noticia causou um grande descontentamento na maior parte dos constitucionais, chegando a haver algumas comoções populares em Lisboa e Pôrto e em outras partes do reino. (P. L.).

Dia 2 — Neste dia foi eleito procurador do Cabido o cônego de meia prebenda, Rodrigo António de Vilela. Como não aceitasse, foi eleito o cônego prebendado José Bento Ribeiro Agra, que também não aceitou, ficando a servir o seu anteces-

or, cônego-cura José António de Freitas Castro. O Cabido despediu a maior parte dos empregados, em consequência de terem sido abolidas a maior parte das suas rendas. (P. L.).

Mandando o barão de Vila Pouca, governador militar desta vila, reúnir o batalhão fixo, e querendo, em vista das reais ordens, passar os soldados solteiros para o móvel, êstes principiaram a fazer um grande rumor, fugindo o supradito barão, e chegando a haver gritos de «morra» contra êle. De tarde tornou a formar o batalhão; porém o barão não pôde conseguir mais do que deporem alguns as armas. Á noite quebraram-lhe as vidraças. (P. L.).

Dia 3 — Chega o general da provincia, Cayola. Logo depois da sua chegada, mandou reúnir em Vila Pouca o batalhão fixo, convidando, depois, os soldados solteiros a passarem para o batalhão móvel. Como poucos aceitaram, o dito general deu o batalhão por dissolvido, estranhando de alguma maneira o procedimento havido. De tarde voltou para Braga. (P. L.).

Dia 4 — Chega ordem do vigário capitular de Braga ao vigário geral desta comarca para suspender todos aqueles eclesiásticos que pegaram em armas no tempo da usurpação. (P. L.)

Dia 7 — Os párocos destituídos são mandados sair das frêguesias onde parquiavam.

Portaria do ministério da fazenda, mandando que, até ao dia 20 dêste mês,

diversos delegados das diversas recebedorias gerais das províncias do reino entrassem nos exercícos dos seus empregos, entre os quais José Francisco Ferreri de Gusmão, para o de Guimarães. Êste entraria no prazo de 3 meses, a contar do referido dia 20 de Junho.

Dia 11 — Saiu de Bragança o batalhão móvel de Guimarães.

Dia 12—Chega a noticia de ter embarcado a 1 d'êste mês, no pôrto de Sines, no Algarve, o Rei de Portugal sr. D Miguel I, ao qual o povo daquela vila insultou a ponto de o repelir a fôrça de cavalaria que o acompanhava. Também chega a noticia de ter embarcado em Aldeia Galega o infante de Espanha D. Carlos, esposa, filhos e uma grande comitiva. Assim saíram de Portugal os pretendentes às coroas de Portugal e Espanha, deixando os seus exercícos entregues à *clemência* do duque de Bragança, regente em nome da sr.^a D. Maria 2.^a (P. L.).

*

Veio a ronda da Lapinha conforme o seu antigo costume, com a diferença que, desde que entrou na vila até que saiu, não tocaram sinos nem tambores em razão das ordens gerais que proibiam o toque de sinos e tambores, em certos casos. (P. L.).

Dia 16 — Chega preso um marchante de Fafe, vindo em um carro por não poder andar, por lhe terem cortado os arthellos dos pés e de lhe terem dado uma grande maçada. Esta barbaridade foi praticada pelos constitucionais.

Chega o sub-prefeito, Bento Ferreira Cabral, nomeado pelo sr. D. Pedro, duque

de Bragança regente em nome da rainha, ficando exonerado do dito lugar o bacharel José Fortunato Ferreira de Castro, que tinha sido nomeado logo após a aclamação da rainha nesta vila. (P. L.).

Chega a esta vila o batalhão móvel que tinha ido para Traz-os-Montes. Á sua chegada esteve para haver uma grande desordem, por o governador militar, barão de Vila Pouca, querer que se recolhesse aos quarteis e que não fossem aboletados os seus componentes. (P. L.).

Dia 17 — Nesta noite e no Campo da Feira mataram um caidor que tinha sido voluntário realista, dando-lhe 11 facadas. Também esta noite mataram um filho do «Tripeiro» que fôra voluntário realista, e outros indivíduos também realistas. (P. L.).

Dia 19— Saiu para o Pôrto uma leva de presos realistas que estavam nas cadeias desta vila, indo escoltados por soldados do batalhão móvel daqui, e todos a pé e atados com cordas.

Entrou aqui uma porção de soldados e officiaes do exercíco realista que tinha capitulado no Alentejo. Vinham de Braga e entraram já de noite acompanhados por escoltas de voluntários do batalhão móvel para que o povo os não insultasse. Pernoitaram no convento de S. Domingos e no dia seguinte foram para suas casas. Esta gente era de diferentes corpos e do distrito da comarca desta vila. Nesta mesma noite, os constitucionais quebraram bastantes vidraças das casas dos realistas e espancaram bastante gente. (P. L.).

Dia 20—De noite, indo o P.^e José Dionisio e o «Coelho Bombeiro», sargento de caçadores 12, a casa do «José Pasteleiro», à rua de Donães, e tendo o referido Padre tirado satisfação com o «José Pasteleiro», ferindo-o com uma espada por ter jurado contra êle por constitucional, o «José Pasteleiro» pegou em uma clavina, que tinha atrás da porta, e deu um tiro, do qual matou o tal Coelho, fugindo o pasteleiro ferido e muito mal tratado. Depois dêste fatal acontecimento acudiu muito povo e voluntários do batalhão móvel, que entraram na casa do Pasteleiro e lhe roubaram quasi tudo, deitando o fogo à casa, que, por logo lhe acudirem, não progrediu. (P. L.).

A creada do Pasteleiro, Catarina Rosa, deu entrada na cadeia da correição immediatamente, e foi solta por alvará em 23 de Agosto de 1834.

Dia 21—Sábado—Andaram os voluntários do batalhão móvel desta vila a dar pancada a todos aqueles que eram realistas e encontravam na feira, deixando alguns bem mal tratados. (P. L.).

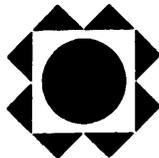
Dia 24—Morreu, de maligna e de 30 anos de idade incompletos, o bacharel Manuel José Nogueira, filho de Francisco Nogueira, negociante de panos a S. Paio. Tocaram-lhe sinais em S. Domingos (de que não tinha havido exemplo nesta vila, desde que tinham sido proibidos os toques de sino), onde foi dado à sepultura no dia seguinte. (P. L.).

Dia 27—Chega um destacamento de cento e tantos homens de caçadores n.º 12 vindo de Braga para a guarnição da vila, sendo licenciado nesta o batalhão móvel, mas obrigado a ter revistas de mês a mês. (P. L.).

Dia 28—Repiques, e à noite iluminação geral a S. Pedro, por ser o nome do Santo do sr. D. Pedro, regente. (P. L.).

Dia 29—Chega a noticia de ter sido despachado provedor do concelho desta vila o bacharel Manuel de Freitas Costa. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA.



PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

«Vereador vem de vara, -- que significa «terra comum». Seriam assim «vereadores», nas vésperas históricas da Nacionalidade, os magistrados eleitos, a quem caberia, entre os visinhos, a repartição dos terrenos da colectividade para as exigências da cultura. Pensemos na genealogia agrária dos nossos concelhos. E se as coisas vivem e duram pelo mesmo princípio porque se géram, — segundo ensina o preceito clássico, — mais que para uma simples função administrativa, não. estarão os Municipios destinados a resolver o drama angustioso do Trabalho pela nova fixação do homem à gleba?»

ANTÓNIO SARDINHA.

GUIMARÃIS A JOÃO FRANCO

Foi paga a dívida de gratidão a João Franco. Numa alta compreensão dos seus deveres, a cidade de Guimarães acaba de inaugurar, no Largo que tinha já o nome do grande Estadista, um monumento de agradecido reconhecimento pelos altos benefícios que lhe foram prestados pelo ultimo Presidente do Conselho de El-Rei Martir, D. Carlos I.

Se, como vimaranense, este preito de gratidão me enche de júbilo por poder verificar que ainda de todo se não apagou a honra e o sentimento bairrista da população vimaranense, não posso esquecer, como nacionalista-monárquico, que foi João Franco quem primeiro ensaiou a tentativa de uma ditadura nacional contra a corrupção e o desvario da política liberal.

Eram outros os tempos e andavam desvairados os homens. Por isso João Franco foi vencido e D. Carlos e o Principe Herdeiro vilmente assassinados nessa tarde sinistra de 1 de Fevereiro de 1908.

A essa tragédia, outras mais se sucederam, até que surgiu uma nova geração, heroica pelo sacrificio, que corajosamente derrubou os

mitos liberais e largamente difundiu os princípios nacionalistas que conquistaram o coração generoso e patriota da mocidade portuguesa.

Faz-se hoje justiça às altas qualidades de Estadista que João Franco possuía e desfolham-se lágrimas de saudade junto dos tumulos das régias vítimas.

Porém, João Franco teve a consolação de, ainda em vida, lhe ser tributada uma reparação por alguns daquêles que foram seus acérrimos inimigos.

Morreu tranqüilo porque assistiu ainda à sua hora de justiça.

Agora, numa praça da Cidade — Mãe de Portugal, o cinzel admirável de Teixeira Lopes perpétua a gratidão de um concelho à memória veneranda de João Franco. Necessário se torna que, por uma grande subscrição nacional, se eleve, no Terreiro do Paço, um monumento à memória do grande Rei D. Carlos, sacrificado à sanha feroz e sangüinária de uma política de corrilhos que o liberalismo estrangeiro desembarcou na Praia dos Ladrões.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Exposição Colonial

Esta exposição constitui um formidável e eloquente documentário da nossa actividade civilizadora nas ricas terras de além-mar que herdámos dos nossos antepassados.

Pela documentação exposta se avalia a exuberante riqueza do Império, riqueza revelada e continuamente valorizada pelo braço português.

As aldeias coloniais, os continentes indígenas que colaboram no grandioso certame, como a garbosa infantaria landim, demonstram bem a tendência assimiladora da colonização lusitana.

Fizemos e continuaremos fazen-

do de Portugal uma grande pátria com províncias nas três partes do mundo, pela integração dos povos indígenas na civilização ocidental.

Não são os óculos de aumento do patriotismo zeloso que exagéraram o valôr da Exposição. A voz imparcial de estrangeiros vê nela um triunfo.

Ia o mundo, como hoje vai, insatisfeito e cheio de cubiças. Portugal, em tempos de jacobinismo feroz, sofria com a Igreja. Olhos sôfregos, lá fóra, acompanhavam com delícia as nossas fraquezas... E esfregavam-se mãos de contentamento, a antegosar cada qual o seu quinhão nas nossas colónias. Estava feita a divisão, na mente, e, talvez, já no papel...

O laicismo ia-nos atirando ao fundo, no continente e nas colónias.

O outrora, fôramos grandes pela Cruz e pela Espada. Conquistámos almas para Deus e riquezas para a Pátria.

Precisamente na obra admirável do renascimento de Portugal e seus domínios, a Espada não pode deixar de pedir à Fé a luz e a força que tornam firmes os grandes empreendimentos. É, porventura, esta a maior lição da Exposição colonial. Ela é um triunfo patriótico — a mais nobre resposta aos caluniadores das nossas virtudes colonizadoras, — mas não é menos um título de glória para a Igreja. Lá está um lindo capítulo da obra missionária. Podia chamar-se-lhe o coração da Exposição, do mesmo modo que o mais poderoso foco vital da colonização é a acção prodigiosa das missões católicas.

Azas Quebradas

Os últimos dias foram para a aviação dias de luto pesado em todos os países. Portugal recebeu, carinhosamente, os restos do heróico aviador Plácido de Abreu.

Em Braga, mais um perdeu a vida em exercícios arriscados.

Nós prestamos homenagem a todos os que, com risco da sua vida, permitiram tantos progressos. Sabemos que os grandes *raids*, os exercícios acrobáticos, são provas

necessárias, sem as quais não poderão avançar os trabalhos das oficinas. Os modestos e seguros aviões de turismo de amanhã, nascerão destes concursos, tantas vezes enlutados em tragédias sinistras.

No entanto protestamos contra a atracção selvagem com que organizadores interessados oferecem, a multidões sequiosas de novidade, exercícios perigosos, onde homens de elite arriscam a sua vida em aparelhos insuficientes.

São êstes martires *gladiadores* dos nossos dias imolados como os de outrora a uma multidão sem almas que só deseja divertimentos.

Alberto Monsaraz

Realizou-se, no dia 10 de Junho, no Restaurante Clube, em Lisboa, um jantar íntimo de homenagem a êste nosso querido amigo e colaborador, ilustre poeta, figura distintíssima de português e nacionalista, que à causa da Nação tudo tem sacrificado.

Ao jantar assistiram diversos amigos, Luiz Lupi, representante da Associeté de Press, Georges Le Lorrain, pala Agencia Havas e Perrault, da Legação de França.

Alberto Monsaraz teve a consolação de, no final do jantar, receber os cumprimentos de um numeroso grupo de populares que

ali foram levar-lhe a expressão da sua admiração e solidariedade.

A Alberto Monsaraz um grande abraço de camaradagem e de admiração.

Manuel de Cabedo

Morreu Manuel de Cabedo.

O seu passado político é uma página dourada no missal dos sacrificados.

Manuel de Cabedo, que aos vinte anos teve o seu batismo de sangue, foi, até à hora da morte, um soldado heroico e um crente fervoroso.

Aqueles que o acompanharam, servindo a Causa, hão-de decerto lembrar a sua valentia, o seu estoico desprezo da morte.

Em Chaves, na primeira linha, porque esteve sempre na vanguarda, como a sua arma, infelizmente, não podia atingir o alvo desejado, jogava serenamente as cartas, fazia «blague», num à vontade sereno, olhando o perigo com o seu eterno sorrir de despreocupação.

A sua estatura, menos que meã, não deixava transparecer a grandeza da sua coragem.

Manuel de Cabedo, era a encarnação viva do cavaleiro medieval, figura nobre atravessando o perigo, como outrora um Rei-Desejado, bramando aos que o seguiam: «Morrer, mas devagar».

Mais tarde, ei-lo em Monsanto. Os anos haviam passado, mas a sua coragem indómita não havia enfraquecido.

É preso. Sofre com resignação o terror dos carceres, no período mais aceso da vingança demagoga, e na prisão, quando um carcereiro irado e vingativo, tenta matar um seu companheiro de ideal, Manuel de Cabedo, serve-lhe de anteparo, e a peito descoberto, firme e altivo, diz-lhe: «Dispare». Era assim valente e generoso!

Julgado por um Tribunal Militar de excepção, em Santa Clara, o seu julgamento foi a página mais brilhante dos anais do sacrificio. Não culpou ninguém, nem se defendeu a si próprio. A sua atitude foi apenas de reivindicação ao seu passado, clamando bem alto que era Monárquico, que tinha uma só palavra. Jurara; cumpriria até ao fim o seu juramento.

E, ante o Tribunal, prova, bem nitidamente, que o seu character não admitia manchas de covardia, nem hesitações de medo. É condenado à pena maxima.

Acolhe com um sorriso a sentença, consciente do dever cumprido.

Combate, mais tarde, no 18 de Abril, entra no 28 de Maio, sempre na vanguarda, não abandonando nunca as suas crenças de monárquico, mas, pondo nessa hora de salvação, acima das suas convicções políticas, o dever de libertar a

Pátria da turba sectária dum democratismo decadente e sabujo, das garras servis duma maçonaria daninha.

A revolta vinga e ele conserva-se sem aceitar benesses nem favores, inquebrantavelmente monárquico.

Mantem a mesma fé, a mesma pureza de ideal, a mesma certeza de palavra jurada.

Morreu no Hospital, mas teve a acarinhá-lo até aos ultimos momentos todos aqueles que o conheciam e lhe davam jus à sua valentia heroica.

E quando o seu Comandante da Galiza, foi visitá-lo, os seus olhos brilhavam de fé e seus labios sorriram num contentamento de confiança.

Pobre Manuel de Cabedo! Foi um soldado valente, alheio ao perigo em todas as conjunturas, sacrificando-se por um ideal que ele queria que ressurgisse e ao qual dera todo o seu esforço.

A dentro do seu espirito boemio «*vieille roche*», havia o orgulho nobre e altivo de lutar sempre por um só Ideal, por uma só Fé.

A saudade de Manuel de Cabedo, perdurará na lembrança de todos aqueles que foram seus companheiros na luta, amigos na vida.

Dr. Bento Caldas

No dia 23 de Junho realizou-se, em Leiria, o casamento d'este nosso

dedicado camarada e bom amigo. Serviu de padrinho, por parte do noivo, o nosso querido Director snr. D. José Ferrão, que dirigiu aos nubentes a seguinte saudação:

«MINHAS SENHORAS,
MEUS SENHORES,
MEU CARO BENTO CALDAS:

Sinto-me desvanecido por me escolher para apadrinhar êste casamento a que viria sempre, por maiores que fôsem as dificuldades que surgissem na minha frente.

Dum lado está Bento Caldas, patricio dos meus filhos, companheiro da campanha espiritualista que tanto tem preocupado a minha intelligência, figura de relevo em Guimarães, velha e esquecida terra onde nasceu a Pátria Portuguesa. Em Guimarães, Bento Caldas organizou a sua educação mental sob o ponto de vista patriótico, em contacto com as coisas que fazem a ambiência d'esse velho burgo, que, apesar de abandonadas e desprezadas, são eternas e não podem deixar de impressionar qualquer intelligência, ainda que não seja dotada das qualidades rarissimas do meu querido amigo.

Do outro lado está a encantadora Senhora a que êle vai ligar a vida, que vive nesta sugestiva Leiria que é das terras portuguesas a mais evocadora pela clareza, pela nitidez quasi geométrica com que o

homem e a natureza fizeram êsse Castelo de sonho realizado, em que a grandeza e a nostalgia de tempos que não voltam nos deixam estupfactos. Como isto não pode ser indiferente à sensibilidade delicadíssima duma Mulher e sobretudo a uma Senhora de Leiria, eu creio bem que Bento Caldas, preparado pela paisagem forte e tão comunicativa de Guimarães, irá crear com a sua doce companheira, um lar incomparável de grandes portugueses: — uma destas casas típicas em que todos deverão pôr os olhos.

Para que êste desejo se realize, bebo à saúde dêles e peço a Deus que lhes prolongue a vida, pois confio absolutamente nas altas qualidades de ambos».

António Carneiro

Com 53 anos de idade, faleceu, em Lisboa, êste admirável poeta, que, sob os pseudónimos de «Cesar» e de «João Fernandes» colaborou em «A Monarquia», na «Epoca», na «Voz» e em vários outros jornais. As suas gazetilhas, tão apreciadas, constituíam comentários ligeiros a factos e acontecimentos do tempo, e são, no seu género, das mais belas páginas da poesia satírica portuguesa. A sua forma era modelar e a rima fácil e rica. Colaborou em várias peças de teatro e traduziu, em esplendidos versos, a *Samaritana*, de Rostand.

Mas o poeta desdenhava a sua obra, escrita de afogadilho nas redacções dos jornais ou à mesa dos cafés. Amava mais as suas poesias líricas, quasi todas ainda inéditas e que esperamos, em breve, vêr publicadas num volume que será a consagração do admirável poeta.

António Carneiro foi um dos dedicados soldados de Paiva Couceiro e um dos vencidos da jornada de Chaves.

Que Deus tenha a sua alma em paz.

«Documentos»

O sr. dr. Trindade Coelho, nosso illustre ministro junto da Santa Sé, não cura só dos negócios políticos e diplomáticos. Entende, e muito bem, que a função do diplomata abrange outros sectores quando se trata de servir os interesses do país.

No seu intuito de divulgar e prestigiar a cultura portuguesa na Itália, criou, de colaboração com o grande amigo de Portugal e distinto professor sr. Guido Battelli, nosso apreciado colaborador, os «Documentos», notável série histórica de que acabamos de receber o 2.º volume. Encerra êle as biografias escritas por Vespasiano da Bisticci — *Vita di portoghese illustri*, — e por Pompeo Arditì — *Viaggio all'isola di madera e alle azzorre (1567)*. O texto é acompanhado de

notas de Luiz Teixeira, "cosmógrafo de Sua Majestade em 1587".

Louvável serviço prestam os srs. drs. Trindade Coelho e Guido Battelli com tão útil publicação, de que tanto beneficiam os eruditos da história portuguesa.

Tenente José Ribeiro da Silva

Foi nomeado administrador do concelho de Lourenço Marques, província de Moçambique, êste nosso dedicado amigo, nacionalista de uma só fé, que na revista académica *Ordem Nova*, publicada em 1926, escreveu algumas admiráveis páginas de doutrinação.

Abraçamos muito sinceramente o querido amigo, a quem enviamos as nossas felicitações, com o testemunho da nossa muita admiração e aprêço.

Dr. Mário Cardia

Provas brilhantes recentemente prestadas, levaram êste médico ilustre ao exercício efectivo de clínica no Hospital de Santo António, do Pôrto. Queremos frisar a justiça e a utilidade desta nomeação que, testemunhando públicamente as altas qualidades profissionais de Mário Cardia, as aproveita em benefício comum;— o estabelecimento hospitalar em que a sua actividade vai

exercer-se é aquele a que recorre com maior insistência a população do Pôrto.

A Mário Cardia, inteligência culta a que são familiares, de igual modo, as perspectivas da erudição clínica, da erudição literária e da erudição política, enviamos as nossas felicitações muito sinceras.

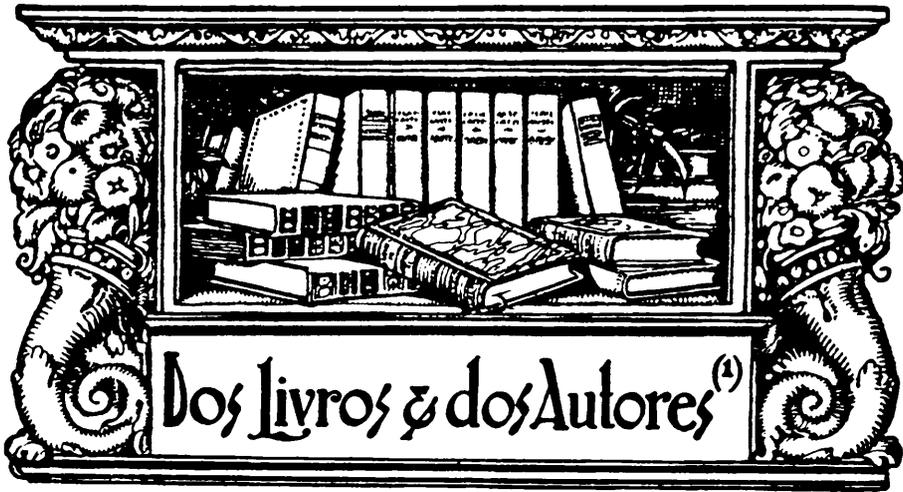
"João Franco"

É transcrito de "Fradique", brilhante semanário de literatura que Tomaz Ribeiro Colaço tão distinta e inteligentemente dirige, o artigo que publicamos, da autoria do sr. dr. Carlos de Sacadura Mascarenhas.

"Estudos Portugueses"

O último número da patriótica revista *Estudos Portugueses — Integralismo Lusitano*, dirigida pela lucida e vigorosa inteligência dos Drs. Luís de Almeida Braga e Hipólito Raposo, traz a dolorosa notícia de que vai, forçadamente, interromper a sua publicação.

Sentimos deveras o desaparecimento de "Estudos Portugueses" desejando que muito em breve volte a ocupar o seu posto nesta campanha de reconquista nacionalista, tão necessária na hora torva e incerta que atravessamos.



INFLUÊNCIA DE S. TIAGO DA GALIZA EM PORTUGAL, por *Alberto Vieira Braga*. Sociedade Martins Sarmento. Guimarães, 1933.

S. Tiago da Galiza, foi — e é ainda, — um local de peregrinações devotas. Por isso, através de todos os tempos, foi-se enraizando, entre nós, o culto a S. Tiago de Compostela, evangelizador de Espanha.

Alberto Vieira Braga, inteligência lúcida e apaixonada no estudo das coisas do passado, dá-nos, neste precioso trabalho, uma boa resenha dos factos ocorridos no nosso país, em diferentes épocas, e das visitas feitas ao Santuário de Compostela, por altas individualidades portuguesas.

É deveras interessante e de grande valor a parte em que se alude à provável vinda de S. Tiago a Guimarães e à lenda do templo gentílico de Ceres e ainda aos documentos relativos à fundação, no século X, de uma comunidade de monges, em Penselo, nos subúrbios de Guimarães.

Este trabalho que é, ao mesmo tempo, de narrativa histórica e de investigação etnográfica, vem prestar um alto e valioso serviço a todos os estudiosos da especialidade e traz novos subsídios à história de Guimarães.

ANTÓNIO GOMES LEAL LIRICHE; tradotte de *Guido Battelli*. Libreria Seeber. Via Tornabuoni, 20. Firenze, 1933.

Neste elegante volumezinho reuniu o distinto escritor italiano e professor de Florença, Guido Battelli, algumas das melhores poesias líricas de Gomes Leal, traduzidas para a doce língua italiana.

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

Na *Introduzione* dá-nos o professor Battelli um curioso estudo da vida boémia de Gomes Leal «republicano, anarchico, anti-clericale, ribelle», que, «un bel giorno scrive la Storia di Gesù; una serie di 34 canti»... «la cosa più bella che abbia la poesia religiosa portoghese moderna.»

O prof. Battelli prestou à expansão da nossa literatura um assinalado serviço com a publicação de mais este volume. Como portugueses e como estudiosos, queremos testemunhar-lhe aqui a nossa gratidão pelos serviços relevantes que tem prestado à divulgação da cultura portuguesa.

MOSTEIRÓ — O PADROEIRO S. GONÇALO, pelo *Padre Moreira das Neves*. Livraria Simões Lopes. Rua do Almada, 123 — Pôrto, 1933.

Moreira das Neves, o admirável autor do *Sonho Azul*, não se deixou cristalizar na contemplação dos seus extraordinários recursos de poeta primoroso. Aqui o temos, neste trabalho, a revelar-se um apaixonado dos estudos da etnografia.

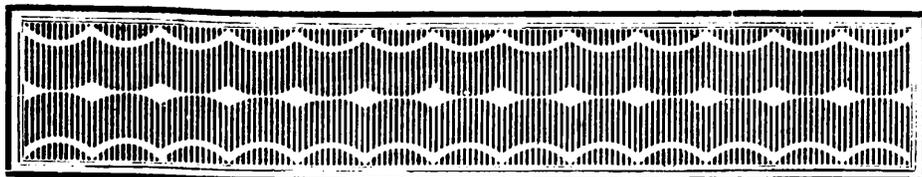
Nesta interessante obrasinha consagrada ao Padroeiro da freguesia de Mosteiró (Vila do Conde), o Padre Moreira das Neves dá-nos novos subsidios sobre o culto devotado nas circunvizinhanças de Mosteiró e do Pôrto ao Santo que o povo instituiu *casamenteiro das velhas*.

PASTEUR — SA VIE, SA FOI, SON ŒUVRE, por *C. d'Eschevannes*. P. Téqui, Éditeur. 82, Rue Bonaparte. Paris — VI, 1934.

Ao tratar de Pasteur, vários autores, propositadamente, deixam no olvido a grande fé religiosa do sábio incomparável que ao estudo e combate da terrível doença da raiva consagrou a maior parte da sua vida.

O Dr. Eschevannes que, tendo enveredado pelas encruzilhadas da incerteza, encontrou, enfim, a estrada de Damasco, dá-nos neste livro precioso um estudo completo sobre a vida de Pasteur, valorisando-o com vários e importantes documentos inéditos. Assim se verifica mais uma vez que a fé não é inimiga da ciencia, antes a valoriza e estimula, elevando as almas acima do materialismo que tudo subverte. A edição é magnificamente apresentada e ilustrada com oito excelentes gravuras *hors-texte*. Ao Dr. Eschevannes manifestamos os nossos agradecimentos pela penhorante dedicatória com que nos distingue.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



Elegia das Violetas

(Carta para o Céu)

por DOMINGOS GUIMARÃES

Quiz a muita gentileza e amizade de Cláudio e Antônio Corrêa de Oliveira Guimarães brindar a revista *Gil Vicente* com a oferta de um inédito de seu saudoso Pai o ilustre publicista Domingos Guimarães, recentemente falecido no Pôrto.

Elegia das Violetas, é uma bela página confirmativa das poderosas qualidades de escritor e de emocional, que fariam de Domingos Guimarães — se as contingências da vida lho tivessem permitido — um dos primeiros nomes da literatura portuguesa.

FOI aqui, Luísinha, que nos começamos a amar. Aqui mesmo, neste velho quintal rodeado de árvores sem fôlhas, como então, tristes e sofredoras. Aqui, onde o sol bate logo ao nascer; as andorinhas fazem os seus primeiros ninhos, a água da fonte espalha a sua canção dormente, e as mais lindas rosas brancas, da côr da tua face morta, Luísinha, florescem, mal Abril desponta. Aqui, neste logarzinho idílico e meigo, a que o tempo envelheceu as árvores, secou as flores, e nos dias baços de agora, tão triste me parece, povoado das minhas saúdaes, aqui foi — ó minha rôla fugidia! — que o dramazinho obscuro do nosso grande amor de crianças se esboçou, cresceu, se desenrolou, morreu...

Ignoro, Luísinha, se aí, nesse etéreo mundo das almas, as almas recordam, sentem, revivem o seu passado. Se o fazem, por certo te hás-de lembrar dêsses dias, e, muito tristinha, em meio dos anjos alegres, tu sorrirás, como eu sorrio quando penso, quando cismo, quando recordo, que fômos tão felizes... Há uma estrêla no céu que me fita muito, todas as

noites, que me ri, que me chama. Talvez que sejas tu, Luízinha; talvez que sejas tu, que lá de cima vês como eu nestes dias me põho a adorar o quintalzito, e me prendo ali, horas e horas, junto a uma árvore, um pecegueiro em flor, um recanto de muro, evocando-te, sonhando-te, amando-te, em tudo aquilo que está, para mim, a-pezar-de tantos anos terem passado, tão cheio de ti, da tua graça, do teu encanto, da tua beleza enternecida, como no tempo em que vivias... Amo o que me diz a canção da fonte, a atitude triste da velha magnólia que cobre o portão, a sombrinha discreta daquele recantozito do muro, onde a primeira vez, muito córado, muito medroso, puz nos teus cabelos de oiro as violetas que colhi no canteiro do jardim...

Foi assim, entre violetas roxas, as flores humildes e tristinhas, que o nosso amor começou; foi o seu perfume espiritual que se nos meteu na alma, e da sua essência de tristeza que se fez a essência do nosso amor. Entre violetas dissemos as primeiras palavras de paixão; entre violetas dissemos as últimas...

Lembras-te?

Tu adoceste por princípios de Outubro. Amavamo-nos há mais de um ano: — um ano tão pequenino, cujos dias passavam no tempo, alegres e veloses, como uma aza de ave cortando o infinito azul. Adoceste. Não sei que mal súbito, que te consumiu num instante, e tornou silencioso e irritado o bom do doutor — o velho doutor, com que, por certo, a estas horas terás já brincado, nesse luminoso céu, para onde há dias se partiu também. Perguntava-lhe a gente o que tinhas: anuviavam-se-lhe os olhos, fazia-se sombrio, nada dizia com geito, nada que nos animasse, nos iludisse...

— O peito. Os pulmões... Não será nada... Há-de passar... Há-de passar...

Secavam as árvores na paisagem: faziam-se de cobre e aventurina os poentes: caíam numa poeira de oiro, as fôlhas: entristeciam-se os céus — e o teu mal não passava! Estavas condenada: estavas perdida, Luízinha. Ética! Ética — queria dizer morta. Tão nõvinha, tão tenrinha, tão fraquinha... Folhinha sêca e leve, que o vento do outono levaria, num assôpro...

O doutor bem o sabia, bem o sabia. Não queria, porém, dizer-no-lo, queria trazer-nos enganados. Loucura! O meu coração adivinhou-o, senti-o, soube-o. Foi uma vez, na varanda da tua casa, onde eu entrava como um irmão, que o soube. Estavamos os dois a ler um livro. Tiveste um ataque de tosse, levaste o lenço à boca e eu vi-o manchado de sangue... Oh que dia de amargura aquê! Como eu chorei, como solucei, como

pensei em matar-me, morrer contigo, beber na tua boquinha, aos gólos, aos beijos, o teu próprio mal e morrer dêle no mesmo dia em que morresses...

A única enganada eras tu, Luízinha!

Fiz-me forte. Era preciso iludir-te. Á tardinha, quando voltei a ver-te, não sei porquê, eu sentia-me alegre, rindo contigo, brincando, amando-te como nunca... Começavam, então, a abrir as primeiras violetas, e eu descí ao quintal e colhi muitas e vim pôr-tas nos cabelinhos loiros, como no lindo dia em que pela primeira vez nos falamos, — lembras-te? — no recantozito sòlheiro do jardim.

Luízinha, meu amor, há não sei quantos anos que não volto à tua terra, e, agora, os meus primeiros passos foram para êsse saúdoso pedaço de jardim, tão alegre dantes, e que hoje é para mim como que um cemitério da tua saúde. Não calculas como tudo está estragado, abandonado, melancólico. No jardim crescem grandes ervas bravas, que se enroscam como cobras e matam as flores. O caramanchão deitou-o abaixo o vento. Já algumas árvores secaram. As paredes estão cheias de silvas. Uma única coisa está verde e viva como dantes. Sabes? A carreira das violetas.



DOMINGOS GUIMARÃES

Oh! e foram elas, Luízinha, foram elas, sobretudo, que mais avivaram no meu ser a tua saúde, a dor dêsse dramazinho antigo, do nosso bucólico enleio de crianças. Porque foram elas, essas violetas enormes, inegaláveis, do teu quintal quem mais de perto acompanhou as nossas alegrias, viveu os nossos sonhos, e perfumou, e consolou, as nossas dores e o nosso desespêro. Foi com elas que flori os teus cabelos, quando te disse a primeira vez que te amava: foi com elas que entretive, quando já abandonada dos médicos, a tua doença: foi com elas, por último, que eu enfeitei o teu caixãozinho pequenino nesse dia baço de Dezembro em que partiste, e para sempre deixaste viúvo e triste, o meu coração que te amava.

...Luízinha, meu amor, diz, no jardim do céu também há violetas?...

Canção do Moínho

*Moínho das azas pandas,
O' Moínho,
Voas, andas e tresandas
Sempre no mesmo caminho!
E, ao girar,
Que andas lá tu a dizer?
Que andas lá tu a cantar?
Será êle o corridinho
Que tu andas a dançar,
Ó moínho?
Ou será—gira que gira—
Aquela dança do vira:
—Ai! lari... Ai! laró...—
No dançar agarradinho
tu e mais a tua mó?*

*E o moínho,
Cantando
E dançando
Põe-se a cantar:*

*Rola, rola, pedra alveira,
Vai dançando o corridinho,
Que já lá vem a moleira,
Dona Branca do Moínho...*

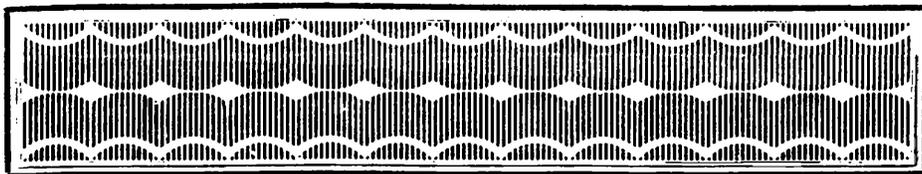
*Olha como vem tão bela,
olhos negros a chispar!
Parece que os olhos dela
Andam no vira a virar.*

*Rola, rola, pedra alveira
Que a nossa dança é fartura,
Não há farinha sem mó,
Nem há pão sem levedura.*

*Olha o fumo da fornada,
Olha a pressa da forneira...
Há tanta bôca com fome...
Rola, rola, pedra alveira.*

Gil de Santarém.





O inimigo invisível

A GUERRA QUÍMICA

por MANUEL MARQUES DA MATA

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 110)

Ayperite é tão temível que, em 1928, uma comissão de peritos sugeriu ao Comité Internacional da Cruz Vermelha, reunido em Bruxelas, a abertura dum concurso internacional para a apresentação dum produto capaz de revelar a sua presença no ar. Repito: o que torna o gás mostarda eminentemente perigoso é, em primeiro lugar, a sua acção sôbre o organismo não dar inicialmente nenhuma sensação desagradável; segundo: em a sua contaminação passar absolutamente despercebida e só se revelar várias horas depois.

Alem da yperite são ainda utilizados como vesicantes a «Lewisite», assim chamada por ter sido descoberta pelo americano Lewis. A sua acção é analoga à da yperite e tem um cheiro que faz lembrar o do gerânio. Os americanos julgam-na de óptimo emprêgo, prevenido o seu lançamento por aviões em partículas finamente pulverizadas, o que fez chamar-se-lhe o «orvalho da morte».

O gás labiríntico, cuja acção é provocar vertigens, emprega-se quasi sempre com os vesicantes.

A terceira classe de gases de combate é representada pelos lacrimogénios: como o seu nome indica são gases que actuam sôbre a mucosa do olho determinando grande produção de lágrimas. A sua acção começa primeiro por picadas muito fortes nos olhos e a seguir estes rrazam-se continuamente de lágrimas impedindo a visão. Se a intoxicação aumenta, as picadas transformam-se em dores muito vivas e a lacrimação é de tal maneira abundante que é impossivel manter os olhos abertos. Os gases

dêste número são muito numerosos. Os mais empregados, cuja acção se exerce dentro dum segundo, são o brumeto de benzilo e o brumeto de xililo e a bromocetona que pode originar a cegueira se incidir directamente sôbre os olhos. Duma maneira genérica, podemos dizer que o seu principal papel é cegar as vítimas.

A quarta classe é preenchida pelos gases «esternutatórios». São gases destinados a fazer espirrar. Empregam-se para obrigar os portadores das máscaras a tirarem-nas. O tipo dêstes gases são as arsinas que penetram sôbre a forma de poeiras extremamente ténues até às vias respiratórias provocando o espirro e originando uma dôr muito viva nas cavidades nasais. A sua acção não é muito prolongada e atenua-se com a continuação. Uma segunda inalação duma dose equivalente à primeira já não produz os mesmos efeitos.

Em alguns soldados atingidos pelas arsinas foram observadas perturbações nervosas inportantes, uma hora depois da intoxicação. As arsinas só muito raramente produzem a morte, mas, factó curioso, no exercito inglês registaram-se alguns suicídios provocados pelas dores de cabeça terríveis e pelas afecções brônquicas graves determinadas pelas arsinas de guerra. Duma maneira geral pode dizer-se que atravessam quási todos os filtros. Entre as arsinas há uma (acetildicloroarsina) que tem uma acção muito especial sôbre a pele. Além das queimaduras que pode originar provoca uma irritação dolorosíssima nos pontos onde as unhas dos dedos se unem com a carne.

A quinta classe agrupa os gases tóxicos. São produtos que teem por função invádir o organismo e fixar-se num determinado órgão privando-o de desempenhar a sua função. São gases dêste grupo:

- a) O óxido cianídrico—que actua sôbre o sistema nervoso, e o
- b) óxido de carbono que actua sôbre o sangue.

Êstes gases são os que sôbre o ponto de vista técnico melhor corespondem às objectivas da guerra química. Mas se teòricamente o problema da sua aplicação está convenientemente estudado, na prática o seu emprêgo é cheio de cautelas e de dificuldades tremendas.

O ácido cianídrico, ou ácido prússico, tem um cheiro a amêndoas amargas e, quando concentrado, é o mais violento dos tóxicos conhecidos. Em tempo de paz, tem sido utilizado na luta contra os insectos e animais nocivos.

Quando a atmosfera se encontra com uma concentração suficiente, basta *uma só* inalação para provocar acidentes graves e a maior parte das

vezes mortais. Se lançarmos uma gota na língua dum cão, morre em alguns segundos. Em menores concentrações produz convulsões, dispepsias e desmaios, mas se a concentração fôr grande produz fulminantemente a morte. Foi empregado pelos franceses em 1915. Em mistura com outros produtos foi utilizado com o nome de Vincenite, para fazer lembrar a sua primeira aplicação sôbre a região de Vincennes. Os austríacos também utilizaram o ácido prússico contra o exército italiano.

O óxido de carbono é muito conhecido; é o chamado «gás do carvão», cuja intoxicação mais comesinha é determinada, por vezes, por fogareiros de combustão defeituosa. É um gás muito usado pelos suicidas. É mortal em doses muito insignificantes, um para 5.000. Numa atmosfera que contenha na proporção de 1 para 300, a agonia não leva mais de 2 minutos. Actua sôbre o sangue e impedindo o fenómeno da respiração, mata por asfixia. As formas graves das intoxicações pelo óxido de carbono são particularmente interessantes de conhecer pelo que de pavoroso teem. Imaginem V. Exas. que o intoxicado pelo óxido de carbono, começa por sentir um grande aperto ao nível das temporas, ouve sinos a badalarem e vê um nevoeiro muito grande a toldar-lhe a vista. Quer andar, mas as pernas dobram-se-lhes, e cai; tenta andar com os joelhos e os cotovelos, com as mãos pelo chão, mas não consegue, por que é dominado por um grande desejo de dormir que, sem sofrimento, o lança na ante-câmara da morte: o coma. Se consegue sair dêste estado, fica como bebedo na fase de excitação. É êste o detalhe importante de observar porque, durante a guerra, foram pesadamente castigados por embriaguês muitos soldados que afinal eram apenas intóxicados ligeiros pelo óxido de carbono.

Durante um dos ataques dos franceses contra os alemães com o óxido de carbono, os franceses, ao penetrarem na trincheira inimiga, foram encontrar, numa pequena sala dum abrigo, um grupo de oficiais a jogar o xadrez. Com grande admiração verificaram que todos êles estavam mortos, mas mantinham as posições que tinham em vida, no momento em que rebentou o obuz que levava o óxido de carbono o que os vitimou. O óxido de carbono foi mais utilizado durante a guerra, do que a principio se supoz. Era lançado em obuses que caíndo nas caves, abrigos, etc., fizeram muitas vítimas, espalhando nelas uma atmosfera de morte, que o seu rebentamento produzia pela libertação do óxido de carbono.

Segundo a opinião autorizada de Izard, Cilleuls e Kermarrec «o óxido de carbono é susceptível de se tornar um dos agentes tóxicos mais para temer em ocasião duma guerra aero-química, pelo papel que pode desempenhar no bombardeamento das casas, dos abrigos, etc.»

Muitos são ainda os gases de combate e, dia a dia, outros serão

descobertos. Na série dos novos tóxicos de guerra há, segundo Zanger, uns que actuam sobre o sistema nervoso central e são cem vezes mais violentos que a estricnina, e sem cianose e sem dispneia fazem explodir autenticas crises de delirium tremens, determinando morte instantânea. Em dose relativamente fraca, dir-lhes-hei, segundo descreve F. Delaisi, «que em Novembro de 1930 o coronel F. H. Payne, adjunto do Secretariado da Guerra dos Estados Unidos anunciou que tinha organizado uma lista de 3.876 produtos da industria civil, classificados como estratégicos. Acrescentou que tinha tratado já com 261 fábricas para efeitos da sua utilização eventual para necessidades guerreiras».

Perante esta exhibição tão concludente, justificado é o grito:—
Bombeiros e Escoteiros, Alerta.

Bombeiros e Escoteiros, vós que sois os soldados da paz, vós que tendes por missão augusta «o bem da humanidade», vós que tendes por divisas «o vida por vida» e o «sempre pronto», vós que tendes sempre demonstrado em horas de tragédia a generosidade dos vossos corações onde a bondade se funde com o bem e o amor do vosso semelhante, vós que acorreis ao primeiro sinal de alarme para oferecerdes a vossa vida em holocausto a outra vida que pretende salvar-se, das línguas de fogo que lhe lambem o corpo, das expirações de fumo que a asfixiam, da água que afoga, da hemorragia que não pára, precisais preparar-vos, conscientemente adestrar-vos, para, no dia de amanhã, poderdes ministrar aos gaseados os cuidados, os socorros urgentes de que êles necessitam. Vós que sabeis já os auxílios terapêuticos e de enfermagem que deveis dispensar aos portadores de variadas e freqüentes afecções, pelos ensinamentos que aprendesteis nos guias que vos foram distribuidos ou nas instruções que vos foram ministradas, vós, que estais já aptos a tratar as vítimas civis da guerra, quer applicando pensos para proteger as feridas das infecções, quer sustando hemorragias por meio de um garrote ou de pensos compressivos, quer immobilizando uma fractura, careceis de saber duma forma exacta e precisa, os serviços que vos incumbe prestar à população civil quando ela fôr atingida pelo inimigo invisível. É convosco, apenas convosco, que a população civil conta. É a protecção da população civil é um dever dos que mais urgentemente se impõe. É a vós, que compete educar o público, para evitar o pânico, preparar-vos técnica e cientificamente para amanhã poderdes ser junto dêle os seus instructores, para que saibam disciplinadamente refugiar-se nos seus abrigos, para que não ignorem as manobras necessárias ao uso das máscaras; compete-vos aprender os serviços de ambulância e de enfermagem especiais, que êsses serviços requerem, formar equipes de desinfectão, etc., a par da especialização que

os Bombeiros devem ter para obstar, dentro do possível, aos novos processos de incêndio.

Não penseis que os perigos que vos aponto são uma quimera e que as medidas que antecipadamente preconiso, são filhas da minha fantasia. Elas são apenas uma voz muito sumida, quasi indistinta, a dizer em Portugal um pouco do muito que por esse Mundo fóra se vai fazendo, em matéria de luta anti-gás.

As sociedades humanitárias de todo o mundo, movimentam-se numa actividade quasi febril. Desde 3 de Abril de 1928, que devido à intervenção da Sociedade das Nações e da Cruz Vermelha Internacional, e em obediência aos tratados de Versailles e Washington, Genebra proibiu o emprego, na guerra, de gases asfixiantes, tóxicos ou similares. Já, anteriormente, em Outubro de 1925, quando da XIIª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, foi tomada a resolução de estudar os meios de protecção contra os gases de combate e especialmente os meios de defeza da população civil. Mais tarde, em 1928, a mesma Sociedade Internacional da Cruz Vermelha, reunida em Bruxelas sôbre a presidência de M. Velche, membro da Cruz Vermelha Belga, com a assistência de categorisados membros de outros países, elaborou um programa de estudo muito pormenorizado que não resisto à tentação de lhes dar conhecimento — tal o seu interêsse, tal a sua complexidade, tal a sua importância prática. Esse estudo deveria incidir :

- «sôbre a protecção das centrais e das canalisações de toda o espécie: água, gás, electricidade, esgotos, etc;
- recenseamento das construções susceptíveis de servirem de abrigos; sua transformação eventual e a construção de abrigos especiais;
- designação e transformação dos locais susceptíveis de utilização para postos de socorros para gaseados;
- cadastro dos locais que possam servir de ambulâncias e de hospitais e a sua adaptação a ambulância para gaseados;
- aprovisionamento de material de defeza e de socorros e armazenagem de stocks de material de desinfeção;
- organização de pessoal para prestar socorros e formação de equipes de desinfeção e evacuação, dotadas das necessárias aptidões;
- meios de transporte das vitimas às ambulâncias e a indicação dos caminhos melhores abrigados de modo a esse serviço poder ser feito com eficiência;

- sinais de àlerta, senhas a dar à polícia e senhas a dar aos bombeiros;
- medidas encarando, durante a guerra, a manutenção de laboratórios onde os produtos tóxicos empregados pelo inimigo possam ser analisados e rápidamente estudados os meios apropriados de protecção;
- instruções a dar à população civil e a educação das multidões, sob o ponto de vista de disciplina, em casos de calamidades públicas.»

O movimento lançado pelas sociedades humanitárias internacionais a que aludi, contra a arma química, vai alastrando já por muitos países.

A Polónia foi a primeira nação europeia que iniciou com afinco a instrução das massas populares e o estudo da protecção anti-gás. Segundo escreve L. Cramer, os dirigentes da Cruz Vermelha Polaca conseguiram interessar nesse movimento de tal maneira a juventude que os rapazes dos 12 aos 18 anos, que freqüentam as escolas, e os operários das fábricas e das oficinas consagram os domingos e algumas horas da noite de determinados dias da semana ao estudo e exercícios que teem como resultante a protecção da população civil contra o flagelo dos gases. Êsse movimento é de tal forma interessante que organizam vagonos providos de toda a aparelhagem destinada à defeza da população e com um compartimento reservado às projecções cinematográficas. O seu papel é levar a educação em matéria de luta anti-gás ao povo das aldeias mais reconditas da Polónia.

A Suissa, sobretudo na estação federal Wimmis, estuda, investiga e protege os meios de defeza e as organizações instituidas contra os gazes. Em Lausanne, o professor Messerli, Chefe dos Serviços de Higiene, organisou um plano de defeza anti-gás compostos de àlerta, material T. S. F., muito aperfeiçoado, sinais de alarme, aparelhos indicando a direcção do vento, postos de socorros muito bem municidados, equipes de desinfecção e todas as indicações necessárias para a população se refugiar, disciplinadamente, nos abrigos.

Na Alemanha a organização é perfeita e as medidas preventivas contra o perigo aero-químico, segundo referem Izard, Cilleuls e Couillard estão a cargo de três organimos principais: a «Technische Nothilfe», que é uma organização dependente do Ministério do Interior, que tem como principal papel prestar socorros às explorações industriais, quer sejam atingidas por incêndio, inundações, ou outros sinistros; as colunas sanitárias e os bombeiros utilizados não só na luta contra o fôgo como também na salvação do público em sinistros de qualquer outra espécie.

Previendo a importância e a multiplicidade dos incêndios que em caso de guerra aero-química as bombas provocarão, os bombeiros alemães possuem material do melhor do mundo. Os serviços da luta anti-gás estão primorosamente montados e os simulacros de ataques aero-químicos repetem-se frequentemente em Kiel, Colónia, Essen, Dusseldorf, Breslau, Postsdan, Berlim, etc. A experiência da guerra demonstrou-lhe quanto a população civil poderá lucrar com estas medidas. Nas escolas, nas companhias de caminhos de ferro, etc., os alemães entregam-se a treinos de luta anti-gás com método e regularidade tais que os próprios franceses confessam não poder, por enquanto, igualar.

A Austria fez o ensino metódico da luta anti-gás, por iniciativa da Associação dos Engenheiros, aos empregados comerciais e industriais, aos antigos combatentes e aos sapadores bombeiros para a instrução dos quais criou uma escola em Limz.

A Noruega organizou cursos para a habilitação de diferentes formações voluntárias, estabeleceu um prémio de 1.000 corôas ao architecto que apresentasse o melhor projecto de abrigo contra o perigo aero-químico, e fornece às sociedades das mulheres norueguesas ensinamentos preparatórios sôbre os cuidados a dar aos gaseados.

Para se fazer ideia do cuidado dispensado pelos Estados Unidos ao assunto de que vimos tratando, basta citar-vos que êste estado consagra ao estudo dos gases e à luta anti-gás 80 milhões de francos por ano, e tem um arsenal especial, Oged Edgewood Arsenal, destinado aos armamentos americanos contra os gases. Êste arsenal produz 250 máscaras por dia, mas, em caso de necessidade, poderá fabricar 2.000. Fabrica-se nêle tudo que a guerra aero-química necessita: bombas de gás, aparelhos para a dispersão dos gases, cloro, cuja produção poderá ser de 50 toneladas por dia, gás mostarda (16 toneladas por dia), etc.

Na União das Repúblicas Soviéticas Socialistas a preparação da guerra aero-química e a protecção contra os seus efeitos está na ordem do dia. As manobras de bombardeamento químico, figurado com a actuação da defeza contra aeronaves, de colaboração com os bombeiros, com as sociedades humanitárias e com a própria população civil, repetem-se freqüentemente. Entre êsses exercícios destacou-se o que se realizou em Moscou no início de Setembro de 1930. Em 1932 o Govêrno Soviético fez publicar uma lei tornando a instrução sôbre a protecção anti-gás obrigatória nas escolas. Todo o aluno que freqüente as aulas recebe do estado uma máscara que aprende a manejar, ficando com a obrigatoriedade de se exercitar no seu uso, pelo menos uma vez por semana. A população civil recebe instruções por meio de cartazes indicando-lhe o que é preciso fazer

e evitar durante um bombardeamento aero-químico assim como do uso da máscara, de modo a podê-la usar tanto em repouso como em marcha.

A Rússia foi o país que primeiro lançou a ideia, conforme faz notar o Tenente Coronel Vaultier, de construir as novas edificações de modo a poderem resistir aos ataques aero-químicos.

A Estónia tem igualmente desenvolvido a campanha anti-gás. Neste país teem-se organizado cortejos em que figuram todos os apetrechamentos necessários à defeza das populações. Para prender mais a atenção do público e para lhe dar a imagem do pavor que a guerra química inspira, fizeram transportar um esqueleto, levado por 4 enfermeiros, atravez das ruas da sua capital para que o público visse nesse símbolo o triunfo da morte.

A Itália caminha igualmente na vanguarda dêste movimento, já legislando sôbre os diferentes tipos de máscara a usar pela população civil, já encarando a construção de abrigos, o seu aprovisionamento, etc. À semelhança do que a Rússia anteriormente fez, o General Giamezzi-Savelli concebeu a realização dum vasto plano de construções dotadas dos requisitos necessários para resistir aos projecteis explosivos e incendiários. O General Ottolenghi entende «que o público deve ser instruído desde os bancos da escola, sôbre o perigo que o poderá ameaçar em tempo de guerra e àcerca dos meios de que poderá dispôr para se defender».

A Inglaterra, sempre metódica, tem igualmente todos os seus serviços a postos e a população devidamente instruída para não ser colhida de surpresa pelos efeitos aterradores dum ataque aero-químico.

Em França as instruções são completas como V. Exas. terão ocasião de observar numas traduções sôbre a luta contra o incêndio e sôbre as medidas sanitárias a pôr em prática, que vou fazer distribuir aos comandantes das diferentes colectividades de bombeiros, escoteiros e girls que aqui se encontram respresentados. Em Agosto de 1931 realizou-se em França, em Nancy, um simulacro de ataque aéreo contra esta cidade. E foram os escoteiros que munidos das suas máscaras de gases, fizeram a condução dos pseudo-gasiados aos abrigos subterrâneos e aos postos de socorros, utilizando para isso macas rodadas e colaborando com os serviços de ambulância que a Sociedade da Cruz Vermelha utilizou nesse exercício superiormente dirigido pelo General Bouchet, segundo o plano do General Mittelhauser.

Os outros países seguem, com mais ou menos interêsse, a campanha que vai correndo mundo.

Devemos ainda registar como excelentes os exercícios de protecção da população civil contra a guerra aero-química efectuados no Japão.

Em Portugal o estudo dos gases está, por enquanto, circunscrito à classe militar, podendo os oficiais frequentar um curso leccionado em Tancos por oficiais especializados da arma de engenharia. Ouve já uma tentativa de simulacro de ataque aero-químico, mas não pde ser levado a efeito por ter sido reconhecida a impossibilidade da colaboração eficiente dos bombeiros, escoteiros, etc., por não estarem ainda devidamente munidos dos aparelhos de luta anti-gás necessários para aquela demonstração.

Detalhes circunstanciados vos poderia dar sôbre as complexas organizações destes serviços nos diferentes países que citei. O assunto é, porém, extenso e não cabe no exíguo espaço de tempo destinado a uma palavra.

MINHAS SENHORAS E
MEUS SENHORES :

Apresentados, a V. Exas., os principais gases de combate, as suas propriedades e a forma como actuam, projectados aos olhos de V. Exas, bombeiros e escoteiros que me escutais, os benefícios que advirão para a população civil da vossa intervenção consciente e dedicada, descritas em todas as suas «nuances» as diferentes formas como nos vários países se cuida da luta anti-gás, resta-me, para terminar a minha palestra, falar-vos de três pontos que supponho irão satisfazer a vossa justificada curiosidade :

- a) Como se salva um gaseado?
- b) Como se pode fazer a protecção individual?
- c) Como se deve organizar a protecção colectiva?

Os princípios resumidos de terapêutica que vos vou indicar, elucidam-vos sôbre a conduta que deveis seguir para com os gaseados antes da intervenção dos médicos ou na ausência destes.

Embora os diferentes tóxicos, em cujos tipos vos falei, actuem por formas diversas, há, todavia, um certo número de princípios gerais que mais ou menos orientam a terapêutica de urgência a pôr em prática.

(Conclui no próximo fascículo).

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1834

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Julho

Dia 3— A nova mesa da Misericórdia toma posse e imediatamente delibera «que fossem restituídos aos seus empregos todos os empregados que no tempo da usurpação foram esbulhados deles». Assinaram esta deliberação os seguintes mesários: cónego João Baptista Gonçalves Sampaio, provedor; Joaquim Pinto Teixeira de Carvalho, escrivão; Rodrigo José de Sousa Lobo de Menezes, José da Costa Vieira, António José Ribeiro, Custódio José Marques e Silva, João José Nogueira e José Joaquim de Sousa Guimarães.

Dia 5— Faleceu o P.^c José António de Faria, professor da cadeira de 1.^{as} letras nesta vila. (P. L.).

Em sessão da Câmara foram nomeados juizes almotacés para o trimestre de Julho a Setembro, Valentim Brandão de Sá e António Ribeiro da Costa Sampaio. Foi-lhes deferido o juramento.

Dia 6— Na cadeia da correição deu entrada Francisco Gonçalves, de Varzea Cova, por lhe serem achados em casa uns poucos de baús que eram do convento de Refojos de Basto. Foi solto por ordem do corregedor em 4 de Dezembro do corrente ano.

Dia 7— É eleita abadessa de Santa Clara, pela 4.^a vez, D. Maria Máxima da Natividade. (P. L.).

Em sessão extraordinária da Câmara foi determinado «que achando-se terminada a luta entre a Legitimidade e o Despotismo, e restabelecido em todo o reino e seus domínios o Trono de S. M. F. a snr.^a D. Maria II: por tão fausto e feliz motivo se celebrasse na igreja de S. Pedro desta vila, e no dia 8 do corrente, um solene *Te Deum* em acção de graças ao Todo Poderoso, bem como por ser também neste dia o aniversário da chegada de S. M. I. a este Reino; e que esta deliberação se fizesse pública por editais aos habitantes desta vila, afim de iluminarem suas janelas e darem todas as demonstrações de regosijo».

Dia 8— *Te Deum* na igreja de S. Pedro, pelo aniversário do desembarque do snr. D. Pedro IV em Lavre, assim como das tropas constitucionais, em 1832. Assistente o Cabido, alguns frades, ainda de hábito (porém neste mesmo dia tiveram ordem para sair dos conventos e largarem os hábitos), autoridades civis e militares. Á noite houve iluminação geral, andando uma música a tocar hinos constitucionais e alguns encamizados recitando versos. (P. L.).

Dia 9 — Intimados pelo corregedor da comarca, saiem dos conventos de Guimarães todos os frades. (P. L.).

.

Em sessão da Câmara foram admitidos para louvados fazendeiros: João dos Santos da Silva, da rua de Gatos; Fortunato José Pereira, desta vila; Paulo Pereira do Nascimento, lavrador proprietário, do lugar da Subida, da frêguesia de Santa Eufémia de Prazins; Manuel Monteiro Guimarães, do Toural; e Francisco António Rodrigues, da frêguesia de Gondomar; nomeados respectivamente por acórdãos de 10 de Maio, 14 de Junho, 7 de Julho e 23 de Abril de 1834. A todos o presidente tomou o juramento.

Dia 11 — Pelo recebedor geral da provincia, foi nomeado recebedor de Guimarães José Joaquim Dias de Castro.

Dia 12 — A Câmara atendendo a que no quintal do Castelo desta vila existe um poço raso, com risco de algum desastre público, ordena que se ponha em arrematação a pedra do mesmo, com a obrigação de se tapar pelo melhor modo que possa ser. E sendo posto a lanços, foi o maior o de 4\$800 réis metal, oferecido por António José Martins, de Santa Margarida.

Dia 13 — 2.º Domingo — Procedeu-se em todo o reino às eleições de eleitores dos deputados que haviam de ir à cabeça de provincia para os eleger. Nesta vila houve 3 assembleias, saindo eleitores, em Nossa Senhora da Oliveira, João Manuel da Guerra, mestre escola da Colegiada; em S. Paio, o bacharel José Fortunato Ferreira de Castro e em S. Sebastião José Martins da Costa, negociante e senhor da quinta de Aldão. (P. L.).

Dia 16 — Em sessão da Câmara foi nomeado para administrador do repêso,

na casa da alfândega, Manuel José Ferreira, desta vila. Foram nomeados António José Ribeiro e Manuel José de Freitas, também desta vila, para fiscaes da arrecadação das rendas do concelho. — Em consequência do officio n.º 219 da subprefeitura incluindo o Decreto de 22 de Maio de 1834, que extingue o Juiz e Procuradores do Povo, Mesteres, Casa dos 24 e classificação dos diferentes grêmios, foi resolvido dar-lhe execução.

Dia 26 — Em sessão da Câmara foi deliberado que em consequência da falta de água, que tem diminuído muito nas fontes desta vila, por causa do estio, o procurador do concelho comprasse água a particulares.

Dia 27 — Procedeu-se à eleição de deputados nas cabeças das provincias deste reino, saindo eleitos na cidade de Braga: prefeito da provincia do Minho o brigadeiro Refojos Saraiva; secretário da mesma prefeitura, o vigário capitular Loureiro; Cayola, general da provincia do Minho; S. Luiz, bispo reservatório de Coimbra; José da Silva Carvalho, ministro da fazenda; Agostinho José Freire, ministro da guerra; Moniz, abade de Beiriz e vigário capitular de Coimbra; o abade de S. Clemente de Basto, vigário capitular de Vizeu; desembargador Tomás Norton; o médico Alheira; o bacharel José Ferreira de Castro, desta vila; Magalhães, filho do capitão-mór de Penafiel, o Bandeira e Lemos tenente-coronel de caçadores 3 e Lopes de Azevedo. (P. L.).

Dia 28 — Chegou a noticia de ter desembarcado no Pôrto S. M. F. a snr.ª D. Maria II, com seu pai, madrastra, duque da Terceira, marquês de Loulé, marquês de Saldanha e outros. A entrada foi brilhantissima não só pelos grandes preparativos que há tempos se haviam feito, como pela grande concorrência de pessoas que da provincia do norte a foram ver. Por

esta notícia houve aqui repiques, foguetes de ar e luminárias. O desembarque foi às 2 horas da tarde do dia 27, tendo saído de Lisboa a 25. Esta visita foi por a ter prometido aos habitantes do Pôrto quando dali saiu a 26 de Julho de 1833.

Dia 31 — Sairam apurados no último escrutínio (vide o dia 27), para deputados José Fortunato Ferreira de Castro, Rodrigo da Fonseca Magalhães, José de Vasconcelos Bandeira e Lemos e Tomás Norton.

Agosto

Dia 2 — A Câmara determinou felicitar «S. M. I. o Duque de Bragança pela sua feliz chegada e de sua Augusta filha a snr.^a D. Maria II e de sua Augusta Esposa à cidade do Pôrto, e que esta se remetesse quanto antes».

Dia 4 — Não há festa em S. Domingos por os frades terem saído do convento. (P. L.).

Chega do Pôrto uma porção de cavalaria 6, estropiada, que ia para Chaves. (P. L.).

Dia 6 — Saiem do Pôrto, onde entram a 27 do mês passado, e partem para Lisboa, D. Maria II, seu pai, madrastra e seu estado maior. (P. L.).

Dia 14 — A policia de Vieira fez entrega na cadeia da correição de José Joaquim de Magalhães, de Felgueiras, o qual vinha muito roto. Foi soldado do regimento 22. Também fez entrega de José Ribeiro dos Anjos, de 29 anos, casado, lavrador e almocreve, presos por ladrões. Aquele, foi por ordem do major conduzido a 11 de Dezembro de 1834 para a Relação do Pôrto, e este também foi para a mesma Relação em 12 de Março de 1835.

Foi feita a eleição da mesa da Irmandade de N. Sr.^a da Oliveira, da maneira seguinte: Juiz o Ex-Imperador do Brasil e Duque de Bragança Regente em nome da Rainha, sr. D. Pedro; secretário, o Cônego Francisco Lobo de Vilas Boas, etc. (P. L.).

Dia 15 — Houve bastantes distúrbios causados pelos constitucionais, por os realistas se terem exaltado com a entrada do infante D. Carlos na Espanha. (P. L.).

Sai para Braga o destacamento do batalhão de caçadores 12 para se reunir ao seu batalhão que havia de marchar para as fronteiras de Espanha, assim como vários corpos, por causa da guerra civil que naquele reino grassava pela entrada nele do Infante D. Carlos. (P. L.).

Repiques e luminárias por ser dia da abertura das Câmaras em Lisboa e do nome da rainha D. Maria 2.^a. (P. L.).

Dia 16 — Veio prêso um brasileiro de Vieira, que, nas Caldas das Taipas, andava asseverando a próxima chegada de El-Rei D. Miguel.

Dia 18 — Na cadeia da correição foi recolhido Manuel Leite de Faria, de Pombeiro, prêso pelo meirinho do couto, por motivos políticos e outras culpas. Foi em leva, a 18 de Maio de 1835, para a Relação do Pôrto.

Dia 19 — Por alvará dêste dia e portaria de 23 dêste mês é nomeado Juiz de Fora o bacharel Joaquim Cardoso de Carvalho e Gama.

Dia 25 — Deu entrada na cadeia da correição João António da Cruz, de S. Pedro, do termo de Braga, solteiro, de 22 anos, lavrador, prêsso nesta vila pela policia de Lanhoso, por uma morte que lhe imputavam. Por ordem do corregedor foi para Braga a 9 de Outubro seguinte; tornou a vir e tornou a ir em 26 de Agosto de 1836, por ordem do Juiz de Direito, acompanhado por uma escolta de linha.

Dia 26 — Na mesma cadeia entrou José Lopes Gonçalves, solteiro, da freguesia de Telhado, lavrador jornaleiro, ex-voluntário do batalhão fixo do Pôrto, de 44 anos, prêsso por ser achado com um verrumão grosso no Tournal na noite d'êste dia. Foi para a Relação do Pôrto em 9 de Outubro de 1834.

Dia 27 — Na portaria das freiras Capuchas appareceu morto um voluntário do batalhão móvel desta vila, com os testiculos negros e esmagados, pelo que se presumiu que lhos esmagaram. (P. L.).

Dia 31 — Apuraram-se os votos da eleição para a Câmara constitucional desta vila, saindo eleitos: Domingos Duarte Ferraz, presidente; vereadores: José Joaquim Vieira, Miguel Joaquim de Sá, major Fontelos, capitão do Rebotto, o Manguito e António de Nápoles. (P. L.).

Em procissão sai da capela dos 3.^{os} Franciscanos a imagem de S. Roque da Serra e depois de passar por alguns terreiros e ruas recolhe à sua capela da serra. Esta procissão fez-se como penitência e por causa da Cólera Mórbus que tinha grassado nesta vila nos tempos passados. (P. L.).

Luminárias e repiques por ter chegado a notícia de continuar o sr. D. Pe-

dro a ficar regente durante a menoridade de sua filha, conforme o tinham nomeado as Côrtes. (P. L.). — Á margem tem nota: Parece que a iluminação e repiques foi pela eleição da Câmara constitucional.

Setembro

Dia 1 — Tomou posse a nova câmara eleita: presidente, Domingos Duarte Ferraz, 601 votos; fiscal, Manuel José Pereira Marinho, 580 votos; José Joaquim Vieira, 572; Miguel António Moreira de Sá, 524; Rodrigo de Freitas Sampaio dos Guimarães Coelho, 489; José Joaquim de Abreu Cardoso, 438; e António de Nápoles Vaz Vieira, 396. Não compareceram José Joaquim de Abreu Cardoso por estar de luto pela morte do sogro, e António de Nápoles por moléstia.

Dia 3 — Constou nesta vila, mas não foi verdade, que S. M. I. o sr. D. Pedro duque de Bragança tinha vindo, por mar, de Lisboa para o Pôrto em direcção às Caldas do Gerez, por se achar muito doente. (P. L.).

*

A vereação, em sessão, officiou ao provedor do concelho, para que, em consequência do art.º 5.º da lei da organização das Guardas Nacionais, se lhe dar execução imediata.

Dia 4 — Chega a notícia de ter sido nomeado, pelas Côrtes, regente do reino, durante a menoridade da sr. D. Maria II, seu pai o sr. D. Pedro, duque de Bragança. Houve repiques e luminárias. (P. L.).

*

A Câmara, em sessão extraordinária, determinou que se officiasse ao provedor do concelho para que fizesse público aos

habitantes desta vila, a nomeação que os representantes da Nação fizeram da Regência destes Reinos na Augusta Pessoa de S. M. I. o Snr. Duque de Bragança, durante a menoridade de sua Filha a Snr.^a D. Maria II, para por meio desta notícia iluminarem hoje à noite as suas janelas. Mais determinou que hoje mesmo, pelo motivo acima dito, se felicitasse o mesmo augusto senhor, manifestando-lhe ao mesmo tempo que esta Câmara se instalou no dia 1.^o de Setembro corrente.

Dia 6 — Em vereação com a assistência do provedor do concelho, determinou-se: que o mesmo oficiasse aos párocos desta vila, para que, até ao dia 10 do corrente, apresentassem os livros de seus fregueses, afim de se proceder ao recenseamento para a formação da guarda nacional; — representar para ser nomeado juiz de direito, por muitos abusos haver; e representar também às Côrtes sobre o decreto de 31 de Agosto de 1832 acerca das indemnizações aos lesados pelo governo absoluto.

Dia 10 — Em vereação foi dada posse ao vereador José Joaquim de Abreu Cardoso. — Foi escuso António José Peixoto de Lima de tesoureiro do cofre dos órfãos desta vila, para que havia sido nomeado em sessão de câmara de 30 de Março deste ano, e foi nomeado em seu lugar José Gomes Fernandes Bâtista, negociante às Lages do Toural.

Dia 12 — Em sessão extraordinária e com a assistência do vereador José Joaquim Vieira, provedor interino do concelho, a vereação procedeu ao recenseamento determinado no art.^o 5.^o da Lei das Guardas Nacionais, de 27 de Março de 1834.

Dia 13 — Em sessão de vereação foi dada posse ao vereador António de Nápoles Vaz Vieira de Melo e Alvim. — Acordaram, tendo em vista que Joaquim Car-

doso de Freitas estava servindo de secretário da Câmara em 1828, por provisão régia, sendo depois suspenso do exercício desse officio por sua nutória fidelidade ao Legítimo Governo e Carta Constitucional, tendo já por estes motivos sido reintegrado no exercício do dito officio pelo desembargador delegado do Prefeito do Douro e Presidente da Relação em 27 de Março do corrente ano «o nomeamos e escolhemos para nosso secretário» e o autorizamos para requerer a S. M. I. a confirmação e encarte do dito officio. — Despacharam os documentos de recenseados para a Guarda Nacional.

Dia 14 — Principia-se o recenseamento para a guarda nacional desta vila (¹), ficando muita gente apurada e até alguns cónegos minoristas. (P. L.).

Dia 22 — Em sessão extraordinária de vereação, acordaram que se fizesse uma Felicitação a S. M. F. a sr.^a D. Maria 2.^a, e por ser hoje o dia do aniversário da sua feliz chegada a este reino, e pelo mesmo motivo se escolheu este dia, para pedir ao Governo o estabelecimento de uma Bibliotheca pública, composta das livrarias dos extintos mosteiros ou conventos da comarca, designando para o dito estabelecimento o edificio (ou parte dele que for necessário) do extinto convento de S. Domingos desta vila. — Determinaram que igualmente dessem todas as demonstrações possíveis de público regosijo, convidando-se os habitantes para iluminarem à noite suas janelas. A felicitação e a representação foram enviadas ao seu destino.

Dia 24 — Em vereação: foi dado despacho a recenseados para a Guarda Nacio-

(¹) Devia ter principiado dias antes, pois na sessão da Câmara do dia 13 já alguns recenseados requereram escusa. (F).

nal, estando presente a Junta de Saúde nomeada para examinar os doentes. Nomearam membros da comissão de liquidação de perdas e danos desta comarca: Valentim Brandão Moreira de Sá, P.^e José, (Dionísio) Sampaio, João de Freitas Costa Brandão, Luis António Gonçalves, José Martins da Costa Mendes, e que se lhes officiasse imediatamente; — que se officiasse ao ministro secretário dos negócios do reino, para mandar, na conformidade do decreto de 31 de Agosto de 1833, o livro das cédulas para se entregarem aos prejudicados no acto da verificação dos processos.

Dia 25 — Recebe-se noticia de que as côrtes haviam dispensado a menoridade da rainha Sr.^a D. Maria II para assumir o govêrno do reino, por causa da grande enfermidade em que seu pai regente estava, principiando o seu reinado a 20 dêste mês. Houve repiques, ilumina-se a vila e à noite percorre as ruas uma banda de música havendo alguns distúrbios. (P. L.).

A vereação, em sessão extraordinária, deliberou felicitar a Rainha, pelo fausto acontecimento de sua emancipação, e que por êste motivo também se fizesse felicitações às Côrtes. Igualmente se officiou ao provedor do concelho, para fazer público

êste acontecimento, afim dos habitantes darem todas as demonstrações de regosijo.

Dia 26 — Portaria em resposta à representação da Câmara de 22 dêste corrente mês, declarando que ela se deve dirigir ao Prefeito da Provincia ácerca do estabelecimento em Guimarães de uma biblioteca pública composta dos livros dos mosteiros e conventos extintos da comarca.

*

Morreu o ex-capitão do Rio, José António Fernandes Meireles, cunhado do major do Arco. Foi sepultado no dia seguinte na igreja dos Capuchinhos. (P. L.). — Nota do registo paroquial da Costa: «foi só ungido porque a febre maligna que o arrebatou, desde logo lhe tirou o juizo».

Dia 27 — Em vereação: despacho, como no dia 24. — Determinaram dar ao secretário um escriturário que o ajude com o ordenado mensal de 9\$000 réis, e passar ordens para no dia 5 de Outubro se fazer a eleição dos juizes de paz e pedâneos nas frêguesias de N. Sr.^a da Oliveira, S. Paio, S. Sebastião, S. João das Caldas, S.^{ta} Eulália de Barrosas, os 2 Arões e Candoso.

JOÃO LOPES DE FARIA.

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

«Creaturas de tacanho espírito, alguma lãbia... e muito desejo de levar a água ao seu moinho, pregoam que se não deve fazer questão de regimen. Essa questão, consideram-na êles secundária, dispensável, inoportuna e não sei se até quãsi ridícula. Pois, eu julgo-a primacial, e entendo que é sempre oportuno que ela seja posta e discutida. Também me parece que todo o tempo é tempo próprio para essa questão ser resolvida convenientemente».

CONSELHEIRO ANTÔNIO CABRAL.

NO ANIVERSÁRIO DO SENHOR D. DUARTE

Passou a 23 de Setembro o 27.º aniversário do Senhor D. Duarte Nuno de Bragança, Chefe prestigioso e único da Causa Monárquica.

Para todos os que se conservam fieis à fé jurada e aos princípios proclamados, com heroísmo e sacrificio, na hora tôrva do desvario democrático, foi dia de grande júbilo êsse, em que S. A. recebeu as homenagens de tantos e tão dedicados portugueses, nas terras longínquas do seu exílio.

Também nós nos associamos a essas homenagens, também nós compartilhamos da mesma esperança que a todos nos une à volta do Senhor D. Duarte de Bragança, numa fé intensa e num anseio patriótico de preparar novos e gloriosos dias à Pátria Portuguesa.

Rompendo com oportunismos comodistas que por aí se estadeiam, nós afirmamos as nossas convicções de sempre, mantendo-nos absolutamente fieis às idéas que, de há muito, conquistaram a nossa intelligência e o nosso coração.

Confiamos em que o bom senso voltará de novo aos espíritos transviados e o aprumo quebrado, ante uma vitória platónica, restabelecer-se há para que o nacionalismo integral triunfe definitivamente e Portugal se salve.

26-9-934.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Domingos Guimarães

Na sua casa de Pedrouços, Ermezinde faleceu a 20 de Agosto êste ilustre e saudoso escritor, que pertenceu a essa irrequieta e brilhante mocidade em que se destacaram figuras como Fialho, Gualdim Gomes, Sampaio Bruno, Gomes Leal, José Sarmiento e outros notáveis escritores.

A notícia da sua morte, por inesperada, confrangeu-nos profundamente.

Domingos Guimarães, era natural da nossa terra, pois nasceu nesta cidade de Guimarães. Depois, seguiu para Lisboa onde, com José Sarmiento, dirigiu a interessante revista ilustrada *Branco e Negro*. Fundou, também, o jornal literário *O Inferno*, tendo como colaboradores Afonso Gaio, Mayer Garção, o grande escritor Antero de Figueiredo, José Sarmiento, o insigne pintor Jorge Colaço e tantos mais.

Em Paris, onde esteve, foi secretário do eminente escritor brasileiro Eduardo Prado, convivendo então muito com Eça de Queiroz.

Deixa muitos trabalhos literários de valia, um dos quais, ainda inédito, honra hoje as páginas da nossa

revista, por amiga deferência de seus filhos, nossos amigos e apreciados colaboradores Claudio e António Corrêa de Oliveira Guimarães.

De todos os seus valiosos trabalhos um há que queremos destacar. É o magistral estudo crítico sobre Fialho de Almeida, àcerca do qual outro grande espírito — António Sardinha — pôde afirmar, num belo artigo publicado na *Monarquia*, que era o melhor trabalho que se havia escrito até então.

Encantador no trato, exemplar na sua vida de católico, de português e de chefe de família, soube entender e acompanhar a geração de seus filhos e, assim, êle que fôra discípulo e companheiro de Eça, pôde ser ainda um dos propagandistas dos princípios nacionalistas do Integralismo Lusitano.

Admirador de António Sardinha, acompanhou entusiásticamente, como um precursor, a tentativa de resurgimento nos tempos de El-Rei D. Carlos e do Conselheiro João Franco e deixa esparso, por jornais e revistas várias, facetas interessantíssimas do seu culto espírito e elevado temperamento de escritor.

Participando sincera e intimamente da dôr de todos os seus,

queremos testemunhar a seus filhos e nossos dedicados camaradas Claudio e António Corrêa de Oliveira Guimarães a nossa muita admiração e sentida solidariedade.

Júlio Nunes de Freitas

A 4 de Agosto, faleceu, em Caxias, êste verdadeiro português de outras eras.

Com a morte dêste devotado nacionalista, que colaborou nos primeiros fascículos da nossa revista, desaparece um dos últimos cortejões do Infortúnio, como, com justiça, foram cognominados os velhos legitimistas, sempre fieis ao seu Rei, inquebrantáveis na defeza da Causa.

Júlio Nunes de Freitas desempenhou desde muito novo, dentro da causa Legitimista, vários cargos de confiança, tendo feito parte da antiga Junta Central Legitimista, do Conselho Superior, etc.

Depois da nova organização da Causa Monárquica, foi nomiado para o cargo que agora exercia, de secretário da Lugar-Tenencia.

Contabilista distinto, apreciado jornalista, numismata erudito, dispersou a sua actividade por numerosos jornais e revistas. Durante muitos anos foi secretário da redacção do *Brasil-Portugal* e colaborador de *A Nação*, onde, por vezes, desempenhou o cargo de chefe da redacção. A sua actividade e persistência eram admiradas de todos os que o conhe-

ciam. Foi devido à sua dedicação à Causa Realista que conseguiu fundar o Grémio Português Tradicionalista, que ainda hoje subsiste, e que durante algum tempo manteve o jornal *A Tradição*

Na Associação dos Arqueologos fez parte de sucessivas direcções e foi conservador do Museu do Carmo e secretário da Secção de Numismática. Tendo apresentado a sua demissão, foi, depois, um dos fundadores do Instituto Português de Arqueologia, mas a doença de que sofria impediu-o de dar-lhe uma colaboração activa.

No funeral foi El-Rei respresentado pelo sr. dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho que também representava o ilustre Lugar-Tenente sr. conselheiro João de Azevedo Coutinho que se encontrava auzente de Lisboa.

Que descanse em paz quem também soube sempre servir a Causa de Deus, da Pátria e do seu Rei.

Francisco Alves de Oliveira

Os assuntos tristes vem hoje preencher esta secção.

O inesperado falecimento de Francisco Alves de Oliveira, ocorrido na Póvoa de Varzim, em 29 de Setembro, onde acidentalmente se encontrava em visita a pessoas de família, contristou-nos profundamente.

Francisco Alves de Oliveira,

irmão do nosso querido Director Manuel Alves de Oliveira, tem o seu nome ligado à história jornalística de Guimarães, pois foi director de um jornalzinho que teve a duração das célebres rosas. Em fins de 1918, Guilherme de Faria, o malogrado poeta, entusiasmado com o sidonismo, fez publicar um pequeno quinzenário, de feição repúblicano-sidonista, intitulado *5 de Dezembro*. Francisco Alves de Oliveira, monárquico, pensou logo em publicar, também, um jornal de combate aos princípios repúblicanos. Êsse jornalzinho que, depois de vários trabalhos, só pôde ser publicado em 1 de Fevereiro de 1919, intitulava-se *O Realista* e era também quinzenário. Fracassada a revolta monárquica do Pôrto, foi êsse semanário proibido de circular. Apenas um número se publicou.

Guilherme de Faria — Francisco Alves de Oliveira, — os dois directores daqueles dois jornais de rapazes, — que a morte tão cedo nos arrebatou.

A seus pais, e em especial ao nosso querido director sr. Manuel Alves de Oliveira as nossas sentidas condolências.

Dr. Trindade Coelho

No dia 8 de Outubro, na sua casa da Quinta de Almosquer, em Sintra, faleceu êste ilustre diplomata.

Com Trindade Coelho perde Por-

tugal alguém que lhe prestou e estava prestando grandes serviços. Educado por seu desventurado pai na escola liberal-maçónica, Trindade Coelho pertenceu à geração académica que preparou a república. Formado em Direito, foi, depois da proclamação da república, governador civil da Guarda, onde perseguiu, nas circunstâncias que êle mais tarde contou e deplorou, o então prelado da diocese, D. António Vieira de Matos. •

Lentamente, porém, foi-se fazendo luz no seu espírito e porque era inteligentíssimo, em breve abraçava a verdade, sem pensamento reservado, tanto religiosa como política. A sua acção na imprensa, pois era um jornalista distintíssimo, teve grande influência na orientação nacionalista da política portuguesa.

Entrando para a diplomacia, foi ministro plenipotenciário no Quirinal, transitando depois para o Vaticano, onde exerceu um lugar de invulgar relêvo e onde prestou grandes serviços à Igreja e ao Estado. Efêmeramente, foi ministro dos estrangeiros e estava naturalmente indicado para voltar a sê-lo no momento oportuno.

Escritor primoroso, publicou, em primeiro lugar, um livro de versos intitulado *Carões*, editado pelo antigo livreiro França Amado, além de *Ferro em brasa*, *Prosa e verso de Belchior da Nóbrega*, *Amores Novos*, etc. Últimamente, e de colaboração com o nosso bom amigo e ilustre

professor florentino, snr. Guido Battelli, andava a publicar na Itália os *Documentos*, obra importantíssima para o estudo das relações culturais entre Itália e Portugal, de que saíram já dois volumes.

Era membro da Academia Diplomática Internacional, da Academia Latina e da Academia Pontifícia Tiberina.

Que seja sempre lembrado, com piedade e reconhecimento, o nome dêste português ilustre, em cujo peito se conservou sempre bem ateadada a chama do mais puro patriotismo.

“João Franco” — Rectificação

No belo artigo publicado no nosso último fascículo, da autoria do Snr. Dr. Carlos de Sacadura Mascarenhas, houve uma lamentável troca de data, que vimos rectificar. É no período que, a pág. 97, diz: «João Franco saiu do Governo em Fevereiro de 1908, e logo Mousinho se viu forçado a abandonar Moçambique.» Ora não foi em 1908, mas sim em 1897. Foi em Fevereiro dêsse ano que caiu o ministério regenerador, que tornou possível o governo de Mousinho em Moçambique pela enérgica acção de João Franco. Logo em Agosto, Mousinho pediu a demissão, regressando a Lisboa, onde chegou a 15 de Novembro. Mousinho faleceu em 1902.

Ao Snr. Dr. Carlos Mascarenhas

pedimos nos desculpe esta tremenda *gralha*.

No primeiro centenário da Convenção de Évora-Monte

Para comemorar a passagem do 1.º centenário da Convenção de Évora-Monte, em 26 de Maio último, foi dirigida ao Senhor D. Duarte a mensagem que a seguir transcrevemos, subscripta por alguns nomes de mais prestígio dentro da Causa Monárquica, por antigos combatentes, professores, escritores, advogados, lavradores, médicos, estudantes, industriais, operários, etc.

Encerrada numa pasta de marroquim, levava impressa a seguinte legenda:

A Sua Magestade El-Rei
D. Duarte II
no primeiro centenário da comemoração
de Évora-Monte
1834-1934
Homenagem de leais portugueses

*

SENHOR:

Vai completar-se um século sôbre o dia em que El-Rei D. Miguel I, Augusto Avô de Vossa Magestade, foi obrigado a deixar a Terra da Pátria pela convenção de Évora-Monte, diante da fôrça e dos desígnios políticos do estrangeiro contra

a vontade e os interesses da Nação Portuguesa. Ao embarcar para o destêro, êsse Rei, tão querido e amado do Povo, levava como única riqueza a esperança de que a justiça dos homens havia de reconhecer-lhe as intenções e legitimar-lhe os direitos na batalha ferida contra os poderes ocultos que desde então não deixaram de dominar em Portugal.

Há cem anos que a Família Real Proscrita mantém no destêro o lar da Dinastia de Bragança, nele cultivando saudosamente as virtudes cristãs e tradicionais da nossa gente, alegrando-se com as glórias e chorando com os infortúnios nacionais, sempre unida à alma da Pátria e repetindo em alheias terras o eco da sua voz na mesma língua que nós falamos.

Através de convulsões, desditas e injúrias, êsse protesto vivo, altíssimo exemplo de constância na adversidade, tem lutado contra um destino que tudo tirou aos filhos e aos netos do Rei Proscrito, menos a dignidade, a razão e a nobreza moral com que vem afirmando à Pátria o seu amor e a sua ilimitada dedicação.

Os portugueses que prestam a Vossa Majestade êste testemunho de justiça e de fidelidade, fazem-no por si mesmos e em nome de todos quantos pelas Províncias do Continente, pelas Ilhas e pelo nosso Ultramar e por terras estrangeiras, permanecem leais à esperança da

restauração do Trono e exaltação da Dinastia, única forma eficaz e definitiva de reconduzir a Nação à posse da sua vocação histórica.

Na Augusta Pessoa de Vossa Majestade êles saúdam respeitosa-mente a mais alta personificação política da Pátria, o herdeiro e descendente de D. Afonso Henriques, de D. João I, de Nun'Alvares e de D. João IV, ao testemunhar-lhe com os seus sentimentos de antiga lealdade, o reconhecimento público a que os obriga o exemplo da Primeira Família Portuguesa, primeira na hierarquia, mas também no desinterêsse, na grandeza moral e no sacrifício.

Praza a Deus que as esperanças de resgate nacional em Vossa Majestade se cumpram no dia oportuno à voz da justiça histórica e da razão política, para maior felicidade de Portugal.

Deus guarde a Vossa Majestade e a toda a Família Real Portuguesa.

Lisboa, 15 de Maio de 1934.

*

A êste documento, que era assinado por algumas centenas de portugueses de todas as classes, dignou-se El-Rei D. Duarte II responder nos termos que constam da seguinte carta,

dirigida a um dos promotores da mensagem:

Seebenstein, 18 de Julho, 34.

Meu caro Hipólito Raposo:

Recebi a comovente mensagem dos meus caros Portugueses pela ocasião do centenário de Évora-Monte.

Profundamente sensibilizado, agradeço êste acto de desagravo à memória de meu Avô.

Seu muito afeiçoado

a) DUARTE.

Horácio de Castro Guimarães

Para Lisboa, a ocupar o lugar de chefe da Redacção do semanário *Avante!*, órgão da A. E. V., partiu êste nosso bom camarada e distinto escritor.

Satisfaz-nos esta prova de justiça às admiráveis qualidades de Horácio Guimarães, a quem abraçamos muito sinceramente.

A Apoteose do Império

Com a realização do grandioso Cortejo Colonial, a 30 de Setembro, encerrou-se a Exposição Colonial que se realizou no Pôrto e despertou, em todo o país, o maior interesse.

Todos vivemos ainda essa hora apoteótica, tradutora do nosso esforço passado, do nosso valor do presente e das nossas possibilidades do futuro. Esse cortejo memorável

transportou-nos à hora mediéfica da nossa epopeia ultramarina, descobrindo, lutando, colonizando para ser mais vasta a cristandade e mais venerado o nome de Portugal.

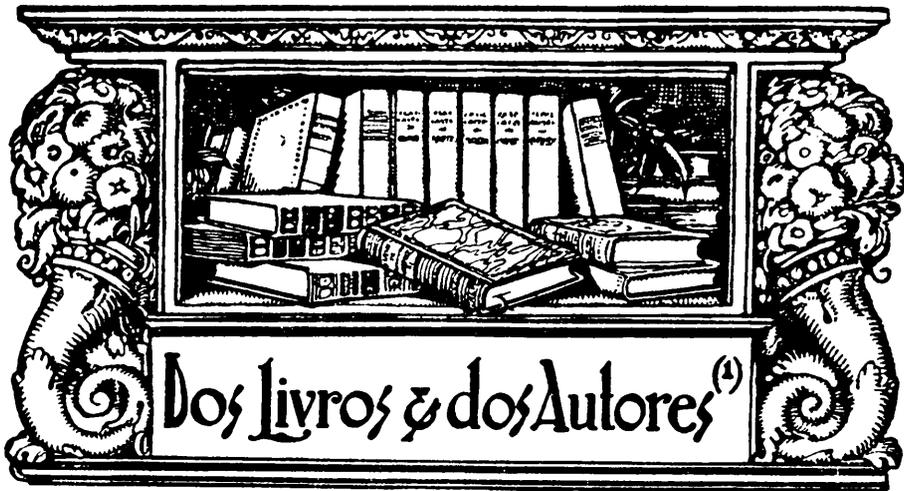
Porque se o auxílio dos governos é uma condição de successo na efectivação da obra de colonização, não é menos certo que a actuação dos elementos que constituem a acção missionária é também uma condição essencial para a manutenção do nosso poderio, como nação colonizadora.

A afirmação dos princípios cristãos, tão salutareos na educação dos indígenas, são a preparação das condições naturais, que os tornam aptos para compreender a nossa missão humanitária e civilizadora. O ensino das verdades, que constituem a nossa religião, é um elemento de grande influxo moral, que vem chamar para o convívio da nação portuguesa os povos afastados da civilização cristã.

A acção missionária, pela assistência na doença, na invalidês, é uma eloquente lição de civismo, que é exaltada por todos os que sabem compreender a abnegação, o desinteresse, o altruismo dos que propagam as verdades do Evangelho.

Amar o próximo como a nós mesmo, é um princípio verdadeiro, que se traduz em factos, e que se efectiva em obras do mais alto significado moral. Por isso a acção missionária, interpretando tão salutareos preceitos, presta ao país melhores serviços.

Exemplificando e dando a conhecer êstes quadros de beleza apostólica e de elevada missão espiritual, conseguiram os iniciadores e organizadores da 1.^a Exposição Colonial erguer um hino de louvor à nação lusitana.



UM SERÃO DE OUTROS TEMPOS, O MONGE-POETA
(Conferência), e MEMÓRIAS DO CONDE DE MONTEMÓR
— por *Francisco Martins da Costa (Aldão)*.

Mais três encantadores livrinhos em prosa, que o meu jovem camarada Francisco Martins da Costa (Aldão) teve a gentileza de me enviar e que, nas minhas mãos, há já alguns meses aguardam oportuna referência. Neles o A. se mostra o mesmo prosador — poeta, artista impressionista de tendências místicas, como claramente e desde logo se revelou nas suas obras anteriores. E como muito bem disse o ilustre escritor snr. Dr. Alfredo Pimenta, — «há nas suas páginas o palpitar das profundas ansiedades, o rumor das misteriosas meditações. Envolve-as a ternura suavíssima duma fé angélica, perfuma-as o olor doce das rosas e dos lírios; anda nas suas frases a côr ingénua dos primitivos».

«Um Serão de Outros Tempos», que o A. dedica à memória do *Senhor Rei Dom Manuel II*, é uma pequenina peça de teatro estático, sem efeitos cénicos, mas dialogada com certa elegância e de louváveis intuits patrióticos.

«O Monge-Poeta» é uma conferência sôbre a suave figura religiosa de Frei Bernardo de Vasconcelos, o dedicado e enternecido místico do «Cântico de Amôr». É, no dizer do A. — «uma humilde lâmpada votiva à sua alma de Santo e de Artista».

«Memórias do Conde de Montemór» é também um livrinho interessante, de deliciosos quadros artisticos, delicados como uma aguarela e com frases, por vezes, demasiadamente buriladas, com arremedos de preciosismo. As cartas, sobretudo, pecam por demasiada affectação.

Mas, afóra êstes pecadilhos, é um livro que se lê com agrado, e deixa no nosso espirito a saborosa impressão dum cigarro egipcio.

(*) Só darêmos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

CARAPUÇAS — (Sátiras) — por *Leão Martins*. 2.^a edição, ampliada. Pôrto, 1933.

«Carapuças» é uma colectânea de cento e tal quadras satíricas, mordazes, bastante irreverentes algumas. Género difícil, mas que o A. consegue vencer, revelando até, para êle, especial tendência.

Ao acaso e para amostra transcrevemos uma quadra do livro :

*Porque ingeri sublimado
Num momento de quisilia ?
— Porque mudara de estado
A's ocellas da familia.*

REMOINHO — por *Fausto José* — Edição da «Presença». 1933.

SÍNTESE — por *Fausto José* — Edição da Atlântida. Coimbra, 1934.

Fausto José, o querido camarada dos tempos já distantes da «Labareda», vem de novo, até mim, com dois belos livros de versos: *Remoinho* e *Síntese*. E neles continua as suas tradições de bom poeta lírico, de espontânea, fácil e sã inspiração.

Em *Remoinho*, o A. segue as passadas, que com tanta felicidade iniciou, nas suas primeiras obras — *Fonte Branca* e *Planalto*. Poeta modernista, mas sem aquêle anseio de retorcidas originalidades, que leva tantos artistas ao absurdo das ideias e ao exagêro da forma e das frases, há sempre, nos seus versos, uma tão ingénua e encantadora maneira de se expressar, um tão suave e profundo subjectivismo poético, que às suas produções dão um cunho pessoal e inconfundível, acentuando, nitidamente, a sua personalidade. Destaco, dentre as poesias* dêste livro, *Serra da Boa-Viagem*, *Síntese*, *Oração à Virgem*, e *Paisagem do meu Sonho*, o lindo soneto que começa :

*Há sonhos que em nós vivem prisioneiros,
Leves como um olor de violetas,
São quasi alma... e nossos companheiros,
Alivio nas torturas mais secretas...*

poesias estas que, para mim, são das mais belas, mais inspiradas e mais ritmicas de todo o livro.

Síntese, o último trabalho de Fausto José, embora tenha, bem acentuada, quanto à forma e ao seu inspirado lirismo, a marca do autor, é, principalmente, um livro de vibrante e fervoroso nacionalismo.

Nêle canta o A., com a mais sincera religiosidade e quasi em geitos de oração

*Aquêle amor da terra onde eu nasci,
Da minha amada pátria portuguesa,
Num concerto de pátrias a princesa
Que em meus sonhos por noiva recebi!...*

Pelas três partes em que a obra se divide: *Terra de Portugal, Humildes, Heroísmo e Poesia*, perpassam, em doce evocação, cidades, rios, humildes aldeias portuguesas,

*Poetas, santos e reis,
Homens da terra e soldados!*

*São fieis do mesmo culto
Que foram canonisados!...*

*De repente,
« Como por graça divina »...
A' luz duma cruz alçada,
Tôda a cêna se ilumina!...
.....*

*E sempre,
A voz profunda do mar
Se há-de erguer num comentário
De harmonia!*

*Por vezes, vereis passar,
« Como em grave sinfonia
A nota que mais nos fere »...
Um vulto discreto e dôce,
Um fantasma de mulher!*

Eis, em *síntese*, e aproveitando os próprios versos do poeta, que, por vezes, tanto lembram Correia de Oliveira, o que é este livrinho formoso, que nos delicia e encanta, que nos ajuda a amar mais ainda, se é possível, a terra bendita de Portugal...

A Fausto José, com um abraço amigo de sinceras felicitações, o pedido veemente de mais obras lindas como esta.

ANTÓNIO CORRÊA DE OLIVEIRA — (Subsídios para um estudo sobre o Poeta) — por *Moreira das Neves*. Lisboa. 1934.

Na redacção das «Novidades», em Lisboa, onde há semanas tive o prazer de o abraçar, o meu querido camarada e amigo, P.^o Moreira das Neves, teve a gentileza de me oferecer o seu estudo sobre Corrêa de Oliveira, — o génio solitário de Belinho, «Condestável das Letras, Infante Santo da Poesia Nacional»...

Foi, por todos os modos, um presente lindo, que deveras estimei, não só pela edição, luxuosa, rica, cheia de ilustrações e reveladora dum fino gosto gráfico; não só pelo valôr intrínseco do estudo, conscienciosamente feito e carinhosamente escrito, naquêl vibrante e sugestivo estilo do P.^o Moreira das Neves; mas, sobretudo, pelo seu elevado e nobre intuito de acarinhar e glorificar o artista eminente do *Job*, do *Auto das Quatro Estações*, das *Tentações de S. Frei Gil* e de tantas outras joias raras, com que o seu génio e a sua sensibilidade teem enriquecido a literatura portuguesa.

Enterneceu-me esta encantadora homenagem de Moreira das Neves a Corrêa de Oliveira. É que eu não posso ouvir falar do Poeta sem uma grande e íntima comoção. Logo me acodem à lembrança as horas de espiritual encantamento, que junto dêle passei, na intimidade familiar da casa de Belinho, a quando da visita que lhe fizemos, em nome da revista «Gil Vicente», em Julho de 1931. E eu, que já tinha por êle uma velha e profunda admiração, fiquei, desde então, a dedicar-lhe sincera e devotada amizade. Mais do que um amigo, Corrêa de Oliveira é como que uma pessoa de família muito querida, por quem, de vez em quando, a gente sente saudades e de quem as exigências da vida nos trazem apartado...

Por tudo isto, eu nunca poderia falar dêste livro como crítico, que, aliás, não sou. Dêle só saberia falar o meu coração. E êsse, como amigo e admirador do «Monge de Belinho», comovidamente agradece a Moreira das Neves a oferta que me fez e a formosa ideia de tão bela homenagem àquele que é hoje — o maior Poeta de Portugal!

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

O HUMANISTA DOM JERÓNIMO OSÓRIO, por *Aubrey F. G. Bell*. (Trad. do Inglês de *António Alvaro Dória*). Imprensa da Universidade. Coimbra, 1934.

Mais um alto serviço fica devendo a literatura portuguesa ao inteligente esforço de António Dória, com a tradução do admirável trabalho de Bell sôbre o célebre humanista português do séc. XVI.

Êste esplêndido volume, de tradução correcta, é ainda enriquecido com um notável estudo do Dr. Luis de Almeida Braga. *Em signo de latim*, se intitula, e nêle nos dá o elegante prosador uma minuciosa e verdadeira descrição do magnifico renascimento português.

Já antes, Hipólito Raposo, no *Sentido do Humanismo* tinha estudado essa época que, entre nós, como o afirma o dr. Luis de Almeida Braga, foi, ao contrário do que aconteceu na Itália, «uma consequência da Renascença».

O Bispo de Silves que, segundo Bell, estimava tanto a erudição «que tinha os olhos postos na instrução literária dos antigos reis de Portugal» fica, neste precioso trabalho, devidamente focado como um dos melhores eruditos daquele tempo.

NACIONALISMO E ESTADO NOVO E O RESSURGIMENTO ULTRAMARINO—GRANDEZA E ROMANTISMO DUMA GERAÇÃO, por *João de Almeida*. Parceria António Maria Pereira. Lisboa, 1932 e 1933.

A colecção—«Ao serviço do Império»—foi enriquecida com mais dois patrióticos trabalhos do distinto colonialista sr. General João de Almeida.

No volume VII, **Nacionalismo e Estado Novo**, encontra-se publicada a conferência que João de Almeida realizou no teatro de São Carlos, em 26 de Maio de 1932. É um hino de fé no futuro, um cântico de esperança nos novos, a admirável «falange do renascimento nacionalista que, engrossando sem cessar, teve a sua primeira manifestação rigorosa com Sidónio Pais».

João de Almeida prestando culto à verdade não é daqueles que falsamente afirmam que o nacionalismo nasceu com o 28 de Maio, porque nessa altura, mercê da doutrinação feita, «essa ideia estava já na alma da Nação!»

Então — afirma-o com justiça João de Almeida — «crescera a legião dos portugueses que se não conformavam com a subalternidade de Portugal...»

No volume VIII, **O Ressurgimento Ultramarino — Grandeza e romantismo duma geração**, (conferência realizada no teatro Nacional, em 17 de Junho de 1933), João de Almeida afirma-se um romântico, possuído do romantismo heroico e persistente da conquista, da defesa da independência e da colonização, desse romantismo patriótico que o tornou herói dos Dembos e lhe conquistou a estima de todos os portugueses que amam e procuram engrandecer Portugal.

João de Almeida, ao lado de António Enes, Mousinho, Couceiro, Galhardo, Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Freire de Andrade, Gomes da Costa e tantos outros, são os representantes da corrente romântica que tão altos exemplos nos deu e que pela «grandeza que se vislumbra na própria definição dos objectivos nacionais e que nos comove e nos agita, nos lança para a frente e nos dá o prazer, o orgulho, a honra de SERVIR».

MOSTEIRÓ—II—A VIDA DAS CRIANÇAS, pelo *Padre Agostinho de Azevedo*. Livraria Simões Lopes. Porto, 1933.

É este o segundo fascículo da *Monografia de Mosteiró*, iniciada com um trabalho do escritor e poeta primoroso que é o Padre Moreira das Neves.

Neste fascículo, o Padre Agostinho Azevedo historia a vida escolar de Mosteiró, os usos e costumes da freguesia, com um curioso documentário tradicional, brinquedos e travessuras, sendo muito interessante o capítulo que trata de mezinhas e crendices. Termina esta bela monografia com um capítulo consagrado ao Abade Costa que, durante 35 anos, exerceu o magistério primário naquela freguesia e foi grande benemérito da instrução.

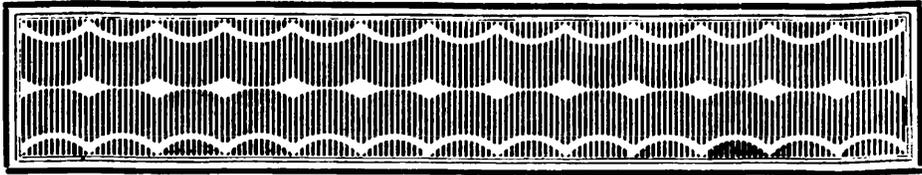
A LITURGIA DOS MORTOS, pelo *P. Moreira das Neves*. Of. Gráf. da «Pax». Braga, 1932.

Só uma alma de poeta poderia escrever tão admirável trabalho, tésé apresentada à Semana Litúrgica de Lisboa, em 18 de Fevereiro de 1932.

Diz o autor, na *carta aberta a D. António Coelho* que a «Liturgia dos Mortos» foi escrita à pressa, quasi vertiginosamente, para ser lida numa noite e não passar além...» Mas quanta suavidade encerra, quanto bem, quanto alento dá às almas dos que creem e dos que sofrem.

Lendo este trabalho do P. Moreira das Neves, que mais uma vez afirma as suas belas qualidades de escritor, os corações erguem-se para Deus, para que «à beira duma sepultura, nós, almas crentes de Portugal, outra impressão não tenhamos senão aquela que sentimos à beira dum berço. Um berço embla a esperança da vida. Uma sepultura guarda a esperança — mais bela ainda — da Imortalidade!»

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



PORTUGAL E GALIZA

por Claudio e António Correia
de Oliveira Guimarães

A EXPOSIÇÃO Colonial, que ora se está realizando no Pôrto, síntese admirável da epopeia colonizadora dos portugueses e alta lição de nacionalismo inteligente, está-se convertendo num fertil manancial de sugestões e ensinamentos que nesta excelente revista, inteiramente devotada ao amôr e exaltação das coisas lusíadas, importa fixar.

Ao acto inaugural dêsse certame, tão fundamente emocionante quanto superiormente belo, entre muitas individualidades destacantes no domínio da tríplice aristocracia do Trabalho, da Inteligência e do Sangue, as *miss* da Galiza e da Corunha, embaixatrizes, por certo, em hora tão solene, das fraternais províncias do Portugal de além raia.

Êste facto significativo, que a certos espíritos ligeiros se afigurará vulgar e accidental, aliando-se à continuidade em que se efectuaram a propósito da Exposição, excursões semanais de Vigo ao Pôrto e outros actos de idêntica significação fraternal, abre à nossa inteligência o largo panorama de algumas considerações patrióticas que, a não serem originaes, serão, certamente, oportunas.

Se ao rio Minho atribuírmos o feio pecado de separar politicamente duas províncias irmãs, manda a verdade ressalvar que êle as une em amorosas nupcias, dando à paisagem de cá e de lá, a mesma ternura e frescura de écloga, a mesma expressão maneirinha e virgiliana. De uma banda e outra das suas águas — com quasi imperceptíveis diferenciações, mais de província que de nação, — vive-se, trabalha-se, ama-se, sofre-se e canta-se no mesmo ritmo sentimental, profundamente lírico.

Sabido é que toda a identidade de paisagem traz consigo o uso de costumes afins, a tonalidade doce de almas gêmeas, o parentesco de

língua. Entre a Galiza e o Minho assim sucede, e essa unidade sentimental e psicológica faz com que as duas províncias vizinhas vivam em hymineu perfeito, formado à vontade de Deus, mas desconhecido dos homens, só porque os bem-casados se esqueceram de lavar o respectivo assento no... registo civil das realizações práticas. Tal esquecimento não prejudica, porém, a potencial da sua mútua afectividade: galegos e portugueses entender-se-ão e estimar-se-ão sempre, onde quer que se encontrem e seja qual fôr a natureza da obra que juntos se proponham realizar. Entre ambos, é profundo traço de união a melancolia hereditária, enfraquecedora úlcera da Raça, que a dôr da «*morrinha*» e da «*saüdade*» exprime. E já que na tristeza, galegos e portugueses, assim se irmanam e confundem, bom será que numa hora como a que vivemos, em que a «*esperança*» volta a sêr a palavra luminosa da gente portuguesa, esta reparta fraternalmente com a Galiza a glória e o proveito das suas perspectivas colonizadoras.

A fulgurante constelação dos intelectuais galegos, especialmente os seus Poetas, que nessa região privilegiada, tão idêntica, até nisso, ao Portugal nortenho, nascem e rimam com a espontaneidade de nenufares brotando em águas tranquilas, conquistou de há muito um lugar especial na inteligência e no coração dos portugueses cultos. Não se verifica, entre nós, para com as suas obras, êsse interêsse simplesmente estético, quando não a indiferença *snob*, que votamos, por feitio, à maior parte dos escritores franceses, ingleses, alemães, espanhois. Lêmos Rosália Castro, Curros Enríquez, Carvajal, com o mesmo subjectivo agrado com que lêmos João Verde: — frutos da mesma árvore galaico-portuguesa, raízes do mesmo tronco rácico. Os valores espirituais de além-Minho, são inteligências que se revelam iguais às nossas; as suas obras exprimem, claramente, ideias, sentimentos e aspirações que nos são comuns.

As semelhanças étnicas que irmanam galegos e portugueses, constituindo um fenómeno natural que a História largamente confirma, uniram-nos já para uma obra em que paralelamente se afirmou a sua idêntica alma aventureira, enamorada da distância, o seu entranhado apêgo à terra-mater, as suas excepcionais virtudes de carácter e de coração. Se a Portugal cabe inteiramente a glória da grande obra evangelizadora que realizou no Brasil, no desenvolvimento veloz da sua riqueza económica que a injeccão de sangue alheio acelerou, é justo reconhecer a colaboração firme e notável do povo galego.

Ora não se extinguiram, antes se estão reacordando para imortais vôos históricos, as possibilidades civilizadoras dos lusitanos. Servirá hoje de campo à sua actividade apostólica, profundamente eivada de sentido universalista e cristão, o domínio ultramarino de vinte e um milhões de

quilómetros quadrados e a mescla psicológica de quatorze milhões de almas espalhadas sôbre os quatro cantos da terra, que reconhecem, sem esforço, a soberania secular da nossa bandeira.

É nessa grande obra civilizadora e com o compreensível objectivo de estabelecer uma íntima aproximação de Portugal e da Galiza, que urge interessar verdadeiramente os nossos irmãos de além-raia — prolongando no domínio da colonização o seu auxílio nos descobrimentos.

Demandando connosco as terras férteis e extensas do Ultramar Português, os galegos encontrariam ali um terreno propício ao desenvolvimento das suas raras virtudes pacíficas e laboriosas, contribuindo para a prosperidade material da sua «*terriña*» que, por longes parágens e presos da mesma nostalgia, galegos e portugueses sempre trazem consigo.

Abrindo uma honrosa excepção, que as afinidades de Raça suficientemente explicariam, aos galegos se assegurariam, em Africa, todos os direitos dos portugueses, de forma a tornar menos doloroso para êles o sacrifício da emigração e para que mais doces viessem a correr seus trabalhos, num ambiente de simpatia igual ao da sua própria casa.

Nessa colaboração galaico-portuguesa, não difícil de realizar, consiste sem dúvida, para serviço e interêsse dos dois povos irmãos, a fórmula prática de um positivo intercâmbio — não só de ideias, mas, o que é essencial, de interêsses e de sangue.

O orgulho adquirido pela plastização de tão ingente e prodigiosa obra comum, cimentaria definitivamente os sentimentos da aliança galaico-portuguesa, despertando outros sentimentos remotos; e o cruzamento das duas raças, provocado pelas naturais relações de portugueses e galegos, obteria a formação de um carácter psicológico *intermédio*, de um *typo* galaico-português em que se fundissem as *nuances* psíquicas das populações de àquem e àlém raia.

O conhecimento directo das largas possibilidades ultramarinas de Portugal e a certeza da sua amplitude geográfica, contribuiria, não pouco, para alargar o já vasto, mas inexplorado, círculo de simpatia e admiração que a Galiza nos oferece. Portugal revelar-se-ia a seus olhos amigos, não no *ecran* parado da sua pequenez continental, mas na *bobine* extensíssima da sua longitude ultramarina; não na atitude exangue dum povo a quem contenta a evocação saudosista e estéril das glórias passadas, mas na freima dinâmica que marque o esforço de prolongar o eco prático dessas glórias; não na anarquia que lhe grangeou a mofa e a lástima alheia, mas reconduzido àquele prestígio secular que se orgulhariam de usufruir outras raças, psicológicamente inferiores à nossa, quanto mais às que, como a galega, se nos prendem por liames de tão amorosa semelhança.

Aquêles espíritos ousados, que, para além das contingências efémeras da nossa hora, não obstante desafiarem o epíteto irónico de visionários, olham com paixão e acerto o problema da Galiza e procuram resolve-lo, a distância, não podem deixar de encontrar na essência dêste artigo a indicação segura de um itinerário a seguir.

Não sorriam, os cépticos...

Originários da Galiza, primeiro com a côrte do nobre Conde Borgonhês, depois com as emigrações sucessivas do povo galego, são os núcleos iniciais da nossa civilização e da nossa cultura.

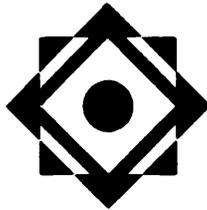
Quiz o destino que ao esforço de formação nacional, principiado e quasi inteiramente concluído por D. Afonso Henriques, correspondêsse o êrro político de o projectar do Norte para o Sul, ou — o que é mais crível — a impossibilidade militar de o impelir para além do Minho, adicionando ao Condado Portucalense as actuais províncias galegas de Pontevedra, Corunha, Lugo e Orense, estendendo-o até às margens do Cantábrico e limitando-o a Oriente pelas Astúrias, ou possivelmente, até, pela região vasconça. Perdeu-se, então, a oportunidade excepcional de fixar para sempre a Galiza na comunidade política a que a sua situação geográfica e as características do seu ethos, a impelem.

O justo objectivo que no século XII se não alcançou, em virtude da indecisão e fraqueza natural de um povo nascente, entregue a si próprio, a que minguavam condições ofensivas para uma emprêsa guerreira de tamanha monta, a alta aspiração para que seria rematada loucura caminhar mais tarde, após a formação da unidade política espanhola — pôde vir a atingir-se, sem dificuldade, no dia em que as tendências separatistas da Galiza, à semelhança das variadas regiões que outrora foram reinos independentes no complexo matis da Ibéria, a isolem da hegemonia de Castela.

Antevendo a mutação provável que circunstâncias de ordem interna, (a que Portugal está sendo e desejará sempre sêr alheio), vão impôr ao *facies* da Península, descosendo os artificiosos alinhavos que a autoridade da Corôa Castelhana frágilmente cerziu, cumpre-nos o dever de alentar uma forte corrente de entendimento e de estima com a região que, estando-nos à soleira da porta e réz-véz da idioncracia rácica, constitue, entre as várias divisórias ibéricas, uma das que corre mais sériamente o risco de desagregar-se do conjunto híbrido a que a política absorvente de Madrid a prendeu.

A criação de revistas comuns, as embaixadas intellectuais, as excursões de estudo, a permuta de livros, a fixação de ideias, estão realizando já o efeito de um rijo amplexo espirital que envolve a Galiza

e a comove. Urge, no entanto, abrir novos horizontes a essa útil mas insuficiente expressão literária, e, nesse propósito, imperdoável seria desistir de interessar o povo galego na obra viva, gloriosa e humaníssima da nossa Colonização — que o mesmo é dizer na esperança do nosso Presente e na certeza do nosso Futuro... E porque consideramos sinceramente êsse propósito digno de merecer a inteligência devotada de todos os bons portugueses — aqui o entregamos, esperançosos e confiados, à sua meditação e ao seu estudo.



Fins do Outono

*Tinha saudades .
Da minha aldeia,
Fui visitá-la
E encontrei-a
Toda banhada
De lua cheia!*

*Fui visitá-la.
Era no outono.
Caíam folhas,
Em abandono;
Rainhas mortas
Deixando o trono.*

*Caíam folhas
Num gesto alado ...
Gemia o vento,
Muito magoado ...
Campos em fora,
Pastava o gado ...*

*Gemia o vento,
Frio e plangente ...
No céu, mais claro,
Mais transparente,
A luz morria
Pálidamente ...*

*No céu, mais claro
Que a flor dos linhos,
Núvens de mágoa ...
— Mantos velhinhos
Que o vento rouba
Aos pobrezinhos! ...*

*Núvens de mágoa ...
Mágoas do céu ...
Choros duma alma
Que se perdeu ...
Noiva viúva
Tingindo o véu ...*

*Choros duma alma
Toda saudades,
O outono chora
Suavidades,
O outono reza
Ais de Trindades ...*

*O outono chora
Dor mais sentida,
Na minha aldeia,
A' despedida ...
Se a minha terra
Lhe é tam querida! ...*

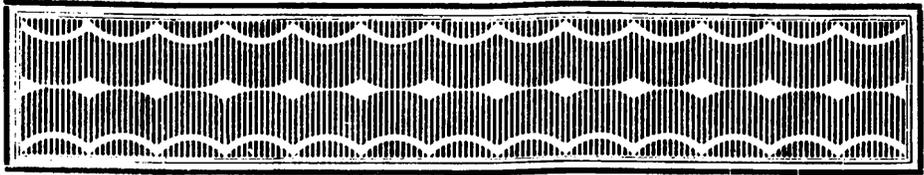
*Na minha aldeia,
Tranquãla e bela,
Cai neve fria ...
Fria, que gela!
— Mortalha de anjo,
Vêu de donzela.*

*Cai neve fria
Na minha aldeia!
Vestido branco
Que a aformoseia!
Branca velhinha
Córando a teia!*

*Vestido branco ...
Renda de Altar ...
— O', minha terra!
Fazes lembrar
As virgens-noivas
Que vão casar! ...*



Maria Augusta Nogueira Alves Pereira.



O inimigo invisível

A GUERRA QUÍMICA

por MANUEL MARQUES DA MATA

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 138 — CONCLUSÃO)

As bases sôbre as quais assentam os princípios da salvação e terapêutica de gaseados alicerçam-se: na subtracção do individuo à atmosfera que o intoxica e colocá-lo no ar puro, desembaraçar o organismo do tóxico, tratar as lesões que os gases determinaram, prevenir ou sustar a evolução das lesões em via de desenvolvimento.

«O salvador, (bombeiro ou escoteiro), deve cuidadosamente evitar respirar o gás tóxico, ainda mesmo por um pequeno espaço de tempo», e pôr-se de sôbre-aviso contra certos «trucs» de tática. Como muito bem refere Pina de Morais, no seu primoroso livro *Ao Parapeito*, a batalha moderna usa o seu perfume de «toilette», e os gases podem ser coloridos e perfumados para estabelecer a confusão e induzir as populações a êrro.

Os gases não imonizam ninguém e os actos de abnegação e heroísmo próprios da sentimentalidade da nossa raça, só servem para complicar e fazer perder tempo aos salvadores prudentes.

Os salvadores, para desempenharem cabalmente a sua missão, devem ir munidos dum aparelho filtrante ou dum aparelho isolante de circuito fechado. Se o salvador tem maneira de subtraír o intoxicado à atmosfera deletéria onde se encontra, fá-lo há sem hesitação, embora observando certas regras que enunciarei; se não tem facilidade nisso, o seu primeiro cuidado deve ser aplicar-lhe uma máscara.

Mas çem que condições deve ser realizada a evacuação do gaseado?

A primeira consiste em impedir que êle arrefeça. Se o frio for muito, deve ser conduzido para um abrigo onde o não sinta; se a fôrça das circunstâncias determinarem a sua permanência no exterior, deveis cobri-lo imediatamente com cobertores de lã e, sendo possível, colocar-lhe botijas com água quente nos pés e ao longo das pernas ou, à falta dêste, lançar mão de qualquer outro processo de aquecimento. Tomai, contudo, cuidado em não colocar as botijas directamente em contacto com o corpo, porque o gaseado, em caso de o queimardes, não se queixa, ainda mesmo que as queimaduras sejam bastante profundas.

Assente como está que toda a intoxicação mortal pelo «inimigo invisível» termina, invariavelmente, pela descompensação do centro respiratório, é no sentido de evitar o desfalecimento da respiração que deveis actuar, quer antes quer mesmo depois dêle deixar de respirar. Como? Praticando a respiração artificial. Não hesiteis nesta prática, porque «o factor tempo constitui o ponto essencial de toda a reanimação e de toda a salvação. O tempo que decorre entre a paragem da respiração e a paragem do coração não passa, geralmente, de 10 minutos, mas, muitas vezes, é inferior a 6 minutos».

Concordais, portanto, que, cada minuto perdido, pode diminuir, grandemente, as probabilidades do salvamento.

Há vários processos, quer manuais, quer mecânicos, para praticar a respiração artificial e tanto os senhores bombeiros como as Guides e os escoteiros os conhecem. São o método de Laborde (tracções ritmadas da língua), o método de Sylvester e o de Schaeffer, para os manuais, os de Cheron, Panis e Cot, (que não é mais do que uma combinação engenhosa dos dois precedentes) para os mecânicos. Dos primeiros, aquele que na hora actual é quasi unicamente seguido é o de Schaeffer por ser o mais prático e o mais eficaz. Dos segundos, na opinião autorizada do Professor Dautreband, o menos perigoso é o de Panis.

Tendo em atenção o factor tempo, fàcilmente verificamos que o método manual tem vantágem aos métodos mecânicos. É muito simples o confronto: o método manual applica-se imediatamente; o método mecânico carece de colocação e ajustamento do aparelho, e isto leva tempo, e na salvação dum gaseado não há tempo a perder. Fica então estabelecido que o método de Schaeffer é o método preferido, é o método de escolha.

¿E se o gaseado apresenta simultâneamente qualquer ferida que o impeça de se deitar de barriga para baixo? — podeis objectar. Neste caso especial praticareis a respiração artificial pelo método de Sylvester como único recurso. Quem tiver por missão salvar um gaseado não deve desconhecer as técnicas dêstes dois processos de respiração artificial.

Vejamos em que consistem os dois métodos. Eu vou descrevê-los rapidamente, e a seguir fazer algumas projecções demonstrativas.

a) Método de Shaeffer :

- 1.º — Deita-se a vítima de barriga para baixo, com um braço estendido ao longo da cabeça e o outro dobrado. Sobre este braço far-se-há descançar a cabeça de modo que o nariz e a bôca fiquem livres.
- 2.º — Sentar-se às «cavalitas» sobre a face posterior dos joelhos da vítima de modo que as pernas do salvador fiquem à altura das coxas do intoxicado. Colocar as palmas das mãos ao nível das últimas costelas de modo que os polegares quási toquem na base do torax.
- 3.º — Contando um, o salvador inclina-se para diante, mantendo os braços em extensão, de sorte que o peso do corpo se apoie progressiva mas não violentamente sobre a grelha toraxica, originando uma pressão regular que provoca a expiração. Este tempo deve levar 2 a 3 segundos.
- 4.º — Contando dois, o salvador mantém as mãos no lugar, deixa cair-se ligeiramente para traz, como se quizesse sentar-se sobre os calcanhares, de modo a produzir-se a inspiração.
- 5.º — Repouso.
- 6.º — Repetir esta manobra 12 a 18 vezes por minuto.
- 7.º — Logo que a respiração artificial comece e durante toda a sua execução, um ajudante encarregar-se há do aquecimento da vítima.
- 8.º — Continuar a respiração artificial, sem interrupção, até que a respiração natural volte. Este processo é o vulgar processo usado para reanimação dos afogados e as revistas de medicina citam casos de afogados terem sido chamados à vida depois de 3 ou 4 horas de respiração artificial. Esta só deve ser abandonada depois do médico constatar a rigidez cadavérica.

b) O método de Sylvester:

A vítima é deitada de costas, desapertando-se-lhe as peças de vestuário que tenha à volta do pescoço. Afastam-se os maxilares um do outro, puxa-se a língua para fora da boca para que não obstrua a laringe, levantam-se ligeiramente as espáduas colocando debaixo delas uma almofada, um travesseiro ou um lençol dobrado e começam-se os movimentos.

O salvador coloca-se por detrás da cabeça da vítima, agarra-lhe os antebraços por debaixo do cotovelo e puxa-os vigorosamente para si para produzir a inspiração; depois, leva os antebraços apoiados sobre o braço contra o peito de maneira a comprimir o tórax e a produzir a expiração. Os movimentos de inspiração e expiração devem manter o ritmo de 10 a 16 por minuto. O próprio salvador deve inspirar quando puxa os antebraços e expirar quando os leva ao contacto do tórax.

Se junto da vítima há outro salvador, êste deve praticar simultaneamente tracções da língua ritmadas sincrónicamente com os movimentos dos braços. Se junto da vítima se encontram três salvadores, um fará a tracção da língua e os outros dois as manobras do método, operando cada um com o seu braço. Êste método é muito fatigante e a sua aplicação precisa treino e robustês física. Quando for demorado, os salvadores devem revesar-se.

Dos aparelhos usados para substituir os processos manuais de respiração artificial, vou fazer projectar todos os que citei e que são, afinal, os únicos que até hoje conheço: o do Dr. Louis Cheron, o de Panis e o de Cot. Porém, o Dr. Dautreband considera-os perigosos.

Quando fôr possível, deve administrar-se conjuntamente com a respiração artificial, o oxigénio. Esta manobra deve ser feita por meio de balões ou garrafas de oxigénio de que as ambulâncias, destinadas a salvamento de gaseados, devem ser providas para que as inalações possam ser praticadas com toda a urgência.

Ê muito conveniente assegurar-vos, ao chegar junto dum gaseado, se não respira, porque neste caso, melhor do que o oxigénio, será o gás carbónico associado à respiração artificial. Há vários aparelhos para êste efeito, que a seguir lhes mostrarei. Logo que o gaseado mostre indícios

de respirar, deveis dar-lhe uma injeção «generosa» de óleo canforado (10 a 20 cm³) ou de hexetona a 10 % (4 a 6 cm³) ou de coramina, tratando em seguida de o levar para lugar seguro, evitando, notai bem, o arrefecimento e vigiando a respiração.

É absolutamente necessário que os senhores se familiarizem com a oxigenoterapia, de modo a podê-la empregar correntemente, como é de grande utilidade que os senhores conheçam a técnica da sangria, método que podeis ter necessidade de aplicar aos gaseados que se encontrem em cianose profunda. Para a aplicação da inalação do oxigénio, usa-se, além dos métodos vulgarmente empregados, a máscara de Legendre-Nicloux.

Dautrebande preconiza ainda: para todos os gaseados cujo estado seja de gravidade moderada (atingidos pelas arseninas, pelos lacrimogénios, pelos visicantes), a terapêutica de urgência mais racional consiste no transporte rápido para o posto de socorros mais perto. Se há queimaduras pela yperite e se são extensas, o primeiro cuidado urgente é tirar o fato à vítima, mesmo antes do transporte, e a seguir conduzi-la ao serviço de duches mais próximo. Se êste serviço está muito longe, então é necessário banhar o yperitado na casa mais próxima em que o possais fazer.

Em caso de intoxicação pelo fogséneo ou de outro sufocante da família, se o gaseado não respira, aplicar-se-hão as medidas de terapêutica aconselhadas acima, mas, se respira, a terapêutica aconselhada é o transporte rápido para o posto de socorros ou para o hospital, fazendo-lhe inalações de oxigéneo durante o transporte. Em todos os casos o arrefecimento será cuidadosamente evitado.

Devem empregar-se todos os esforços para que o gaseado, qualquer que seja o seu estado aparente, fique deitado em repouso e sem fazer o mais pequeno esforço muscular.

«Cientificamente dir-se-há que o metabolismo deve ser reduzido ao mínimo, por outras palavras, a maca e a cama são os primeiros medicamentos do gaseado.»

O capitão-médico Camentron cita, a-propósito, o caso de um oficial ferido que, ao chegar à ambulância, faz um pequeno esforço para subir para a marquesa. Êste pequeno esforço foi o bastante para lhe determinar o edema agudo do pulmão que o matou em 5 minutos. O mesmo médico descreve um outro caso: um soldado que se dizia ligeiramente gaseado, ao ver aparecer um combóio sanitário, corre para êle com a intenção de obter um lugar melhor que os seus camaradas. Ao subir para o estribo caiu morto, deixando sair pelos lábios um cogumelo de espuma.»

Uma vez nos postos de socorros ou nos hospitais, o pessoal médico especializado ministrará a terapêutica adequada.

Ainda no campo ou durante o transporte, a vossa acção pode facilitar muito o tratamento consequente de duas espécies de lesões:

- 1.º — As lesões oculares
- 2.º — As lesões da pele.

As lesões oculares são particularmente graves quando o inimigo invisível é a Yperite.

Desde que haja a mais insignificante lesão ocular, é necessário deitar os doentes e improvisar-lhes uma câmara escura. É preciso irrigar-lhes os olhos com água bórica ou com bicarbonato em solução. Se há dores, não useis a cocaína. Usai algumas gotas duma solução de novocaína a 2 % com adernalina a 1 : 1.000. É êste um medicamento que deve fazer parte das vossas ambulâncias para atenuar muitas dores, quando seja necessário o seu emprêgo.

Para verdes a maneira como deveis actuar em face das lesões da pele por vapores tóxicos, tomemos ainda por exemplo a Yperite, ou gás mostarda, e sigamos as instruções dadas pelas autoridades alemãs:

- 1 — Tratamento abortivo: A pele que estiver salpicada deve ser tamponada com compressas ou com um lenço de algibeira que se destruirão imediatamente depois do seu emprêgo; não esfregar; a seguir aplicar uma pasta de cloreto de cálcio e manter a aplicação durante alguns minutos por meio de uma ligadura. Para as partes da pele muito sensíveis empregar-se-há a pomada de cloreto de cálcio (vaselina e cloreto de cálcio a 10 %). Quando a pasta é aplicada sôbre a pele depois dos 3 primeiros minutos em que a vítima foi atingida pela yperite, pode-se evitar todo o efeito cáustico. Se é empregada nos 10 primeiros minutos vê-se aparecer apenas um eritema da pele.

Cumpre-me, todavia, observar-lhes que nunca se deve aplicar o cloreto de calcio sôbre feridas abertas.

Observação importante: enquanto os intoxicados pelo fogséneo devem ser afastados o mais cedo possível da zona de combate, os queimados pela yperite (pelo menos aqueles que estão fortemente queimados) devem ser, tão rápido quanto possível, submetidos a um tratamento muito cuidado. Quanto mais rápido for o tratamento menos graves serão as queimaduras e mais dificilmente se infectarão. O fato e o calçado atingido pela yperite deve ser tirado, arejado e metido em lexívia e agua de

sabão quente. Evitar-se-há, bem entendido, de lhes agarrar com as mãos, sem estarem protegidas. Não esqueçais nunca que os yperitados devem ser tomados como verdadeiros contagiosos.

O tratamento das lesões declaradas será depois instituído pelos médicos. Aos comandantes das diferentes associações de bombeiros e escoteiros aqui presentes vou fazer distribuir a tradução do primeiro capítulo do anexo n.º 6 da instrução prática sôbre a defesa passiva contra os ataques aéreos, elaborado pelo 4.º Bureau, Defesa Nacional, da Direcção da Segurança Geral do Ministério do Interior da França e que resumidamente contém os cuidados a dar às vítimas dos bombardeamentos pelos gases.

.....
¿ Como se pode fazer a protecção individual?

Por meio de aparelhos de três categorias:

- 1) aparelhos filtrantes
- 2) aparelhos isolantes
- 3) aparelhos especiais de protecção.

Os aparelhos filtrantes são destinados a purificar o ar inspirado, retendo, por intermédio de substâncias neutralisantes, os produtos nocivos da atmosfera tóxica.

Os aparelhos isolantes, são mais complicados, mais seguros e mais caros, mas protégem toda e qualquer eventualidade e seja qual fôr o produto tóxico. Esses aparelhos originam e mantêm uma atmosfera sã e respirável, isolada de ar exterior infectado. São até eficazes para o óxido de carbono.

Tanto nos aparelhos filtrantes como nos aparelhos isolantes, os olhos são protegidos por lunetas em celofane transparente, contra os produtos lacrimogénios misturados com os produtos tóxicos.

Os artigos especiais de protecção (luvas e fatos) são impermeabilizados. Servem para garantir o corpo e as mãos contra a yperite e outros vesicantes persistentes quando espalhados no solo e sôbre os objectos.

Não posso entrar em detalhes sôbre êsses aparelhos. Vou fazer apenas projectar os diferentes tipos para V. Ex.^{as} ficarem fazendo uma ideia.

Conhecidos os meios individuais de defesa, resta-nos responder à última interrogação formulada: ¿ Como se pode fazer a protecção colectiva?

A protecção colectiva consiste em subtraír, simultâneamente, um número considerável de pessoas à acção dos gases.

A solução dêste problema é muito delicada e ainda não satisfaz

cabalmente. No entanto, está mais ou menos estabelecido que para efeitos de protecção colectiva a população tem que ser dividida em população activa e população passiva. A população activa é constituída por aqueles cuja acção seja necessária à vida da povoação — bombeiros, escoteiros, polícia, enfermeiros, médicos, operários de estabelecimentos fabris, etc. — a população passiva abrange as mulheres, as crianças e os velhos. Esta abandonará, prontamente, a povoação, espalhando-se pelos campos; aquela refugiar-se-há nos abrigos. Porém as dificuldades de execução são tremendas. ¿Como fazer a evacuação de Paris, de Londres, de Lisboa sob um bombardeamento tóxico?

O problema é extremamente difícil.

Os russos preveem a construção de um caminho de ferro subterrâneo, mas a grande profundidade, para a evacuação de Moscou.

Os alemães preconizam, na organização da defesa passiva das habitações, o esvaziamento de todos os tubos de gás de iluminação e a sua substituição por ar sob pressão. Por esta forma tem em vista estabelecer uma pressão positiva nas casas resguardadas contra os gases e herméticamente fechadas.

Segundo Zanger, qualquer quarto fechado pode servir para abrigo contra os gases; basta para isso que nele se coloquem garrafas contendo oxigénio. A experiência mostra, efectivamente, que num quarto fechado, munido de uma garrafa que emita oxigénio, o ar tóxico exterior chega a não poder penetrar nele, durante muitas horas. Praticamente êste processo tem sido utilizado nos vagonos fechados, pelos acidentes que tem ocorrido nos túneis.

A França é talvez o país que melhores instruções tem para a organização da protecção colectiva.

Um plano interessante que teve ocasião de manusear, prevê a construção sistemática de abrigos, muito bem organizados, e estabelece medidas de protecção, em tempo de paz, durante a mobilização, e em tempo de guerra, e para cada uma dessas rúbricas estabelece a destriça entre as que se referem à habitação e ao habitante.

Como recomendações especiais para a população civil, os franceses indicam, em caso de bombardeamento pelos gases, não chegar à janela, mas fechá-la e obturá-la cuidadosamente; não permanecer nas ruas, mas, pelo contrário, refugiar-se com rapidez. Quem se encontrar em casa não deve fugir para a rua, mas procurar refúgio em abrigos, fazendo o trajecto através das casas visinhas. Quem for surpreendido na rua deve parar, colocar um lenço sôbre a boca e procurar sair da zona infectada na direcção contrária à direcção do vento.

MINHAS SENHORAS E
MEUS SENHORES:

Embora êstes assuntos consigam fazer prender a atenção, eu vou concluir, porque não tenho o direito de abusar da vossa generosa benevolência, visto ter excedido já o tempo em regra estabelecido para uma conferência.

Julgo ter demonstrado suficientemente o papel que as Guides, os escoteiros e os bombeiros terão a desempenhar quando, em caso de um conflito bélico, a população civil lhes enviar os seus S. O. S. Papel perigoso e heroico, não só na prestação de socorros que vos apontei, não só nos cuidados a prestar nos casos de incêndios, mas ainda quando tiverdes que proceder à evacuação dos locais contaminados por gases persistentes, à desinfecção dos abrigos, à desinfecção dos terrenos, desinfecção e lavagem das ruas, desinfecção dos buracos de obuses e de bombas, etc.

Difícil, muito difícil e espinhosa é a vossa missão.

Preparai-vos, estudaí convenientemente a execução dos múltiplos serviços que vos apontei e não confieis demasiadamente na sorte, como é velha pecha nossa.

Só dum estudo aturado e duma prática bem conduzida podêis chegar a tirar o *brevet* que vos é necessário para o desempenho cabal dêste novo serviço que as exigências da guerra moderna vos distribue.

Lembraí-vos de que a luta entre o músculo quási desapareceu, para dar lugar à luta entre o cérebro.

Álerta, pois, Guides, Escoteiros e Bombeiros que me escutais.

E para concluir, três votos apenas dos emitidos pelo XVIII Congresso de Higiene, realizado no Instituto Pasteur de Paris, em 1931:

- que todos os meios necessários sejam dados àqueles que assumam a responsabilidade de proteger as populações civis contra os gases de combate;
- que a população civil possa possuir máscaras cujo valor esteja assegurado e a sua venda devidamente autorizada e a preços acessíveis;
- que o corpo médico, e, duma maneira geral, os técnicos, sejam intruídos duma forma precisa sôbre o papel que terão a desempenhar em caso de intoxicação das populações civis pelo «inimigo invisível».

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1834

GUIMARÃIS HÁ 100 ANOS

Outubro

Dia 1 — Aditamento à sessão da câmara de 27 de Setembro: — *Plano de uma Guarda Municipal para manter a ordem e segurança da Vila de Guimarães.* — 1.º A Vila de Guimarães é 1 Distrito, este é dividido em 4 sessões e cada sessão em duas rondas. — 2.º Haverá portanto 1 Distrito, 4 sessões e 8 rondas: para cada ronda, haverá 4 patrulhas; uma patrulha consta de 2 homens. — 3.º A Guarda compõe-se de uma companhia. — 4.º Uma companhia compõe-se de 1 comandante, que será eleito pela Câmara Municipal, que será tirado de 1 de seus membros sem vencimento: Um alferes eleito pela mesma, um 1.º sargento, dois 2.ºs, 4 cabos e 64 soldados. — 5.º Uma companhia divide-se em 4 esquadras e a esquadra em 8 patrulhas — 6.º A cada secção pertence uma esquadra, e a cada ronda 4 patrulhas.

Esta Guarda fica sujeita a todos os artigos da Guarda Municipal de Lisboa. Será paga pelos habitantes desta Vila, pagando todos na proporção de seus teres, de que serão sómente exceptuados os alistados na Guarda Nacional.

Na discussão do artigo sobre a paga divergiram os srs. José Joaquim Vieira e António de Napoles V. Vieira e deram seu voto na forma seguinte: — Os vereadores José Joaquim Vieira e António de Napoles V. Vieira de Melo e Alvim são conformes no plano e organização da Guarda Municipal desta Vila, porém diférem na forma adoptada por seus Amigos colegas de

sobrecarregar todo o péso do imposto (para a despesa dela) sómente sobre aqueles individuos que estão isentos da Guarda Nacional, sendo o nosso voto que se deve generalizar a coleta por todo o concelho. Isto mais se conforma com o espirito do § 14.º do art. 145.º da Carta Constitucional; e porque à mesma Guarda Nacional interesssa, por isso que realizada a Guarda Municipal, é aliviada do serviço em grande parte. Nesta convicção proponho que se peça a concepção de 1 real em cada arrátel de carne e 120 reis em cada pipa de vinho, e 100 reis em almude de agua-ardente que se consumir nesta Vila, cujo produto será aplicado, não só para as despesas da dita G. Municipal, mas também para a iluminação da Vila, conserto de ruas, e maior precisões do concelho, visto que a maior parte do seu rendimento se achava abolido pela Lei novíssima: e desta forma tem o seu voto por motivado. Guimarães em Câmara de 27-IX-1834.

*

Manda o vigário geral desta comarca aos conventos das freiras, para que façam preces pela saude de S. M. I. o sr. D. Pedro (P. L.).

*

Chega a noticia de ter falecido a 24 de Setembro S. M. I. o sr. D. Pedro. (P. L.).

Dia 2 — Começam os sinais funebres pelo falecimento do sr. D. Pedro e continuam nos 3 dias seguintes (P. L.).

A Câmara, em sessão extraordinária, determina que se tomasse o nojo de 8 dias, pela infausta morte do Senhor D. Pedro e que se officiasse ao provedor do concelho por este motivo, afim de passar ordens para se suspender a eleição de juizes de paz e pedaneo nas freguezias que lhe foram indicadas, transferindo-a para o dia 12 dêste. O Vereador Miguel António Moreira, propôs «que em lugar das pomposas exéquias que se deveriam fazer a D. Pedro 4.º, se lhe erija na Praça do Toural uma pirâmide quadrangular de pedra fina, com emblemas e inscrições.»

Dia 3 — Em sessão da Câmara dos Deputados, sendo apresentada uma felicitação da Câmara Municipal de Guimarães, foi mandado mencionar que fôra recebida com agrado.

Dia 6 — Às 4 horas da tarde é publicado o bando que annunciava a morte de D. Pedro ordenando o luto por 6 meses, sendo 3 rigoroso e 3 aliviado. Formava-se o bando do modo seguinte: na frente, tambores e um bombo cobertos de crepe, depois 2 escrivães de capa e volta, levando banbeiras enlutadas, o pregoeiro também de capa e volta, e por fim uma escolta de cabos de policia.

Dia 8 — Em sessão da Câmara dos Deputados foi apresentado um officio do prefeito do Minho, relativo aos emolumentos da sub-prefeitura de Guimarães: teve o competente destino.

Dia 9 — Celebra-se na Colegiada um officio por alma do «Incomparável Ex-Imperador do Brasil o Snr. D. Pedro de Alcantara, ex-regente que foi de Portugal e Pai da Rainha Reinante a sr.ª D. Maria II». Foi sem grande pompa e só assistiu o cabido. Nos mais coros também houve os mesmos officios, conforme ordenou, por

uma circular, o vigário capitular de Braga. (P. L.).

Decreto nomeando corregedor interino o bacharel Alexandre Fortunato Vilaça.

Dia 11 — A Vereação, determinou: — que o secretário extraísse, na forma do costume, o rol dos foros e tratasse quanto antes da sua arrecadação e dos mais rendimentos do concelho ora existentes; — que se procedesse à eleição de Juizes de Paz e Pedaneos; — por terem servido na Governancia no tempo do Legitimo Governo, nomearam Valentim Moreira de Sá, o bacharel Joaquim Pinto Teixeira, António Joaquim Ferreira de Castro, António Ribeiro da Costa e Luiz António Gonçalves, todos dêsta vila. — Para presidir à dita eleição nô proximo dia 19, designaram os membros da câmara e os acima nomeados, a saber: Ferraz, para a assembleia de Azurei; Marinho, para a de Golães; Vieira, para a de Mesão-frio; Sá, para a de Vilarinho; Sampaio, para a de S. Miguel das Caldas; Cardoso, para a de Silvares; Napolos, para a de Creixomil; Teixeira, para a da Costa; Valentim, para a de Urgeses e Costa Sampaio, para a de S. João de Airão. Mais resolveram que se officiasse ao provedor do concelho para passar a este fim as ordens necessárias para comparecerem os chefes de familia nas suas respectivas freguezias, às 8 horas da manhã do referido dia 19.

Dia 15 — A Câmara resolve representar à Rainha pedindo a 6.ª parte das águas do extinto convento da Costa para abastecimento dos tanques da vila.

Dia 17 — Nesta noite houve grandes disturbios praticados pelos constitucionais que quebraram muitas vidraças e até portas em muitas casas dos realistas, na rua de Couros, chegando a haver tiros entre os mesmos constitucionais. Outros iguais desa-

foros tinham tido lugar nas noites precedentes em diferentes ruas da vila. (P. L.). As autoridades administrativas e judiciais publicaram um edital a favor da Segurança pública.

Dia 18 — A Vereação determinou: que se continuasse a eleição de Juizes de Paz e Pedâneos, no domingo 26 do corrente, e designou as freguesias seguintes e respectivos presidentes das assembléas, a saber: Presidente da Câmara para a de S. Paio de Guimarães; Marinho, para as de S. Martinho e S. Clemente de Silvares; Vieira, para as de Aldão e S. Lourenço de Selho; Sampaio, para a de Santo Adrião; Cardoso, para a de S. Cristóvam de Selho; Nápoles, para a de Nespereira; Costa, para a de Santa Maria de Airão; Valentim, para a de Pinheiro; Gonçalves, para a de S. Thomé de Abação, e Joaquim Pinto, para a de Calvos.

As justiças saiem a rondar na noite dêste dia para evitar a repetição das desordens que os constitucionais poderiam fazer, como haviam feito nas noites antecedentes. (P. L.).

Deu entrada na cadeia Lourenço José Coelho, natural de Vimieiro e residente em Coimbra, prêso pelo alcaide do Geral e por policia por ser achado fora de horas em uma venda e suspeita que dele fizeram, e nesta cadeia lhe acharam cartuchos de pólvora. Foi para a Relação em 12 de Março de 1835.

Em vereação «se tratou dos requerimentos da Guarda Nacional.»

Dia 25 — A Vereação deu despacho aos requerentes da Guarda Nacional. O mesmo se fez na sessão do dia 29.

Dia 26 — Na Câmara dos Pares foi lida uma representação de João António Pais do Amaral (?), propondo que em Braga e em Guimarães tomassem exercício as justiças da nova legislação.

Dia 27 — Deram entrada na cadeia: Domingos da Costa e sua mulher Maria Teresa, da rua do Carmo, presos pela policia por falarem contra o governo da rainha; foram soltos em 29 dêste mês por ordem do provedor; — Rosa Maria e João Pombo, ambos da rua das Hortas, presos pela policia por motivos políticos; foram soltos por ordem do juiz de fora, aquela em 8 do seguinte mês de Novembro e êste em 29 do corrente.

Dia 30 — Na noite dêste dia deram-se nesta vila muitos tiros (dados por alguns ladrões «voluntários do Minho»), por as justiças os quererem prender. (P. L.).

Dia 31 — A Vereação, em sessão extraordinária, com assistência do provedor do concelho, despachou os requerimentos dos recenceados para a Guarda Nacional.

Novembro

Dia 1 — O sub-delegado da policia manda prender quem tinha tocado os sinos por ser dia de Finados, por não terem ordem para os tocar. Ainda assim no dia seguinte se tocaram sinais em algumas tôrres da vila. (P. L.).

Manda a Câmara afixar uma lista dos individuos que ficaram apurados para a Guarda Nacional. (P. L.).

Dia 8 — A Vereação, em virtude do officio do Prefeito da Provincia, nomeia uma comissão para pedir aos habitantes

do concelho donativos a fim de serem socorridos os pobres do mesmo. A Comissão foi assim composta: Domingos José Soares, José Antonio Marques Guimarães, negociante à Fonte Nova, e António Joaquim de Carvalho. — Presidiu à Comissão da junta de saúde nos exames para a Guarda Nacional. — Determinou que se remetessem por 1.^a via ao juiz da comarca, os autos dos juizes de Paz e Pedâneos das freguesias em que se acham feitas as eleições e se escolhessem as outras freguesias onde faltavam fazer estas eleições. Passaram-se editais para cumprimento das Instruções Provisórias de 31 de Julho deste ano relativas ao real do vinho e carne. Foi pedida ao provedor do concelho uma relação dos empregados da policia.

Dia 9 — Deu entrada na cadeia de Lanhoso o bacharel José Maria Lopes, ex-capitão do extinto batalhão de Milicias de Guimarães, e seu pai, por conspirarem contra o Governo que lhes havia dado perdão.

Dia 12 — A Vereação determinou que se proceda no dia 14 à vistoria nos aquedutos e canos para se remediar a falta de água nos tanques públicos.

Dia 26 — A Câmara determinou levar ao conhecimento das Côrtes uma representação pedindo uma lei que extinga o tributo do Subsídio Literário, por estar em contradição com o art.^o 145 da Carta Constitucional, porque sendo somente pago pelos lavradores que tem colheita de vinho, pesava só sobre esta classe, ficando todas as mais isentas de tal tributo; esta representação referia-se, também, à Lei de 13 de Agosto de 1832, relativa aos foros.

Dia 27 — Na Câmara electiva, o deputado vimaranense, José Fortunato Ferreira de Castro, requereu se pedisse ao Governo: — 1.^o Que o Governo precedendo as neces-

sárias diligências sobre a necessidade, utilidade e vantagem de mudança do hospital e da casa da municipalidade da vila de Guimarães, informe esta Câmara do que entender de pública utilidade; — 2.^o Que o Governo, depois de ter mandado proceder às averiguações necessárias sobre a necessidade da supressão das prisões e criação de uma nova na vila de Guimarães, informe esta câmara *ut supra*; — 3.^o Para que o Governo, tomando em consideração o que expõe, sobre cemitérios na mesma vila, informe a Câmara do que julgar de utilidade e bem público. Todos os 3 artigos foram assinados também pelos deputados António Clemente de Sousa Gião e Alexandre de Sousa Pinto, e o 3.^o mais por A. L. Vieira de Castro.

Dia 29 — Às 6 horas da noite, indo para casa, que era no Picoto, um criado dos Ferreiras de Mata-Diabos, saíram-lhe 2 ladrões ao pé do oratório de Santa Luzia os quais quizeram tirar-lhe o capote. Como o criado resistisse, deram-lhe um tiro em um braço do qual ficou bem mal tratado, recolhendo ao hospital. (P. L.). O ferido chamava-se António da Silva, viúvo, e teve alta para sair do hospital a 17 de Janeiro de 1835. (Registo Hospitalar.)

Neste dia foi enviada a seguinte representação. Snr.^s Deputados da Nação Portuguesa: Uma classe composta de infelizes cujo n.^o aumenta na razão directa da desmoralização e corrupção dos costumes, e cuja existência vem aumentar consideravelmente essa mesma corrupção em consequência da péssima ou nenhuma educação que recebem, reclama a mais séria atenção do Poder Legislativo; e a Câmara Municipal deste Concelho de Guimarães não pode, sem faltar a um dos seus mais sagrados deveres, deixar de pedir algumas medidas em favor daquela porção que a Lei incumbe ao seu cuidado. Esta classe é

a dos malfadados expostos, vítimas da fraquesa, da miséria e muitas vezes da devassidão e barbaro desamor de seus progenitores! que abusando de um estabelecimento em si mesmo religioso, filantrópico, o tem tornado o auxiliar e promotor da relaxação da honestidade e dos mais sagrados vinculos da natureza!!! É incrível e assustador o n.º de expostos que concorre à roda desta Vila!

Entregues a amas grosseiras e em geral desmoralizadas, estes infelizes são por elas empregados, apenas podem andar e falar, na mendicidade e muitas vezes na rapina, não vendo exemplos de virtude, não recebendo ideas algumas de moral.

Este quadro que faz estremecer a humanidade, é vergonhoso para a Nação! e é para encara-lo que esta Câmara ousa (por assim dizer) despertar a filantropia e patriotismo dos Representantes da Nação a quem só compete remedia-lo criando nesta Vila um estabelecimento de educação de expostos, onde se ensinem ao menos as primeiras letras e algum officio útil, bem como as prendas domésticas ao sexo feminino, e sem duvida o edificio do extinto Mosteiro de Santa Marinha da Costa oferece todas as proporções para um tal estabelecimento e poderia talvez poder incluir igualmente um para os mendigos, não menos necessário e útil.

Dezembro

Dia 1 — Chega a noticia official de se ter lavrado em Lisboa um decreto da sr.^a D. Maria II para neste mesmo dia se celebrar o seu casamento com o Principe Augusto Carlos Eugénio. O casamento foi por procuração passada ao Duque da Terceira. Logo que aqui chegou a noticia tocaram repiques em todas as torres e deram-se muitos foguetes, iluminando-se toda a vila. Saiu o retrato da Rainha e uma musica a tocar o hino constitucional. (P. L.).

Dia 2 — Sai da Câmara um Bando annunciando o casamento da Rainha de Portugal a sr.^a D. Maria II com o principe Augusto, convidando os habitantes a pôr luminárias por 3 noites e a suspender o luto pelo sr. D. Pedro IV. Enquanto andou o Bando houve repiques em todas as torres da vila, muitos foguetes e morteiros. Com o Bando ia uma música a tocar o hino Constitucional e muito povo a dar vivas à Rainha e à Carta. À noite houve iluminação geral e andou uma música a tocar o hino Constitucional pelas ruas e muito povo a dar vivas. (P. L.).

Dia 3 — A Câmara ordenou se faça no dia de amanhã um solene *Te Deum* na igreja de S. Pedro, «por ser o último dia destinado aos Festejos do faustissimo Consorcio de S. M. F. com S. A. o Principe Augusto, Duque de Leuchtemberg e Santa Cruz, e que pelo mesmo motivo se dessem todas as demonstrações de regosijo e público entusiasmo que em semelhantes ocasiões se costumam fazer, iluminando-se esta Casa do Paço do Concelho e sendo armado e exposto o retrato de S. M. F.

Houve luminárias e repiques, andando uma música a tocar o hino Constitucional e imenso povo a dar vivas. (P. L.).

Dia 4 — Toma posse da vara de corregedor interino desta vila o bacharel Alexandre Fortunato Vilaça, natural dos Arcos. (P. L.).

Canta-se na basilica de S. Pedro um *Te Deum* a que assiste o Cabido e muitas pessoas de todas as classes. À noite sai o retrato da Rainha debaixo de um pátio, acompanhado pela Câmara e várias outras pessoas com tochas acesas, uma música a tocar hinos constitucionais, e muito povo.

Os morteiros e foguetes do ar, eram tantos que causaram espanto a toda a gente. (P. L.).

Dia 6—Em sessão da Câmara: foi designado o domingo, 14 do corrente, para a eleição do Estado Maior do batalhão da Guarda Nacional desta vila.

Dia 9—O deputado José Fortunato Ferreira de Castro, vimaranense, em sessão da respectiva Câmara, mandou para a mesa uma representação da Câmara constitucional de Guimarães, pedindo providências sobre expostos e que éstos sejam instalados na casa dos extintos monges de S. Jeronimo, da Costa. Esta representação baixou às comissões de fazenda e de administração pública.

Dia 12—Em sessão da Câmara dos Deputados, a comissão de administração pública deu o parecer, que foi aprovado, sobre a representação da Misericórdia de Guimarães pedindo o convento de S. Domingos.

Dia 13—A Câmara Municipal determinou: que se levasse ao conhecimento dos representantes da Nação duas representações: uma, pedindo Lei de responsabilidade dos ministros e mais funcionarios públicos, recomendada no discurso do Trono pelo Libertador; e outra, sobre a construção da cadeia e cemitério, e mudança do hospital para os Capuchos e não

para S. Domingos, como a Misericórdia já tinha requerido.

Dia 14—Uma companhia espanhola dá espectáculo de cavalinhos no convento de S. Francisco, tendo os seus componentes andado antes do divertimento pelas ruas, bem vestidos e montados, tocando uma música assaz singela. (P. L.).

Dia 15—O Governo retirou o conselheiro Francisco Manuel da Costa (Montariol) do lugar de prefeito da provincia do Minho e substituiu-o pelo sub-prefeito de Guimarães.

Dia 17—Saiu desta vila para Braga o sub-prefeito Bento Ferreira Cabral, para servir interinamente de prefeito da provincia do Minho. No seu impedimento ficou a servir de sub-prefeito o bacharel Manuel de Freitas Costa, provedor d'este concelho. (P. L.).

Dia 19—Nasce o bacharel Clemente José de Melo «o Peralta», presbitero, que publicou algumas obras e sermões e foi abade da freguesia de Santo Tirso de Prazins.

Dia 20—É nomeado provedor desta comarca José Joaquim Vieira (Paço), o qual foi exonerado, a seu pedido, em 11 de Março de 1836.

JOÃO LOPES DE FARIA.

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

*«Comunismo e capitalismo igualam-se no desconhecimento da realidade humana integral — e ambos fazem do homem um simples elemento de trabalho **standardizado** ao serviço de um cego e absorvente pan-economismo. Comunismo e capitalismo são, neste sentido, irmãos gémeos — embora irmãos inimigos...»*

JOÃO AMEAL.

1934 ESTÁ A FINDAR

Não tarda muito que caia o pano sôbre a tragédia que, no palco do tempo, surgiu com a denominação de «1934».

Não falta muito tempo para que a cena se modifique, tome aspectos de nova, e uma outra peça, em 12 actos, se desenrole a nossos olhos ansiosos por desvendar a incógnita que surge: — «1935».

Mas, enquanto a interrogação subsiste, enquanto o nosso espírito se inquieta, ante a incerteza do que virá, passemos em rápida revista as cenas já desenroladas, cenas de dor e de tragédia que enlutaram e ensanguentaram o mundo.

No nosso país gosou-se de relativa calma, mercê, sem dúvida, daquela parcela de nacionalismo consciente de que o denominado Estado Novo se tem servido, a bem da Nação.

Mas, bem perto de nós, a tempestade rugue furiosa e ameaçadora. Sancho Pança algemou o Cid, quando êste, num momento de desânimo, se deixou adormecer sôbre as glórias passadas. A guerra civil alastra, essa guerra civil ateadada pela democracia e pelo bolchevismo, inimigos dos povos e da civilização. Parece ter-se regressado à barbarie, tamanha é a sêde de sangue, tamanha é a ânsia de destruição, tamanha é a sanha sanguinária.

Mais além, na pátria de Joana d'Arc, os escândalos sucedem-se,

sob a protecção da Maçonaria e com a convivência dos partidos. A tragédia de Marselha, em que faleceu o Rei da Yugoslávia, continua a preocupar os espíritos, e o conflito agora existente entre a Yugoslávia e a Hungria pode ser o prólogo de uma nova tempestade, como o foi, em 1914, a tragédia de Serajevo.

A Rússia soviética tem já acento entre os burgueses da S. N., esse inútil reduto da democracia donde se pretende estabelecer a paz do mundo. No entanto, por toda a parte, a luta trava-se sem tréguas nem quartel, e as perspectivas de uma nova guerra surgem a cada momento neste fim de acto a que estamos a assistir.

«1934» está a findar. Não tarda que o pano caia sôbre o seu último acto. E a interrogação subsiste, na nebulose do tempo, a envolver de mistério, de terror, de receios e, ao mesmo tempo, de esperanças, o inigmático, o esfingico e o esperançoso «1935».

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Arquivo Municipal de Guimarães

No mês de Outubro findo inaugurou-se, no antigo edifício dos Paços do Concelho, o Arquivo Municipal de Guimarães, que fica confiado à inteligência e competência do dr. Alfredo Pimenta, nosso bom amigo e apreciado colaborador.

À sessão inaugural assistiram as pessoas de mais representação da cidade de Guimarães. A nossa Revista estava representada pelos nossos prezados Directores.

Com Deus e pela Pátria

O aparelho pilotado pelo arrojado aviador Humberto Cruz, tem deslizado vertiginosamente pelo azul imenso do Infinito, ligando Por-

tugal à Índia portuguesa e fazendo a viagem de regresso, com o mesmo entusiasmo, com a mesma obsecação de atingir a meta estabelecida.

O vento, as chuvas fustigantes, os nevoeiros, as borrascas, tudo tem sido vencido pelas azas gloriosas do avião «30», tudo tem sido vencido por Humberto Cruz, mocidade em plena florescência, coração cheio de fé no plano tracejado com ciência, na precisão dos cálculos, teimando sempre na rota prevista.

O interessante dêste heroico empreendimento é a sua génese, a forma como Portugal o soube compreender e o patrocinou, vindo com a sua generosidade animar o jôvem aviador, que sonhou novas glórias para a sua Pátria e novos triunfos para a Aviação portuguesa.

Que Deus ampare e proteja o avião de Humberto Cruz e que os portugueses saibam compreender e louvar o esforço do arrojado aviador, tributando-lhe o maior aplauso e a maior simpatia no dia próximo do seu regresso a Portugal.

“Minho”

A Casa do Minho que, no Rio de Janeiro, mantém a unidade e solidariedade dos minhotos, editou um belo número único, deveras notável pela apresentação gráfica e pelo valor intrínseco da variada colaboração que encerra.

Como todos os números editados em iguais condições, contém êste matéria tão variada nos assuntos, como diversa no geito literário, É, porém, de justiça observar que toda se impõe pelo valor e brilho. Literatura, história, filosofia, etnografia, arqueologia, poesia, fotografia, etc. — de tudo se encontra neste excelente número único. Além da colaboração literária e artística, insere ainda numerosas informações estatísticas, etnográficas, históricas, etc., que mais valorizam ainda esta publicação.

À simpática instituição, que tantos benefícios presta no Brasil às gentes do Minho, queremos, com os nossos louvores, testemunhar a nossa gratidão pelos exemplares oferecidos e pela gentileza da dedicação com que nos distinguiu.

Cardeal Patriarca de Lisboa

Da sua viagem a Buenos-Aires, aonde foi assistir ao Congresso Eucarístico Internacional, e da sua visita ao Brasil, onde esteve por honroso convite do Govêrno daquele florescente país, regressou a Lisboa, no dia 17 de Novembro, o Senhor Cardeal Patriarca.

Pelas suas peregrinas qualidades de talento e de coração, pela simplicidade distinta da sua figura, pelas suas maneiras cristãs e suaves, e ainda pela auréola de príncipe da Igreja, que nimba a sua mocidade radiosa, soube o Senhor Cardeal Patriarca despertar o mais vivo entusiasmo, que se traduziu, por vezes, em aclamações delirantes. O Brasil soube ser gentilíssimo e cristão.

Em Lisboa teve o venerando Prelado uma recepção affectuosa e quente. E no dia imediato ao da chegada, — 5.º aniversário da sua elevação a Patriarca de Lisboa —, como nos dias seguintes, milhares de pessoas testemunharam ao eminentíssimo Purpurado, a sua fervorosa veneração.

Também *Gil Vicente* se associa de coração às justas homenagens prestadas ao Senhor Cardeal Patriarca.

F. E. M. P.

Efectuou-se no dia 8 de Novembro a sessão inaugural dos trabalhos

a realizar pela secção Sul da F. E. M. P, no presente ano lectivo.

Com a presença de numerosos filiados, o snr. dr. Hipólito Raposo, nosso distinto colaborador, deu posse às novas direcções da F. E. M. P. e da secção Sul, proferindo uma interessante alocução. As novas direcções são assim constituídas:

Da F. E. M. P.: Presidente, dr. Leão Ramos de Ascenção; secretário, José do Nascimento e Oliveira; tesoureiro, Waldemar de Orey; vogais, Bento de Moraes Sarmiento (secção Norte); António de Azevedo Garcia (secção Centro) e António A. Vasconcelos Lencastre (secção Sul).

Da Secção Sul: Presidente, António de A. Vasconcelos Lencastre; secretário, Miguel Vilhena da Cunha; tesoureiro, António Carlos de Melo e Costa; vogais, José de Campos e Sousa (J. E. da Faculdade de Medicina); Francisco de Almeida Eusébio (J. E. da F. de Direito); Nicolau Moreira Lôbo (J. E. da F. de Letras); José Corrêa de Sá (J. E. do I. S. A.); Emílio Monteverde (J. E. do I. S. C. E. F.); Salvador Almada (J. E. das Escolas Industriais).

Conselheiro Fernando de Sousa

Pelo govêrno francês, foi promovido a Comendador da Legião de Honra, a mais alta condecoração daquele país, o mestre insigne no jornalismo português e director do admirável jornal *A Voz*, sr. Conselheiro Fernando de Sousa.

Engenheiro distintíssimo, economista notável e bem conhecido, jornalista apreciado, carácter recto e do mais fino quilate, o sr. Conselheiro Fernando de Sousa é merecedor da alta e honrosa distinção que lhe foi concedida.

Associamo-nos sinceramente à homenagem da França e apresentamos ao sr. Conselheiro Fernando de Sousa os nossos cumprimentos de saudação.

Poeta Corrêa de Oliveira

Em Belinho, no dia 2 de Dezembro, foram, pelo snr. Ministro da Instrução, impostas ao grande e portuguêsíssimo poeta Corrêa de Oliveira, as insígnias de Grande Oficial da Ordem de S. Tiago da Espada.

Foi uma homenagem justa essa em que o sr. Ministro da Instrução, perante autoridades, estudantes e muito povo, fez o elogio do imortal poeta nacionalista e cristão.

Repassado de poesia e de grandeza o memorável discurso de Corrêa de Oliveira, que terminou desta maneira: «Louvado seja Deus, pela grandeza que me dá e não mereço. E que N.ª S.ª da Conceição, que também é de Fátima, continue a ser, como é hoje, talvez mais do que nunca, a doce e miraculosa Padroeira de Portugal.»

Felicitemos Corrêa de Oliveira pela Justiça que esta homenagem representa a quem, no ritmo sublime dos seus versos de maravilha, tão alto tem colocado o nome de Portugal.



DOUTOR JOAQUIM DA SILVA TAVARES, S. J. — IN
MEMORIAM, por *António Jorge d'Almeida Coutinho e*
Lemos Ferreira. Tip. Costa Carregal. Pôrto, 1933.

O Dr. Lemos Ferreira, espírito culto e escritor de méritos já revelados em outros apreciados trabalhos, vem prestar a sua homenagem à memória do sábio profundo que foi Silva Tavares, o saudável director da magnífica *Brotéria*.

Mas não são apenas páginas de saudade as que este volume encerra. Á homenagem prestada ao P.^e Silva Tavares, há a acrescentar o estudo deveras curioso acerca do fundador e da fundação da Companhia de Jesus, que tantos e tão assinalados serviços prestou à nossa expansão e colonização além mar.

O Dr. Lemos Ferreira é credor da nossa gratidão, pois, rompendo com preconceitos balofos, veio dar público testemunho de admiração pelo sábio jesuita que tanto honrou e engrandeceu a ciência, honrando e engrandecendo a sua e nossa pátria: — Portugal.

A ARTE, por *Elias Pécaut e Carlos Baude*, versão e notas
por *José Agostinho*. Editora Educação Nacional — Rua das
Oliveiras, 75 — Pôrto, 1934.

Destina-se este livro, editado com esmero e profusamente ilustrado, à divulgação das partes mais belas e instrutivas da arte. É dividido em 10 interessantes palestras sobre as artes em geral, fazendo a história e descrição do que é a arte egípcia, a grega a romana, a bizantina, a cristã, a da renascença e a contemporânea.

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não sêr que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

A maneira despretenciosa como está escrito e, sobretudo, como está traduzido, interessa a todas as classes, mas, em especial, àquelas que se iniciam nos estudos da Arte. Se podemos discordar de certas errónias referências dos seus A., temos, no entanto, as belas notas do distinto polígrafo José Agostinho a repôr as coisas nos seus devidos lugares, ... dando a César o que é de César.

Em *Apêndice*, de João Augusto Ribeiro, faz-se um estudo resumido da Arte em Portugal.

Felicitemos a casa editora pela sua iniciativa, esperançados em que este belo livro encontrará o melhor acolhimento.

VERSI DI FLORBELLA ESPANCA, tradotti dal portoghese de *Guido Battelli*. Imprensa Moderna, Ltd. — Rua da Fábrica, 80 — Pôrto, 1934

Guido Battelli, o distinto professor florentino, grande amigo e propagandista das belezas e das letras de Portugal, reuniu neste volumezinho um feixe das mais belas poesias da malograda Florbela, traduzidas em lingua italiana. Quiz, desta maneira, testemunhar a sua muita admiração pelas belas qualidades poéticas de Florbela Espanca, contribuindo, ao mesmo tempo, para a divulgação da nossa literatura.

ALMANACH DES VACANCES POUR LES JEUNES.
Maison de la Bonne Presse. 5, Rue Bayard, Paris, 1934.

Destina-se este almanaque a entreter o nosso espirito durante o periodo de férias. Profusamente ilustrado, encerra nas suas páginas bom humor, alegria franca, charadas, contos, adivinhas, etc.

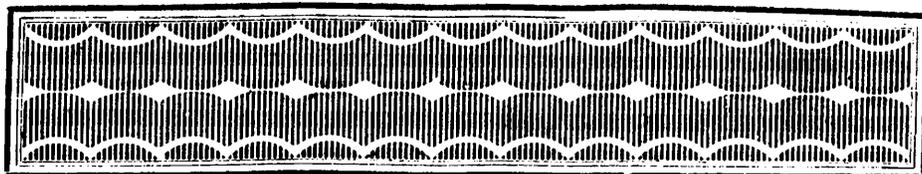
MON ALMANACH — 1935. Maison de la Bonne Presse. 5, Rue Bayard, Paris.

Este interessante almanaque, que entra já no seu 41.º ano, é muito recomendável. Boa leitura, muitas ilustrações e diversos passatempos e anedotas sãs.

ALMANACH DU PÈLERIN POUR 1935. Maison de la Bonne Presse. 5 Rue Bayard, Paris.

Outro almanaque que reúne uma escolhida colaboração de escritores de renome e de apreciados artistas. É um almanaque cristão, variado, útil e interessante que instrue e recreia.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



Indice do X Volume

TEXTO:

	Págs.
ALVES DE OLIVEIRA (MANUEL)	
<i>Cântico de Esperança</i>	24
<i>Guimarães a João Franco</i>	116
<i>No Aniversário do Senhor D. Duarte</i>	145
<i>1934 está a findar</i>	178
AMEAL (JOÃO)	
<i>Filosofia do Comunismo</i>	12
BATTELLI (GUIDO)	
<i>As « Aguias » de Francisco de Holanda</i>	49
CAMPOS (FERNANDO)	
<i>José Acúrsio das Neves</i>	65
CARLOS DO ALVA	
<i>O Mal Francês</i>	15
CONDE D'AURORA	
<i>Palavras</i>	44
D. DUARTE DE BRAGANÇA	
<i>Ao Govêrno e Ao Povo Português</i>	33
GIL DE SANTARÉM	
<i>Canção do Moínho</i>	128

	Págs.
GUIMARÃES (DOMINGOS)	
<i>Elegia das Violetas</i>	125
LOPES DE FARIA (JOÃO)	
<i>Velharias Vimaranenses</i> 21, 52, 84, 111, 139 e	172
MARQUES DA MATA (MANUEL)	
<i>O inimigo invisível</i> 103, 130 e	163
MASCARENHAS (CARLOS DE SACADURA)	
<i>João Franco.</i>	97
NOGUEIRA (MARIA AUGUSTA)	
<i>Matinas</i>	73
<i>Fins do Outono</i>	162
OLIVEIRA GUIMARÃES (CLAUDIO E ANTÓNIO CORRÊA DE)	
<i>Direitos do Espírito</i>	75
<i>Portugal e Galiza.</i>	157
PACHECO (J. PRETO)	
<i>Meditações</i>	40
RUY DE LORDELO	
<i>Passado Corporativo.</i>	5
VEIGA DOS SANTOS (ARLINDO)	
<i>História de hum amor fingido</i>	101
Pensamentos, Palavras & Obras — <i>Da vida: Dos factos:</i>	
<i>Das letras:</i>	
Alberto Monsaraz	118
António Carneiro.	121
António Corrêa de Oliveira Guimarães	91
António Sardinha (Dr.).	26
A Apoteose do Império	151

	Págs.
“ A Prol do Comum ”	62
Arquivo Municipal de Guimarães	179
Associação dos Arqueólogos Portugueses	90
Azas Quebradas	118
Bento Caldas (Dr.) 30 e	120
Campos Monteiro (Dr.).	31
Cardeal Patriarca de Lisboa	180
Carlos Bleck	60
“ Cartas aos Novos ”.	61
César de Oliveira	89
Com Deus e pela Pátria	179
Conde de Monsaraz.	61
Conselheiro Fernando de Sousa	181
“ Documentos ”	121
Domingos Guimarães	146
“ Estudos Portugueses ”.	122
Évora-Monte	91
Exposição Colonial	117
F. E. M. P.	181
Fernando Campos	31
Francisco Alves de Oliveira	147
Frei Agnelo de Guimarães	61
General João de Almeida	59
Hipólito Raposo (Dr.)	60
Horácio de Castro Guimarães	151
“ João Franco ”.	122
“ João Franco ” — Rectificação	149
Júlio Nunes de Freitas	147
La Tour du Pin	89
Leão XIII.	90
“ Minho ”.	180
Manuel de Cabedo	119
Manuel Maria Múrias	58
Mário Cardia (Dr.)	122
No primeiro centenário da Convenção de Évora-Monte	149
O centenário do Padre Anchieta.	61
Padre Moreira das Neves	60
Poeta Corrêa de Oliveira	181
“ Prémio Dr. António Sardinha ”	59

	Págs.
Rei Alberto I	57
Resposta de um português	28
Tenente José Ribeiro da Silva	122
Trindade Coelho (Dr.)	148
Um quinto andar.	58
Uma publicação patriótica.	62
Uma simpática iniciativa do Sr. Conde de Vilas Boas	30

Dos Livros & Dos Autores:

Almanach des Vacances pour les Jeunes	183
Almanach du Pélerin pour 1935.	183
<i>Almeida (João de)</i> — Nacionalismo e Estado Novo. O Resurgimento Ultramarino — Grandeza e Romantismo dum Geração	155
<i>Azevedo (Padre Agostinho)</i> — A Vida das Crianças	156
<i>Battelli (Guido)</i> — António Gomes Leal Liriche	183
Versi de Florbella Espanca	123
<i>Bell (Aubrey F. G.)</i> — O Humanista Dom Jerónimo Osório	155
<i>Braga (Alberto Vieira)</i> — Influências de S. Tiago da Galiza em Portugal	123
<i>Conde d' Aurora</i> — Nun'Álvares	93
<i>Costa Aldão (Francisco Martins da)</i> — Um Serão de outros tempos. O Monge Poeta. Memórias do Conde de Montemor	183
.	152
<i>Elias Pécaut e Carlos Baude</i> — A Arte	182
<i>Eschevannes (C. d')</i> — Pasteur — Sa vie, sa foi, son œuvre	124
<i>Fausto José</i> — Remoíno. Síntese	153
<i>Gama e Castro (José da)</i> — Diário da emigração para a Itália	94
<i>Gonçalves Cerejeira</i> — Cartas aos Novos	95
<i>Guimarães (Horácio de Castro)</i> — Um Rei Fanático	96
<i>Joannés (G.)</i> — Deux Ames Vers les Cimes	64
<i>Leão Martins</i> — Carapuças	153
<i>Lemos Ferreira (António Jorge d' Almeida Coutinho e)</i> — Doutor Joaquim da Silva Tavares, S. J. — In Memoriam	182

	Págs.
<i>Moreira das Neves (Padre)</i> — O Padroeiro S. Gonçalo . . .	124
António Corrêa de Oliveira	154
A Liturgia dos Mortos.	156
Mon Almanach — 1935	183
<i>Nuno de Montemor</i> — Agua de Neve	93
<i>Oliveira Lima</i> — D. Miguel no Trono	64
<i>Prestage (Edgar)</i> — D. Francisco Manuel de Melo	92
<i>Raposo (Hipólito)</i> — Pedras para o Templo.	32
<i>Sardinha (António)</i> — “A Prol do Comum...”	63
<i>Veiga dos Santos (Arlindo)</i> — Para a Ordem Nova	95
<i>Xavier Cordeiro</i> — O Problema da Vinculação. O Casal de Familia	94

Gravuras e Ilustrações:

O Monumento a João Franco, em Guimarães	99
Domingos Guimarães	127



**SOCIEDADE
 MARTINS SARMENTO**
 ~~~~~  
**BIBLIOTECA**